



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DE ALEXÂNIA (GOIÁS) A PARTIR DO
EIXO BRASÍLIA-GOIÂNIA.**

Doutoranda: Edilene Américo Silva

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Brasília/DF, 2017

EDILENE AMÉRICO SILVA

**A RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DE ALEXÂNIA (GOIÁS) A PARTIR DO
EIXO BRASÍLIA-GOIÂNIA.**

Tese apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Brasília/DF, 15 de dezembro de 2017.

EDILENE AMÉRICO SILVA

**A RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DE ALEXÂNIA (GOIÁS) A PARTIR DO
EIXO BRASÍLIA-GOIÂNIA.**

Tese apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Geografia, aprovada em ____ de _____ de 201__, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho
Orientador GEA - UnB

Prof. Dr. Denis Castilho
IESA - Universidade Federal de Goiás - UFG

Prof. Dr. João Mendes da Rocha Neto
Ministério da Integração Nacional

Prof^ª. Dra. Marília Luiza Peluso
GEA - Universidade de Brasília - UnB

Prof. Dr. William Rodrigues Ferreira
IG - Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Dedico esse trabalho ao meu pai (*in memoriam*) e a minha mãe pelo amor incondicional; e também ao meu esposo José Luis pelo incentivo, confiança e apoio constantes. Em vocês tive a felicidade de conhecer o sentido de amar.

AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos a Deus (a energia maior que nos move), por direcionar sempre os meus passos, seja nos momentos de turbulência, de incertezas ou de felicidade.

Agradeço imensamente ao Departamento de Geografia (GEA), da Universidade de Brasília (UnB), onde fui tão bem acolhida desde os anos de 2013 quando me matriculei como aluna Especial no Programa de Pós-Graduação em Geografia (Pós-GEA). Agradeço a esse Programa na Pessoa dos Professores Osmar Abílio Júnior e Roberto Trancoso, que forma Coordenadores enquanto eu estive na empreitada do Doutorado. Agradeço também aos servidores do Pós-GEA, Jorge e Agnelo, pela presteza, simpatia e auxílios constante, por telefone, e-mail ou presencial.

Agradeço a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo o financeiro que foi essencial à realização dessa pesquisa.

Agradeço aos professores vinculados ao Programa de Pós-graduação, em especial: Everaldo Costa, Fernando Luiz, Marília Peluso, Lúcia Cony, Glória Vargas que estiveram à frente das disciplinas por mim cursadas durante o doutoramento.

Agradeço de modo especial ao meu querido orientador, Prof. Fernando Luiz Araújo Sobrinho, que de forma muito comprometida e sábia soube conduzir a orientação, com reuniões, leituras, indicações e participação nos trabalhos de campo em Alexânia. A confiança dispensada e o incentivo à participação em congressos e atividades acadêmicas foram primorosos ao desenvolvimento deste estudo. Para além da orientação acadêmica, tornou-se um grande amigo e incentivador, na academia e na vida. A generosidade de seu coração supera todos os empecilhos.

Agradeço aos membros da banca, os professores: Denis Castilho; João Mendes da Rocha Neto; Marília Luiza Peluso; e William Rodrigues Ferreira por terem se disponibilizado prontamente a fazerem a leitura e avaliação desse trabalho. Reitero meus agradecimentos aos professores João Mendes da Rocha Neto, Juscelino Eudâmidas Bezerra, Marília Luiza Peluso e Shadia Husseini de Araújo pela participação também na banca de qualificação, em setembro de 2016.

Agradeço aos amigos do Doutorado, sobretudo, Carla Guadani, Luana Nunes e Celson Gomes pelo carinho e momentos de descontração. A Lara Cristine pela generosidade, pelas conversas e pelo apoio cartográfico; você foi muito importante ao início e à finalização desse estudo. Muito obrigada ainda a Wallace Pantoja pelas discussões que contribuíram à

compreensão do distrito de Olhos d'Água. A Roberto Pizarro agradeço pela disponibilização do material cartográfico que vieram a enriquecer o presente estudo.

Agradeço ao aprendizado obtido junto à Universidade Aberta do Brasil por meio da Educação à Distância do curso de Geografia onde ministrei algumas disciplinas. Ao Prof. Fernando Sobrinho agradeço pelo convite e oportunidade de aprendizado e às Professoras Marília Peluso e Roselir Oliveira pela experiência compartilhada. Aos servidores Henrique e Simoni Hiaglis pela paciência e permanente apoio ao nosso trabalho.

O Prof. Denis Castilho pela doação do seu livro e por tão atenciosamente haver disponibilizado material bibliográfico e cartográfico para composição da tese. Foram contribuições ricas que permitiram pensar sob bases teóricas consistentes.

A Ana Célia, Ana Roberta, Daniele Valverde e Marxem Luiz, pessoas queridas que apoiaram e incentivaram a realização desse trabalho.

Agradeço ao Luiz Cláudio e Galeno Furtado que em Alexânia me deram todo o apoio com contatos, informações e materiais que enriqueceram esse estudo. Em Olhos d'Água agradeço especialmente ao Professor Armando Faria, a Fatinha, a Helenita, a Dona Bilú e ao Lourenço pelo carinho e acolhida e pelas conversas frutíferas que foram essenciais a compreensão da comunidade no contexto municipal. Muito obrigada ainda aos demais moradores desse distrito que contribuíram nas entrevistas realizadas.

Agradeço a Juliana Lee e ao Gustavo Tolentino pelo trabalho cartográfico do estudo.

Agradeço e reitero meu carinho e admiração às pessoas que realmente estiveram ao meu lado nesse processo: meu esposo, José Luis que não observante ser um economista aventurou-se nas discussões pós-modernas propostas por Harvey e Santos. E não mediu esforços para contribuir no desenvolvimento da pesquisa: nas leituras paralelas e discussões conceituais da Geografia. As suas contribuições e participação nos trabalhos de campo, nas correções dos textos, nas viagens aos congressos e nos registros fotográficos foram inestimáveis. Todo o apoio e esforço por você empreendido, especialmente aos fins de semana, quando eu o deixava sozinho para mergulhar nos estudos, foram essenciais para finalização desse trabalho. Obrigada pela alegria do nosso amor.

Agradeço carinhosamente à minha irmã Elizete. Sua eterna amizade, apoio e parceria tem sido primordial em minha vida. Desde que saí da casa de nossos pais – em busca de aprender mais na vida -, sua presença me conforta e seu sorriso me acalma.

Agradeço ainda a torcida de Lúcia Aragão que desde o mestrado, em Fortaleza, tem sido essa luz boa que a vida colocou em meu caminho. E aos meus cunhados Jonas, Graça e Fernando Santos pelo permanente apoio e carinho. A esse último vai meu agradecimento

especial por compartilhar de suas leituras e reflexões filosóficas as quais foram primordiais para a evolução dessa pesquisa. Muito obrigada a você Fernando pela generosidade de seu coração, pelo incentivo e compromisso em revisar tão pacientemente todo o texto da tese.

Agradeço a todos os meus familiares: irmãos e sobrinhos que sempre torceram por mim e se preocuparam com minha pesquisa, mesmo que muitas de vezes não compreendessem bem como é ser Doutora na Geografia, tamanha é simplicidade de seus cotidianos.

Agradeço muito à minha mãe, Ilma Pereira Silva, por todo empenho e dedicação em minha formação. As suas preces aumentam a minha fé. Ao meu pai (*in memoriam*) pela parceria, amizade e dedicação única. O seu sorriso e o seu olhar constante foram fundamentais na minha educação e no meu crescimento pessoal. Agradeço pela dedicação e apoio em toda a minha formação. A sua luta, as suas escolhas e a sua sabedoria permitiram a minha chegada até aqui.

A todos que contribuíram para a realização dessa pesquisa, sejam: amigos, familiares, entrevistados, agentes sociais, enfim, àqueles que foram fundamentais para a conclusão desse trabalho.

Muito Obrigada!

Como um sistema que a tudo unifica e dá sentido próprio, original: o modo de vida camponês que estrutura formas de sentir, pensar, de representar o mundo, a vida e a ordem social, de trocar entre pessoas bens, serviços e símbolos, de criar e fazer segundo as regras da sabedoria tradicional e os costumes que as pessoas seguem com raras dúvidas. Situações, relações, representações e objetos atuais e, no entanto, vindos de uma tradição perdida no tempo. Quem sabe, um tempo anterior ainda ao "tempo dos antigos", que a memória dos velhos não quer esquecer? Um tempo em que havia "fartura" e "respeito" e de onde se crê em Santo Antônio [do Ôlho] D'Água [de onde] vieram todas as coisas boas do mundo (BRANDÃO, 2000, p. 21).

RESUMO

O estudo integrado do município de Alexânia buscou entender e analisar a reconfiguração do seu território municipal a partir da construção de Brasília que resultou na edificação da BR-060. Essa rede técnica tem tido importante papel no processo de reconfiguração territorial alexaniense e configura-se em um dos principais eixos de circulação, leste-oeste, do território goiano. O eixo Brasília-Goiânia, situado nesta rodovia, é um dos principais do país em referência ao dinamismo econômico e à complementação econômica dos oito municípios por ele cortados. Assim, o recorte espacial foi o município de Alexânia (Goiás) e o recorte temporal correspondeu à década de 1950 aos atuais. O estudo teve como objetivo principal entender a produção do território municipal alexaniense a partir do contexto que resultou na criação da cidade de Alexânia (atual sede) e no advento do agronegócio municipal. Buscou identificar e analisar as dinâmicas socioespaciais e as redes estabelecidas (urbano-rural), os agentes sociais envolvidos e a inserção municipal na rede de cidades do agronegócio goiano. Nesse pequeno município verificou-se que, além do agronegócio, há também outras atividades econômicas que resultam na reconfiguração do território municipal, são elas: a indústria de bebidas Heneken, o Outlet Premium Brasília, o Distrito Agroindustrial de Alexânia (DIAL) e o lago da UHE Corumbá IV. Foi verificada as repercussões e os efeitos gerados por essas atividades cujos circuitos espaciais da produção resultante ocorrem por meio da BR-060. Enquanto rede técnica os fluxos resultantes dessa rodovia tanto capturam quanto segregam porções específicas do território municipal.

Palavras Chaves: Reconfiguração territorial, Olhos d'Água, Alexânia (GO), BR-060, agronegócio, circuitos espaciais da produção.

ABSTRACT

The integrated study of the municipality of Alexânia sought to understand and analyze the reconfiguration of its municipal territory from the construction of Brasília that resulted in the construction of BR-060. This technical network has played an important role in the process of reconfiguration of the territory and is one of the main axes of circulation, east-west, of the territory of Goiás. The Brasília-Goiânia axis, located on this highway, is one of the main ones of the country in reference to the economic dynamism and the economic complementation of the eight municipalities that it cut. Thus, the spatial clipping was the municipality of Alexânia (Goiás) and the temporal cutback corresponded to the 1950s to the present. The main objective of the study was to understand the production of the municipal territory of alexaniense from the context that resulted in the creation of the city of Alexânia (current headquarters) and the advent of municipal agribusiness. It sought to identify and analyze the socio-spatial dynamics and established networks (urban-rural), the social agents involved and the municipal insertion in the network of cities of the agribusiness of Goiás. In addition to agribusiness, there are other economic activities that result in the reconfiguration of the municipal territory, such as the Heneken beverage industry, the Brasília Outlet Premium, the Alexia Agroindustrial District (DIAL) and the lake of the UHE Corumbá IV. The repercussions and effects generated by these activities were verified whose spatial circuits of the resulting production occur through BR-060. As a technical network, the resulting flows of this highway both capture and segregate specific portions of the municipal territory.

Keywords: Territorial reconfiguration, Olhos d'Água, Alexânia (GO), BR-060, agribusiness, space circuits of production.

RESUMEN

El estudio integrado del municipio de Alexânia buscó entender y analizar la reconfiguración de su territorio municipal a partir de la construcción de Brasília que resultó en la edificación de la BR-060. Esta red técnica ha tenido un importante papel en el proceso de reconfiguración territorial alexaniense y se configura en uno de los principales ejes de circulación, este-oeste, del territorio goiano. El eje Brasília-Goiânia, situado en esta carretera, es uno de los principales del país en referencia al dinamismo económico ya la complementación económica de los ocho municipios por él cortados. Así, el recorte espacial fue el municipio de Alexânia (Goiás) y el recorte temporal correspondió a la década de 1950 a los actuales. El estudio tuvo como objetivo principal entender la producción del territorio municipal alexaniense a partir del contexto que resultó en la creación de la ciudad de Alexânia (actual sede) y en el advenimiento del agronegocio municipal. Se buscó identificar y analizar las dinámicas socioespaciales y las redes establecidas (urbano-rural), los agentes sociales involucrados y la inserción municipal en la red de ciudades del agronegocio goiano. En este pequeño municipio se verificó que, además del agronegocio, hay también otras actividades económicas que resultan en la reconfiguración del territorio municipal, son ellas: la industria de bebidas Heiken, el Outlet Premium Brasília, el Distrito Agroindustrial de Alexânia (DIAL) y el lago de la UHE Corumbá IV. Se verificaron las repercusiones y los efectos generados por esas actividades cuyos circuitos espaciales de la producción resultante ocurren por medio de la BR-060. En cuanto red técnica los flujos resultantes de esa carretera tanto capturan cuanto segregan porciones específicas del territorio municipal.

Palabras clave: Reconfiguración territorial, Olhos d'Água, Alexânia (GO), BR-060, agronegocio, circuitos espaciales de la producción.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Município de Alexânia, Goiás.....	30
Figura 2 - Estado de Goiás: recorte espacial para análise regional.	42
Figura 3 - Espacialização das 10 Regiões de Planejamento de Goiás.....	43
Figura 4 - Evolução da Rede Rodoviária no Brasil.....	66
Figura 5 - Rede Rodoviária Federal no Brasil (2011).	67
Figura 6 - Capela Nossa Senhora da Penha na Cidade de Corumbá.	78
Figura 7 - Caminhos de ontem e de hoje em direção a Goiás - Tocantins.....	80
Figura 8 - Olhos d'Água: a mina de água que abastecia os tropeiros e a partir da qual se originou a comunidade.	83
Figura 9 - Olhos d'Água: a Igreja de Santo Antônio de Pádua e ao fundo as primeiras casas.....	84
Figura 10 - Olhos d'Água: serraria movida a água e o transporte da madeira na comunidade.	86
Figura 11 - Olhos d'Água: casas no entorno da Praça Santo Antônio.	87
Figura 12 - Olhos d'Água: o transporte de madeira em carros de bois e a venda do carro em loja de móveis rústicos em Alexânia.	89
Figura 13 - Olhos d'Água: agricultor no processo de debulha de feijão.....	90
Figura 14 - Olhos d'Água: mulheres no trabalho de descaroçar o algodão, transformá-lo em fio e trançá-lo no tear.....	90
Figura 15 - Olhos d'Água: oficinas de carpintaria e marcenaria.....	91
Figura 16 - Olhos d'Água: grupos de catira em apresentação na comunidade.	95
Figura 17 - Olhos d'Água: Rua 25 de Dezembro (em 1972 e em 2017), principal acesso ao Distrito.....	97
Figura 18 - Moradores e seus produtos na 8ª Feira do Troca de Olhos d'Água em Julho de 1976.	102
Figura 19 - Unidades federativas do Brasil cortadas pela BR-06.....	109
Figura 20 - BR-060: obras de duplicação.....	110
Figura 21 - BR-060: Duplicação entre Goiânia e Jataí (2014).....	110
Figura 22 - BR-060: obras de duplicação.....	111
Figura 23 - BR-060: Praças de Pedágio P01 entre Alexânia e Abadiânia.....	112
Figura 24 - BR-060: eixo Brasília-Goiânia e as cidades cortadas pela estrada.....	113
Figura 25 - Brasília - MetrÓpole Nacional: conexões externas.	114
Figura 26 - Goiânia: a metrÓpole e suas conexões externas.....	116

Figura 27 - Abadiânia Velha: praça principal e casas da comunidade.....	117
Figura 28 - Abadiânia Nova: área central da cidade e a Casa Dom Inácio de Loyola.....	118
Figura 29 - Cidade de Alexânia: panorâmica do centro da cidade com a igreja matriz em primeiro plano.....	120
Figura 30 - Município de Alexânia: localização geográfica e alguns usos territoriais.....	121
Figura 31 - Sudoeste Goiano: granjas de aves e suínos (2015).	130
Figura 32 - Rede Rodoviária Federa e Estadual de Goiás (2014).	132
Figura 34 - Total do PIB a preços correntes em Alexânia, no período de 1999 a 2014.....	133
Figura 35 - Uso do território pela agropecuária no município de Alexânia, em 1985.....	137
Figura 36 - Alexânia: evolução da população urbana e rural (1980 a 2010).....	140
Figura 37 - Sindicato dos Produtores Rurais de Alexânia.....	142
Figura 38 - Alexânia: evolução do PIB da agropecuária (em mil R\$) no Período de 1999 a 2014.	142
Figura 39 - Série Histórica: participação da soja no total da produção agrícola, de Alexânia e do Brasil, no período de 1999 a 2010.....	145
Figura 40 - Série Histórica: participação da cana-de-açúcar no total da produção agrícola, de Alexânia e do Brasil, no período de 1999 a 2010.....	146
Figura 41 - Série Histórica: participação do milho no total da produção agrícola, de Alexânia e do Brasil, no período de 1999 a 2010.	146
Figura 42 - Silos para Armazenagem de Grãos em Alexânia.....	147
Figura 43 - Alexânia: localização de Olhos d'Água e da rodovia estadual GO-139.....	147
Figura 44 - Pavimentação da rodovia GO-139 em Alexânia.....	148
Figura 45 - Principais produtos da agroindústria Mano Velho.	149
Figura 46 - Peças de propaganda da matriz genética de qualidade superior de gado leiteiro em fazenda Alexaniense.....	151
Figura 47 - Alexânia: peças de propaganda do 5º leilão de gado gir leiteiro e girolando, versão 2017.	153
Figura 48 - Peça de propaganda de leilão virtual, versão 2016, de gado gir leiteiro realizado em Alexânia.....	154
Figura 49 - Peça de propaganda da 1ª Copa de marcha de muares em Alexânia.....	154
Figura 50 - Peça de propaganda da 1ª Copa de marcha de muares em Alexânia.....	155
Figura 51 - Alexânia: propriedades com reflorestamento de eucalipto.....	158
Figura 52 - I Expoagro: Feira do Agronegócio de Alexânia.	158
Figura 53 - Alexânia: fachada principal da agroindústria Peixe Brasil.....	160

Figura 54 - Principais produtos comercializados pela agroindústria Peixe Brasil.	160
Figura 55 - Pátio interno e lateral esquerda da estrutura da agroindústria UNICRIA.....	161
Figura 56 - Comercialização da Cachaça Cambéba.	162
Figura 57 - Comercialização da Cachaça DOMINISTRO.	163
Figura 58 - Fachada do Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Alexânia.	164
Figura 59 - Alexânia: Feira do Produtor Familiar.	166
Figura 60 - Perfil latitudinal do relevo no município de Alexânia - Goiás (2016).....	169
Figura 61 - Receitas orçamentárias de Alexânia (R\$ Mil), recolhidas aos cofres públicos no período de 1999 a 2014.	174
Figura 62 - Alexânia: evolução do PIB da indústria a preços correntes (em mil R\$) no período de 1999 a 2014.....	175
Figura 63 - A então indústria de cerveja Schincariol.	177
Figura 64 - A então indústria de cerveja Brasil Kirin, com planta ampliada.	178
Figura 65 - A cervejaria agora com a nova placa da Heineken.....	180
Figura 66 - Vista panorâmica do Distrito Industrial de Alexânia.....	183
Figura 67 - DIAL: placa de identificação na entrada principal.	184
Figura 68 - <i>Outlet Premium</i> Brasília em Alexânia.	188
Figura 69 - Principais lojas e marcas participantes do <i>Outlet Premium</i> Brasília em Alexânia.	189
Figura 70 - Ônibus e micro-ônibus utilizados para transportar os trabalhadores das lojas do <i>Outlet Premium</i> Brasília.	192
Figura 71 - Alexânia: evolução do PIB dos serviços a preços correntes (em mil R\$) no período de 1999 a 2014.	193
Figura 72 - Consumo de energia elétrica no setor comercial em Alexânia no período de 2005 a 2016.	193
Figura 73 - Rio Corumbá no trecho de planície e de relevo acidentado.	194
Figura 74 - Localização do Lago da Usina Hidrelétrica de Corumbá IV.....	196
Figura 75 - Lago da UHE Corumbá IV em Alexânia: anúncio e venda de lotes pelo setor imobiliário.	197
Figura 76 - Os usos do território no entorno da UHE Corumbá IV – Alexânia.....	198
Figura 77 - Maquete do <i>Tauá Resort & Convention</i> Alexânia.....	200
Figura 78 – Olhos d’Água: segundas residências na área central e no entorno do núcleo urbano.	202
Figura 79 - Olhos d’Água: condomínio residencial consolidado.....	203

Figura 80 - Olhos d'Água: condomínios residenciais em consolidação.	203
Figura 81 - Alexânia: hotel fazenda.	204
Figura 82 - Alexânia: principais serviços encontrados na sede municipal.....	205
Figura 83 - Presença do SICOOB em Alexânia.	211
Figura 84 - Alexânia: casas de produtos agropecuários e oficinas para caminhões e grande máquinas.....	212
Figura 85 - Alexânia: transporte de equipamentos para propriedades agrícolas.....	213
Figura 86 - Alexânia: agroindústria no perímetro urbano da cidade.....	213
Figura 87 - Perfil longitudinal da BR-060 no município de Alexânia.	216
Figura 88 - Moradias em condições insalubres no município de Alexânia.....	218
Figura 89 - Sistema de abastecimento de água Corumbá.....	238
Figura 90 - Alexânia: circuitos espaciais da produção municipal.....	242
Figura 91 - Olhos d'Água: pousadas e restaurantes.	244
Figura 92 - Olhos d'Água: produção artesanal.....	246

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Categorização das Rodovias no Brasil.	64
Tabela 2 - Município de Alexânia. Evolução do Produto Interno Bruto – de 1999 a 2014. ...	134
Tabela 3 - Alexânia: crescimento populacional - urbano e rural (1980 a 2010).	139
Tabela 4 - Lista de gêneros alimentícios comprados à agricultura familiar para a merenda escolar em Alexânia.....	167
Tabela 5 - Evolução do PIB da indústria a preços correntes (em mil R\$) em Alexânia no período de 1999 a 2014.	176
Tabela 6 - Total de Funcionários da Brasil Kirin no Brasil, por região: 2012 e 2013.	178
Tabela 7 - <i>Outlet Premium</i> Brasília: empregados por tipo de estabelecimento e local de moradia.	191
Tabela 8 - Valores repassados aos municípios atingidos pela barragem no período de abril de 2006 a março de 2016.....	198
Tabela 9 - Alexânia: Valores Repassados de Compensação Financeira e Royalties ao município no período de 2006 a 2016.	199
Tabela 10 - Alexânia: Densidade Populacional (1991 a 2016).	206
Tabela 11 - Alexânia: situação de empregabilidade no período de 1999 e 2015.	207
Tabela 12 - Alexânia: situação da estrutura de água, esgoto e energia entre os anos de 2000 e 2016.	214

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro Esquemático dos Capítulos da Tese.....	35
Quadro 2 - Elemento central à compreensão do fenômeno regional em Goiás.	48
Quadro 3 - Elemento acessório ao recorte regional de Goiás.....	51
Quadro 4 - Principais programas de governo para o estado de Goiás e os impactos regionais.....	72
Quadro 5 - De Olhos d'Água a Alexânia: marcos constitutivo do processo de evolução territorial local.	75
Quadro 6 - Principais expressões culturais da comunidade de Olhos d'Água.	93
Quadro 7 - Rodovias federais implantadas durante a construção de Brasília.	107
Quadro 8 - Genealogia dos municípios goianos cortados pela BR-060.	119
Quadro 9 - Alexânia: PIB a preços correntes (1999).....	135
Quadro 10 - Alexânia: principais produtos agrícolas, produtividade e área colhida (2000 a 2015).....	144
Quadro 11 - Série histórica: principais efetivos da pecuária em Alexânia no período de 2000 a 2015.	150
Quadro 12 - Evolução da área (ha) com eucalipto em Alexânia, em Goiás e no Brasil (2003 a 2010).....	156
Quadro 13 - DIAL: principais empreendimentos industriais e comerciais instalados ou em instalação.	186
Quadro 14 - Alexânia: Indicadores de renda e desenvolvimento no ano de 2010.	208
Quadro 16 - Alexânia: Infraestrutura municipal em 2016.....	209

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ACORDE	Associação Comunitária do Desenvolvimento Sustentável de Olhos d'Água
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
AGETOP	Agencia Goiana de Transportes e Obras
APP	Área de Preservação Permanente
AGRODEFESA	Agência Goiana de Defesa Agropecuária.
CAESB	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CANG	Colônia Agrícola Nacional.
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEASA	Central de Abastecimento do Distrito Federal
CELG	Centrais Elétricas de Goiás S/A
CHESP	Companhia Hidrelétrica São Patrício
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CONCEBRA	Concessionário das Rodovias Centrais do Brasil S.A.
DAIA	Distrito Agroindustrial de Anápolis
DIAL	Distrito Agroindustrial de Alexânia
DNER	Departamento Nacional de Estradas e Rodagens
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Município
IMB	Instituto Mauro Borges
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
MBA	<i>Master in Business Administration</i>
MTEM	Ministério do Trabalho e Emprego
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal
RPA	Região Produtiva do Agronegócio
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDEM	Secretário de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico
SEFAZ - GO	Secretaria da Fazenda - Goiás
SEGPLAN	Secretaria de Gestão e Planejamento de Goiás
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIEG	Sistema Estadual de Geoinformação de Goiás
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SINPRAL	Sindicato dos Produtores Rurais de Alexânia
STTRA	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alexânia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
UHE Corumbá IV	Usina Hidrelétrica Corumbá IV
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	12
LISTA DE TABELAS.....	16
LISTA DE QUADROS.....	17
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES.....	18
NOTA INTRODUTÓRIA.....	21
APRESENTAÇÃO DA PESQUISA – RECORTES E PROBLEMATIZAÇÃO.....	27
CAPÍTULO I - REGIÃO, TERRITÓRIO E REDE E A AÇÃO DO ESTADO NA CONSTITUIÇÃO DAS REDES TÉCNICAS.....	36
1.1 REGIÃO: A DISCUSSÃO DO CONCEITO PARA A COMPREENSÃO DA FORMAÇÃO REGIONAL GOIANA.....	38
1.2 TERRITÓRIO: ALGUNS APONTAMENTOS	52
1.3 REDE: EM BUSCA DE UMA ABORDAGEM CONCEITUAL INTEGRADORA PARA A COMPREENSÃO DO FENÔMENO REGIONAL.....	56
1.4 A REDE RODOVIÁRIA NO BRASIL E A AÇÃO DO ESTADO NA RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL	60
CAPÍTULO II - A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE GOIÁS.....	69
2.1 A MARCHA PARA O OESTE, A CANG E GOIÂNIA: A PRESENÇA DO ESTADO NA RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL GOIANA	70
2.2 DE OLHOS D’ÁGUA A ALEXÂNIA: UMA HISTÓRIA DO PRESENTE SOBRE A DINÂMICA TERRITORIAL MUNICIPAL.....	74
2.2.1 CORUMBÁ DE GOIÁS E A GÊNESE DE OLHOS D’ÁGUA.....	76
2.2.2 SANTA ROSA, SÃO DOMINGOS E A MINA DE ÁGUA	82
2.2.3 EVOLUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA COMUNIDADE DE OLHOS D’ÁGUA.....	85
2.2.4 O DISTRITO DE OLHOS D’ÁGUA: CONTEXTO ATUAL DE USOS DO TERRITÓRIO.....	98
2.2.4.1 A FEIRA DO TROCA: DA ORIGEM AOS DIAS ATUAIS.	100
2.3 BRASÍLIA E O SEU SENTIDO NA RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DE GOIÁS.....	105
2.4 A BR-060 E O EIXO BRASÍLIA GOIÂNIA: CONTEXTO REGIONAL E LOCAL.....	108
CAPÍTULO III - O AGRONEGÓCIO, SUAS FORMAS E SEUS EFEITOS NA RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DE ALEXÂNIA.....	122
3.1 A MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA EM GOIÁS E AS REPERCUSSÕES NA RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DE ALEXÂNIA	123
3.2 A DINÂMICA ECONÔMICA DE ALEXÂNIA A PARTIR DO AGRONEGÓCIO.....	133

3.2.1 O AGRONEGÓCIO: AS REPERCUSSÕES E AS RECONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS	140
3.2.1.1 A AGRICULTURA MUNICIPAL: A PRODUÇÃO E OS FLUXOS RESULTANTES	143
3.2.1.2 A PECUÁRIA MUNICIPAL: A PRODUÇÃO E OS FLUXOS RESULTANTES	149
3.2.1.3 AGROINDÚSTRIAS: FLUXOS E DINÂMICAS ESPACIAIS	159
3.2.2 A AGRICULTURA FAMILIAR: OS TERRITÓRIOS E AS CONEXÕES ESPACIAIS	164
3.2.2.1 OS PRINCIPAIS PRODUTOS E A COMERCIALIZAÇÃO	165
3.3 OS EFEITOS RESULTANTES DO AGRONEGÓCIO EM ALEXÂNIA	168
CAPÍTULO IV - ALEXÂNIA: OUTROS VETORES, NOVAS DINÂMICAS ECONÔMICAS, NOVOS PROCESSOS DE RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL	172
4.1 A DINÂMICA ECONÔMICA DA INDÚSTRIA E DOS SERVIÇOS	173
4.1.1 A INDÚSTRIA DE BEBIDAS	177
4.1.2 O DISTRITO AGROINDUSTRIAL DE ALEXÂNIA	182
4.1.3 O <i>OUTLET PREMIUM</i> BRASÍLIA	187
4.1.4 O LAGO DA UHE CORUMBÁ IV	194
4.1.5 O TURISMO	201
4.2 OS SERVIÇOS URBANOS E O CENÁRIO DEMOGRÁFICO	204
4.2.1 O CENÁRIO DEMOGRÁFICO MUNICIPAL	206
4.2.2 A ESTRUTURA URBANA	210
4.2.3 AS MORADIAS EM CONDIÇÕES INSALUBRES	217
CAPÍTULO V - A RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL A PARTIR DA BR-060 E O MITO DO PROGRESSO: O DESENVOLVIMENTO INCOMPLETO EM ALEXÂNIA	220
5.1 EIXO ESTRATÉGICO DE INTEGRAÇÃO: O SENTIDO DA BR-060 NA RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DE ALEXÂNIA	221
5.2 OLHOS D'ÁGUA: A INTEGRAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS FAMILIARES COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	243
5.3 ALEXÂNIA E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – O MITO DO PROGRESSO	247
CONSIDERAÇÕES FINAIS	250
REFERÊNCIAS	255
APÊNDICES	264

NOTA INTRODUTÓRIA

Conforme discussão realizada neste estudo identificou-se a histórica presença do Estado brasileiro no planejamento, concepção e implantação da rede rodoviária brasileira. Sob o discurso do progresso e da integração nacional o Estado criou, ampliou e estabeleceu a rede rodoviária nacional em atendimento aos interesses de fluidez espacial voltados à expansão do capital.

As políticas analisadas, no recorte temporal desse estudo – 1950 aos dias atuais, representadas pelos Planos Nacional de Desenvolvimento (PND), pela edificação de Brasília e pela construção da BR-060 constatou que o Estado cumpriu a integração, que além da territorial foi também das demandas produtivas e de mercado. Os dados e informações confirmaram que, nas décadas de 1950 a 1980, permaneceram as políticas do Estado sobre o território nacional na continuação da edificação de novas estradas e no melhoramento das já existentes. Outro elemento verificado foi que a busca pela integração do território nacional, por meio das políticas do Estado, resultaram no desenvolvimento desigual das regiões no país.

O recorte espacial de análise foi o estado de Goiás e a mudança de escala de análise indicou que o resultado das políticas do Estado gerou um desenvolvimento desigual do território estadual. Destarte, esse território teve na Marcha para o Oeste, na Colônia Agrícola Nacional (CANG), na edificação de Goiânia e Brasília, nas BR-153 e BR-060 e nos PNDs importantes variáveis ao seu processo de formação territorial. Entretanto, frente ao recorte temporal desse estudo priorizou-se a análise da construção de Brasília e da BR-060 e na contextualização dos resultados dos PNDs frente à modernização agrícola do agronegócio goiano. Essas políticas contribuíram na melhor análise das repercussões das ações do Estado na reconfiguração de Alexânia.

Verificou-se que a construção das duas capitais planejadas no interior do país foi estratégia eficaz voltada ao povoamento regional. Para Arrais (2008) os planos urbanísticos e arquitetônicos dessas cidades indicavam o projeto de modernização das elites regionais e nacionais que criavam duas cidades ideais negando assim o retrato da sociedade que as criou. O discurso da integração realizada via Estado e materializados por meio dessas cidades em verdade foi a precondição a uma modernização conservadora frente à segregação resultante dessas políticas.

Quanto ao recorte temporal, para compreensão do contexto alexaniense, foram contextualizadas as seguintes políticas de integração do território goiano: o Programa de Ação Econômica do Governo (1964 a 1966); o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico

(1967 a 1976); o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972 a 1974); e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975 a 1979). Essas ações tiveram grande repercussão na reconfiguração territorial de Goiás pela agricultura. Constatou-se que o Estado tem tido papel essencial na integração do território nacional por meio da implementação dessas políticas e planos e em Goiás, as duas últimas políticas resultaram na modernização agrícola e no aprofundamento do agronegócio na região. A discussão dessas políticas permitiu compreender o sentido da densidade técnica, criada nos lugares, decorrente das ações do Estado que também construiu uma densidade normativa (SANTOS e SILVEIRA, 2012) que concedeu e combinou satisfatoriamente proteções e atrativos legais à instalação do agronegócio no país, em Goiás e em Alexânia.

Constatou-se que o contexto de origem do município de Alexânia, desde Olhos d'Água e sua evolução também, possui relação com os fluxos e a centralidade originada de Brasília (enquanto ação do Estado) e a consolidação do eixo Brasília-Goiânia, na BR-060, contribui na reconfiguração do território alexaniense.

Essa a rodovia foi resultante da expansão da malha rodoviária no país e decorreu da construção de Brasília. A edificação desse modal foi determinante à transferência da sede municipal para a borda dessa via. A reconfiguração municipal associada a esse aspecto foi da mudança do eixo municipal de desenvolvimento então transferido para a nova cidade (Alexânia) que passou a se desenvolver sob as demandas dos fluxos decorrentes da rodovia. Desde então, essa rede técnica tem capturado o território municipal e contribuído no crescimento econômico de territórios especializados articulados ao agronegócio estadual, nacional e global.

Verificou-se também que há sim outros processos de produção do território municipal que resultam da presença da BR-060 e que repercutem no contexto socioeconômico municipal e rebatem na reconfiguração territorial. Desse modo, a indústria de bebidas, o *Outlet*, o Distrito Agroindustrial de Alexânia (DIAL) e a Usina Hidrelétrica de Corumbá IV (UHE Corumbá IV) são territórios de produção do capital cujas dinâmicas atuam na reconfiguração do território municipal.

Foi constatado que há um mito do progresso vinculado ao desenvolvimento das atividades econômicas acima relacionadas que é apoiado e financiado pelo Estado. No município, verificou-se que o desenvolvimento econômico (resultante do agronegócio, da indústria de bebidas, do *Outlet*, do DIAL e da UHE Corumbá IV) é concentrado e incompleto gerando as contradições e os conflitos que se evidenciaram em impactos negativos no território municipal. Identificou-se que o Estado – nas esferas federal, estadual e municipal -

tem se empenhado para garantir a instalação de grandes estruturas produtivas. Em Alexânia, se verificou as voltadas ao agronegócio, a indústria de bebidas, ao *Outlet*, ao DIAL e a UHE Corumbá IV como exemplo daquelas estruturas que são instaladas sob o discurso do progresso. Entretanto, esse discurso desconsidera importantes elementos reveladores das exclusões socioespaciais resultante do modelo de desenvolvimento em curso.

A escolha desse município para o desenvolvimento da pesquisa justifica-se pelo interesse em compreender o fenômeno de reconfiguração do territorial municipal e sua inserção na rede de cidades do agronegócio goiano. Inicialmente a construção da BR-060 foi o elemento determinante da inserção municipal em outra lógica então imposta pela via.

Esse estudo é pioneiro em referência a sua proposta de analisar o município de Alexânia de forma integrada, a partir do sentido de uma rede técnica, a BR-060, sobre como o agronegócio e de outros dinamismos econômicos hoje verificados no território municipal, no contexto da formação regional goiana. Quanto ao estudo de Alexânia, identificou-se alguns resultados de pesquisas científicas que abordam diferentes aspectos (recortes) do município e versam sobre: a origem do município; a comunidade de Olhos d'Água; os impactos socioambientais de um empreendimento industrial específico; o urbano municipal, no contexto urbano regional e de Brasília. É importante destacar que os resultados dessas reflexões foram essenciais ao desenvolvimento do presente estudo.

A presente tese possui como recorte espacial o município de Alexânia (Goiás) e o recorte temporal o período compreendido entre a década de 1950 e período atual. Aquela década corresponde ao contexto de criação da cidade de Alexânia e sua transformação em sede político e administrativa municipal, em detrimento de Olhos d'Água, cuja origem esteve então fortemente vinculada ao ciclo do ouro em Goiás.

Quanto ao período atual – contido no recorte temporal -, é importante o contexto da inserção municipal na lógica produtiva do agronegócio goiano, que tem rebatimento na reconfiguração territorial do município. Nessa reconfiguração, verifica-se a constituição de novos territórios dinâmicos e produtivos resultantes da agricultura moderna; em contraposição, há outros territórios que não se inserem no processo produtivo atual e estão à margem de todo o dinamismo econômico representado pela cadeia do agronegócio.

O contexto anterior ao recorte temporal será dado na abordagem da construção e do adensamento da rede rodoviária federal, da Marcha para o Oeste e da edificação de Goiânia, de forma que possibilitem a compreensão da lógica econômica nacional (Brasil) e estadual (Goiás), que repercutiram em processos territoriais locais e que resultaram na origem e formação do atual distrito de Olhos d'Água.

Em síntese, faz-se necessário compreender quais contextos são importantes para o desenvolvimento da atividade do agronegócio municipal; quais relações essa atividade estabelece; quais dinamismos são verificados; quais as exclusões resultantes; e quais os efeitos e as transformações que ocorreram no município ao longo do período que se propõe estudar, no presente estudo, tendo como principal elemento econômico o agronegócio.

A tese teve como objetivo principal entender a produção do território municipal alexaniense a partir do contexto de criação da cidade de Alexânia e do advento do agronegócio, na busca de identificar e analisar as dinâmicas socioespaciais e as redes estabelecidas (urbano-rural), os agentes sociais envolvidos e a inserção municipal na rede de cidades do agronegócio goiano. Como objetivos específicos, pretendeu-se: a) Realizar uma revisão dos conceitos de Região, Território e Rede e verificar o papel do Estado no contexto de edificação e expansão da malha rodoviária nacional como contribuição ao entendimento do fenômeno regional Goiano; b) Verificar os contextos – nacional e estadual – de origem e evolução do Distrito de Olhos d'Água até a mudança geográfica da sede municipal para a cidade de Alexânia inserida no contexto de construção da BR-060, sua evolução com o agronegócio e o sentido do eixo Brasília-Goiânia sobre a reconfiguração territorial alexaniense; c) Compreender o contexto da origem e evolução do agronegócio no município, o seu rebatimento sobre a reconfiguração do território municipal, os efeitos resultantes; e as conexões e fluxos estabelecidos na rede de cidades do agronegócio goiano; d) Verificar se há outros processos de produção territorial no município de Alexânia resultantes da presença da BR-060 e quais os efeitos gerados; e) Verificar o discurso do progresso e do desenvolvimento econômico vinculado ao contexto do agronegócio frente à condição de Alexânia enquanto nó da rede de cidades do agronegócio goiano, seus efeitos e possíveis alternativas a esse modelo produtivo.

Para o desenvolvimento dos objetivos propostos, foram necessárias algumas etapas metodológicas, que podem ser sintetizadas em cinco grandes fases: **1)** Levantamento teórico, metodológico e conceitual – ao longo do desenvolvimento da tese –, e levantamento de dados primários e secundários - em órgãos competentes e instituições públicas e privadas -, relacionados à temática da pesquisa; **2)** Confecção e apresentação do relatório de qualificação da pesquisa em setembro de 2016; **3)** Realização de trabalhos de campo no município de Alexânia para observações e entrevistas com os principais atores sociais envolvidos (lideranças comunitárias, pequenos agricultores, secretários de agricultura e indústria, diretores agrícolas, técnicos da Secretaria da Fazenda Estadual sediados no município, representante do sindicato dos trabalhadores rurais, representante do sindicato dos produtores

rurais, empresários do setor agropecuário). Foram realizados onze trabalhos de campo, nas seguintes datas: julho e dezembro de 2014; abril, junho, novembro e dezembro de 2015; junho e dezembro de 2016; maio, agosto e setembro de 2017. Nessa etapa, também se fez importante a tabulação dos dados levantados (prévios e de campo), a elaboração de mapas – utilizando-se o SIG *ArcGIS* –, a produção dos perfis de solo – por meio do *AutoCAD* e do *Word* –, e dos conjuntos de imagens apresentadas em bloco – por meio do *PhotoScape*; **4)** Apresentação dos primeiros resultados em congressos nacionais e internacionais e a respectiva publicação de oito artigos científicos; **5)** E, por fim, análises das informações obtidas, construção de textos parciais, amadurecimento teórico-empírico para posterior redação final e defesa da tese.

Com o desenvolvimento da presente tese, **defende-se** que Alexânia é um ponto na rede de cidades do agronegócio goiano e que essa atividade tem importância ímpar na reconfiguração do território municipal. A cidade de Alexânia foi construída na borda da BR-060 e nos anos seguintes foi transformada em sede municipal. O modal, como ação do Estado na consolidação do papel dinamizador de Brasília, foi transformado na principal rede técnica goiana por onde se realiza o agronegócio no estado. A aceleração do tempo e das técnicas associadas à modernidade atual tem contribuído para a intensificação dos fluxos da BR-060. Nessa rodovia, configura-se um importante eixo de desenvolvimento que corresponde ao eixo Brasília-Goiânia. Nele tem ocorrido uma crescente dinamização econômica que promove a reconfiguração do território de Alexânia, a qual, além do agronegócio, tem apresentado também dinamismo em outras atividades econômicas, como os setores industriais e de serviços.

A posição geográfica estratégica da sede municipal é favorável ao desenvolvimento do agronegócio no município, que tem se desenvolvido desde os primeiros anos do século XXI e atualmente está em consolidação. A sua expressividade se dá principalmente nos ramos da produção da soja e da criação de gado e de frango, que se desenvolvem articulados a outros arranjos produtivos complementares, dentre os quais se encontra a agroindústria. É importante destacar que essas são espacialmente seletivas e desenvolvem-se sobre espaços geográficos mais favoráveis, seja pela presença de infraestrutura, seja pela topografia mais plana.

Nesse contexto do agronegócio, tem-se uma diversidade de fluxos estabelecidos entre os territórios produtivos municipal e outros goianos. Tal realidade sugere a inserção do município de Alexânia na rede de cidades do agronegócio estadual. São as transformações territoriais resultantes das atividades do ramo produtivo que indicam a existência de fluxos

espaciais de produção e comercialização que ocorrem em rede e tem na BR-060 a sua condição material de (re)produção.

Outros aspectos a serem considerados frente à posição geográfica estratégica da sede municipal referem-se aos fluxos urbanos originados das centralidades de Brasília e de Goiânia e ao estabelecimento de estruturas voltadas ao desenvolvimento de outras atividades econômicas – pelos setores industrial e de serviços –, que repercutem na reconfiguração territorial municipal.

A primeira situação resulta das conexões que Brasília mantém com Alexânia. Cabe a essa última servir como local de moradia para parcela dos trabalhadores da capital do país; servir como espaço de consumo e trabalho – no *Outlet* – para alguns moradores da capital; servir como espaço de descanso do *stress* urbano nas segundas residências em Olhos d'Água e nos condomínios do Lago da Barragem da UHE Corumbá IV.

Em referência à influência da capital do estado, além de Goiânia ser polo de excelência nas áreas médica e universitária (demandadas pela população alexaniense), tem-se também o estabelecimento de fluxos de comercialização da produção – leite, carne – do agronegócio de Alexânia. O fluxo da capital do país para Alexânia, por sua vez, se dá pelo interesse de consumo no *Outlet* e como espaço de descanso do *stress* urbano nas segundas residências nos condomínios do lago da Barragem Corumbá IV e em Olhos d'Água. Esses fluxos também contribuem para a reconfiguração territorial alexaniense.

É necessário ressaltar um importante contexto que foi desvelado ao longo do trabalho e refere-se a outras fortes dinâmicas econômicas que têm se desenvolvido no município e suas repercussões geram significativos rebatimentos na reconfiguração territorial local. As expressões materializadas pelo lago da UHE Corumbá IV, da indústria de bebidas, do DIAL e do *Outlet Premium* Brasília geram diversos fluxos locais e estaduais que, dentre outros aspectos, contribuem para o crescimento e diversificação econômica municipal.

Pela breve descrição percebe-se ser bem complexo o uso do território municipal, que, além do agronegócio, é utilizado por diversas outras atividades econômicas. Tais usos resultam de arranjos de múltiplos interesses originados em escalas global, nacional, estadual e municipal. E há uma sobreposição tanto de recortes quanto de interesses, resultantes de uma lógica interescalar, que rebatem na reconfiguração do território municipal de Alexânia. E são elas que estabelecem os diversos tipos de redes que extrapolam os limites administrativos municipais e a própria materialidade da BR-060 – como rede técnica. Essas redes – interconectadas pelos fluxos do capital – se estabelecem no local, no estadual, no nacional e

no internacional, razão por que Santos (2012b) afirma que há o global no local e o local no global.

Entretanto, os resultados econômicos gerados por essas atividades não alcançam de modo homogêneo todo o território municipal e não chegam a toda a população. Aqui reside o outro lado desse modelo econômico e seus efeitos negativos, revelados nas moradias insalubres, na ausência de saneamento básico, na ausência de transporte coletivo, na inadequada oferta de saúde pública e na degradação ambiental no entorno do lago da UHE Corumbá IV.

Destarte, a localização estratégica, a diversificação e o dinamismo econômico fortalecem o município de Alexânia em relação a outros municípios goianos em referência à racionalidade do capital. Ou seja, frente ao propósito de reprodução do sistema que implanta seus empreendimentos a partir da presença da técnica ou da mediação técnica, qual seja: a malha viária, as redes de telecomunicações e a base energética (LIPIETZ, 1988). Nesses termos, Alexânia está em vantagem comparativamente a outros territórios estaduais.

Por fim, defende-se que o desenvolvimento incompleto verificado no território municipal é estimulado pelo mito do progresso presente tanto no discurso do agronegócio quanto nos incentivos provindos das políticas do Estado. E o contexto econômico de inserção desse município na rede de cidades do agronegócio goiano é o mesmo que promove brutais efeitos socioambientais de que resultam contradições socioespaciais e conflitos de usos entre os diversos territórios produtivos classificados em outros setores econômicos – agronegócio x expansão urbana; agronegócio x uso da água para lazer e recreação; agronegócio x pequena agricultura.

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA – RECORTES E PROBLEMATIZAÇÃO

Alexânia é um pequeno município pertence ao estado de Goiás e sua história de reconfiguração territorial possui estreita relação com a construção da BR-60. Entretanto, a origem desse município ocorreu em Corumbá de Goiás, no atual distrito de Olhos d'Água, ainda nos primórdios da colonização do território goiano. Esse contexto socioeconômico teve como pano de fundo o ciclo do ouro - resultante do capitalismo global em sua fase de acumulação primitiva (SANTOS, 2012b).

No Brasil colônia, a mineração chegou com as entradas e bandeiras que resultou, em Goiás, na constituição de uma rede urbana fortemente relacionada à mineração. Santa Luzia (atual Luziânia), Vila Boa (atual Cidade de Goiás), Arraial de Couros (atual Formosa), Meia

Ponte (atual Pirenópolis) e Arraial de Corumbá (atual Corumbá de Goiás) foram fundadas nessa época (ARAÚJO SOBRINHO, 2008). Nesse período, o Arraial de Corumbá era um dos maiores fornecedores de ouro de aluvião da região, o que favoreceu o progresso econômico local pelas atividades comerciais e agropecuárias, como suporte à demanda estabelecida.

Nesse tempo, as estradas e os caminhos desempenhavam papel determinante no desenvolvimento dos povoados. A construção da estrada real marcou a instalação das primeiras estruturas que deram origem ao povoado de Olhos d'Água, então lindeiro à estrada que ligava o Rio de Janeiro à Vila Boa (TEIXEIRA NETO, 2001). Em decorrência de sua localização e da abundância hídrica – pois havia uma grande mina de água em torno da qual se iniciou a ocupação –, Olhos d'Água tornou-se importante ponto de pouso frente ao crescente aumento da circulação de tropas, boiadas e cavaleiros que por ali passavam em direção ao interior do país (STUMPF, 2013).

Em 1939, a comunidade estava circunscrita às terras de duas grandes fazendas – Santa Rosa e São Domingos – onde as famílias desenvolviam atividades agropecuárias e a troca de mercadorias. Em 1941, ocorreu a inauguração da primeira capela e a doação de terras, pelos fazendeiros, para a edificação da vila. A partir desse evento, foi intensificado o povoamento, em consequência da chegada de imigrantes e da diversificação das atividades econômicas vinculadas não mais ao ouro e sim à agropecuária local e estadual. A dinâmica local – associado aos interesses políticos e econômicos externos –, levou a transformação do povoado em Distrito pela Lei municipal nº 170, de 26 de dezembro de 1953. Mais tarde, por força da Lei municipal nº 2.115, de 14 de novembro de 1958, Olhos d'Água foi transformada em município (IBGE, 2016). Esse evento já foi consequência da edificação de Brasília, a partir da qual seria construída uma importante via de acesso – a BR-060 –, ligando a capital da República a Goiânia.

O projeto dessa estrada despertou o interesse do então prefeito de Olhos d'Água, que nela enxergou a oportunidade de concretização de um sonho de juventude: construir uma cidade. E essa moderna via, ligando as duas maiores cidades do interior do país, tornava-se favorável à materialização do sonho idealizado. Nesse intuito, o prefeito trabalhou no levantamento de recursos, e adquiriu um terreno lindeiro à futura BR-060 e realizou a inscrição cartorial ainda no ano de 1958 (ABDALLAH, 2015). Nessa área foi edificada a cidade de Alexânia.

Destarte, em 1961, o citado prefeito de Olhos d'Água transferiu a sede administrativa para a recém construída Alexânia, à época apenas um embrião de cidade, uma vez que era constituída somente por um terreno loteado com poucas casas e um poço sem dispor de

energia, asfalto ou pavimentação (ABDALLAH, 2015). Mas a sua localização, na borda da BR-060, indicava um futuro promissor, pois a via inauguraria uma nova dinâmica de modernização do interior do Brasil. A partir dali, toda a circulação de pessoas e mercadorias, nessa porção do país, ocorreria por meio da modal e não mais pela “antiga” estrada real da qual Olhos d’Água era um ponto na rede.

Nesse novo contexto, se para Alexânia existia a expectativa de modernização, crescimento e desenvolvimento, Olhos d’Água enfrentava o desafio de sobreviver sem a presença das dinâmicas engendradas pela estrada real (STUMPF, 2013). Os fluxos que anteriormente tinham a estrada real como condição material de realização foram deslocados para a nova via – distante 14 quilômetros de Olhos d’Água –, expressão material da futura modernização do Brasil Central, que, ademais, por ser asfaltada, permitia o deslocamento mais rápido.

Desde então, a sede municipal tem se desenvolvido sob a égide desses fluxos diários advindos da BR-060. Nos tempos hodiernos, a cidade de Alexânia encontra-se bastante adensada pelo desenvolvimento de diversas atividades, especialmente aquelas voltadas ao setor de serviços, que atendem à demanda dos fluxos resultantes da BR-060.

Segundo o IBGE (2016), o município possui uma área total de 847,893 quilômetros quadrados e, na divisão regional do estado de Goiás, está localizado na Região do Entorno do Distrito Federal (RIDE), definida conforme a Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998. A figura 1 a seguir mostra a localização do município no estado e no Brasil.

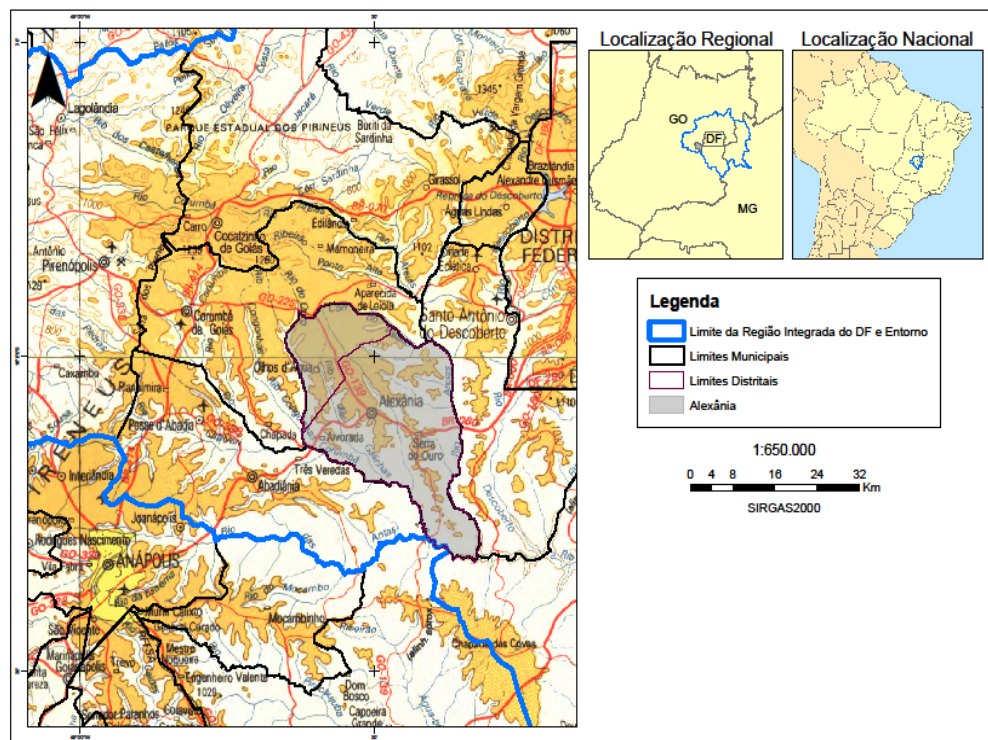
Os levantamentos originais indicaram que o dinamismo econômico municipal não se deve apenas ao agronegócio, mas é fruto igualmente de outras atividades dos setores industrial e de serviços, que diversificam a economia municipal. Embora se procure dar ênfase ao agronegócio municipal – os ramos produtivos, as transformações territoriais, os fluxos estabelecidos, a inserção na rede de cidades do agronegócio e os efeitos resultantes –, há necessidade também de verificar, nesse estudo, a reconfiguração territorial gerada a partir de outros processos econômicos. Esses são originados pelo desenvolvimento de algumas atividades representativas que serão contextualizadas a seguir.

Em referência ao município, destaca-se a sua 14ª posição no *ranking* das economias mais dinâmicas do estado goiano, com um Produto Interno Bruto (PIB) resultante da evolução dos setores agropecuário, industrial e de serviços. Esse índice de crescimento econômico variou positivamente 1.446,7%, no período de 1999 a 2014 (IMB, 2016), o que indica um forte dinamismo econômico gerado pelos empreendimentos edificados no território municipal a partir dos primeiros anos de século XXI, conforme detalhamento geral a seguir.

Em 2001 iniciaram-se as obras da UHE Corumbá IV, que entrou em operação no ano de 2006. Em 2003 passou a operar a planta industrial de uma importante cervejaria nacional, que teve sua estrutura ampliada nos períodos seguintes. Em 2012, foi inaugurado um grande centro comercial varejista para funcionamento de um *outlet* composto por 82 lojas – que vende produtos de marcas nacionais e internacionais. Por fim, em 2005, foi concretizado o Distrito Industrial de Alexânia DIAL – que, desde 1993, fora instituído por intermédio de norma jurídica não aplicada –, com o propósito de incentivar a atividade industrial no município. Esses três últimos empreendimentos estão localizados às margens da BR-060 (Prefeitura Municipal de Alexânia, 2017).

Essas estruturas se inserem no conforto jurídico da Lei de Incentivos Fiscais do município – Lei municipal nº 824, de 31 de outubro de 2005 –, aprovada com o propósito de incentivar a instalação de empresas no município. A normativa concede inúmeras vantagens de natureza fiscal, locacional e de propriedade de imóvel aos empreendimentos instalados em Alexânia.

Figura 1 - Localização do Município de Alexânia, Goiás.



Outro aspecto importante a ser considerado – objeto central de análise desse estudo –, refere-se às transformações ocorridas na agropecuária, que até fins dos anos 1990 era desenvolvida com o uso das técnicas tradicionais. Entretanto, a partir dos anos 2000, com o fortalecimento do agronegócio goiano e a perspectiva local de edificação da UHE Corumbá

IV, iniciaram-se alguns processos de reconfiguração territorial municipal que repercutiram na mudança no uso do território e na produção do agronegócio local.

O resultado econômico pôde ser percebido, por exemplo, no crescimento do PIB do setor agropecuário que, no período de 1999 a 2014, variou positivamente 691,3% (IMB, 2016). E os principais ramos produtivos são soja, gado e frango, que estão associados à agroindústria municipal – ainda em consolidação – da qual são representativas uma fábrica de processamento de pescado, uma de ração, duas granjas e duas cachaçarias artesanais. Nesse conjunto, destaque precisa ser dado à atividade bovina, referência, estadual e nacional, na produção de matrizes leiteiras de alto padrão genético.

Embora não seja elemento central desse estudo, a análise do setores de serviços e industrial torna-se imprescindível em virtude da relevante contribuição que esses setores oferecem para a diversidade da economia municipal. Em referência ao primeiro, é expressivo o seu papel na evolução do crescimento positivo do PIB, que variou 1.011,9% no período de 1999 a 2014 (IMB, 2016). Especialmente na área urbana da sede municipal estão concentrados os diversos serviços voltados ao atendimento demandado tanto pelos fluxos resultantes da via quanto daqueles originados pelos setores agropecuário e industrial, além dos serviços da própria dinâmica populacional dos moradores.

Já o setor industrial tem significativa representatividade na instalação, em 2003, de uma cervejaria de marca nacional, com a finalidade de abastecer o estado. Desde a origem aos dias atuais, essa indústria tem ampliado a sua infraestrutura produtiva e realizado fusões econômicas com grupos internacionais de produção de bebidas. Também em referência ao setor industrial, em 2005 foi inaugurado o DIAL, com o propósito de fortalecer o setor e atrair novos investimentos para o município.

Outro aspecto também relevante ao crescimento municipal é a posição geográfica estratégica de Alexânia na borda do eixo Brasília-Goiânia na BR-060. Para Araújo Sobrinho (2008), esse eixo compreende as duas maiores metrópoles da Região Centro-Oeste do Brasil e os municípios sob a área de influência de ambas. A posição geográfica e as transformações recentes na estrutura urbano-regional de Alexânia permitem considerar sua região como uma das mais dinâmicas do Brasil nas últimas décadas. Destarte, sua localização geográfica, entre a capital da República e a do estado, repercute sobremaneira na dinamização econômica municipal.

Em referência à população, segundo estimativa do IBGE (2017), o município é constituído por 26.770 moradores, e a variação positiva de 62,52% no crescimento demográfico, no período compreendido entre 1991 e 2017, influenciou a expansão da mancha

urbana municipal. Essa expansão urbana e o crescimento populacional são resultantes de maiores oportunidades de emprego e renda geradas a partir de investimentos públicos e privados (ARAÚJO SOBRINHO. 2008).

A gênese do município de Alexânia – em Olhos d’Água, com a posterior mudança geográfica da sede para a borda da BR-060 –, e a sua transformação em 14ª economia estadual suscitam o interesse em buscar compreender as transformações territoriais contidas nesse processo, especialmente aquelas relacionadas ao contexto de gênese e expansão do agronegócio municipal.

Diante dessa breve exposição, algumas questões de pesquisa foram fundamentais para nortear a investigação que busca entender o processo de reconfiguração do território municipal:

- a) Quais as alterações verificadas no território alexaniense desde a edificação de Brasília, com a conseqüente expansão da malha viária nacional, até o desenvolvimento do agronegócio no município nos dias atuais?
- b) Como a dinâmica do agronegócio reconfigura o território municipal e quais as conexões e os fluxos que o agronegócio municipal estabelece com outros territórios do agronegócio goiano e nacional?
- c) De que maneira e em quais segmentos o município participa do agronegócio goiano?
- d) Quais elementos técnicos foram incorporados ao espaço rural-urbano municipal e quais fluxos se verificaram nesse espaço como resultado do desenvolvimento do agronegócio?
- e) Há outras dinâmicas econômicas e urbanas regionais responsáveis pela reconfiguração do território municipal? Quais?

O município de Alexânia possui alguns contextos importantes de serem analisados e que têm resultado em diversos processos de reconfiguração territorial. O primeiro deles refere-se à mudança geográfica da sede municipal para a borda do eixo Brasília-Goiânia. Em realidade, a edificação da capital da República é anterior e foi o evento que contribuiu de modo determinante para a construção da BR-060 e conseqüentemente para a origem da sede municipal na borda da estrada.

Quanto a edificação da capital do país, outro aspecto que será analisado refere-se ao sentido da urbanidade da capital nacional – enquanto ação do Estado brasileiro – sobre a dinâmica municipal alexaniense e a dinâmica regional do Centro-Oeste do país – em virtude do eixo Brasília-Goiânia. Destarte, é essencial entender em que aspecto se dá a influência da

metropolização de Goiânia e Brasília sobre o território alexaniense e quais os impactos socioeconômicos resultantes. É importante anunciar desde já a compreensão de que as conexões de Brasília – em Alexânia e no país -, se devem ao seu papel de capital da república. E as conexões com Goiânia resultam das atividades do agronegócio e da condição de a capital do estado ser polo de excelência em saúde e educação.

Outro contexto de análise é entender a expansão – local e regional – do município a partir da BR-060. Como essa rodovia articula o território municipal a outros pontos do agronegócio goiano e qual o seu papel socioeconômico para a reconfiguração do território municipal? Quem se beneficia dessa via? Quais processos são por ela estabelecidos? Quais (des)articulações socioeconômicas ela promove no município?

Outro aspecto desse último contexto assinalado refere-se à participação do município no agronegócio goiano. Como a localização estratégica municipal contribui para a inserção de porções do território municipal no agronegócio goiano? Como a sociedade civil (Haesbaert, 2014) – moradores, empresários, pequenos agricultores, grandes produtores, entre outros vê a BR-060 e identifica sua importância para o município?

Um relevante problema a ser considerado é que os resultados econômicos gerados por essas atividades não alcançam todo o território municipal e não beneficiam toda a população. Aqui reside a outra face do agronegócio enquanto efeitos negativos expressos nas moradias insalubres, na ausência de saneamento básico, de transporte coletivo, da adequada oferta de saúde pública e dos conflitos de uso dos recursos ambientais.

Há, de forma crescente, uma discussão sobre as cidades do agronegócio e suas características, entretanto o município estudado apresenta-se singular nessa discussão em virtude da intensidade de fluxos já observados resultantes tanto da urbanidade de Brasília quanto da materialidade da BR-060. Embora seja evidente a forte presença do agronegócio em território alexaniense, busca-se resposta à seguinte questão: Alexânia é uma cidade do agronegócio goiano?

Assim, diante da problemática discutida, apresentam-se as hipóteses que nortearão a presente tese:

1. A dinâmica do agronegócio influencia diretamente a reconfiguração territorial do município de Alexânia, e os fluxos regional e nacional gerados por essa dinâmica inserem o município na rede de cidades do agronegócio goiano;
2. O contexto da origem do município desde Olhos d'Água e sua evolução também possuem relação com os fluxos e centralidades originados de Brasília (enquanto

ação do Estado) e de Goiânia; e a consolidação do eixo Brasília-Goiânia contribui na reconfiguração do território alexaniense;

3. Há outros processos de produção do território municipal que resultam da presença da BR-060 e que repercutem no contexto socioeconômico municipal e rebatem na reconfiguração territorial;
4. Há um mito do progresso – tanto no discurso do Estado quanto no do agronegócio – que é apoiado e financiado pelo Estado. Contudo, verifica-se que o desenvolvimento econômico resultante é concentrado e incompleto, gerando as contradições e os conflitos que se evidenciam no território municipal alexaniense.

Destarte, diante dos objetivos apresentados, da abordagem metodológica proposta e das hipóteses que nortearam a pesquisa, a tese é apresentada em cinco capítulos. O quadro 1 representa, de forma esquemática, o tema central e o objetivo principal de cada capítulo e os respectivos conceitos-chave que foram utilizados.

O capítulo I versa sobre os conceitos de Região, Território e Rede em uma perspectiva de integração com fins de compreensão do fenômeno regional em Goiás. Indica também, algumas ações do Estado no contexto de edificação e expansão da malha rodoviária nacional que criou as condições propícias ao desenvolvimento do agronegócio no estado.

O capítulo II contextualiza a edificação de Goiânia, a Marcha para o Oeste e o adensamento da rede rodoviária federal buscando compreender e discutir alguns elementos, que embora externos ao recorte temporal, contribuíram na reconfiguração do território alexaniense como parte do território goiano. A discussão desse capítulo também aborda o contexto nacional de edificação de Brasília e sua repercussão regional: a criação do município em Olhos d'Água até a gênese da cidade de Alexânia que teve sua gênese vinculada a edificação da BR-060, essa por sua vez, resultou da construção de Brasília. Contextualiza-se também o agronegócio goiano e as articulações no município e o sentido das dinâmicas geradas por essa atividade sobre a reconfiguração territorial municipal.

O capítulo III versa sobre o modo como se realizam a dinâmica do agronegócio municipal, os processos que geram a reconfiguração territorial e os efeitos resultantes; os principais territórios produtivos, os segmentos do agronegócio e as interações da atividade com outros territórios do agronegócio goiano.

O capítulo IV identifica outros processos econômicos que também agem sobre a produção do território alexaniense e ajudam a compreender o contexto de influência da BR-060 na reconfiguração do território municipal enquanto rede técnica indutora de dinâmicas local e estadual.

Quadro 1 - Quadro Esquemático dos Capítulos da Tese.

QUADRO SÍNTESE – CAPÍTULOS DA TESE		
<i>Título do Capítulo</i>	<i>Objetivo Geral</i>	<i>Conceitos Chaves</i>
Capítulo I: Região, Território e Rede e a ação do Estado na constituição das redes técnicas.	Abordar os conceitos de Região, Território e Rede em uma perspectiva de integração com fins de compreensão do fenômeno regional em Goiás e indicar algumas ações do Estado no contexto de edificação e expansão da malha rodoviária nacional que criou as condições propícias ao desenvolvimento do agronegócio no estado.	Região, Território, Territorialização, Rede, Estado, Territórios-Redes, modo de produção.
Capítulo II: A reconfiguração territorial de Goiás.	Abordar o contexto nacional de edificação de Brasília e sua repercussão regional: a criação do município em Olhos d'Água até a gênese da cidade de Alexânia; a edificação da BR-060; a consolidação do eixo Brasília-Goiânia; o agronegócio goiano e as articulações no município; e o sentido dessas dinâmicas sobre a reconfiguração territorial municipal.	Eixo de desenvolvimento territorial, Formação territorial, Agronegócio, Eventos, Fragmentação territorial, Fluidez e Rede Técnica.
Capítulo III: O agronegócio, suas formas e seus efeitos na reconfiguração territorial de Alexânia.	Entender como se realiza a dinâmica do agronegócio municipal, os processos que geram a reconfiguração territorial e os efeitos resultantes; os principais territórios produtivos, os segmentos do agronegócio e as interações da atividade com outros territórios do agronegócio goiano.	Relação campo-cidade, Dinâmica do agronegócio, Reconfiguração Territorial, Conexões, Fluxos, tessitura, nó, Cidades do Agronegócio.
Capítulo IV: Alexânia: outros vetores, novas dinâmicas econômicas, novos processos de reconfiguração territorial.	Identificar outros processos econômicos que também agem sobre a produção do território alexaniense e compreender o contexto de influência da BR-060 na reconfiguração do território municipal enquanto rede técnica indutora de dinâmicas local e estadual e verificar como isso ocorre.	Rede material, Divisão Social do Trabalho, Incentivos Fiscais, Formas Espaciais, Recursos Ambientais, Conflitos de Uso, Saneamento Básico.
Capítulo V: A reconfiguração territorial a partir da BR-060 e o mito do progresso: o desenvolvimento incompleto em Alexânia.	Verificar a reconfiguração do território municipal, desde a origem em Olhos d'Água aos dias atuais, em decorrência do agronegócio e de outras dinâmicas econômicas. Abordar o mito do progresso e o desenvolvimento incompleto verificado no município.	Mito do Progresso, Desenvolvimento Econômico, Produção necessária.

O capítulo V verifica como está reconfigurado o território municipal, desde a origem em Olhos d'Água aos dias atuais, em decorrência do agronegócio e de outras dinâmicas econômicas; e aborda o mito do progresso e o desenvolvimento incompleto verificado no município.

CAPÍTULO I - REGIÃO, TERRITÓRIO E REDE E A AÇÃO DO ESTADO NA CONSTITUIÇÃO DAS REDES TÉCNICAS

O presente capítulo pretende realizar uma revisão dos conceitos de Região, Território e Rede – em uma perspectiva de análise integrada – de modo a permitir a compreensão de que a reconfiguração do território municipal de Alexânia resulta de processos interescares estadual (Goiás) e nacional (Brasil). E esses processos historicamente têm sido resultado de políticas realizadas pelo Estado com fins de promover a integração territorial do país por meio das rodovias. A materialização dessas vias e a sua localização geográfica resultam dos diferentes interesses voltados à produção econômica no território nacional ao longo do tempo. Desse modo, as ações públicas e privadas – associadas – contribuem para a organização espacial do modo de produção capitalista, o que resulta também na produção regional. E as discussões contidas neste capítulo buscam apresentar a ação do Estado (escala nacional) na edificação e adensamento da malha viária nacional, que tem rebatimento na configuração regional do estado de Goiás.

Desse modo será discutida a construção e o adensamento da malha viária nacional – inclusive com alguns eventos anteriores ao recorte temporal já indicado nesta tese – com fins de compreensão de contextos anteriores que contribuíram para os processos atuais de constituição do território goiano como grande produtor do agronegócio nacional.

Entretanto, para o entendimento do contexto nacional de integração pelas rodovias é importante revisitar os conceitos de Região, Território e Rede para refletir sobre alguns elementos representativos que resultaram na constituição dos territórios produtivos do agronegócio no estado. E esses conceitos contribuirão para as análises aqui propostas.

Entretanto, antes dessa discussão, pretende-se indicar, de modo breve, que o conceito de espaço que será utilizado parte da construção intelectual proposta por Santos (2012b). Nela o autor apresenta duas principais hipóteses para o termo. A primeira define o espaço (categoria geográfica) como um “conjunto de fixos e fluxos” (Santos, 1985) onde os primeiros, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar por meio de fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, o que leva à redefinição de cada lugar.

Os “fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que também se modificam” (SANTOS, 2012b, pp. 61-62). Hoje os fixos “estão cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo” e os fluxos são cada vez mais “diversos, mais amplos, mais numerosos

e mais rápidos”. Fixos e fluxos juntos, interagindo, expressam a realidade geográfica, afirma o autor.

Em sua hipótese, o autor definiu espaço como o “conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações; um quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2012b, pp. 62, 63). Com o que Massey (2015) vai concordar e acrescentar que o espaço é uma multiplicidade discreta, cujos elementos, porém, estão eles próprios “impregnados de temporalidade. E o espaço compreende uma simultaneidade e multiplicidade dinâmica; é uma produção aberta e contínua injetada de temporalidade; é uma genuína multiplicidade de trajetórias” (p. 89).

No “começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina” (SANTOS, 2012b, pp. 62, 63). Os objetos só nos permitem o conhecimento se os vemos juntos aos sistemas de ações, bem como estas não se dão sem os objetos, continua.

Portanto, na discussão ora proposta compreende-se o espaço geográfico nacional, goiano e alexaniense constituídos por fixos e fluxos que integrados formam um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações solidários e contraditórios em si. E a estratégia de análise desse espaço geográfico será conduzida pelas indicações teórico-metodológicas dos conceitos de Região, Território e Rede enquanto possibilidade de análise do processo de formação regional como resultante da ação do Estado (na instalação de vias de acesso) e do capital.

Deste modo, parte-se então da **hipótese** de que o município de **Alexânia é um nó na rede de cidades do agronegócio no estado de Goiás**. E na constituição dessa tessitura possui papel essencial a BR-060 enquanto rede material que articula os diversos territórios voltados à produção do agronegócio. Esse é pautado na lógica global, cuja característica atual é o movimento – conduzido pelos fluxos –, e os processos resultantes possuem rebatimento na reconfiguração territorial do município de Alexânia.

A contiguidade espacial desses territórios se dá pela tessitura material representada pela rede rodoviária existente – cujo recorte de análise será a BR-060 no território goiano -, que está em permanente processo de expansão. Associadas a outros modais de transporte - ferroviário e aeroviário -, esse sistema configura as redes de circulação que realiza a contiguidade espacial entre os territórios especializados do agronegócio goiano, do qual Alexânia é um nó/ponto. Interessa à análise ora proposta, compreender os processos de

reconfiguração territorial associados a rede rodoviária como componente material viabilizadora de fluxos que vão gerar rebatimentos nos territórios influenciados por essa rede.

A verificação de que Alexânia é um nó na rede de cidades do agronegócio no estado de Goiás representará percurso imprescindível ao entendimento da reconfiguração territorial verificada em Alexânia – desde a sua origem em Olhos d’Água aos dias atuais -, que resultou da construção da BR-060 como consequência da edificação de Brasília, na década de 1950.

Logo, para compreender o espaço geográfico goiano será utilizada a categoria de Região, por meio da qual se buscará identificar um “código social comum que tenha uma base territorial” (BASSAND e GUINDANI, 1983, apud GOMES, 2006, p. 67). Os elementos (sociais e econômicos) definidores da região analisada o que torna imprescindível um diálogo entre os conceitos de Território e Rede. Esta última é representada pelas rodovias - tessitura que viabiliza os fluxos de capital entre os fixos, fixados ao solo, nos territórios do agronegócio goiano. O propósito é que esses conceitos possam contribuir teoricamente para a análise do objeto em estudo.

Destarte, os três conceitos acima são basilares na discussão do presente estudo, que busca compreender o fenômeno regional que se expressa por meio de Alexânia pois, segundo Haesbaert (2014), a escala local é o melhor lócus para reconhecer uma realidade espacial minimamente coesa que realize certa agregação entre díspares dimensões socioespaciais. E, como o “acontecer sobre o espaço geográfico não é homogêneo, a noção de lugar e de área se impõem - impondo ao mesmo tempo a categoria da escala -, isto é, a noção de fração de espaço dentro do espaço total” (SANTOS, 2012a, p. 218); o que ratifica a análise interescalar pretendida.

1.1 REGIÃO: A DISCUSSÃO DO CONCEITO PARA A COMPREENSÃO DA FORMAÇÃO REGIONAL GOIANA

Para iniciar a discussão do conceito de região, segundo os avanços já alcançados nos estudos de diversos pesquisadores, é importante evitar a tentação de procurar responder definitivamente o que seja região, como aconselha Gomes (2006); pois esse conceito é polissêmico. Com essa última afirmação vai concordar Haesbaert (2004), que indica ter sido a trajetória do conceito marcada pelo senso comum em virtude da amplitude do termo.

Bezzi (2004, pp. 242-243), destaca que esse conceito é essencial para apreensão das relações espaciais, e cita seu papel estratégico na geografia:

A Região é um conceito-chave, [...] integrador e central da geografia. E para entender a sua evolução na ciência geográfica é indispensável contextualizar histórica e espacialmente o conceito [...], pois sua utilização sempre estará ligada à dinâmica, característica peculiar de todas as ciências e em especial da geografia.

Deste modo, a autora é categórica ao afirmar que o conceito de região

Não comporta uma única forma de interpretação e não se aplica a sujeitos diversos de maneira totalmente idêntica. Ou seja, deve ser analisado dentro do contexto histórico em que foi emitido e da realidade em que então se situava. [...] É necessário entendê-lo como um conceito que expressa um movimento em direção a uma realidade, (e essa não é fixa, nem transparente) sendo inevitável, pois, explicá-lo no âmago do seu movimento. Os conceitos de região não são únicos nem excludentes. O que os diferencia é a maneira como são identificados em cada abordagem. Se aceita, dessa forma, que diferentes conceitos de região coexistam no tempo, apesar de cada um deles ter suas determinantes históricas. (BEZZI, 2004, p. 242).

Outra grande contribuição à discussão desse conceito e seu uso na geografia tem sido realizada por Haesbaert (2014), em cuja obra “Regional Global” ele percorre a evolução do conceito geográfico de região, desde Ptolomeu e Estrabão, perpassando pela Geografia Tradicional, até chegar à contemporaneidade, em uma perspectiva pós-moderna. Em sua discussão, a partir da análise das diferentes correntes do pensamento geográfico, ele proclama a “morte” ou o “fim” da região, bem como as representativas perspectivas que promoveram o retorno dessa categoria à ciência geográfica na denominada Nova Geografia Regional, no bojo da qual o autor propõe uma visão “integradora da região”.

Para BEZZI (2004, p. 244)

A noção de relação [e] inter-relação dos fenômenos físicos, humanos, políticos e econômicos é intrínseca à abordagem regional. A região não contém explicação em si mesma. Para entendê-la é preciso encará-la em seus desdobramentos externos, seja em direção a outros paradigmas que pregam a valorização do território, do lugar, seja dentro de uma concepção globalizante, que permite entendê-la como um todo. E como este todo nem sempre é homogêneo nem tende necessariamente para o equilíbrio, **a região se move por meio de contradições** (ditadas principalmente pelo capital). (BEZZI, 2004, p. 244. Grifo nosso).

A Nova Geografia teve sua expressão na década de 1950 e desfrutou de base filosófica eminentemente lógico-positivista. À época, a proposta de regionalização do Brasil, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – foi gestada no bojo dessa abordagem. Essa visão

Procurou aprofundar a investigação geográfica, buscando a relação existente entre os fenômenos. A abordagem regional, determinada pelas inter-relações dos fenômenos naturais e sociais sobre a unidade territorial, enfatizava os estudos de área. Foi por isso que se destacaram as questões regionais fortemente ligadas ao planejamento do território e investiu-se nas questões relativas aos desequilíbrios regionais, com o objetivo de superá-los. (BEZZI, 2004, p. 245).

Os principais avanços observados nessa abordagem foi o fato de o conceito de região ser trabalhado como uma entidade abstrata, utilizada para “classificação ou delimitação de áreas. Deixou de ser um fenômeno único para ser um sistema que se comunica, que tem conexões, que se expande e se contrai, segundo as necessidades de ajustamento às novas condições” (BEZZI, 2004, p. 245). Concordando com essa ideia, Haesbaert (2014), afirma que entre a Geografia Tradicional e a Nova Geografia indica-se então uma mudança do paradigma regional para o espacial. Nessa corrente, a abordagem vai trabalhar a região enquanto algo vivo, vinculada a um funcionalismo cujo espaço é visto como um sistema de fluxos. Na nova concepção, as regiões funcionais se sobressaem vinculadas ao Planejamento Regional.

Assim, incorporou-se ao conceito de região o dualismo lógico (quantitativo) e abstrato (qualitativo), contribuindo, por sua vez, tanto para o enriquecimento do conceito-chave da Geografia – a Região -, quanto para a valorização do instrumental espacial do geógrafo. Desta feita, a região estabeleceu-se como categoria de análise e as explicações espaciais, posteriormente, passaram a “figurar como ‘pano de fundo’ possibilitando, deste modo, diferentes arranjos espaciais. E é destes que se originaram distintos recortes regionais, resultantes da ação dos diferentes atores hegemônicos” (BEZZI, 2004, p. 248).

Segundo Gomes (2006), dentro da Nova Geografia surgiram dois tipos fundamentais de regiões: as homogêneas e as funcionais ou polarizadas. “As primeiras são aquelas cuja identidade sempre se relacionará com características físicas, econômicas, sociais, políticas, culturais, entre outras, em uma determinada área” (BEZZI, 2004, p. 248). Dessa forma, depreende-se que elas são resultantes da seleção de variáveis estruturantes do espaço. Os intervalos nas frequências e na magnitude destas variáveis, mensurados estatisticamente, vão definir as divisões desse espaço em níveis hierárquicos e significativos da diferenciação espacial (GOMES, 2006).

Já as funcionais ou polarizadas estuda o espaço estruturado e as funcionalidades nele presentes. A utilização dessas duas abordagens aproximou então os estudos das regiões homogêneas às teorias econômicas para interpretação do sistema capitalista. Destarte, no estudo das regiões homogêneas a estruturação do espaço não é vista sob o caráter da

uniformidade espacial, mas sim das múltiplas relações que circulam e dão forma a um espaço que é internamente diferenciado (Gomes, 2006).

Bezzi (2004) chama a atenção para a importância da aplicabilidade dos conceitos de regiões funcionais e regiões homogêneas na funcionalidade da delimitação dos recortes regionais. A sua utilização possibilitou, por exemplo, a determinação de políticas de planejamento, pois indicou ferramentas para o limite regional definido pelo Estado brasileiro, que utilizava a “divisão regional a serviço de uma política territorial, determinada, em última instância, pela expansão e reprodução do capitalismo no Brasil, em sua fase monopolista” (BEZZI, 2004, p. 249).

Disso resultou que a delimitação territorial do país em Regiões Administrativas foi estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹, órgão estatal, e os critérios de classificação utilizados

Referem-se a um conjunto de determinações econômicas, sociais e políticas que dizem respeito à totalidade da organização do espaço nacional, referendado, no caso brasileiro, pela forma desigual como vem se processando o desenvolvimento das forças produtivas em suas interações com o quadro natural. Sem deixar de lado as partes constitutivas da referida totalidade, a Divisão Regional [...] a partir de uma perspectiva histórico-espacial enfatiza a divisão inter-regional da produção no País. A par da internacionalização do capital ocorrida pós-60, busca as raízes desse processo na forma como o Estado ora tende a intervir, ora a se contrair, em face da evolução do processo de acumulação e de valorização do capital, que pode ser traduzido pelos sucessivos e variados Planos de Governo. A Divisão Regional do Brasil em mesorregiões, partindo de determinações mais amplas a nível conjuntural, buscou identificar áreas individualizadas em cada uma das Unidades Federadas, tomadas como universo de análise e **definiu as mesorregiões com base nas seguintes dimensões:** o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. (IBGE, 2014, grifo nosso).

Ora, nessa perspectiva de delimitação do IBGE, o recorte estadual da área a ser estudada corresponde ao estado de Goiás, resultante da última Divisão Regional do Brasil, em 1968, acrescidas das adaptações que ocorreram em 1990, conforme indicado na figura 2. Para a compreensão da produção do território goiano desde uma “visão política da região com base na ideia de [...] dominação e poder” (BEZZI, 2004, p. 221), esse recorte é estratégico. Entretanto, o propósito de utilização do referido recorte espacial é um “artifício metodológico” (Haesbaert, 2014) para análise do espaço geográfico goiano, e, na elaboração

¹A última Divisão Regional do Brasil estabelecida pelo IBGE ocorreu em 1968 e foi adaptada em 1990, em virtude das alterações da Constituição de 1988 (IBGE, 2014).

das políticas públicas pelo Estado brasileiro, há recorrente uso dessa Divisão Regional para a implementação das políticas públicas territoriais até os dias de hoje.



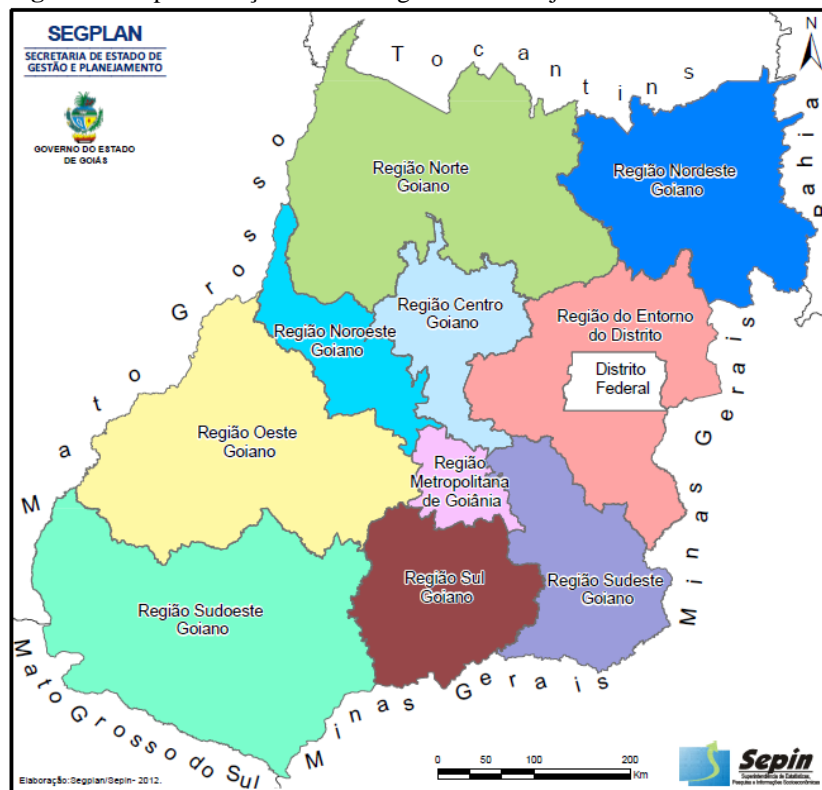
Esse exemplo de regionalização por divisões administrativas constitui as regiões que, por seu turno, têm sido a malha administrativa fundamental para o Estado pautar as suas ações na gestão territorial. Como pode ser observado, aquela delimitação do IBGE, teve na Nova Geografia o seu arcabouço teórico metodológico. Recorde-se que na Nova Geografia o espaço é visto como um sistema de fluxos onde as regiões funcionais ou polarizadas se sobressaem vinculadas ao planejamento regional (Haesbaert, 2014).

Nesse diálogo Becker (1986), afirma que o Estado tem pautado as suas ações, historicamente, utilizando a divisão geográfica do IBGE como a indicação representativa na realização material das políticas públicas, sejam elas de natureza política ou de caráter econômico. Esse mesmo modelo foi usado também por diversas instituições e empresas de grande porte, que, a partir de recortes administrativos, desenvolveram suas ações como estratégia de gestão dos seus respectivos negócios, seguindo o mesmo sentido de delimitação de circunscrições e hierarquias administrativas (GOMES, 2006).

Além da Divisão Regional do Brasil estabelecida pelo IBGE acima considerada, tem-se a divisão regional de Goiás, representada pela figura 3, realizado pela Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN)². Nessa proposta foram estabelecidas 10 Regiões de Planejamento com base nos seguintes critérios (IMB, 2014):

- a) **A Região do Entorno do Distrito Federal** foi definida conforme o estabelecido na Lei de criação da Ride: Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno – Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998;
- b) **A Região Metropolitana de Goiânia** (Grande Goiânia mais Região de Desenvolvimento Integrado) é definida pela Lei Complementar Estadual nº 27, de 30 de dezembro de 1999, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 54, de 23 de maio de 2005;

Figura 3 - Espacialização das 10 Regiões de Planejamento de Goiás.



Fonte: IMB (2014 apud FERREIRA, 2016).

- c) **As Regiões do Norte Goiano e do Nordeste Goiano**, constantes do primeiro Plano Plurianual (PPA) (2000-2003), foram delimitadas em função da homogeneidade de suas condições socioeconômicas e espaciais e como estratégia de planejamento para investimentos governamentais, tendo em vista minimizar os desequilíbrios regionais;

² Resultante da Lei do Plano Plurianual 2002/2007.

- d) **As outras seis Regiões (Centro, Noroeste, Oeste, Sudoeste, Sul e Sudeste)** foram definidas tendo como critério os principais eixos rodoviários do estado. Todos os municípios cujas sedes utilizam o mesmo eixo rodoviário, para o deslocamento à capital do estado, foram considerados pertencentes a uma mesma região de planejamento.

Na discussão proposta por este estudo serão utilizados como artifício metodológico os recortes espaciais regionais já indicados nas figuras 1 e 2. E para a análise dos processos locais e suas relações interescares, se recorrerá ao recorte estabelecido na divisão administrativa dos municípios goianos (IMB, 2016), dentre os quais se toma Alexânia. As discussões pretendidas visam o diálogo entre as perspectivas nacional, estadual e municipal – conforme já realçado.

Ressalta-se que a Região do Entorno do Distrito Federal (critério “a”) é constituída por dezenove³ municípios goianos, dentre os quais Alexânia faz parte. De modo geral, essas cidades possuem em comum o contexto de formação histórica e econômica atrelado à edificação e evolução urbana de Brasília. Esse aspecto será discutido adiante.

No caso de Alexânia, desde a sua origem até os dias atuais, verificam-se elementos socioeconômicos e urbanos, componentes da dinâmica municipal, que são influenciados pelo dinamismo da capital da República. Esse ponto será contextualizado nos próximos capítulos.

O segundo aspecto refere-se às outras seis Regiões Centro, Noroeste, Oeste, Sudoeste, Sul e Sudeste (item “d”), cuja regionalização aglomera as sedes municipais que utilizam o mesmo eixo rodoviário para o deslocamento à capital do estado. Tendo em vista o estudo e discussão da rede rodoviária goiana e sua influência na ocupação territorial do estado acredita-se ser estratégica a utilização dessa regionalização proposta pela SEGPLAN. Por outro lado, tem-se clareza de que esse critério – que atende muito mais aos interesses de planejamento do estado –, coloca em segundo plano os aspectos geoambientais, históricos e socioeconômicos enquanto fatores importantes a serem analisados para a compreensão do fenômeno regional (FERREIRA, 2016).

Ainda em referência ao conceito de Região, a “velocidade das transformações mundiais deste século [...] fizeram com que a configuração regional do passado desmoronasse” (SANTOS, 2012b, p. 246). Atualmente, busca-se entender a região como fruto

³Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa.

da divisão internacional do trabalho e a partir dos movimentos sociais e dos regionalismos (Haesbaert, 2014).

Ao concordar com essa ideia, destaca-se, no presente estudo, a discussão da região na perspectiva capitalista atual frente aos processos de globalização que se expressa através de conexões e fluxos e da “submissão à inevitabilidade da expansão do mercado” (Massey, 2015, p. 126). Para a autora, esse processo tem como motores a economia e a tecnologia.

Assim, torna-se fundamental pensar a região em ótica globalizante num mundo em que as redes cada vez mais se ampliam em quantidade e intensidade. Propõe-se, desse modo, para a compreensão do fenômeno regional, o uso da proposta indicada por Haesbaert (2014), que chama a atenção para o entendimento do fenômeno regional por meio das regiões descontínuas ou em rede cuja coesão é funcional, ou seja, elas apresentam uma coesão em termos funcionais – mais voltadas aos aspectos econômicos. Na visão do autor, essa foi a retomada do conceito de região pelos neomarxistas no contexto da globalização atual.

Nesse diálogo, Santos (2012b, p. 246) entende que

O tempo acelerado, acentuando a diferenciação dos eventos, aumenta a diferenciação dos lugares. E já que o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão a todo ele do fenômeno de região. **As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam.** (Grifo nosso).

Do ponto de vista metodológico, Gomes (2006), conclui que nesse cenário a utilização do termo seria mais uma técnica da geografia, um meio para demonstração de uma hipótese e não mais um produto final de trabalho de pesquisa, algo dado e já pronto. Assim, regionalizar passa ser um artifício, um procedimento metodológico de dividir o espaço segundo diferentes critérios que são devidamente explicitados e que variam segundo as intenções explicativas de cada trabalho. Portanto,

As divisões não são definitivas, nem pretendem inscrever a totalidade da diversidade espacial. Elas devem simplesmente contribuir para um certo entendimento de um problema, colaborar em uma dada explicação. É nesse sentido que a região passa a ser um meio e não mais um produto. (GOMES, 2006, p. 63).

O autor denomina de ‘análise regional’ esse conjunto de novas regras onde a região é uma classe de área, fruto de uma classificação geral que divide o espaço segundo critérios ou variáveis arbitrarias. Estas, por sua vez, possuem justificativa no julgamento de sua relevância para a explicação do fenômeno regional.

Concepção de que Haesbaert (2014), ao afirmar que a região não é apenas nem “artifício” nem “fato”. Ela é “artefato”, ou seja, ela é fato (concreto) e artifício (teórico) ou um instrumento de ação, ao mesmo tempo, e, de certo modo, também ferramenta política. A região – como artefato –, não pode ser concebida nem como “um simples recorte empírico e nem por uma simples forma de interpretação, por um método” (p.116) – como uma simples forma de análise. Entretanto, fato e interpretação não devem ser dissociados, ratifica o autor. Destarte, o desafio aqui é entender Goiás e Alexânia como representação material-funcional resultante das práticas econômicas e políticas realizadas pelas classes sociais que constroem esse espaço – de forma desigual/diferenciada.

Para o autor, sua concepção de região como artefato tem o intuito de findar com a dicotomia das abordagens que tomam essa noção como fato ou artifício e demonstrar que ela é concomitantemente fato e artifício. E a construção das regiões – mental e concretamente –, resulta das ações de diversos sujeitos – Estado, empresas, grupos culturais, entre outros. Assim, ela é produto e produtora dos processos de diferenciação espacial e das dinâmicas globalizantes e fragmentadoras, e as articulações regionais podem acontecer nas variadas dimensões espaciais e têm lógica zonal ou reticular. Ela é um cruzamento entre fato (concretude) e artifício (abstração), continua.

Para Santos (2012b, p. 247),

Agora, neste mundo globalizado, com a ampliação da divisão internacional do trabalho e o aumento exponencial do intercâmbio, dão-se, paralelamente uma aceleração do movimento e mudanças mais repetidas, na forma e no conteúdo das regiões. Mas o que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional, que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não. O fato de ter vida curta não muda a definição do recorte territorial. As condições atuais fazem com que as regiões se transformem continuamente, legando, portanto, uma menor duração ao edifício regional. Mas isso não suprime a região, ela muda apenas de conteúdo. A espessura do acontecer é aumentada, diante do maior volume de eventos por unidade de espaço e por unidade de tempo. A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem.

Em diálogo com esse raciocínio, Haesbaert (2014) afirma que a Nova Geografia Regional trouxe mudanças, mas não extinguiu totalmente os tradicionais conceitos de região e as características neles defendidas. É importante ser realçado que o autor partilha do desafio de compreender o fenômeno regional analisando as dinâmicas da globalização, reconhecendo o enfraquecimento dos Estados Nacionais, abordando os aspectos políticos – dos contextos estudados – e avançando no entendimento dos regionalismos e das identidades regionais. Destarte, o conceito em questão adquiriu ao “longo de sua trajetória uma conotação mais

instrumental e analítica e menos realista ou ligada às práticas sociais enquanto fato” (HAESBAERT, 2014, p. 169).

De acordo com as ideias apresentadas, a utilização da ‘análise regional’ representaria o “artefato” – a ‘técnica’ e o ‘meio’ –, para compreender o fenômeno regional em Goiás, do qual é constituinte o município de Alexânia. A BR-060, resultante da ação do Estado, é condição material essencial de reprodução do agronegócio. Esse gera forças econômicas que criam territórios especializados – os pontos/nós – cuja dinâmica econômica repercute na reconfiguração territorial dos espaços por eles influenciados.

Diante das reflexões anteriores e com fins de compreender melhor os elementos indicadores do fenômeno regional em Goiás, será adotada a compreensão indicada por Gilbert (1988 apud Bezzi, 2004) que indica três direcionamentos básicos para o entendimento do conceito de região: a) entendê-la como uma resposta local aos processos capitalistas; b) apreender a região como um foco de identificação; e c) entender a região como um meio de interação social. E a partir desses direcionamentos Bezzi (2004) realiza a discussão voltada à compreensão do fenômeno regional. No presente estudo utilizou-se alguns dos direcionamentos de Gilbert (1988) contidos nas reflexões de Bezzi (2004).

Nessa proposta, a autora aconselha o entendimento da região como: (a) Resposta local aos processos capitalistas; (b) Meio de interação social. Neste estudo, o primeiro aspecto será central para a compreensão do fenômeno regional. Já o segundo aspecto será utilizado como elemento teórico acessório, não obstante sua importância na discussão.

É importante destacar que esses elementos – central e acessório – constituem recursos metodológicos que não se esgotam em si, mas colaboram com uma estratégia de abordagem para a compreensão do fenômeno regional. Não são estanques, mas ocorrem de modo concomitante e dialogam entre si.

Com relação ao primeiro aspecto, central, (a) Resposta local aos processos capitalistas, a autora diz que essa “forma de entender a região acentua o papel fundamental da lógica da circulação do capital [...] e a região passa a ser definida como a articulação concreta das relações de produção em um dado local e tempo” (BEZZI, 2004, p. 182).

Desta forma o entendimento da região como (a) Resposta local aos processos capitalistas parte da afirmação de que a “organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção capitalista” (BEZZI, 2004, p. 184), dialoga com dois aspectos centrais, quais sejam: (a.1) “a região como articulação das relações de produção em um dado local e tempo”; e (a.2) “a regionalização do processo de acumulação do capital,

organizado como uma rede de processos de acumulação parciais interligados, que definiu as bases territoriais” (BEZZI, 2004, pp. 181-812).

O quadro 2 traz uma síntese, utilizando elementos conceituais e empíricos, norteadores da discussão do conceito de região e que contribuirão para a análise do recorte regional em estudo. O intuito é identificar os elementos preponderantes constituintes dos processos de reconfiguração territorial em Alexânia para assim compreender o fenômeno regional em Goiás. A análise da região como (a) Resposta local aos processos capitalistas mostra ser um caminho teórico apropriado no presente estudo.

Ao se entender a (a) Resposta local aos processos capitalistas, admite-se que ela é “um fenômeno econômico, pois é expressão viva dos processos de acumulação capitalista. [...] A região é vista como resposta ‘do’ e ‘para’ o capital e entendida como organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção” (BEZZI, 2004, p. 249). Para Harnecker (1971), modo de produção é visto de maneira ampla, de modo a pensar e conhecer uma totalidade social. É um conceito teórico que inclui o nível da produção de bens materiais (nível econômico) e outros níveis da realidade social: jurídico-político e ideológico. Desse modo, Bezzi (2004), vai dar ênfase aos processos de acumulação do capital, que se encontra organizado como uma rede interligada, e esses processos definem as bases territoriais.

Quadro 2 - Elemento central à compreensão do fenômeno regional em Goiás.

Categorizando a Região		
A Região como fenômeno Econômico⁴	(a) REGIÃO COM RESPOSTA LOCAL AOS PROCESSOS CAPITALISTAS Organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção capitalista.	
	ASPECTOS CONCEITUAIS CENTRAIS⁵	ASPECTOS EMPÍRICOS CENTRAIS⁶
	(a.1) A região como articulação das relações de produção em um dado local e tempo.	- A modernização da agropecuária goiana.
	(a.2) A regionalização do processo de acumulação do capital, organizado como uma rede de processos de acumulação parciais interligados que definiu as bases territoriais.	- Os territórios produtivos e as dinâmicas econômicas do agronegócio articulados pela BR-060. - As cidades do agronegócio goiano articuladas pela BR-060.

Elaboração: A autora, 2016.

⁴No interior da Geografia Crítica, fundamentada no materialismo histórico dialético, a região passa a ser a manifestação espacial concreta, viva dos processos de acumulação capitalista. Passa a significar, então, o resultado das condições concretas e físicas do capitalismo, submetido a parâmetros econômicos – modos de produção, divisão do trabalho (BEZZI, 2004).

⁵Orientação metodológica proposta por Gilbert (1988) apud Bezzi (2004).

⁶Identificados na região e classificados a partir da realização da pesquisa.

A produção especializada, representada pelo agronegócio nos dias atuais, presente no espaço goiano nos tempos hodiernos, é fruto da “força do mercado” (Harvey, 2012), que segue velozmente definindo a geografia dessa atividade, no tempo e no espaço. As atividades produtivas ligadas a esse ramo são diversas e envolvem processos complexos, tanto no espaço rural quanto no espaço urbano (Arrais, 2007). Não obstante a importância da análise dos complexos produtivos constituintes do agronegócio, esses não estão no cerne do presente estudo. Na escala estadual – Goiás –, será dada ênfase à análise dos processos contidos no âmbito do agronegócio que repercutem na conformação do fenômeno regional em Goiás e que rebatem na reconfiguração do território municipal de Alexânia. Já na escala desse município, será dada ênfase tanto aos processos propriamente quanto à produção dos segmentos soja, gado e frango, em virtude de sua marcante expressão na economia alexaniense.

O agronegócio goiano está articulado em territórios seletivamente constituídos que se complementam economicamente por meio de cadeias produtivas em ramos de atividades diferenciados e especializados (Arrais, 2007). Esses territórios são descontínuos e possuem localização espacial pulverizada na área geográfica de Goiás. Entretanto, não obstante a descontinuidade, suas atividades são complementares e ocorrem de maneira articulada, e o resultado aponta para um padrão de funcionamento eficiente. Neles a “distância é reduzida pelo tempo” (Dias, 2005) em virtude da contiguidade territorial viabilizada pela tessitura da rede rodoviária que permite a fluidez espacial, entre os pontos/nós.

E o agronegócio é a atividade econômica indutora de fortes processos de regionalização onde a presença de “fixos e fluxos” (SANTOS, 2012b) – resultantes dos avanços da ciência e da tecnologia –, permitem “circuitos espaciais” (SANTOS, 2012b) entre os territórios produtivamente especializados que viabilizam a (re) produção capitalista.

Ainda dentro do entendimento da (a) *Resposta local aos processos capitalistas*, buscase compreender a região como a (a.1) *Articulação das relações de produção em um dado local e tempo*, Bezzi (2004). Nesse aspecto o intuito é “entender os processos pelos quais a produção econômica é estabelecida e modificada nas regiões” (BEZZI, 2004, p. 182).

Quanto aos aspectos empíricos (a.1), no entendimento da (a) *Resposta local aos processos capitalistas*, acredita-se que a compreensão do contexto de modernização da agricultura em Goiás (a partir dos anos de 1950), contribuirá para o entendimento dos efeitos do agronegócio atual sobre a reconfiguração do território municipal de Alexânia.

Compõem esse processo alguns movimentos nacionais que serão explorados na pesquisa – alguns de modo breve, outros de maneira mais detalhada quando representarem eventos mais recentes de implicações imediatas para o objetivo desse estudo. Como exemplo

de movimento tem-se a Marcha para o Oeste no decurso da qual ocorreram diversas atividades econômicas que, associadas, criaram as condições necessárias à dinâmica territorial estadual.

Conforme foi indicado no quadro 2, no entendimento da (a) Resposta local aos processos capitalistas, a orientação teórica de discussão afirma que “(a.2) As bases territoriais são definidas a partir da regionalização do processo de acumulação do capital que está organizado como uma rede de processos de acumulação parcial interligados” (BEZZI, 2004, p. 182).

Quanto aos aspectos empíricos referentes a essa abordagem (a.2), serão contextualizados: os territórios produtivos do agronegócio e as dinâmicas econômicas articuladas pela BR-060; as cidades do agronegócio conectadas pela BR-060; e o eixo Brasília-Goiânia. Esses recortes são constituintes de processos de regionalização que repercutem na reconfiguração territorial do município de Alexânia.

O segundo elemento importante ao recorte regional da Região-Rede em formação corresponde ao entendimento da região como (b) Meio de interação social, que metodologicamente será considerado como aspecto acessório para a compreensão do fenômeno regional. Seguindo a orientação proposta por Bezzi (2004), nessa perspectiva a região é apreendida como território, ou seja, como uma rede de relações nas quais a informação é transmitida e reproduzida. Desse modo é que o poder organiza e/ou desorganiza os distintos recortes regionais, e a região se desenvolve a partir da (b.1) Relação entre um poder central e um espaço diversificado. Logo, é importante também “entender a região como algo que emana do Estado” (RAFFESTIN, 1993, p. 182).

O quadro 3 contém a síntese dos elementos Conceituais e Empíricos norteadores da discussão do conceito de região que contribuirão para a análise voltada à definição do fenômeno regional e seus rebatimentos no local.

A região como (b) Meio de interação social orienta a apreensão da região a partir de uma visão política tendo por base a ideia de que dominação e poder constituem fatores fundamentais na diferenciação de áreas. Essa perspectiva de análise da região chama a atenção para os dois aspectos indicados por Bezzi (2004) como parâmetro conceitual.

O primeiro discute a Relação entre o (b.1) Poder Central e o Espaço Diversificado. Nessa perspectiva, a Região se desenvolve a partir da interação social regional e do poder nela articulado, ou seja, entre um poder central e um espaço diversificado.

Em busca de entender a reconfiguração territorial alexaniense a partir da relação entre o Poder Central (Estado brasileiro) e o Espaço diversificado (resultante dos fenômenos

constituintes dos processos territoriais) serão discutidos alguns aspectos empíricos. Eles correspondem aos seguintes eventos: as edificações das cidades de Goiânia e Brasília. Associados, esses eventos foram determinantes na reconfiguração do território goiano (Arrais, 2007).

Por fim, tem-se o segundo aspecto, que afirma que o (b.2) Estado Agencia a Região e o Local por meio de uma rede de relações na qual a informação é transmitida e reproduzida.

Para Becker (1986), é em nível político que a região influi no Estado. Para essa autora, igualmente as práticas regionais do Estado têm sido vistas como elementos de reorganização do aparelho do Estado, visando à dominação mais direta por parte dele e do capital. Tal abordagem encara o Estado como um conjunto estrutural unificado, que oculta as contradições de classe existentes no seu funcionamento.

Quadro 3 - Elemento acessório ao recorte regional de Goiás.

Categorizando a Região			
Região como Território ⁷	(b) REGIÃO COMO MEIO DE INTERAÇÃO SOCIAL		
	Visão política da Região com base na ideia de que dominação e poder constituem fatores fundamentais na diferenciação de áreas.		ASPECTOS EMPÍRICOS CENTRAIS ⁸
	ASPECTOS CONCEITUAIS CENTRAIS	CARACTERÍSTICAS	
	(b.1) Relação Poder Central e Espaço Diversificado ⁹ .	A região se desenvolve a partir da interação social regional e do poder nela articulado.	- Constituição da Rede Rodoviária brasileira. - Edificação de Goiânia e Brasília.
	(b.2) Estado Agencia a Região e o Local ¹⁰ .	Rede de relações na qual a informação é transmitida e reproduzida ¹¹ .	- Construção da BR-060. - O eixo Brasília-Anápolis-Goiânia.

Elaboração: A autora, 2016.

Para dialogar com esse ponto, identificaram-se os seguintes aspectos empíricos: a constituição da Rede Rodoviária brasileira; a edificação de Goiânia e Brasília; a construção da BR-060; e o adensamento dessa via na constituição do eixo Brasília-Goiânia. Essa rodovia

⁷Segundo Bezzi (2004), na ótica da *interação social* a região pode ser conceituada como *local* ou como *território*. Utilizaremos o conceito de região como *território*, pois acreditamos que a compreensão da constituição da Região-Rede em formação, no estado de Goiás, passa necessariamente por uma discussão de base territorial.

⁸Identificados na região e classificados a partir da realização da pesquisa.

⁹Raffestin (1993) apud Bezzi (2004).

¹⁰Becker (1986).

¹¹A interação entre atores sociais (indivíduos e grupos sociais) tenta, muitas vezes, alterar a relação existente entre Homem/Sociedade/Natureza. Assim, essas interações ocorrem por meio das redes, circuitos e fluxos espaciais. Nessa perspectiva, o poder organiza e/ou desorganiza os distintos recortes regionais Raffestin (1993) apud Bezzi (2004).

tem sido fundamental para a circulação do capital entre os territórios especializados do agronegócio, o que resulta em processos regionais de reconfiguração do território municipal de Alexânia.

Por fim, para melhor compreensão e análise do fenômeno regional e suas repercussões na reconfiguração do município em foco, será desenvolvida uma discussão sobre os conceitos de Território e Rede.

1.2 TERRITÓRIO: ALGUNS APONTAMENTOS

Espaço é uma totalidade geográfica e o território é uma dimensão dessa totalidade. Assim, território e espaço, embora híbridos, encontram sua distinção nas permanentes relações de poder estabelecidas entre os atores em virtude da realização de seus projetos de interesse. Logo, o espaço resulta das relações de poder em base territorial (RAFFESTIN, 1993). Para o autor, o trabalho realizado sobre o espaço, tanto pelo Estado quanto pelo indivíduo, é permeado por e resulta de relações de poder, em que cada ator ou grupo social empreendem esforços em fazer prevalecer os seus interesses sobre os dos demais. Nesse processo, a energia da informação e da comunicação é imprescindível, o que resulta na configuração de ‘sistemas territoriais’ (Raffestin, 1993) distintos impressos no espaço.

Em sentido mais restrito, o conceito de território

É um nome político para o espaço de um país, pois a existência deste pressupõe um território, embora a existência de uma nação nem sempre seja acompanhada da posse de um território e nem sempre supõe a existência de um Estado. Pode-se falar, portanto, de territorialidades sem Estado, mas é praticamente impossível nos referirmos a um Estado sem território. (SANTOS e SILVEIRA, 2012, p. 19).

Essa discussão contém a noção de ‘espaço territorial’ como aquele que está sujeito a transformações sucessivas. E essas, por seu turno, vão constituindo o fenômeno espacial. Portanto,

O território usado é sinônimo de espaço geográfico [...]. Para o seu estudo é necessário um esforço destinado a analisar, de maneira sistemática, a constituição do território. Essa análise apresenta-se como uma proposta empirizável, por isso [contribui para] o enriquecimento da teoria. (SANTOS e SILVEIRA, 2012, p. 20).

E Raffestin (1993, p. 149), designa ‘espaço territorial’ como aquele

Resultante de modificações expressas em relações e conexões, observáveis ou não, que historicamente vão sendo estabelecidas – entre os pontos e nós constituintes deste ‘espaço territorial’. E para atingir o significado dessas conexões “é preciso construir, ou reconstruir, o contexto sócio-histórico no qual se originou e do qual precede esse ‘espaço territorial’ que está articulado em rede.

Ora, para a região ser entendida no seu “conteúdo político, o papel da dominação e do poder é fator primordial para a existência da diferenciação regional” (BEZZI, 2004, p. 220). Nesse sentido Raffestin (1993), destaca que, para se compreender o conceito de região, é necessário, primeiramente, entender-se o território.

O território é um espaço onde se projetou um trabalho – energia e informação, e que, conseqüentemente, revela relações de poder. “O território se apoia no espaço, mas não é espaço. É uma produção a partir do espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). O território, por ser produzido a partir do espaço, se inscreve num campo de poder pelas relações que envolve, e toda construção da realidade é um instrumento de poder e isso desde as origens do homem,.

Ademais, “falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço, e é a ação (comandada por um objetivo) desse grupo que gera a delimitação” territorial Raffestin (1993, p. 149). São justamente essas ações dos grupos que vão produzindo o território, a partir do espaço, gerando o que o autor chama de ‘sistema territorial’. Entretanto, precisa ser ressaltado que o limite territorial que se utilizará nesse estudo refere-se àquele resultante das relações de poder nele presentes no processo de constituição territorial (Haesbaert, 2014).

Destaca-se a importância do entendimento de Alexânia enquanto constituinte da rede de cidades do agronegócio goiano, a partir da concepção proposta por Raffestin (1993), ao se referir ao ‘sistema territorial que é

Formado por três subconjuntos estruturais, quais sejam: malhas, nós e redes. E é justamente a forma (imagem), assumida pelo território, bem como a sua estrutura (sistema de objetivos intencionais e de ações) que explicitam as relações de produção de poder dos ‘atores sintagmáticos’. Assim, forma e estrutura vão representar o ‘sistema territorial’ que é constituído por ‘malhas, nós e redes’ impressas no espaço e que formam o território que, por sua vez, é ordenado hierarquicamente, segundo a importância dada pelos indivíduos e ou grupos, a partir de suas ações. (RAFFESTIN, 1993, pp. 149-151).

Então o autor segue na diferenciação conceitual dos três elementos constituintes do ‘sistema territorial’: a malha, os nós e a rede. A malha ou tessitura exprime fronteira. O desenho de uma malha é a consequência de uma relação com o espaço e, por conseguinte, a forma mais elementar da produção de território. A escala das malhas determina a escala dos

poderes, segundo a qual há aqueles que podem intervir em todas as escalas e outros que estão limitados às escalas dadas. Elas não são homogêneas nem uniformes e acolhem a população. Os pontos ou nodosidades territoriais revelam a organização territorial. São nesses pontos onde se elaboram toda existência, segue o autor. Ele chama essas nodosidades de marcos e/ou localizações, que seriam representadas por povoados e cidades que reagrupam indivíduos ou grupos.

Os pontos simbolizam a posição dos atores. Assim, enquanto locais de poder, esses pontos são marcados pela interação dos atores que agem e em consequência procuram manter relações, assegurar funções, se influenciar, se interditar, se permitir, se distanciar ou se aproximar e criar redes entre eles. (RAFFESTIN, 1993, p. 151).

Por fim, tem-se a rede como o terceiro elemento do ‘sistema territorial’ (Raffestin, 1993). A ideia básica é considerá-la como algo que, por natureza, assegura a comunicação. Entretanto, embora desenhe os limites e as fronteiras, ela não garante a comunicação. E o que pode ser visto como comunicação, em pequena escala, pode ser visto como perda de comunicação, em grande escala. Por isso as redes globais articulam os territórios globais que não necessariamente vão estar articulados à lógica local (SANTOS, 2012b).

Diante do exposto, depreende-se que os ‘sistemas territoriais’ originam-se da complexidade intrínseca ao processo de formação do território que são alimentados por um sistema de linhas. Elas vão desenhar tramas constituintes de uma rede que pode ser abstrata ou concreta, invisível ou visível (RAFFESTIN, 1993).

Empiricamente, as linhas do “sistema territorial” serão representadas pelas rodovias que ligam os territórios do agronegócio em Goiás (aqui o recorte será a BR-060) e que têm papel determinante na dinamização da economia alexaniense, viabilizando a inclusão desse município na rede de cidades do agronegócio goiano.

Em referência a discussão sobre território, Haesbaert (2004) apresenta uma reflexão acerca da dimensão territorial sob uma perspectiva que supera o tradicional viés geográfico espacial. O que resulta em uma proposta integradora e mais abrangente que avança sobre a indesejável fragmentação das dimensões política, cultural, naturalista e econômica da análise territorial.

Nesse sentido, o autor indica que para a conceituação de território – *lato sensu*, enquanto controle social de movimento no espaço e pelo espaço –, “esse controle deve ser sempre contextualizado histórica e geograficamente, ou seja, deve ser visto em sua especificidade espaço-temporal” (HAESBAERT, 2004, p. 143). E admite a dificuldade em

definir esse novo tipo de território, muito mais múltiplo e descontínuo, que está surgindo na pós-modernidade, marcadamente a partir dos anos de 1990. Ele caracteriza-se pelo maior controle e mobilidade dos fluxos ou redes e por suas diversas conexões, ou seja, o movimento torna-se fundamental na reconstrução do território.

Para Harvey (2012), a pós-modernidade é caracterizada por uma mudança na maneira de operação do capitalismo em nossos dias. As condições de modernização capitalista – por meio da evolução das técnicas e do advento da ciência (Santos, 2012b) – associadas às mudanças imprevisíveis nos métodos de produção, formam o contexto material da ascensão dessa condição pós-moderna. Essa “maquina pós-moderna pode somente representar-se em movimento” (HAESBAERT, 2004, p. 143). Ainda segundo Haesbaert, no pós-modernismo há compressão do tempo-espaço,

No sentido mais abstrato de um distante que se torna próximo, através dos recursos tecnológicos de que dispomos [...] e a des-reterritorialização, está fortemente vinculada com o fenômeno da compressão tempo-espaço. A des-reterritorialização¹² também está envolvida neste emaranhado de geometrias de poder de uma sociedade complexa altamente desigual e diferenciada. (HAESBAERT, 2004, p. 168).

Destarte, no desafio de compreender a territorialidade no bojo dessa complexidade de relações e processos estabelecidos no espaço geográfico atual, o autor afirma que

Num sentido mais amplo, assim como não há “um” processo de compressão espaço-tempo, mergulhado que está em múltiplas geometrias de poder, também não há “uma” territorialização, mas múltiplas forma de des(re)territorialização, seja no sentido de muitas, diferentes e lado a lado (associado a noção de “múltiplos territórios”), seja como uma efetiva experiência multiterritorial conjunta e indissociável (denominada de multiterritorialidade). A multiterritorialidade, enquanto fenômeno proporcionado de maneira mais efetiva pela chamada condição da pós-modernidade, está intimamente ligada a essa nova experiência e concepção de **espaço-tempo**. (HAESBAERT, 2004, p. 168. Grifo nosso).

Diante desse desafio, o autor propõe uma abordagem integradora para a análise territorial, visto que nessa nova experiência de espaço-tempo os territórios se posicionam, segundo suas especificidades, em algum lugar de um *continuum*, por fios condutores do complexo processo de reordenamento territorial. Nesse, o novo papel do Estado é o de gestor, controlador e mediador das demandas que emergem da sociedade civil.

¹²Para o autor, a des-territorialização, como a “outra metade” da dinâmica da territorialização é uma constatação banal já que aquela sempre esteve presente ao longo de toda a história humana. Entretanto, o debate sobre desterritorialização só tomou vulto após os anos de 1990 (HAESBAERT, 2004, p. 145).

Para o expoente, o conceito tem um componente de poder e a concepção integradora proposta pelo autor é mais abrangente e faz com que se promovam ao longo do tempo diferentes possibilidades de territorialização. Destarte, Haesbaert (2004) propõe os Territórios-Redes baseados na lógica empresarial sem fronteiras físicas delimitadas, mas com maior controle dos fluxos ou das redes – onde o movimento é fundamental. Esses fluxos são canalizados prioritariamente por meio de nódulos (nós) de conexão que garantem maiores resultados econômicos-financeiros.

Outro desafio é compreender o contexto de reconfiguração territorial alexaniense desvelado a partir da lógica estabelecida em redes e fluxos tendo o movimento como elemento fundamental. No fenômeno regional goiano como resultante das ações do Estado e da iniciativa privada há Territórios-Redes constituídos a partir da lógica do agronegócio? Essa questão será verificada ao longo do presente estudo.

1.3 REDE: EM BUSCA DE UMA ABORDAGEM CONCEITUAL INTEGRADORA PARA A COMPREENSÃO DO FENÔMENO REGIONAL

Após a discussão dos conceitos de Região e Território, a partir das análises teóricas de alguns expoentes, pretende-se também realizar uma revisão do conceito de Rede. Acredita-se que a melhor apreensão desse conceito e o seu uso neste estudo irá contribuir para a melhor compreensão dos contextos responsáveis pela reconfiguração territorial de Alexânia que decorre de ações articuladas em rede.

Os processos modernos estão cada vez mais organizados em redes. E as redes técnicas são tidas como elementos de expansão do capitalismo pelos lugares (Castilho, 2014). Nesse diálogo, Castells (1999), afirma que

As redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. [...] E o novo paradigma da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda estrutura social. (p. 497).

Corrêa (2012; 1994) tem-se ocupado especialmente do estudo da rede urbana considerada por ele como a mais significativa das redes geográficas. Em referência as redes no contexto espacial ele afirma que

A superfície da Terra é recoberta por inúmeras redes geográficas [...] e o desenvolvimento do capitalismo industrial necessitou e gerou novas demandas que suscitaram novos meios pelos quais as redes geográficas tornaram-se mais densas e eficientes, superando progressivamente o espaço pelo tempo. (CORRÊA, 2012, p. 202).

O autor enfatiza que a aceleração reprodutiva do capital reflete-se no espaço por meio da (re)configuração das redes geográficas, tornando-as mais ou menos adensadas, que, por sua vez, desempenham papel determinante nas dinâmicas territoriais sob sua influência. Essas mudanças produziram relações espaciais de “curta e longa distâncias, entre centros de magnitude semelhante ou distinta, envolvendo uma gama cada vez mais complexa de mercadorias, pessoas, capital e informação” (CORRÊA, 1997, p. 283). O autor conceitua as redes geográficas como

Redes sociais espacializadas – são simultaneamente sociais e espaciais –, resultantes de construções humanas, elaboradas no âmbito de relações sociais envolvendo poder e cooperação e estão historicamente contextualizadas. Essa espacialidade é expressa em localizações qualificadas (pontos) e com interações espaciais entre si por meio de vias e fluxos. Portanto, são geográficas quando consideradas em sua espacialidade. (CORREA, 1987, p. 199-201).

Dias (2005) afirma que nas ciências humanas as redes têm sido pensadas como forma particular de organização social, mas principalmente técnica. Concorde-se com a autora e desse estudo interessa a abordagem relativa àquelas redes técnicas ou de infraestrutura – que dão suporte ao fluxo de materiais e informações, redes de transporte tais como rodovias, ferrovias, etc. (PEREIRA, 2009, p. 123).

No *Dictionnaire de La géographie* (1950 apud SANTOS 2012b, pp. 262-263) o termo rede é tido como eminentemente geográfico e o conceito expresso pelo referido termo pode ser entendido segundo três principais sentidos:

- a) polarização de pontos de atração e difusão, que é o caso das redes urbanas;
- b) projeção abstrata, que é o caso dos meridianos e paralelos na cartografia do globo;
- c) projeção concreta de linhas de relações e de ligações que é o caso das redes hidrográficas, das redes técnicas territoriais e, também, das redes telecomunicações hertzianas, apesar da ausência de linha com uma estrutura física limitada aos nós.

Esse aspecto evidencia assim uma das propriedades das redes que é a conectividade. E os fluxos de todo tipo se conectam e pressupõem a existência das redes (Dias, 2006). Seus nós são assim lugares de conexões, lugares de poder e de referências, como sugere Raffestin (1993). É antes de tudo pela conexão que a rede solidariza os elementos.

Mas ao mesmo tempo que a conexidade tem o potencial de solidarizar, de conectar, também tem o de segregar. E “os organismos de gestão da rede, quer se trate de gestão técnica, econômica ou jurídica não são neutros, eles colocam em jogo relações sociais entre os elementos solidarizados e aqueles que permanecem marginalizados” (DIAS 2006, p. 148). “Em outras palavras, nunca lidamos com uma rede máxima, definida pela totalidade de relações diretas, mas com a rede resultante da manifestação das coações técnicas, econômicas, políticas e sociais” (p. 148).

Por isso, Castilho (2014) afirma que muitos autores insistem em evidenciar a dimensão política das redes, especialmente pelo fato de serem produzidas e controladas conforme os interesses das classes dominantes. Nesse sentido, exemplifica os transportes como importantes redes técnicas que expressam também características essencialmente políticas e as redes rodoviárias ligam sempre pontos precisos e específicos. Desse modo é que elas asseguram o controle do espaço e no espaço e expressam o poder dos atores dominantes em um dado espaço num determinado tempo (Raffestin, 1993).

Em referência a esse aspecto, o autor afirma que a rede é historicamente contextualizada e que a hierarquia e a ordem de importância dos seus pontos são determinadas a partir das relações de poder que nelas se estabelecem, prevalecendo os interesses dos atores que conseguem se impor sobre os demais. Para que essas relações de poder ocorram é imprescindível uma espacialidade, um ‘local de possibilidades’ (Raffestin, 1993) que será o substrato referencial onde os campos territoriais (de poder) vão ocorrer.

Outra propriedade da rede é sua capacidade ilimitada de expansão. Essa característica está relacionada à proposta original da rede que

Objetivava a impossibilidade de controle por nenhum centro específico. A rede é o conjunto de nós interconectados que originam estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação. (CASTELLS, 1999, p. 499).

Essa capacidade expansiva gera assim, uma infinidade de outras redes de ‘geometria variável’ (CASTELLS, 1999). E uma vez que as “redes são múltiplas, os códigos interoperacionais e as conexões entre elas tornaram-se as fontes fundamentais de formação, orientação e desorientação das sociedades” (CASTELLS, 1999, p. 499). A esse respeito o autor reitera que

A convergência da evolução social e das tecnologias da informação criou uma nova base material para o desempenho de atividades em toda a estrutura social. Essa base material construída em redes define os processos sociais predominantes, consequentemente dando forma à própria estrutura social. (CASTELLS, 1999, 499).

As redes apresentam influência territorialmente limitada no espaço e podem se adaptar às variações espaciais e às mudanças que vêm com o tempo, razão por que elas são móveis e inacabadas (CASTELLS, 1999). Essa capacidade adaptativa é importante às demandas de movimentação do capital globalizado, que necessita mover-se sem resistências no espaço geográfico (SANTOS, 2012b).

Em referência à escala, para o autor, uma rede pode ser considerada global, nacional, regional ou local. E não obstante a velocidade dos fluxos, o tempo não suplanta o espaço, pois este não pode ser resumido à noção de distância geográfica (Dias, 2006). Essa tese refuta as afirmativas de Virilio (1977) e Castells (1999), que reduzem o espaço à noção de tempo. Para Dias (2006) o tempo não suplanta o espaço, pois este se ordena em função de uma diferenciação entre o virtual e o real, que, consequentemente, torna a localização geográfica portadora de um valor estratégico.

Pelo exposto, denota-se que em permanente movimento dialético as redes podem desencadear, no mesmo território: comunicação e exclusão; conexão e desconexão; organização e desorganização; aceleração e desaceleração; cooperação e competitividade. São essas múltiplas possibilidades geradas pela presença da BR-060, no contexto espacial da rede rodoviária goiana, que buscaremos compreender a fim de identificar os rebatimentos na reconfiguração territorial municipal.

Nesse contexto, recorde-se que o movimento do capital exprime uma nova forma de organização da produção (Dias, 2006), reflexo de uma economia integrada a outros territórios mundial. Desta forma é que

Na escala global ou nacional, as redes são portadoras de ordem – através delas as grandes corporações se articulam, reduzindo o tempo de circulação em todas as escalas nas quais elas operam; o ponto crucial é a busca de um ritmo, mundial ou nacional, beneficiando-se de escalas gerais de produtividade, de circulação e de trocas. Na escala local, estas mesmas redes são muitas vezes portadoras de desordem – numa velocidade sem precedentes engendram processos de exclusão social –, marginalizam centros urbanos que tiravam sua força de laços entre proximidade geográfica e alteram mercados de trabalho. Numa espécie de visão ‘caleidoscópica’ modelos espaciais se sucedem de forma rápida e móvel. (DIAS, 2006, pp. 154-155).

Essa é a dinâmica da rede imposta para e pelo capital. “A partir das redes o capital é investido por todo o globo e em todos os setores de atividade: informação, produção agrícola,

tecnologia, transporte, comércio [...]”. (CASTELLS, 1999, pp. 499-500). E as redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada. Elas são instrumentos privilegiados do poder.

Nesse movimento do capital, há um indiscutível protagonismo do Estado, no conjunto das ações territoriais (Castilho, 2014). Por meio da ação estatal tem-se a implantação, a normatização e a gestão das redes técnicas. E, embora o controle ocorra segundo os interesses de outros atores (grandes empresas, por exemplo), o “Estado continua sendo o veículo principal por meio do qual os atores hegemônicos atuam em diferentes territórios” (CASTILHO, 2014, p. 55). Deste modo, para o autor, os sistemas técnico-produtivos são considerados a partir do modo como são produzidos e dinamizados pelos sistemas políticos.

A breve trajetória realizada pelos conceitos de Região, Território e Rede – na visão de diferentes abordagens –, mostra não ser uma tarefa simples o estabelecimento do fenômeno regional no hodierno processo de globalização. Entretanto, não obstante os desafios já citados, alguns caminhos metodológicos e instrumentais foram sinalizados. O que orienta a trajetória a ser seguida nesse estudo para a verificação da hipótese que indica ser Alexânia constituinte (ponto ou nó) da rede de cidades do agronegócio no estado de Goiás.

Em uma perspectiva de síntese metodológica, amparado pelos conceitos de Região, Território e Rede, no presente estudo será buscado o entendimento do fenômeno regional em uma visão integradora a partir dessa tríade conceitual (HAESBAERT, 2014). Para esse autor não deve ocorrer a diluição de um conceito no outro, embora um esteja no “interior” do outro, mas é necessário vê-los, de alguma forma, integrados.

1.4 A REDE RODOVIÁRIA NO BRASIL E A AÇÃO DO ESTADO NA RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL

Na análise a seguir será considerada a produção do território nacional tendo o Estado como principal protagonista. Por meio da implementação de diversas políticas e programas os governos buscaram a realização da integração do país por meio da ampliação das rodovias cujo papel foi essencial, pois além de realizar a ligação entre as regiões também contribuíram na capitalização do território nacional (ARRAIS, 2007).

A seguir será discutido esse contexto de integração a partir da ampliação da malha viária nacional e será dado ênfase a BR-060 por representar, na atualidade, o principal eixo de ligação leste-oeste do país.

No processo de integração territorial do Brasil as rodovias troncais tiveram papel preponderante, enquanto conectoras das regiões mais longínquas. E a distância foi superada pelo tempo (CORRÊA, 2012) na medida em que essas nodais eram construídas, pavimentadas e ampliadas, possibilitando a fluidez espacial e o dinamismo econômico no país.

Para Lipietz (1988), a inserção privada no espaço ocorre a partir de duas mediações: a técnica e a jurídica. Aquela se refere às infraestruturas (comunicação, transporte, energia etc.) e esta outra, às formas de garantia do direito à propriedade. Em virtude disso é produzido o território. Para o autor, nessas duas mediações o Estado tem sido um “ator sintagmático” (Raffestin, 1993), pois realiza uma ação e essa ação implica relações de poder assimétricas com os demais atores. Deste modo “capitalizar um território significa, nestes termos induzir a distribuição das infra-estruturas (transporte, comunicação, estocagem, energia, saneamento etc.), bem como dos bens e serviços no território, tornando-o regionalmente competitivo” (ARRAIS, 2007, p. 5). De fato, o processo de constituição das rodovias no Brasil guarda profunda relação com iniciativas governamentais de integração dos territórios produtivos (SANTOS e SILVEIRA, 2012).

Castilho (2014) elaborou rica historiografia da constituição da rede rodoviária brasileira. Segundo o autor, desde o Brasil colônia inúmeros esforços foram realizados, por Portugal, para a abertura de caminhos que permitissem a comunicação entre os diversos pontos onde já havia ocupação. E essas ligações eram realizadas por meio de caminhos, ferrovias e portos.

Para o autor, a origem das rodovias se deu apenas após a década de 1920, tanto no Nordeste quanto no Sudeste, e a primeira pavimentada data de 1928. Durante o governo de “Washington Luís (1926 a 1930) teve-se o Plano Catrambi que estabeleceu as bases da rede rodoviária nacional cujo objetivo era a implantação de estradas federais com características troncais e de penetração, e de estradas estaduais com características de ligações” (Castilho, 2014, pp. 95-96). Ainda segundo esse autor, no governo Washington Luís também foi criado o Fundo Especial para a Construção e Conservação de Estradas e Rodagem,¹³ que contribuiu para a materialização de 6.000 quilômetros de estradas carroçáveis e 2.255 quilômetros de estradas de rodagem até o fim da mencionada gestão presidencial.

Ainda em referência à expansão rodoviária nacional, o governo de Getúlio Vargas (1937-1945) deu maior impulso à construção de rodovias, por meio do Plano Geral Nacional de Viação e do Plano Rodoviário Nacional. Esse último tinha como objetivo interligar o país

¹³ Consistia em um imposto adicional sobre combustíveis e veículos importados.

de Norte a Sul¹⁴ (Castilho, 2014). As estradas eram a condição material implantada pelo Estado para realizar a prometida integração do território nacional.

O interior era caracterizado pela existência de poucas cidades e a porção litorânea era a mais concentrada. Segundo Santos e Silveira (2012), o território nacional era marcado pelas "ilhas de produção" e pela concentração no litoral e no Centro-Sul, e o Estado precisava cumprir a integração que, além de territorial, era também de mercado. Logo, em função das demandas produtivas e de mercado, o governo criou, em 1937, o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), que hoje é o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) (Castilho, 2014).

O autor chama a atenção para a emergência de São Paulo, nesse período, como importante região no conjunto da rede rodoviária no país, situação que o colocou em evidência como nó e lugar de destaque na malha nacional e contribuiu para a notável concentração industrial verificada nos anos seguintes. A modernização do país, iniciada no governo de Getúlio Vargas, facilitou a "concentração econômica e espacial" (SANTOS e SILVEIRA, 2012). A rápida expansão da indústria no "centro" passava a exigir mais mercados, não apenas fora, mas também dentro do país. E tanto para atender às necessidades de uma população de maior nível de vida quanto para dirigir a colheita de produtos exportáveis, surgiram inúmeras cidades e outras se desenvolvem agora também no interior do país (SANTOS e SILVEIRA, 2012).

Esse cenário de crescimento econômico e de evolução urbana, nos anos de 1940, colocou a necessidade de edificação de mais estradas ligando os espaços de produção aos mercados de consumo, papel desempenhado pela rede rodoviária em constituição. A expansão dessas vias teve profunda ligação com a política econômica, financeira e de transportes praticada pelo governo e o quadro internacional influenciava os cenários político e econômico do Brasil.

Para a compreensão desse processo, é importante considerar que o quadro internacional influenciava o cenário político e econômico nacional. Para Castilho (2014), merece destaque o peso do capital sobre as decisões do Estado na orientação e implantação das políticas de integração do território nacional por meio das rodovias. Nesse sentido, acompanhada pela ampliação das rodovias, deu-se a expansão da oferta de bens e produtos fabricados no Brasil.

¹⁴ Segundo o Ministério dos Transportes, o plano "estabelecia 27 diretrizes distribuídas em seis rodovias longitudinais, 15 transversais e seis ligações, totalizando, na época, 35.574 km, os quais receberam o símbolo de BR" (BRASIL, 2016).

No início, a ampliação de rodovias ocorreu em âmbito interestadual com fins de interligar as regiões interioranas. “Já na década de 1950 a infraestrutura rodoviária foi planejada em ligações troncais para atender a consolidação e unificação do mercado nacional” (CASTILHO, 2014, p. 101). Para Santos (2012b) foi nesse tempo que se deu a composição das condições materiais necessárias à reprodução capitalista no espaço nacional e, por meio de um "sistema de objetos e um sistema de ações indissociáveis", passou a haver maior rapidez dos fluxos viabilizados pela ação associada entre Estado e capital privado. Este, por sua vez, com o propósito de aumentar o lucro e gerar as condições para sua própria (re)produção no espaço nacional (SANTOS, 2012b).

Embora não seja a questão central, é importante chamar a atenção para o fato de que a expansão do sistema rodoviário no país não foi “acompanhada pela expansão de outros modais no sentido de fortalecer os transportes como um todo, o que acabou por forjar uma integração muito deficitária das diferentes modalidades de transportes” (CASTILHO 2012, p. 101).

Nesse contexto histórico nacional de expansão das rodovias, Castilho (2012) afirma que três iniciativas tiveram destaque significativo para a expansão da rede rodoviária. A primeira, com maior significado em escala regional, foi a edificação de Goiânia, na década de 1930. Foi fundamental para a construção e ampliação das estradas ligando a capital às demais cidades do estado. A segunda, de impacto nacional, foi a edificação de Brasília, na década de 1960, pois a ligação entre a nova capital da República e as demais regiões do país foi feita a partir da rede rodoviária.

A última refere-se ao Plano Nacional de Viação, em 1973, que promoveu mudanças no sistema rodoviário federal e organizou a rede em cinco categorias principais: “rodovias radiais, longitudinais, transversais, diagonais e de ligação” (CASTILHO 2012, p. 101). Essas categorias são descritas de acordo com a tabela 1. As duas primeiras ações são centrais para este trabalho e serão discutidas mais adiante. Entretanto, a terceira – embora seja importante o seu registro como a indicação de mais uma política do Estado para o fortalecimento do sistema rodoviário nacional –, tangencia a discussão ora proposta.

A figura 4 mostra a evolução da rede rodoviária pavimentada no Brasil. Seguindo a divisão regional do IBGE, havia maior adensamento dessas modais nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul, na década de 1970. Essa materialização resultava da influência do processo histórico de ocupação econômica (com origem no litoral Nordestino) e do desenvolvimento industrial (nas regiões Sudeste e Sul) em estágio no país. Na região Centro-Oeste merece destaque as conexões viárias entre Brasília e Goiânia, pela BR-060 que em conexão a BR-153

ligava o estado às regiões Sudeste e Sul. Nesse período era expressiva a maior concentração industrial do país representada pelas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro o que levou à intensificação do Estado nas ações de adensamento dessa rede rodoviária.

Tabela 1 - Categorização das Rodovias no Brasil.

CATEGORIA	SÍMBOLO	CARACTERÍSTICAS
I) Rodovias Radiais	BR 0-XX	As que partem da Capital Federal, em qualquer direção, para ligá-la às capitais estaduais ou a pontos periféricos importantes do país.
II) Rodovias Longitudinais	BR 1-XX	As que se orientam na direção Norte-Sul;
III) Rodovias Transversais	BR 2-XX	As que se orientam na direção Leste-Oeste;
IV) Rodovias Diagonais	BR 3-XX	As que se orientam nas direções Nordeste-Sudoeste ou Nordeste-Sudeste;
V) Rodovias de Ligação	BR 4-XX	As que, orientadas em qualquer direção e não enquadradas nas categorias discriminadas nos itens I a IV, ligam pontos importantes de duas ou mais rodovias federais, ou permitem o acesso a instalações federais de importância estratégica, a pontos de fronteira, a áreas de segurança nacional ou aos principais terminais marítimos, fluviais, ferroviários ou aeroviários.

Fonte: Adaptado de Castilho, 2016.

Outro dado que chama atenção na primeira imagem da figura 4 era o considerável adensamento rodoviário nas porções correspondente ao Sudeste e Sul, em relação às demais regiões do Brasil. Nesse período a conexão entre a capital do país e a Região Norte se dava através da BR-153 (CASTILHO, 2014). Ainda em referência a Goiás e Distrito Federal, na configuração da rede rodoviária nacional, é importante observar que era expressiva a disposição radial da rede representada pelas seguintes rodovias: a BR-060 (apenas o trecho ligando Brasília e Goiânia); a BR-040 (já existia fazendo ligação entre a capital da República e Minas Gerais); e a BR-153 (cuja ligação já foi indicado); a BR-452 que por meio da BR-153 ligava a região Sudoeste de Goiás às regiões Sudeste e Sul do país.

Também conforme observado na figura 4, na década de 1980 verifica-se a continuação da edificação de novas vias em todas as regiões do país e o adensamento delas na região Centro-Oeste, nas áreas correspondentes aos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em Goiás e no Distrito Federal, já era expressiva a disposição radial da rede então representada pelas rodovias anteriormente indicadas algumas foram estendidas pois tiveram trechos ampliados) e outras novas: a BR-060 (mais extensa e ligando Brasília e Goiânia à região sul do estado); a BR-040 e a BR-050 (ligando Brasília a Minas Gerais); e a BR-158 (ainda incompleta, ligando Goiás a Mato Grosso).

Ainda na imagem dos anos de 2000 da figura 4, observa-se que embora a evolução da malha rodoviária já esteja recobrando quase todo o território nacional ela é rarefeita expressivamente na região Norte e Nordeste. Nessa região, verifica-se menor adensamento nas intersecções entre os estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Bahia; e Minas Gerais (que compõe a região Sudeste). Em Goiás e no Distrito Federal, já é verificada maior expressividade na disposição da rede então representada pelas rodovias já citadas, acrescidas das seguintes: a 364, a 359 e a 158, conectadas a 060; e a 020 (ligando Brasília a Minas Gerais).

A partir da década de 1960, em função do crescimento industrial e da interligação de Brasília com outras capitais do país, houve forte ampliação da rede rodoviária nacional e em Goiás a malha federal foi ainda mais adensada quando em conexão com as rodovias estaduais. Ao final dessa década, com exceção de Manaus e Belém, todas as demais capitais estavam interligadas por estradas federais. Assim, em 1980, o país chegou a um total de 47 mil quilômetros de rodovias federais pavimentadas (CASTILHO, 2014).

Para o autor, o sistema de transporte rodoviário brasileiro atual responde por aproximadamente 60% das cargas transportadas. A extensão total da rede rodoviária brasileira, no ano de 2008, era de 1.586.242 quilômetros, incluindo rodovias federais, estaduais transitórias¹⁵, estaduais e municipais, pavimentadas e não pavimentadas. Deste total, 1.367.601 quilômetros não são pavimentados, dos quais 1.236.128 quilômetros são de rodovias municipais. Os demais não pavimentados estão assim distribuídos: 13.775 quilômetros de rodovias federais; 6.224 quilômetros de rodovias estaduais transitórias; e 111.474 quilômetros de rodovias estaduais. Em 2011, conforme se pode observar na figura 5, a rede rodoviária federal recobria todo o território nacional embora fosse mais rarefeita e descontínua na região Norte. As regiões de maior adensamento da malha são: a Sudeste; a Sul; a Nordeste, onde o maior adensamento da rede ocorre nas áreas litorâneas dos estados; e a Centro-Oeste.

¹⁵ As rodovias estaduais transitórias, de acordo com a Resolução nº 8, de 2 de maio de 2006, do Conselho de Administração do DNIT, são aquelas que coincidem com rodovias federais planejadas.

Figura 4 - Evolução da Rede Rodoviária no Brasil.



Fonte: IBGE, 2016.

Ao examinar a referida figura 5 é importante recordar que não obstante as políticas do Estado voltadas ao adensamento da malha no interior do país (na região Centro-Oeste) só terem ocorrido a partir dos anos de 1930 – especialmente após a construção de Brasília –, já existe expressivo adensamento da rede rodoviária nos territórios correspondentes ao Distrito Federal e a Goiás. Tal cenário decorre dos recursos estatais, a partir da década de 1970, destinados a estruturação das condições necessárias que levaram a transformação do estado em grande produtor agrícola nacional. Nesse recorte o Sudoeste goiano foi pioneiro na modernização da agropecuária e no desenvolvimento do agronegócio em Goiás (PIZARRO, 2017). Essa discussão será realizada no Capítulo III.

Figura 5 - Rede Rodoviária Federal no Brasil (2011).

Fonte: Castilho (2016).

De acordo com Castilho (2014), esse sistema técnico foi concebido no âmbito das políticas do Estado, que também normatiza e faz a gestão do sistema, e o seu controle ocorre segundo os interesses voltados à reprodução do capital.

Pelo exposto infere-se a histórica presença do Estado brasileiro na criação das condições de planejamento, concepção e implantação da rede rodoviária brasileira que tem contribuído

para a formação do território goiano e esses processos têm rebatimento na reconfiguração territorial do município de Alexânia. No próximo capítulo serão discutidos os efeitos de algumas políticas do Estado na reconfiguração regional de Goiás e no território municipal alexaniense.

A exemplo dessas políticas teve-se a *edificação de Goiânia e Brasília* como ação estatal fundamental para a consolidação do estado de Goiás e da região Centro-Oeste no processo de integração brasileira. Segundo Moysés e Silva (2007) a construção das capitais planejadas no planalto central possibilitou a formação do eixo Brasília-Goiânia, que se constitui em um espaço de grande concentração populacional, representando mais de 1/3 da população total do Centro-Oeste. Para Araújo Sobrinho (2008), o eixo Goiânia-Brasília configura-se em um sistema urbano-regional em expansão com inúmeras alternativas de crescimento econômico e populacional, além de ser atrativo em investimentos e apresentar incontáveis possibilidades de uso do território.

CAPÍTULO II - A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE GOIÁS

O presente capítulo faz um histórico da origem e formação do distrito de Olhos d'Água – local de origem do município de Alexânia – resultante das relações engendradas pelo ciclo do ouro em Goiás, no século XVIII. Esse contexto econômico foi responsável pelo estabelecimento de uma rede de relações voltadas à sustentação – pela produção agropecuária e o comércio - da atividade aurífera que gerou a criação de uma rede de cidades no interior de Goiás.

Em novo contexto de expansão econômica nacional, já no século XX, deu-se a edificação de Brasília, a partir da década de 1950, como resultante da ação do Estado brasileiro visando a integração do território nacional. A materialização da capital da República gerou impacto nacional pelos novos fluxos a partir dela estabelecidos. Além disso, resultou também na construção de algumas rodovias com função de integração da capital às demais regiões do país e, como consequência, ocorreram a expansão e o adensamento da rede rodoviária nacional.

É importante destacar que a Marcha para o Oeste, a Colônia Agrícola Nacional (CANG) e a edificação de Goiânia, realizados em um período anterior ao recorte temporal desse estudo foram determinantes à reconfiguração territorial goiana. Esses processos resultaram das ações do Estado voltadas à ocupação do estado e a edificação de Goiânia que gerou as condições importantes à implantação do Distrito Federal alguns anos depois em terras goianas (LUZ, 2005).

Na expansão das rodovias – a partir de Brasília – foi construída a BR-060, que nos dias atuais transformou-se em um importante eixo de integração do país. Essa rodovia foi construída com o propósito de ligar as duas principais cidades da Região Centro-Oeste e nos dias atuais verifica-se a consolidação da modal e a constituição de um eixo de desenvolvimento nacional: o eixo Brasília-Goiânia (ARAÚJO SOBRINHO, 2008)¹⁶. Os fluxos resultantes dessa via têm desencadeado processos regionais e locais que reconfiguram o território municipal de Alexânia. As influências regionais resultantes das ações do Estado e suas repercussões no local serão abordadas neste capítulo.

¹⁶ Alguns autores também defendem a inclusão da cidade de Anápolis nesse eixo de desenvolvimento (LUZ, 2005) em virtude dos seguintes condicionantes: o peso significativo desse município na economia estadual - é o segundo maior PIB do estado (IMB, 2017); é importante entroncamento entre a BR-060, a BR-153 e a Transamazônica (a BR-230); e a presença do Porto Seco (Estação Aduaneira Interior). A conjugação dessa logística formata um importante nó estratégico de distribuição de cargas nacional e internacional (Castilho, 2014).

Destarte, a edificação de Brasília e a construção da BR-060 (como consequência da primeira) foram determinantes na fragmentação e reconfiguração territorial de diversos municípios goianos e na rápida expansão urbana de alguns outros, especialmente daqueles localizados no entorno imediato de Brasília. Verifica-se essa realidade no município de Alexânia, que, além das influências decorrentes da capital do país, recebe também a influência da referida estrada sobre sua configuração.

Por fim, faz-se necessário situar esta discussão dentro da proposta metodológica indicada por Bezzi (2004), que toma a (b) Região como meio de interação social (aspecto acessório) com base na ideia de que dominação e poder constituem fatores fundamentais na diferenciação de áreas. O aspecto conceitual a ela relacionado indica a (b.1) Relação Poder Central com o Espaço diversificado que tem como característica o desenvolvimento da região a partir da interação social regional e do poder nela articulado. O aspecto empírico central ligado a esse tópico serão as edificações de Goiânia e Brasília – que serão contextualizados ao longo deste capítulo - resultantes das políticas do Estado.

Ainda relativamente a essa abordagem metodológica, tem-se (b.2) O Estado como agenciador da Região e do Local, cuja característica é expressa pela rede de relações por intermédio da qual a informação é transmitida e reproduzida. O aspecto empírico central ligado a esse tópico será a abordagem referente à constituição e ao adensamento da malha rodoviária federal em Goiás, com foco na BR-060 e na estruturação do eixo Brasília-Goiânia. Essas discussões serão fundamentais para a compreensão do fenômeno regional no estado e seus efeitos na reconfiguração territorial do município de Alexânia.

2.1 A MARCHA PARA O OESTE, A CANG E GOIÂNIA: A PRESENÇA DO ESTADO NA RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL GOIANA

Entender algumas ações do Estado na constituição territorial de Goiás é um dos passos para a compreensão da reconfiguração territorial do município de Alexânia. Segundo Ferreira (2016), os principais momentos históricos vinculados ao adensamento territorial goiano são os quatro seguintes: primeiro, a atividade mineradora, durante o século XVIII, responsável pela criação de vários povoados e vilas que deram origem às primeiras cidades de Goiás; segundo, o esvaziamento populacional por que Goiás passou durante a crise da mineração (século XIX), que deu início à produções agrícola e à pecuária de subsistência; terceiro, as políticas de interiorização do Brasil ocorridas no início do século XX, sobretudo a Marcha para o

Oeste, e, dentro dela, o projeto das Colônias Agrícolas Nacionais (CANG); e, por fim, os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's) na década de 1970, que deram continuidade à expansão da fronteira agrícola e estimularam o uso de técnicas modernas e de insumos.

No presente estudo, em virtude do recorte temporal definido (a partir de 1950 aos dias atuais), serão contextualizados alguns eventos contidos no terceiro e quarto momentos, especialmente: as edificações de Goiânia e de Brasília; a construção da BR-060 e a consequente estruturação do eixo Brasília-Goiânia; os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's), que serão abordados no Capítulo III. O quadro 4 mostra de forma sucinta os principais programas de intervenção do Estado no território goiano e os impactos verificados na região em cada período.

É possível visualizar que entre as décadas de 1930 e 1940 os programas de governo estavam direcionados para a expansão da fronteira agrícola e para a ocupação do que se considerava na época "vazios demográficos" do Brasil. A seguir propõe-se citar e contextualizar alguns desses programas.

A partir do quadro 4, observa-se que a década de 1940 foi marcada pela chamada *Marcha para o Oeste* (1943-1967). Essa ação representou iniciativa do Estado de abrangência regional em busca de realizar a sonhada integração nacional, de que resultou o adensamento da ocupação econômica e demográfica na porção central do país, por meio do estímulo à colonização. Por intermédio dessa política acentuaram-se as migrações para o interior do país; e para o capital elevou-se a produção de matérias-primas e de alimentos mais baratos em favor do processo de industrialização no Sudeste brasileiro (FERREIRA, 2016).

Outra importante ação do Estado de impacto regional no território goiano foi a CANG, que visou a "penetração do território e alocação do povoamento" (BERTRAN, 1988, p. 92). No bojo da política da CANG deu-se a construção de diversas rodovias na região Centro-Oeste do Brasil. A primeira rodovia federal, construída em Goiás com recursos federais do ministério da Agricultura, ocorreu no início da década de 1940, no âmbito da *Marcha para o Oeste*, e corresponde atualmente, a BR-414 (Castilho, 2014).

Inicialmente, esse trecho ligava Anápolis à CANG, e, nos anos seguintes, com a construção do prolongamento para além da CANG, passou a ligar Anápolis a Belém. Atualmente o último trecho compreende grande parte da BR-153, que atravessa Goiás de Norte a Sul e liga o estado a outras regiões do país (CASTILHO, 2014).

Quadro 4 - Principais programas de governo para o estado de Goiás e os impactos regionais.

O TERRITÓRIO GOIANO: ESTADO E CAPITALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO			
Programas		Período	Impacto Regional
Marcha para o Oeste	Expedição Roncador-Xingu	1943-1949	Ação de interesse militar, partindo de Aruanã com destino ao Pará e ao Amazonas, tendo, entre outros objetivos, a colonização pontual da vertente Oeste do Araguaia.
	Fundação Brasil Central	1943 -1967	Substituiu a Expedição Roncador-Xingu, intervindo, também, no território goiano, por meio do estímulo à colonização.
Edificação de Goiânia		1933-1942	Estimulou a migração e mudou o eixo econômico do Estado para o Mato Grosso Goiano, reforçando as desigualdades regionais entre o Norte e Sul.
CANG (Colônia Agrícola Nacional)		1942-1945	O programa de colonização federal causou impacto na migração e alterou a estrutura agrária da porção norte do Mato Grosso Goiano.
Edificação de Brasília		1956-1960	Estimulou a migração, a fragmentação municipal, o mercado de consumo regional e a circulação rodoviária, com impacto no Leste e Nordeste Goianos.
BR-153		1958-1975	Transformou-se na principal artéria de ligação entre o Sudeste e o Norte brasileiros, redefinindo o eixo de povoamento do Norte goiano para a vertente Oeste do rio Tocantins.
BR-060		1960...	Transformou-se na principal via de ligação entre a capital do país e os estados de Mato Grosso do Sul e Goiás. Neste último, é a principal artéria que liga as cidades de Alexânia, Anápolis, Goiânia, Rio Verde e Jataí, destacando-se a economia dessas duas últimas pela dimensão do agronegócio.
UHE Cachoeira Dourada		1960	Atendeu a demanda de energia do estado de Goiás e do Distrito Federal.
SUDECO		1967-1990 2006...	Programa do Governo Federal com o propósito de intervir na Região Centro-Oeste, estimulando a mudança no perfil econômico. Em 1990 a SUDECO foi extinta. Em 29/11/2006 o projeto de recriação da SUDECO foi aprovado por unanimidade na Câmara Federal.
Incentivos Fiscais	FCO	1988...	Fundo Constitucional do Centro-Oeste disponibiliza 3% do produto da arrecadação do Imposto Sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza e do Imposto Sobre Produtos Industrializados.
	Fomentar	1996-2020 (previsão de término)	Estimulou a migração de empresas de diversos ramos para o território goiano, especialmente o Centro e Sul do Estado.
	Produzir	1999...	

Fonte: Adaptado de Arraes (2007) e Ferreira (2016).

O intuito da CANG era estimular a ocupação do centro goiano, tendo sua instalação resultado no intenso processo migratório e na alteração da estrutura agrária da região central do estado, então denominada por Mato Grosso de Goiás (FERREIRA, 2016). A primeira colônia agrícola do Brasil foi implantada onde hoje está localizado o município de Ceres, no estado de Goiás. A CANG foi criada pelo Decreto Lei Nº 6.882, de 19 de fevereiro de 1941, e

fornecia aos colonos, reconhecidamente pobres, lotes que variavam entre 26 e 32 hectares. Embora alguns objetivos originais da CANG tenham sido frustrados, essa iniciativa teve importância singular para a ocupação territorial de Goiás, ratifica a autora.

Outra importante ação do Estado que repercutiu na reconfiguração do território goiano foi a *edificação de Goiânia*, na década de 1930. Como nova capital do estado de Goiás, estimulou a migração para o centro do país. Segundo Ferreira (2016), a partir da criação de Goiânia (1933-1942), o estado de Goiás passou de uma região distante para uma região promissora ao desenvolvimento brasileiro, deixando, gradativamente, para trás o rótulo de estado isolado e pouco atuante no contexto nacional. A nova capital foi construída no contexto em que se buscava a redução das disparidades regionais no Brasil (ARRAIS, 2007). Para LUZ (2005, p. 8252), a “década de trinta representou, para Goiás, a chegada da modernidade, expressa tanto na construção de Goiânia – para ser a nova capital do Estado –, quanto na expansão da ferrovia até Anápolis”. A ferrovia dinamizou o comércio da capital e possibilitou a entrada de imigrantes que ajudaram a povoar o interior do estado, e o crescimento econômico da cidade contribuiu para o estabelecimento de uma ampla rede de serviços e atividades econômicas que propiciaram as condições para a escolha de Goiás na implantação do Distrito Federal (LUZ, 2005).

Para a autora a construção de Goiânia

Representou a modernidade para um estado que vivia uma estagnação econômica gerada pela decadência de duas atividades impulsionadoras da economia local: a mineração e a agropecuária de subsistência. Deste modo, a partir da década de cinquenta, consolidou-se a inserção de Goiás no espaço produtivo nacional. No estado, já havia uma ampla rede de serviços e atividades econômicas que propiciaram as condições necessárias também para a implantação do Distrito Federal. (LUZ, 2005, p. 8252).

Entretanto, é importante destacar que a construção de Goiânia não resultou apenas em aspectos positivos. Se por um lado dinamizou a economia estadual e estimulou alguns importantes processos, quais sejam a ampliação e o adensamento das estradas, a fragmentação e a reconfiguração territorial de diversos municípios, e a dinamização da economia regional; por outro lado, esses processos reconfiguradores do território goiano geraram conflitos locais e regionais (Ferreira, 2016). E esses conflitos foram resultado da desarticulação de arranjos produtivos locais decorrentes da implantação dos novos arranjos e possibilidades econômicas agora articuladas a perspectivas interescares.

A multiplicidade de processos – desde o ciclo do ouro – teve rebatimento na reconfiguração territorial de Olhos d’Água, que: teve origem sob a influência do ciclo do

ouro, vivenciou a estagnação gerada pela desarticulação dessa atividade e sobreviveu pela produção agropecuária de subsistência; e, alguns anos depois, sofreu os reflexos gerados pela edificação da capital do país em terras goianas. Esse será o contexto de análise do próximo tópico.

2.2 DE OLHOS D'ÁGUA A ALEXÂNIA: UMA HISTÓRIA DO PRESENTE SOBRE A DINÂMICA TERRITORIAL MUNICIPAL

A discussão aqui proposta – que vai da gênese da comunidade de Olhos d'Água à origem de Alexânia –, pretende ser construída em cinco momentos: quando a localidade se constituía em um ponto de pouso, representado por uma mina de água, à beira da estrada real, através da qual era transportado ouro e outros produtos por comboieiros e mascates; quando o povoado foi transformado em distrito de Corumbá de Goiás (Lei municipal nº 170, de 26 de dezembro de 1953); ao ser elevado a município (Lei estadual nº 2.115, de 14 de novembro de 1958); no evento¹⁷ que resultou na transferência da sede municipal para Alexânia (ação realizada em 31 de janeiro de 1961 e consolidada pela Lei estadual nº 4, de 21 de junho de 1961); quando foi iniciada a primeira Feira do Troca (em dezembro de 1974).

No quadro 5 observa-se que esses momentos foram contextualizados num dado período histórico e que cada um é composto por um grupo de ações ocorridas no âmbito de contextos regionais e locais que repercutiram em processos importantes à reconfiguração territorial de Olhos d'Água.

Prima-se pelo recorte temporal desse estudo, desde 1950 aos dias atuais. Entretanto, a discussão de alguns eventos anteriores a esse período ajudarão a compreender o contexto regional de formação do município de Alexânia.

Abordar o processo de gênese e constituição do município por meio desses seis momentos decorre do propósito de indicar o processo de origem e consolidação da comunidade dando relevo às principais variáveis presentes nas relações de produção local.

¹⁷ Considerou-se o conceito de “evento” proposto por Milton Santos (2012b). Para o autor, em *A Natureza do Espaço*, um *evento* é simultaneamente, a matriz do tempo e do espaço; um *evento* não se repete, são, pois todos novos. “Na verdade, os *eventos* mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características” (p. 146). “Os eventos são ideias e não apenas fatos. Uma inovação é um caso especial de evento caracterizada pelo aporte a um dado ponto, no tempo e no espaço, de um dado que nele renova um modo de fazer, de organizar ou de entender a realidade” (p. 148).

Quadro 5 - De Olhos d'Água a Alexânia: marcos constitutivo do processo de evolução territorial local.

EVENTOS	PERÍODOS E CONTEXTOS					
	1730 a 1900	1939 a 1953	1954 a 1958	1959 a 1974	1975 a 1984	1985 aos dias atuais
1. Duas Fazendas (Santa Rosa e São Domingos) e uma mina de água.	- O Ciclo do ouro; - A fundação do arraial de Corumbá (1730); - A estrada real, Bandeiras paulistas, tropeiros e comboieiros; - A mina de água;	- A promessa religiosa (1939);	-	-		-
2. Distrito de Corumbá (Lei municipal nº 170, de 26 de dezembro de 1953).	-	- O registro em Batistério (Santo Antônio do Olho d'Água (1948) ¹⁸ ; - A inauguração da capela e da praça (1941); - A doação das terras; - A primeira escola; - O distrito de Santo Antônio do Olhos d'Água; - As primeiras ruas;	-	-		-
3. Município Olhos d'Água (Lei estadual nº 2.115, de 14 de novembro de 1958).	-	-	- A serraria movida a água; - O município de Olhos d'Água; - As festas; - Os arranjos produtivos locais; - O primeiro prefeito eleito.	- A inscrição dos loteamentos Alexânia e Nova Flórida; - A distribuição gratuita de lotes e a construção das primeiras moradias em Alexânia e Nova Flórida; - A transferência da Sede político e Administrativo para Alexânia;		-
4. Criação de Alexânia (Lei estadual nº 4, de 21/06/1961).	-	-	-	- A Desarticulação dos arranjos produtivos locais; - O declínio da comunidade;		-
5. Primeira Feira do Troca (dez./1974).	-	-	-	- O projeto de Arte e Educação; - O artesanato; - As festas locais; - A origem da Feira do Troca e a rearticulação da comunidade;		-
6. Apoio da Prefeitura à Feira do Troca (a partir de dez/2005).	-	-	-	-	- O fortalecimento da Feira do Troca;	- A exportação do artesanato (1985); - O declínio e a retomada da Feira do Troca;

Fonte: IBGE (2016), site da comunidade (2016), STUMPF (2013), ABDALLAH (2015), informação verbal¹⁹. **Elaboração e concepção:** A autora, agosto de 2017.

¹⁸Grafia de acordo com documento acessado em arquivo disponibilizado pelo Professor Armando Faria, em junho de 2014.

¹⁹Entrevistas realizadas pela autora no período de 2014 a 2017.

Por seu turno, essas relações resultaram de movimentos originados em escala regional (Goiás) e nacional, que contribuíram para a ocupação do espaço geográfico em discussão. No âmbito desses cinco momentos há um conjunto de eventos que tanto são considerados por sua materialidade quanto por sua natureza emblemática.

A materialidade a que se refere é caracterizada por sua natureza de existência jurídica e/ou legal representada por leis ou normativas de iniciativa do Estado nas esferas federal, estadual ou municipal. Já os eventos de natureza emblemática, embora não possuam materialidade no mundo jurídico ou legal, resultam de ações e iniciativas do poder público e/ou da própria comunidade e o seu sentido influenciou as ações dos moradores e repercutiu no fortalecimento dos vínculos entre eles e com seu lugar de vida – por exemplo, a construção da Capela de Santo Antônio de Olhos d'Água. Destarte, esses momentos e seus respectivos eventos não são estanques, nem no tempo e nem no espaço, mas estão em permanente *devenir*.

Assim, as informações contidas nos tópicos a seguir resultaram da coleta de dados secundários e de dados primários. Os primeiros foram constituídos por levantamento bibliográfico e documental por meio de um laborioso esforço em virtude da escassa existência de dados oficiais publicados. O segundo grupo resultou de pesquisa oral junto à comunidade local, especialmente aquelas pessoas que representam a memória viva da comunidade, além de artesãos e agricultores. Associados, esses dados foram transformados em informações que compuseram o esforço, a seguir indicado, de compreensão do fenômeno de constituição, evolução e estagnação da comunidade de Olhos d'Água e sua transformação em resistência que busca de inserir-se na dinâmica econômica municipal sob a perspectiva de afirmação comunitária por meio de produções artesanais e festejos culturais.

2.2.1 CORUMBÁ DE GOIÁS E A GÊNESE DE OLHOS D'ÁGUA

Para compreender o contexto atual de reconfiguração territorial do município de Alexânia é fundamental entender a sua origem que ocorreu na cidade de Olhos d'Água, à época jurisdicionada a Corumbá de Goiás (ABDALLAH, 2015). Para o autor, a origem dessa cidade data dos primórdios da colonização do território goiano, estimulada pelo ciclo da mineração com a entrada dos Bandeiras paulistas que no processo de “colonização do sertão de Goiás, a partir de 1720, passaram a escravizar os silvícolas das terras do oeste do Tratado de Tordesilhas” (ABDALLAH, 2015, p. 25). As marcas dos primeiros caminhos terrestres deixadas nos sertões do Brasil Central foram palmilhadas pelos Bandeiras “grandes e

pequenas, oficiais e não oficiais, procedentes tanto de São Paulo, como também de Belém – através do rio Tocantins” (TEIXEIRA NETO, 2001, p. 52), antes de 1722. Ratifica o autor que esses grupos tinham também como missão o aprisionamento do maior número possível de índios.

Afirma ABDALLAH (2015) que a ocupação das terras dos indígenas pelos colonos, ao longo do vale do rio Vermelho e da serra Dourada, foi iniciada a partir de 1726 e o processo de expansão avançou em direção ao vale do Rio Corumbá. Nessa região foi fundado, em 1731, o arraial de Corumbá, que resultou da descoberta de veios de ouro, pelo Bandeira Diogo Pires Moreira, e contribuiu para a evolução da ocupação do povoado (IBGE, 2016). “Durante o século XVIII surgiram pelo menos cento e vinte e sete garimpos de ouro de aluvião, de médio e grande porte, no local e os moradores frequentavam a capela de Nossa Senhora da Penha do Corumbá” (ABDALLAH, 2015, p. 25).

A esse respeito o autor afirma que “os garimpos auríferos abertos no bairro Corumbá se localizavam nas bacias hidrográficas do rio Verde, do rio Corumbá, do ribeirão Bagagem, do rio Areias, do rio Capivari e do rio do Ouro” (ABDALLAH, 2015, p. 27). O autor também descreve os garimpos existentes no arraial de Corumbá, dos quais cita cinco, listados a seguir, localizados na bacia hidrográfica do rio do Ouro, que, na divisão administrativa atual de Alexânia, está contido em seu território municipal. São eles: Córrego Bateias (Fazenda Bateias); e Rio do Ouro – onde existiam garimpos nas Fazendas Engenho Velho, Leopoldo, Santo Antônio do Retiro e Tamboril. Diante do exposto, observa-se o potencial de produção aurífero do arraial de Corumbá, realidade determinante à evolução do povoado e a sua transformação em vila, pela Lei provincial nº 7, de 02 de julho de 1849 (IBGE, 2016).

Outro fator importante à instalação do arraial foi à existência de uma rica rede de drenagem superficial formada pelos rios Corumbá – o mais importante – Areias, Jacaré ribeirão do Ouro e ribeirão da Galinha. A boa produção aurífera motivou o interesse do colonizador pela construção da Capela de Nossa Senhora da Penha do Corumbá. Desse modo, a partir de 1734, com a inauguração dessa capela, o povoado passou a ser o centro de toda a região influenciada pelo rio Corumbá – do qual se originou o topônimo que significa, em tupi-guarani, banco de Cascalho (IBGE, 2016). Os dados desse órgão indicam que a extração de ouro e a busca por pedras preciosas contribuíram para o desenvolvimento do povoado e para a construção das moradias ao longo da margem do rio Corumbá. A figura 6 mostra a Capela de Nossa Senhora da Penha do Corumbá, preservada nos dias atuais em razão de iniciativas de

restauração do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ocorrida em 2014 (Marsou Engenharia, 2017²⁰).

O arraial cresceu entre o rio e a capela, com habitantes de origem paulista e portuguesa (IBGE, 2016) que, por meio da captura de silvícolas e do uso da mão de obra escrava, aumentavam suas posses e poderio econômico e político. Nesse processo, o arraial de Corumbá foi se desenvolvendo em um ponto estratégico de passagem das rotas terrestres Goiás-Paracatu e Goiás-Bahia (IBGE, 2016). E não obstante ele ser mais antigo e possuir um grande número de garimpos, tornou-se pertencente a Meya Ponte, atual Pirenópolis, que era mais recente e possuía menos lavras de ouro (ABDALLAH, 2015).

Figura 6 - Capela Nossa Senhora da Penha na Cidade de Corumbá.



Fonte: Google (agosto, 2017).

Entretanto, Meya Ponte se desenvolveu mais rapidamente devido às três seguintes condições. A primeira foi a sua estratégica localização – junto ao cruzamento de caminhos que interligavam as minas goianas a outras regiões brasileiras. O segundo aspecto referia-se à favorável topografia local irregular. Esses dois fatores determinaram o terceiro, a decisão de fundar o povoado naquele local por bandeira liderada por portugueses, que ali instalaram comércios e receberam a assistência permanente da igreja (ABDALLAH, 2015).

Nesse tempo as estradas e caminhos também desempenhavam papel determinante no desenvolvimento dos povoados (TEIXEIRA NETO, 2001). E foi justamente a construção de uma delas que marcou a instalação do primeiro comércio no arraial de Corumbá. A esse respeito Abdallah (2015) afirma que, nesse arraial, o primeiro estabelecimento comercial só foi aberto em 1822, por um comerciante meiapontense que fora atraído pelo aumento da

²⁰www.marsou.com.br/. Acesso em: 10 jan. 2017.

circulação de tropas, boiadas e cavaleiros resultante da construção de uma importante estrada que cortava o arraial de Corumbá.

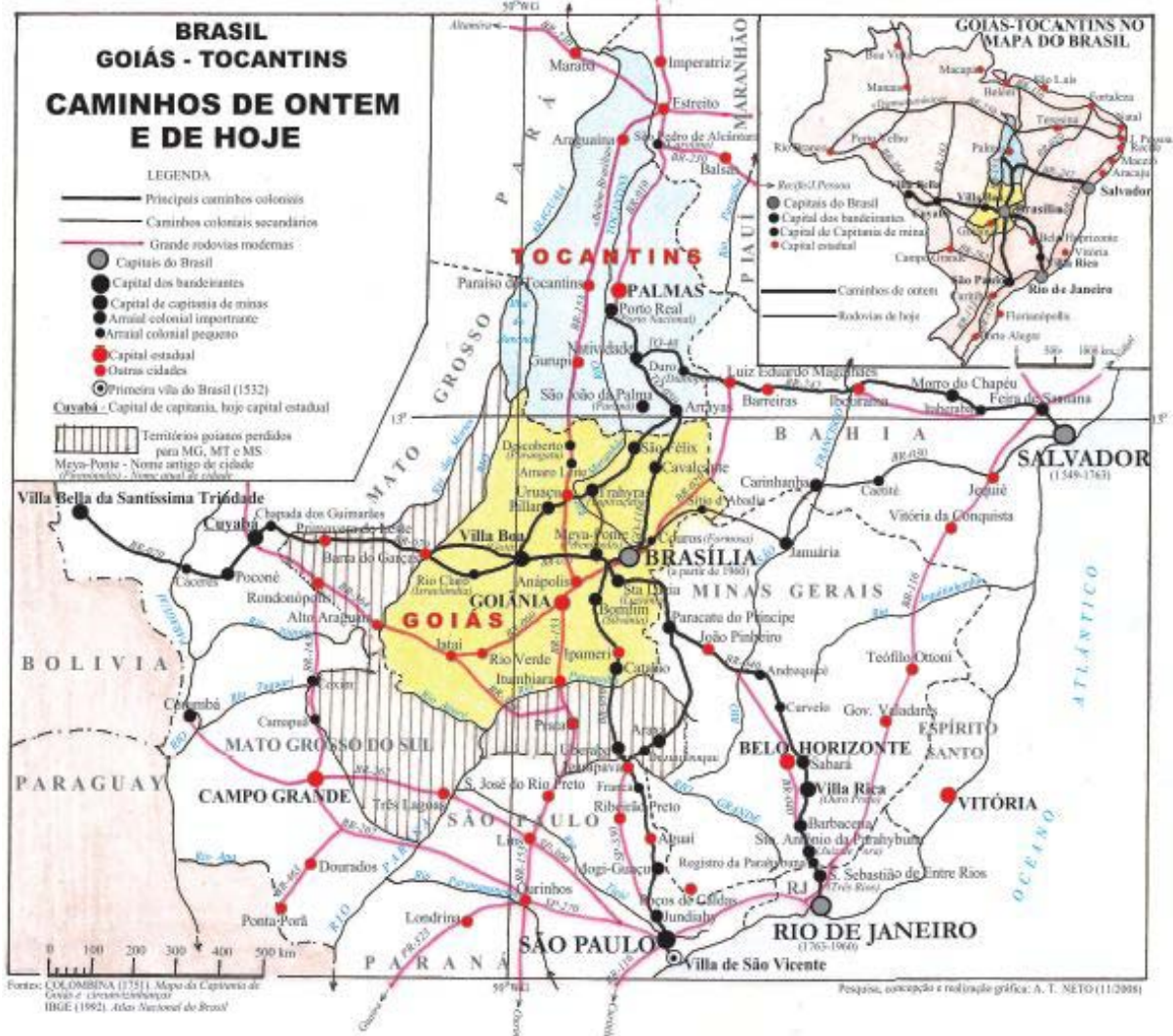
Em análise ao estudo realizado por Teixeira Neto (2001) sobre “os caminhos de ontem e de hoje em direção a Goiás – Tocantins”, a citada estrada corresponde a um dos caminhos coloniais do século XVIII. O autor, ao utilizar como pano de fundo o primeiro mapa, de 1751, em que Goiás é mostrado por inteiro, reconstrói três importantes caminhos reais dessa época. Aqui nos chama atenção dois deles. O primeiro era o caminho real que partia de São Paulo até Vila Boa (atual Cidade de Goiás). Essa estrada cortava o estado de São Paulo, o Triângulo Mineiro, passava pelo arraial de Corumbá e seguia para Meya Ponte (“o mais importante ponto de convergência de todos os caminhos coloniais que demandavam a Goiás” p. 9), donde se bifurcava em duas direções: para oeste, em direção a Vila Boa, e para as minas de Tocantins, conforme indicado na figura 7.

O segundo caminho real – ainda mais estratégico para a consolidação de Corumbá –, partia do Rio de Janeiro e ligava importante rede de pequenas cidades auríferas até chegar aos seguintes arraiais: Santa Luzia (atual Luziânia), Santo Antônio do Descoberto, Corumbá e Meya Ponte. A partir daqui, a estrada abria-se em duas direções, as mesmas acima já indicadas. É oportuno chamar a atenção para o fato de que, nesse período, Corumbá era um “arraial colonial” que fazia parte da “vida de relações” (Teixeira Neto, 2001) engendradas pela exploração aurífera no Brasil colonial.

Pelo exposto, a importante estrada que cortava o arraial de Corumbá e resultou no aumento da circulação de tropas, boiadas e cavaleiros – conforme cita Abdallah (2015) –, corresponde ao caminho real representado pelo trajeto – citado por Teixeira Neto (2001) –, que saía do Rio de Janeiro em direção a Vila Boa. E mais a frente se retomará essa discussão para mostrar que essa estrada cortava a área que deu origem à comunidade de Santo Antônio de Olhos d’Água, antes de chegar ao arraial de Corumbá.

Transportado pelos dois caminhos acima citados, o ouro “corumbaense serviu para enriquecer os negociantes meiapontense, onde aqueles mais ricos também possuíam lavras em Corumbá” (ABDALLAH, 2015, p. 27) e contribuiu também para fortalecer tanto o poder econômico quanto político do arraial de Meya Ponte, afirma o autor. Dessa forma, em 1731, se acirraram as disputas políticas e, no ano seguinte, houve a divisão administrativa das minas goianas em dois importantes distritos sediados pelos arraiais de Sant’Ana, – que em 1739 tornou-se Vila Boa e hoje é a atual cidade de Goiás –, e de Meya Ponte, atual Pirenópolis. Nessa divisão política, Corumbá tornou-se integrante desse último arraial.

Figura 7 - Caminhos de ontem e de hoje em direção a Goiás - Tocantins.



Fonte: Teixeira Neto, 2001 apud Castilho, 2016.

Entretanto, no arraial de Corumbá também eram desenvolvidos alguns arranjos produtivos associados à atividade mineradora. Eles supriam tanto as demandas locais por alimentos e matéria prima quanto representavam produtos voltados à comercialização com outros arraiais e vilas. A esse respeito ABDALLAH (2015) afirma que

Em 1822, a produção do sítio São Luis foi de cento e sessenta e três (163) litros de feijão; setenta e dois (72 e ½) litros e meio de arroz; trezentos e oitenta (380) litros de farinha; setecentos e sessenta (760) litros de açúcar. Já o sítio de Santo Antônio tinha produzido uma carga de rapadura. (ABDALLAH, 2015, pp. 28-29).

O autor ratifica também que essas fazendas situavam-se em terras que hoje pertencem ao domínio municipal de Alexânia, mas que naquele ano, 1822, além de pertencerem ao arraial de Corumbá, eram também as maiores produtoras de feijão, farinha, arroz, açúcar e

rapadura, no vale do rio Corumbá. A mão de obra utilizada nessa produção era escrava. Nesse aspecto, destaca-se:

[...] o maior número de escravos era o do Sítio das Galinhas (quatorze), seguidos pelo de Santa Rosa e Santo Antônio com oito cativos em cada, o de São Luiz (com cinco), o do Capão e o da Varginha com dois cada, o do Barreiros e o da Taboca com um cada, sendo que os donos dos demais não declararam quantos cativos eles tinham. (ABDALLAH, 2015, p. 29)

Constata-se aqui a afirmação, já tecida, quanto à utilização da mão de obra escrava como condição de geração e acumulação de riqueza e poder econômico e político, pelos colonizadores de Corumbá de Goiás – de origem paulista e portuguesa.

E não obstante o “bairro de Corumbá”, no transcurso dos anos, continuar fornecendo a maior produção de ouro da região (ABDALLAH, 2015), os interesses meiapontenses tinham maior peso e conduziram as decisões políticas que o mantiveram subordinado, política e economicamente, ao arraial de Meya Ponte.

Mas em Corumbá também havia interesses e articulações políticas favoráveis a sua emancipação política em relação à Meya Ponte. Destarte, foi instituída a Lei provincial nº 529, de 31 de janeiro de 1876, quando Corumbá foi elevada à condição de Vila com atribuições de município. A sua urbanização se consolidou ainda no século XVIII, resistindo à decadência da mineração, levando a vila a assumir a função de entreposto comercial para o abastecimento da Província de Goiás, pela localização estratégica na beira do principal caminho de acesso a Meya Ponte e a Vila Boa, importantes cidades da província. Nessa evolução decorreu a sua transformação em município no ano de 1902, por intermédio da Lei Estadual nº 237, de 9 de julho do mesmo ano, com o topônimo de Corumbá (IBGE, 2016).

No transcurso dos anos, foram ocorrendo redefinições no limite administrativo de Corumbá. O Decreto lei nº 8.305, de 31 de dezembro de 1943, criou o distrito de Abadiânia, ex-povoado de Posse (em Goiás) e anexou-o à cidade de Corumbá de Goiás, que teve seu topônimo redefinido pela existência de outra com nome idêntico, no estado de Mato Grosso. Finalmente, a Lei municipal nº 170, de 26 de dezembro de 1953, criou o distrito de Santo Antônio de Olhos d’Água, que foi anexado ao município de Corumbá de Goiás (IBGE, 2016). Identifica-se o primeiro *evento*²¹ ou marco constitutivo da comunidade que deu origem a Alexânia.

Ocorre que, naquele mesmo ano, a área total municipal corumbaense sofreu nova mudanças que resultou na redução de sua superfície, em virtude do desmembramento do distrito de Abadiânia que, pela Lei estadual nº 832, de 20 de outubro de 1953, foi

²¹Santos, 2012b.

transformado também em município. E cinco anos depois, o distrito de Santo Antônio do Olhos d'Água, mediante a Lei estadual nº 2.115, de 14 de novembro de 1958, foi desmembrado de Corumbá de Goiás e elevado à categoria de município (IBGE, 2016). Esse é o segundo *evento* de existência da origem de Alexânia.

Dessa forma, as normativas acima citadas – a Lei municipal nº 170, de 26 de dezembro de 1953, que criou o distrito de Santo Antônio do Olhos d'Água, e a Lei estadual nº 2.115, de 14 de novembro de 1958, que desmembrou este distrito e o promoveu à categoria de município – são marcos regulatórios essenciais à constituição histórica de Alexânia.

2.2.2 SANTA ROSA, SÃO DOMINGOS E A MINA DE ÁGUA

Aqui é importante de retornar à discussão interrompida anteriormente a respeito de dois importantes caminhos coloniais do século XVIII, citados por Teixeira Neto (2001). Tanto o que partia de São Paulo quanto o que saía do Rio de Janeiro, ambos em direção à Capitania de Goiás, confluíam para o arraial de Corumbá antes de chegar ao arraial de Meya Ponte. Essa narrativa é resgatada aqui justamente para indicar que o caminho que partia do Rio de Janeiro passava na comunidade de Olhos d'Água, antes de chegar ao arraial de Corumbá, razão por que os fluxos gerados por essa estrada foram essenciais à origem daquela comunidade.

A área geográfica sob a qual se originou a comunidade de Olhos d'Água era cortada pela referida estrada real e havia também uma importante mina de água no local então utilizada como pouso – local de descanso e pernoite –, para tropeiros, comerciantes e mascates que por ali passavam. E resultante desse contexto se originou o núcleo urbano da atual Olhos d'Água, que teve sua constituição marcada pelas influências geradas no ciclo do ouro na província de Goiás.

Anteriormente foi contextualizado o processo de ocupação do município de Corumbá de Goiás, que teve a atividade mineradora e a produção agropecuária (que dava sustentação à primeira) como principais dinamizadores da economia local. E não obstante a crise da mineração, esse município consolidou-se regionalmente como importante entreposto comercial.

Nesse contexto local e regional, a comunidade de Olhos d'Água foi se constituindo como resultado da “vida de ralações” Teixeira Neto (2001) engendradas pelo ciclo do ouro no processo de formação territorial de Goiás. A figura 8 mostra, em duas perspectivas, a mina de água até hoje existente na comunidade, não obstante seu estado de degradação – redução do

volume e da vazão de água – em virtude do crescente desmatamento decorrente da expansão urbana local.

Quanto aos registros da origem do povoamento de Olhos d'Água, em sua maioria eles possuem recorte temporal a partir do ano de 1939. Entretanto, as informações obtidas junto aos moradores mais antigos indicam que antes mesmo da construção da primeira capela já existiam algumas famílias que moravam na região e trabalhavam para os fazendeiros locais. E antes mesmo da transformação da cidade em distrito de Corumbá, que só ocorreu em 1953, a cidade já tinha sido registrada em batistério. Tal reconhecimento religioso ocorreu no ano de 1948 e “a comunidade foi batizada com o nome de Santo Antônio de Olhos d'Água” (informação verbal)²². Identifica-se assim mais um *evento* constitutivo do então povoado. À época, o batistério guardava peso legal, dado o relevante papel reservado à igreja católica no processo de colonização do Brasil.

Figura 8 - Olhos d'Água: a mina de água que abastecia os tropeiros e a partir da qual se originou a comunidade.



Fonte: A autora, abril de 2015.

Na constituição da comunidade, a edificação da capela de Santo Antônio foi importante à consolidação da comunidade. As entrevistas indicaram que depois da edificação da capela mais pessoas vieram morar na comunidade – identifica-se aumento da população pela migração. Por volta do ano de 1939, a ex-escrava Francisca dos Anjos fez um voto a Santo Antônio segundo o qual, se seu pedido fosse atendido, ela mandaria construir uma capela para cultuar aquele santo, junto a um olho de água onde era comum pararem boiadeiros e viajantes para matar a sede e descansar (ABDALLAH, 2015). Nesse período, a comunidade pertencia ao município de Corumbá de Goiás e, ao saber dessa promessa, o padre Zeferino, delegado da paróquia daquele arraial, procurou os fazendeiros locais, então proprietários das

²²Informação fornecida pelo Professor Armando Faria em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Olhos d'Água, em junho de 2014.

terras. O padre buscou a doação de terras tanto para a construção não apenas de uma capela – mas sim de uma pequena igreja – quanto para a edificação da vila, reitera o autor.

Diante da notícia de fé, Maria Alves de Magalhães, esposa de um fazendeiro local e afeta à ideia de construção de uma capela, solicitou ao esposo a construção do referido templo, erguido com base no trabalho da população local e nas doações de diversos fazendeiros da região do arraial de Corumbá (ABDALLAH, 2015). Foi assim que no dia 4 de julho de 1941 a capela foi inaugurada (STUMPF, 2013) e dois fazendeiros locais doaram um total de “quinze alqueires de suas terras na região – de parte das fazendas Santa Rosa e São Domingos –, para constituição da comunidade de Santo Antônio de Olhos d’Água” (ABDALLAH, 2015, p. 32).

Na figura 9 tem-se uma visão panorâmica da área central da comunidade nos primórdios da ocupação. Observa-se a igreja no canto direito da imagem, parcialmente encoberta pela árvore maior. No entorno do templo, tem-se um terreno descampado – onde mais tarde foi edificada a praça –, e, ao lado esquerdo, algumas construções que já revelam a orientação do padrão de ocupação, tendo a capela como ponto central.

Figura 9 - Olhos d’Água: a Igreja de Santo Antônio de Pádua e ao fundo as primeiras casas.



Fonte: Kim-Ir-Sen, 1976.

Segundo o autor, no dia da inauguração da capela havia cerca de dois mil e quinhentos romeiros da região presentes à festa, animada pelos leilões das prendas doadas ao santo. O saldo dos leilões serviu para quitar algumas despesas, incluídas as referentes à construção da escola do povoado que também tinha sido iniciada em 1941.

Sobre as origens do povoamento de Olhos d’Água

Antes da construção da capela, já começavam os primeiros sinais de povoamento: uma venda (ou bodega), que abastecia com suprimentos básicos os tropeiros e

fazendeiros da região e algumas poucas casas que serviam de abrigo para as famílias dos comerciantes que passavam por ali constantemente. Após a edificação da Capela, intensificaram-se as construções no local. (STUMPF, p. 40, 2013).

Verifica-se assim que a construção da igreja de Santo Antônio representou um novo marco constitutivo da origem da comunidade, que, a partir dali, se projetou no contexto político corumbaense como um povoado. O seu reconhecimento em batistério (em 1948) representava na prática o reconhecimento formal dessa condição, em virtude do relevante papel desempenhado pela igreja no contexto político e socioeconômico de então. O evento significou para a comunidade a formalização das intenções de consolidar o povoado. Foi assim que, decorridos seis anos, foi assinada a Lei estadual nº 2.115, de 14 de novembro de 1958, que reconhecia juridicamente o distrito de Santo Antônio do Olhos d'Água, vinculado ao município de Corumbá. Tem-se, dessa forma, um novo *evento* representado por esse marco legal.

2.2.3 EVOLUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA COMUNIDADE DE OLHOS D'ÁGUA

Assim passou a constituir-se o povoado de Santo Antônio de Olhos d'Água que tinha na mina de água e na pequena igreja de Santo Antônio de Pádua seus pontos identitários de ligação ao território (BONAMEISON, 2005). Ainda hoje esses pontos são marcos referenciais para os moradores de Olhos d'Água. Em entrevista realizada com um dos moradores mais antigos da comunidade, ele disse que “a mina foi onde começou tudo e depois teve a igreja, né” (informação verbal).²³

As terras doadas pelos fazendeiros foram repartidas pela igreja em pequenos lotes e transferidos aos moradores, sem custo, ou mediante o pagamento de um pequeno valor, a quem quisesse ali se estabelecer (informação verbal)²⁴. Para Abdallah (2015), a construção da igreja e a realização das festas em louvor a Santo Antônio de Pádua, padroeiro local, contribuíram para o crescimento lento e gradual da comunidade. E a cada nova festa realizada, o povoado ganhava mais alguns novos moradores. Desta feita, os interesses políticos locais articulados aos regionais contribuíram para a decisão do poder público municipal de transformar a comunidade em um distrito pertencente ao município de Corumbá,

²³Informação fornecida por “C” em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Olhos d'Água, em abril de 2015.

²⁴Informação fornecida pelo Professor Armando Faria em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Olhos d'Água, em junho de 2014.

o que ocorreu por meio da Lei municipal nº 170, de 26 de dezembro de 1953. Verifica-se mais um evento constitutivo do município de Alexânia.

A cidade foi tendo suas construções erguidas com referência central na capela e na praça. E tanto a “capela quanto as demais edificações do povoado foram erguidas com estruturas de madeira, paredes de barro (adobe) e telhas artesanais de barro apoiadas em caibros e ripas de madeira” (ABDALLAH, 2015, p. 33). Segundo depoimento contido no vídeo “Santo Antônio dos Olhos d’Água” realizado por Kim-Ir-Sen – com imagens obtidas na década de 1970 –, as pessoas foram construindo as casas em adobe e a tecnologia para trabalhar a madeira era bem rudimentar.

Entretanto, ainda na década de 1950 o fazendeiro Geminiano Ferreira montou uma serraria movida pela força da água (figura 10). Nos dias hodiernos, ela seria considerada “bem artesanal”, porém naquela época ela foi muito importante, pois em menos tempo se tinha cortada a madeira necessária às edificações. Assim, não mais havia necessidade de trazer de Corumbá de Goiás a madeira trabalhada.

Na figura 10 observa-se a serraria, cuja estrutura foi erguida sobre um córrego. A força da água era utilizada para mover a peça em ferro que serrava a madeira utilizada nas construções. E, ao lado, as peças eram arrumadas para o transporte em carro de boi, bastante utilizado na região, para o transporte da madeira e de outras mercadorias. Identifica-se aqui mais um importante evento que contribuiu para a constituição de Olhos d’Água.

Figura 10 - Olhos d’Água: serraria movida a água e o transporte da madeira na comunidade.



Fonte: Kim-Ir-Sen, década de 1970.

O modelo de arquitetura das casas veio pelas mãos dos mestres de construção de Corumbá de Goiás, que conservaram as características arquitetônicas iguais às das antigas casas da região – datadas do século XIX (ABDALLAH, 2015). Por isso, a arquitetura atual de Olhos d’Água aparenta ser mais antiga do que na realidade o é, afirma o autor. A figura 11 mostra as primeiras casas em adobe, de padrão simples e no estilo colonial, algumas das quais

se encontram em boas condições de conservação até os dias hodiernos (conforme a imagem colorida).

Figura 11 - Olhos d'Água: casas no entorno da Praça Santo Antônio.



Fonte: Kim-Ir-Sen, década de 1970, e a autora, junho de 2014.

Para STUMPF (2013), essa região onde está inserido Olhos d'Água – e que atualmente corresponde aos municípios de Luziânia, Formosa, Pirenópolis, Anápolis e Corumbá –, antes da construção de Brasília, entre 1956 e 1961, era conhecida pelo intenso comércio e pela passagem de mascates, comerciantes e viajantes que vinham de diferentes regiões do país. O local onde está inserida a comunidade, por sua vez, tornou-se ponto de descanso propício aos acampamentos próximo ao olho de água que deu topônimo à comunidade, conforme afirmação: “a poucos metros da minha casa, existia a estrada real, que era passagem de tropeiro” (informação verbal)²⁵. A mesma estrada que STUMPF (2013) chama de

O ‘Caminho do Ouro’ era a estrada ou caminho de terra que ligava o litoral do país (Rio de Janeiro, Bahia) ao Sertão (Goiás). Ela passava por Minas Gerais – onde o ouro do interior era levado para o litoral e materiais e escravos eram levados do litoral para o interior –, para suprir a mão de obra de cidades como Corumbá, Meya Ponte (atual Pirenópolis) e Vila Boa de Goiás (hoje Cidade de Goiás). Por essa mesma estrada [durante o período de 1730 até o início da década de 1960] também passavam os filhos da elite goiana que iam estudar nas grandes cidades – principalmente no Rio de Janeiro. (STUMPF, 2013, p. 38).

Para dialogar com essa afirmação, obteve-se o depoimento de que o antigo Caminho do Ouro passava na comunidade, ao lado do cemitério, em frente à atual propriedade do Professor Armando Faria. E que a comunidade, além de ponto de pouso dos tropeiros, era ponto de comércio, troca e encontro das comitivas que vinham de Minas Gerais, São Paulo,

²⁵Informação fornecida pelo Professor Armando Faria em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Olhos d'Água, em junho de 2014.

Pernambuco, Bahia e que iam adentrar os sertões de Goiás, levando produtos para Corumbá, Pirenópolis (Meia Ponte) e Cidade de Goiás (Vila Boa) (informação verbal)²⁶.

Ainda conforme informação oral, os trabalhadores da comunidade viviam da agropecuária. E “muitos agricultores trabalhavam nas terras do coronel Geminiano Ferreira; eles pagavam o arrendo prá ele; e ele não pagava salário... Nessa época ninguém pagava salário”. Ainda conforme o entrevistado “as pessoa chegavam aqui e vinham trabalhar prá ele (o Coronel) e pediam uma terrinha prá ele e ele dava; elas faziam uma casinha e viviam da agricultura” (informação verbal)²⁷.

Além da agropecuária, a comunidade era autossuficiente na produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade, plantados em roças e não apenas nos quintais das casas (BRANDÃO, 2000). Plantavam algodão, milho, feijão, arroz, batata, mandioca, fumo e verduras e mantinham em seus quintais alguns pomares cultivados em associação com a criação de porcos e pequenas aves – frangos, galinhas de Angola e patos – que eram criadas extensivamente. A esse respeito, Brandão (2000) afirma que a comunidade era lugar de lavradores camponeses — uma população de pequenos proprietários cujas terras eram cultivadas com o trabalho da família.

Era comum, também, nas famílias mais abastadas, a criação de gado voltado ao fornecimento de leite, de carne e uso em transporte de mercadorias – por meio de carros de bois. O que não era produzido no local era obtido por intermédio de viajantes e mascates que traziam para trocar o que ali não era encontrado. Observar a figura 12, que mostra o uso do carro de boi no transporte da madeira entre a serraria e o local de construção das casas. E, na imagem ao lado, o carro de boi que ainda hoje é confeccionado e comercializado em lojas de móveis rústicos, no centro da cidade de Alexânia.

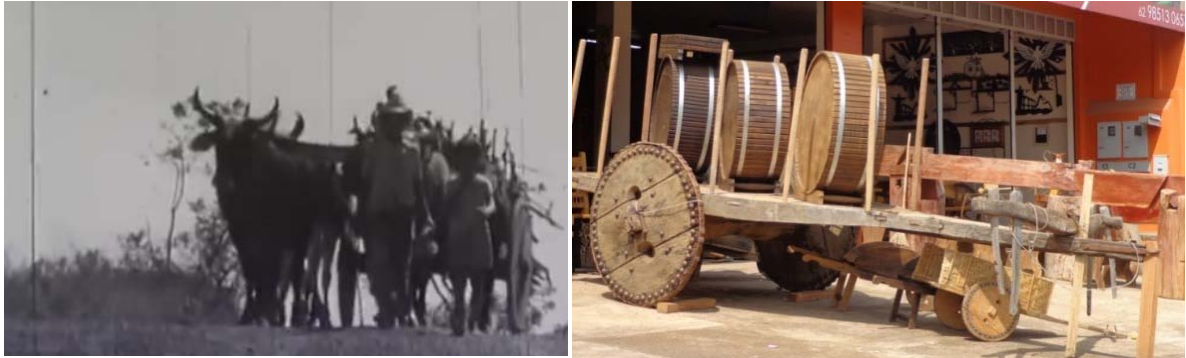
Nas longas viagens, em carros de boi, os tropeiros compravam o excedente da produção local e traziam algumas pequenas encomendas especiais – como sapatos ou algum tecido fino –, adquiridas por famílias que possuíam melhores condições financeiras. O sal consumido no local era obtido no sertão de Goiás e de Minas Gerais (informação verbal)²⁸. Observar a figura 13, que retrata um agricultor da comunidade “batendo feijão”. O feijão colhido era exposto ao sol para total secagem e em seguida era batido com um pedaço de madeira. Essa técnica facilitava o passo final, a debulha do grão (figura 13).

²⁶Informação fornecida pelo Professor Armando Faria em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Olhos d'Água, em junho de 2014.

²⁷Informação fornecida por “C” em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Olhos d'Água, em abril de 2015.

²⁸Informação fornecida pelo Professor Armando Faria em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Olhos d'Água, em junho de 2014.

Figura 12 - Olhos d'Água: o transporte de madeira em carros de bois e a venda do carro em loja de móveis rústicos em Alexânia.



Fonte: Kim-Ir-Sen, década de 1970, e a autora, agosto de 2017.

Era marcante também o uso de teares para produção de peças domésticas – mantas e cobertas de camas –, e algumas vestimentas usadas pela maior parte da população, desprovida de recursos para a compra de tecidos, que não eram encontrados com facilidade e custavam caro. As atividades associadas aos teares – descaroçar algodão, transformá-lo em fio e trançar no tear –, eram atribuições realizadas majoritariamente por mulheres. Sobre as fiadeiras da comunidade tem-se a seguinte descrição do seu cotidiano:

Um pouco mais tarde, quando todos os cuidados da casa estavam em ordem, ela voltou ao trabalho no tear que um dia o seu avô construiu para a sua avó e que ela herdou da mãe junto com os segredos do ofício de fiadeira. Com a ajuda da filha mais velha foi mais fácil preparar o algodão que meses antes o marido plantara e a família colhera. Isso em outubro, de acordo com as crenças do lugar, ‘na quadra da minguante’, é melhor no dia 12. Assim se crê, e [...] o plantio tem os seus rituais. [...] A polpa branca do algodão foi passada no ‘escaroçador’ que separou dela os grãos de semente. Ela foi depois cardada e os finos rolos das ‘pastas’ viraram na ‘roda’ (a roca) fios de linha prontos para o tear, depois de tingidos. Como as outras fiadeiras [...], a mulher *leu* nos traços desenhados na ‘receita’ o tipo de desenho que usaria para fazer aquele pano. (BRANDÃO, 2000, p. 4).

A figura 14 retrata as mulheres no processo de ‘escaroçar’ o algodão – na primeira imagem á esquerda –, transformá-lo em fios de linha – na imagem ao centro –, que eram trançados no tear manual – na terceira imagem à direita. Todo o processo, que envolvia o plantio, a colheita, o descaroçamento, a transformação em fio, o tingimento, a produção do pano no tear e a montagem de peças, eram artes dominadas na comunidade e envolvia toda a família.

Figura 13 - Olhos d'Água: agricultor no processo de debulha de feijão.



Fonte: Kim-Ir-Sen, década de 1970.

Os saberes tradicionais associados a um modo de vida próprio foram contribuindo na construção da identidade cultural da comunidade com seu espaço de reprodução. Assim, além de construírem suas próprias moradias e confeccionarem os tijolos e telhas utilizados bem como as peças de madeira necessárias, também se tornaram exímios marceneiros e passaram a dominar a arte da cerâmica.

Figura 14 - Olhos d'Água: mulheres no trabalho de descaroçar o algodão, transformá-lo em fio e trançá-lo no tear.



Fonte: Kim-Ir-Sen, década de 1970.

Assim diversas pessoas na comunidade produziam peças em madeira – portas, cadeiras, mesas, teares, camas, colheres de pau, entre outros – e utensílios em barro – panelas, gamelas, potes, jarras e vasos –, demandados no dia-dia. Além disso, utilizavam a fibra do milho e da bananeira para tecer tapetes, cordas e cestas. A figura 15 retrata o cotidiano de dois carpinteiros e marceneiros no ofício da profissão. Observar o detalhe no canto da imagem, à direita, onde está sendo confeccionada uma roda de carro de boi.

Pelo exposto, percebe-se que a constituição da comunidade de Olhos d'Água teve influência dos múltiplos fluxos de passageiros – comerciantes, mascates e comboieiros — de diferentes pontos do país. A estrada real e a mina de água, esta última como fator natural de

atração, foram importantes para a origem do povoado e posterior consolidação, após a construção da capela de Santo Antônio de Pádua.

Figura 15 - Olhos d'Água: oficinas de carpintaria e marcenaria.



Fonte: Kim-Ir-Sen, década de 1970.

As influências geradas pela condição de ‘ponto de passagem, de encontro e de trocas’ (STUMPF, 2013) trouxe rebatimento e influenciaram profundamente a formação territorial desse espaço geográfico. Os saberes foram repassados entre as gerações e resultaram da “memória do povo do lugar” (BRANDÃO, 2000, p. 4) que os guardava para os muitos usos do cotidiano. E as informações colhidas ratificam o relevante papel da comunidade como local de descanso e apoio às demandas dos viajantes – pouso e fornecimento de alimentos – no contexto dos primeiros caminhos em direção a Goiás.

Dessa forma a gênese do distrito resultou das relações engendradas pelo ciclo do ouro no Brasil – na fase da acumulação primitiva do capitalismo. Para Pizarro (2017), nesse período de formação territorial goiana havia predomínio do “meio natural” sobre as relações sociais engendradas. Santos (2012) já classificara como “meio natural” o período em que as técnicas eram rudimentares e o homem escolhia da natureza aquelas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida. Ademais, esse meio era utilizado pelo homem sem grandes transformações.

A narrativa sobre o processo de origem e constituição do Distrito de Olhos d'Água (que deu origem ao município de Alexânia) resultou do contexto regional de reconfiguração do território goiano pela exploração de áreas mineradoras. Esse processo constitutivo evidencia que o modo de produção²⁹ (econômica, jurídico-política e ideológica) local ainda em fase incipiente de constituição (embora fosse resultante de um modo de produção global já estruturado). Nesse contexto, Olhos d'Água consolidou-se enquanto povoado com a produção bovina e agrícola rudimentares que também era fornecida aos tropeiros, mascates e viajantes.

²⁹Harnecker, 1978.

Para Teixeira Neto (2001), a estrada real foi o caminho que teve “papel fundamental no processo de ocupação, povoamento e urbanização do território goiano” (p.51).







Segundo dados levantados por Stumpf (2013), havia indígenas na região, o que também influenciou a matriz cultural local, cuja identidade, em constituição, recebeu influência dos saberes tanto dos povos primitivos quanto daqueles viajantes trazidos pelos fluxos e arranjos resultantes da “vida de relações” (TEIXEIRA NETO, 2001) engendradas pelo ciclo do ouro. A troca de informações e conhecimentos repercutiu na produção das técnicas – ainda rudimentares – e no conjunto de ações (SANTOS, 2012b) materializadas na formação do espaço geográfico. No bojo desse movimento, tem-se também instalada uma dinâmica socioespacial que resulta da relação dos sujeitos sociais aí presentes com seus territórios de vida o que faz crescer o sentido de pertencimento ao lugar.

Desse modo diversas festas, danças e celebrações passaram a fazer parte do cotidiano da comunidade. E todas elas eram antecipadas por rituais de preparação cuja relação estava associada à colheita, à estação do ano e a um conjunto de valores – como a solidariedade -, importantes à vida em comunidade. Chama atenção a seguinte narrativa:

Um vizinho e ‘cumpadre’ percebera que a família não teria tempo de preparar o terreno da roça para a lavoura do ano. Então, ele visitou alguns outros vizinhos e, juntos, combinaram a ‘tração’, ‘treição’, como alguns dizem. Um tipo de ‘mutirão’, um ‘adjutório’ de surpresa. Um dia inteiro de trabalho coletivo e não-remunerado, pra que o ‘dono do mutirão’ ponha em dia as suas terras e salve o tempo de semear. E se juntaram. [...] Quando o dia clareou os homens saíram para o lugar da roça [...] e começaram o trabalho. Faziam isso cantando músicas. [...] Esparramadas pela casa, as mulheres dividiam os afazeres de sua parte no ‘muxirão’. Cuidavam da comida do almoço e da janta festiva - no fim do trabalho dos homens -, escaroçavam algodão, faziam o fio que era trançado no tear. [...] Quando a labuta do dia ficou pronta, na ‘lavoura’ e no quintal, alguns metros de tecido de algodão e muitos metros de terra de plantio ficaram prontos para os seus usos. Os lavradores de Santo Antônio dos Olhos d’Água voltavam cantando a alegria do trabalho feito e pedindo ao ‘dono’ a cachaça que mereciam. (BRANDÃO, 2000, p. 5).

Conforme o contexto assinalado, a vida simples, porém árdua, vivida pela comunidade contribuía para a gênese de festejos e danças, também. A pesquisa indicou que na origem oficial do município de Olhos d’Água existiam as seguintes festas e ritmos: Festa de Santo Antônio, Festa do Divino e a dança da Catira. Essas festividades também são marcos importantes para a constituição de Olhos d’Água. O quadro 6 apresenta de modo sucinto as principais festas realizadas e suas respectivas características.

Quadro 6 - Principais expressões culturais da comunidade de Olhos d'Água.

	Festividade	Origem/Descendência	Características	Registro da Primeira Realização	Período de Realização
Século XIX – Desde o Século XIX.	1. Santo Antônio 	Na própria comunidade;	- Festa religiosa; - Padroeiro da comunidade; - Ocorre uma vez ao ano.	No ano de 1939.	Na primeira quinzena de julho.
	2. Festa do Divino Espírito Santo 	Tradição europeia trazida para a comunidade no século XIX.	- Festa religiosa; - Ocorre uma vez ao ano.	04 de julho de 1941.	Em junho.
	3. Folia de Reis 				Em setembro.
Século XX.	4. Feira do Troca 	A origem foi na própria comunidade.	- Ocorre duas vezes ao ano; - A origem foi na própria comunidade; - O intervalo entre as duas feiras é dedicado: à produção dos artesanatos; à escolha do que vai ser trocado; à organização e logística do evento.	Dezembro de 1974.	Primeiro final de semana dos meses de junho e dezembro.
Século XXI.	5. Fiofó da Onça 	A origem foi na própria comunidade.	- Quadrilha sem ensaio em que todas as pessoas são convidadas a participar; - Troféu para a barraca mais bonita e original; - Ocorre uma vez ao ano.	No ano de 2003.	Não é fixo. Pode ser em junho; julho ou agosto.
	6. Boi de Piranhas 		- Bloco carnavalesco em que os homens se vestem de mulheres e, no domingo de carnaval, saem às ruas ao som de marchinhas de carnaval; - Ocorre uma vez ao ano.	No ano de 2008.	No domingo de Carnaval.

Fonte: 1, 5 e 6 (Google, dezembro de 2016); 2 e 3 (STUMPF, jun.2013); e 4 (a autora, dezembro de 2015).

No curso dos anos, outras expressões festivas locais foram surgindo – por exemplo: a Feira do Troca, o Fiofó da Onça e o Boi de Piranhas. Esses dois últimos festejos serão tratados no Capítulo V, pois são mais recentes e resultaram de iniciativas do movimento de resistência e resgate cultural criado após os anos de declínio e estagnação causados pela transferência da sede política para Alexânia.

E tanto os arranjos produtivos locais quanto as festas desempenharam papel essencial no processo de constituição da identidade cultural da comunidade com seu espaço de reprodução. Para Mello e Souza (1994), a festa é um lugar de memória, lugar de construção e atualização do passado. “De um passado que não pertence mais apenas aos seus cidadãos, mas mostra-se capaz de atribuir identidade a setores amplos da sociedade” (CAVALCANTI, 2006, pp. 3-4). Nessa perspectiva, serão registradas a Catira e as Festas de Folia, que são importantes representações imateriais da comunidade e que até os dias atuais são símbolos e fazem parte dos festejos locais.

A catira, embora não tenha sido incluída no quadro 6 é uma expressão cultural que se considera importante o registro. Segundo o *site* Dança Folclórica Brasileira, ela é uma dança genuinamente brasileira, mas não se sabe ao certo a sua verdadeira origem. Essa pode ter sido resultado da mistura de várias culturas, como a africana, a espanhola, a indígena e a portuguesa. A catira, realizada ao som de viola, é chamativa pelo seu vigor e sincronicidade. Compõe-se de "palmateios" e sapateios ritmados que os "catireiros" executam, em duas fileiras, uma em frente à outra, formando pares. Ao longo das apresentações, a comunidade acompanha, animada, as exhibições dos grupos. As pessoas dançam, cantam e brincam ao som dos ritmos que são desenvolvidos (SILVA, 2016).

Depois da “janta” os homens afastaram os poucos móveis da casa e formaram as duas filas de uma dança chamada ‘catira’. Puxados pelos cantos e toques de um par de violeiros, repetiram noite adentro os entremeios de palmeados e sapateios. Do lado de fora da casa moças e rapazes dançaram aos pares um ‘pagode’ sob os olhos de algumas mulheres mais velhas, atentas ao que acontecia, pra que ninguém mais ousado fugisse aos costumes. Quando no quase começo do claro de um outro dia as pessoas da ‘traição’ despediram-se dos ‘donos do mutirão’. Esses acontecimentos [...] haviam acabado de ser vividos pela gente camponesa de Santo Antônio dos Olhos d’Água. (BRANDÃO, 2000, p. 6).

A figura 16 retrata duas apresentações de Catira realizadas em Olhos d’Água. Durante as atividades comemorativas e festas locais, desde os primeiros festejos (na origem da comunidade) até os dias de hoje, sempre ocorre apresentações de ‘catireiros’.

Figura 16 - Olhos d'Água: grupos de catira em apresentação na comunidade.



Fonte: Google, julho de 2017.

Segundo Stumpf (2013), na região onde está inserido Olhos d'Água são tradicionais as Festas de Folia: Folia de Reis, Folia do Divino e Folia de Santo Antônio. Essas folias estão contidas em um evento só, conforme se observa:

O *giro* tem duração média de quinze dias. O *giro* são as visitas às fazendas da região, onde há a benção (da casa e da família), festas com catira, música e ladainhas. O *pouso* é quem recebe os foliões em sua casa, esperando-os com comida, bebida, oferece *pouso* (lugar para dormir) e, geralmente, um altar para o Santo Homenageado. No caso da Folia de Reis, imagens dos três Reis Magos (Melchior, Gaspar e Baltazar), e o menino Jesus. As comitivas são compostas por músicos, catireiros e cavaleiros e percorrem as fazendas da região, em formação de comitiva, durante o *giro*, empunhando a bandeira do Divino e recebendo donativos ou “esmolos” angariadas para a Festa ao Santo no último dia do giro. Na porta da casa, cantando ainda, eles entregaram o ‘dono’ à ‘mulher’, que pediu a reza de um terço a São Sebastião, antes da janta. Dois rezadores, que minutos antes capinavam com os outros a terra, puxaram rezas e cantorias do terço. Algumas eram orações sabidas de todos, como o “Pai Nosso”. Mas outras eram rezas antigas dos segredos da roça, que só as mulheres mais velhas sabiam responder. Rezado o terço se fez o ‘beijamento do altar’, e quando os ofícios do terço acabaram, o dono da casa chamou todos a que viessem comer. (BRANDÃO, 2000, p. 6).

O trecho acima retrata as Festas de Folia que são marcadas pela chegada das comitivas, pelo Pouso de Folia do Divino e pela festa na igreja local, que ainda hoje possui forte representação para a comunidade, pois também se constituiu em local de encontro dos moradores do distrito de Olhos d'Água.

É importante destacar que, do mesmo modo que o ciclo do ouro contribuiu para a gênese e o crescimento de Olhos d'Água por meio da "estrada real", a crise da mineração ocorrida no século XIX também impactou a reconfiguração territorial local. A reconfiguração territorial por que Goiás passou nesse período repercutiu na comunidade, que se voltou ainda mais para a agricultura e a pecuária de subsistência e para a produção de tudo o que necessitava para viver. Em referência a autossuficiência produtiva local, tem-se o seguinte depoimento: “quando eu cheguei aqui, na década de 1960, era tudo rudimentar, mas o povo

produzia tudo o que necessitava e só trazia de fora o sal, que vinha de Minas Gerais” (informação verbal)³⁰.

No contexto assinalado, a estrada ainda era a única via de acesso entre muitas cidades e povoados do interior goiano, o que resultava em fluxos e deslocamentos (agora mais regionais) que contribuía para a economia de Olhos d’Água.

No ano em que perdeu o posto de sede política e administrativa para Alexânia, Olhos d’Água era constituída por gente simples que vivia da agricultura e que produzia quase tudo o que necessitava para viver. Sua força estava nas tradições e na fé que resultavam em ações que repercutiam na reconfiguração territorial, na constituição dos arranjos produtivos locais e na produção das festividades. Uma igreja, a praça, a mina de água, uma escola, a serraria e algumas dezenas de casas – um total de cem, aproximadamente (informação verbal)³¹.

A figura 17 retrata a "Rua da Entrada", atualmente ‘Rua 25 de Dezembro’. Na primeira imagem, observar a precária infraestrutura urbana: as ruas não eram pavimentadas, não havia saneamento básico e não se nota sinal de intervenção da gestão pública voltada à melhoria da qualidade de vida da população. Nesse tempo, o deslocamento era realizado majoritariamente a pé, a cavalo ou em carros de bois. Já na segunda imagem, do corrente ano de 2017, observa-se a avenida já urbanizada: pavimentação da rua, infraestrutura elétrica e canalização da água pluvial. As técnicas e os fluxos vão rebater a reconfiguração territorial e, ao mesmo tempo, contribuir para essa reconfiguração, de forma que, como resultado desse processo, novos usos passam a existir mediados por novas relações produtivas.

Na década de 1950 chegou à comunidade Alex Abdallah, descendente de árabe e originário de Corumbá de Goiás. Ele era bem articulado com os grupos políticos tanto desse município quanto de Goiânia. Ao chegar à comunidade buscou rapidamente aproximação com o coronel Geminiano Ferreira, o maior proprietário de terras da região, liderança política local e muito empenhado na consolidação de Olhos d’Água.

Em 1955, teve-se a notícia, na comunidade, de que ali próximo iria se iniciar a construção de uma grande cidade, Brasília, nova sede do governo federal (ABDALLAH, 2015). A comunidade tomou conhecimento, também, de que, a 14 quilômetros de Olhos d’Água, seria construída a BR-060, importante estrada com a função de ligar a nova capital da República a Goiânia.

³⁰ Informação fornecida pelo Professor Armando Faria em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Olhos d’Água, em junho de 2014.

³¹ Informação fornecida por "B" em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Olhos d’Água, em abril de 2015.

Figura 17 - Olhos d'Água: Rua 25 de Dezembro (em 1972 e em 2017), principal acesso ao Distrito.



Fonte: Kim-Ir-Sem (1972) e a autora (agosto de 2017).

Em 1958, o distrito de Olhos d'Água foi transformado em município, por força de Lei estadual nº 2.115, de 14 de novembro de 1958, decorrente do empenho de grupos políticos locais e regionais de que fazia parte Alex Abdallah, que se engajou pessoalmente nesse processo. Esse evento e, em seguida, a primeira eleição para a escolha do prefeito local foram de grande significado para a constituição de Olhos d'Água.

E em 1959, Alex Abdallah candidatou-se e foi eleito prefeito local. Entretanto, segundo suas próprias palavras, ele tinha o sonho de construir uma cidade: “Sempre tive um sonho: construir uma cidade. E a concretização de Brasília e Goiânia foram os meus espelhos. Foi a partir da experiência delas que iniciei as primeiras ações que resultaram na construção de Alexânia” (ABDALLAH, 2015, p. 65). A transformação do distrito de Olhos d'Água em Município atendia tanto aos anseios do então prefeito quanto ao do coronel Geminiano Ferreira que empreendeu esforços na consolidação da comunidade. A emancipação foi o primeiro degrau para o passo seguinte, a transferência da sede municipal para a nova cidade de Alexânia, de que Alex Abdallah já providenciara o suporte legal necessário para o registro e criação da cidade.

Não obstante as ações da comunidade no seu cotidiano contribuíssem para a construção e fortalecimento de laços com o local, a história da evolução do município de Olhos d'Água sofreu uma ruptura. Em 31 de janeiro de 1961, o prefeito, apoiado por dois dos três vereadores locais, realizou a transferência da sede do município para os loteamentos Alexânia e Nova Flórida (registrado em cartório corumbaense no dia 20 de março de 1957)³². O terreno situava-se às margens da BR-060 e ainda estava em fase embrionária de ocupação (ABDALLAH, 2015).

³² “Uma vez escriturados os imóveis que havia adquirido [...] comecei a ocupá-los, dando início, de fato, à nova cidade, cujo edital de loteamento foi lavrado no Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Corumbá de Goiás [...] a 20 de março de 1957” (ABDALLAH, 2015, p.117).

Esse evento contém dois sentidos: o primeiro relaciona-se ao declínio e posterior estagnação de Olhos d'Água nos anos seguintes, situação que perdurou até 1974, ano de rearticulação da comunidade por meio da Feira do Troca, a ser discutida mais adiante. O segundo sentido diz respeito à origem e consolidação de Alexânia como nova sede municipal, favorecida por sua localização junto à BR-060.

A Lei estadual nº 4, de 21 de junho de 1961, oficializou essa transferência (IBGE, 2016). Segundo o mesmo órgão, nos anos seguintes foram lançadas mais duas normativas: a Lei estadual de nº 4.919, de 14 de novembro de 1963, que criou o município de Alexânia e estabeleceu seus limites administrativos; e a divisão territorial de 31 de dezembro de 1963, que estabeleceu Alexânia como distrito sede, condição que permanece até os dias atuais.

Após a construção da BR-060, os fluxos de pessoas e mercadorias antes realizados pela "estrada real" deixaram de existir. Eles tiveram mudança geográfica. Foram deslocados para a nova via asfaltada, mais rápida e moderna que liga a capital do país a Goiânia. Este modal representava o desenvolvimento e a rapidez que o país buscava por meio da integração pelas rodovias. Na escala local – Olhos d'Água –, esse fato repercutiu na organização econômica e nos arranjos produtivos (até então autossuficientes) que sofreram rupturas levando à desarticulação produtiva da comunidade (SILVA, 2016, p. 275).

2.2.4 O DISTRITO DE OLHOS D'ÁGUA: CONTEXTO ATUAL DE USOS DO TERRITÓRIO

Neste tópico pretende-se realizar uma breve contextualização dos efeitos negativos gerados em Olhos d'Água pela mudança da sede municipal para Alexânia. Essa nova realidade gerou prejuízos à organização produtiva local, e alguns moradores venderam ou abandonaram a sua propriedade, deixaram de produzir lavoura, mudaram-se para a nova sede, onde passaram a comercializar ou realizar outra atividade econômica. Conforme já citado, os arranjos produtivos até então autossuficientes às demandas de seus moradores, sofreram rupturas que contribuíram para a desarticulação da economia. Acrescente-se a esse fato a peculiaridade de o modo de produção agrícola ser condicionado às estações de chuva e seca. Após as chuvas, havia pessoas que passavam privações pela inexistência de gêneros básicos para a alimentação (SILVA, 2016).

Tinha uma certa época, principalmente no mês de junho, que as pessoas passavam por maior dificuldade pois aqueles que trabalhavam na agricultura, não tinham o que

fazer. Já tinha parado a chuva e o pessoal tinha de ficar esperando a próxima chuva para plantar de novo. Nesse intervalo, mês de junho, muita gente passava até mesmo necessidade [fome]. (Informação verbal).³³

As entrevistas indicaram que nesse período houve declínio da produção: “muita gente deixou de plantar e abandonou também a produção dos teares” (Informação verbal).³⁴ Avalia-se que de 1959 até meados de 1973 o distrito mergulhou em um processo de estagnação – ausência de crescimento e desenvolvimento –, que só foi revertido após a realização da primeira Feira do Troca em 1974. Entretanto, à realização dessa festividade ocorreram alguns processos locais que contribuíram para o ressurgimento dos laços de pertencimento das pessoas ao seu lugar de vida.

No ano de 1967, chegaram à comunidade os professores, Sinclei Fazolino, Laís Aderne e seu esposo Armando Faria, que iniciaram um projeto de Arte e Educação junto à escola local. Por ocasião da presente pesquisa, o citado professor concedeu entrevista e afirmou que, no final da década de 60, ele e Laís Aderne foram convidados para dar aula na UnB. Depois de alguns dias vivendo na capital do país, procuraram um local para comprar terras para descanso aos finais de semana. Assim chegaram a Olhos d’Água.

Em 1967, quando a gente (ele e Laís Aderne) veio, do Rio para Brasília, convidados para dar aulas na UnB - ela no Departamento de Artes e eu no de Letras; (...) nós procurávamos umas terras para fazer uma chácara. (...) Foi assim que chegamos em Olhos d’Água, em 1967. (...) Quando chegamos, fomos conhecendo as pessoas, e a Laís, uma pessoa muito sensível, não entendia a razão das pessoas estarem naquela situação de extrema penúria. (...) as rodas de fiar estavam jogadas nos quintais, que eles chamavam de terreiros, tinha panela de barro quebrada. (...) Pouca gente tinha alguma atividade. A maioria ficava sentada, de cócoras, na porta de casa, fumando cigarro de palha, olhando o tempo. (Informação verbal).³⁵

O fato é que após a chegada de Laís Aderne, Armando Faria e Sinclei Fazolino, a história da comunidade tomou outro rumo. Saiu da invisibilidade gerada pelas atenções e interesses políticos voltados apenas para Alexânia e entrou em um processo de “olhar para si, para sua importância”, afirmada incansavelmente por aqueles professores que chegaram de fora.

Até a chegada desses profissionais, a comunidade havia passado por quase sete anos de isolamento (STUMPF, 2013) e desarticulação. Para a autora, a estrada que passava por ali

³³ Informação fornecida por “B” em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Olhos d’Água, em abril de 2015.

³⁴ Informação fornecida por “B” em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Olhos d’Água, em abril de 2015.

³⁵ Informação fornecida pelo Professor Armando Faria em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Olhos d’Água, em junho de 2014.

e por onde transitavam comerciantes, alimentos, tecidos e outros gêneros – para Olhos d'Água, e para outras cidades como Corumbá e Pirenópolis –, fora desviada, e a principal estrada, a partir de 1960, era a BR-060, que passava em Alexânia. Além disso, parte da população jovem migrou para a nova sede ou para Brasília à procura de emprego e melhores condições de vida.

Esse cenário de fome e privação vivida por alguns moradores sensibilizou os professores que quiseram contribuir para a mudança do quadro verificado. E viram que havia ali uma riqueza cultural adormecida capaz de conduzir a população a condição mais digna, pelo acesso a alguns itens básicos como alimento, material de higiene e vestimentas, por exemplo. Fizeram uma aproximação e aos poucos foram ganhando a confiança da população para a realização de um trabalho de Arte e Educação que foi desenvolvido na escola local. O objetivo era realizar o fortalecimento comunitário por meio do resgate dos históricos saberes populares e do jeito de fazer artesanato de outrora (STUMPF, 2013 e Informação verbal)³⁶.

A partir do levantamento desses saberes e fazeres tradicionais e do conhecimento prévio de arte-educação, Sinclei Fazolino e seus companheiros fundaram a *Escola Experimental*. Uniram-se com um morador local – Tomazão - e iniciaram o trabalho na escola, que tinha como prioridade a integração entre o ensino tradicional vigente no país e os saberes locais e suas características, tanto ambientais quanto culturais (STUMPF, 2013).

O conhecimento em artesanato foi repassado pelos mais antigos aos mais jovens. Estes aprenderam a confecção de bonecas de palha, de tecido e de bucha vegetal; a pintura em cerâmica, tecido e madeira; a produção de esculturas e bordados; a carpintaria e a marcenaria. Além disso, as famílias passaram a produzir na agricultura a matéria-prima utilizada na própria produção artesanal (SILVA, 2016).

2.2.4.1 A FEIRA DO TROCA: DA ORIGEM AOS DIAS ATUAIS.

Foram diversos os esforços no sentido da valorização dos ofícios de produção artesanal. Para valorizar essa atividade e permitir o acesso dos moradores a alguns produtos não encontrados na comunidade, foi colocado um “varal” na praça da igreja, onde foram dependuradas roupas, calçados e outros objetos trazidos de Brasília (originados de doação) e disponíveis para a população. O propósito era deixar as pessoas a vontade – pois eram

³⁶ Informação fornecida por “B” em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Olhos d'Água, em junho de 2014.

acanhadas -, para ir ao local espontaneamente pegar o que lhe fosse útil. Quem ia “pegar algo deixava no lugar outro objeto (artesanal) que havia confeccionado. Era uma espécie de troca ou pagamento – a gambira ou catiragem” (informação verbal)³⁷.

Fez parte da história da região um costume chamado "gambira" ou "catiragem", que era um sistema de troca. Na origem da comunidade, não era comum a presença de dinheiro, e a comercialização dos produtos se dava através do escambo, ou seja, da troca de produtos. Esse costume permaneceu até meados da década de 1970, época em que já era mais frequente a circulação de dinheiro, entre alguns moradores. A idealização da Feira do Troca buscava retomar além da produção artesanal – e o seu sentido para a comunidade – também a gambira. Para Stumpf (2013), a feira buscou o resgate do costume da "gambira" ou "catiragem" prática em que a troca é feita livremente, podendo quem quiser algum produto pegá-lo no varal, sendo facultado deixar outro em troca. Tanto que o primeiro nome dado à festividade foi “Feira da Gambira”, só depois denominada “Feira do Troca”.

Nesse contexto, as peças doadas foram "estendidas" em um varal aos que tivessem interesse. Essa foi a semente da Feira do Troca, que se tornou incentivo à retomada da produção artesanal, abundante nos anos seguintes. Assim, a feira induziu à superação dos três seguintes desafios: que os artesãos produzissem para sua subsistência; o não esquecimento dos saberes e fazeres tradicionais; que ocorresse de forma voluntária e envolvesse toda a comunidade (STUMPF, 2013).

Em referência a produção artesanal local na atualidade se constitui uma das principais atividades que gera renda para as famílias – esse aspecto será discutido no Capítulo V. Na comunidade há grandes artesãos, reconhecidos regional e nacionalmente, que elaboram peças a partir dos seguintes materiais: argila, tecido, algodão, folhas, madeira, bucha vegetal, fibras de milho e de bananeira. Inclusive no ano de 1985 uma grande artesã da comunidade teve toda a sua produção exportada para a Alemanha sob a encomenda de alguns clérigos daquele país. Faz-se necessário esse registro aqui para indicar que esse evento foi primordial à rearticulação do distrito de Olhos d’Água no contexto municipal.

Destarte, as condições foram criadas e em dezembro de 1974 ocorreu a primeira Feira do Troca. Para a autora, o intuito era tornar acessível, aos habitantes de Olhos d’Água, produtos o acesso a alguns produtos tais como roupas, calçados, alimentos, utensílios domésticos e livros. Na figura 18 observam-se algumas cenas da 8ª Feira do Troca. Nos

³⁷ Informação fornecida pelo Professor Armando Faria em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Olhos d’Água, em junho de 2014.

detalhes identificam-se os principais produtos disponíveis para a troca: teares, toalhas, mantas, panelas e vasos de barro, pilão e diversas outras peças em madeira.

Figura 18 - Moradores e seus produtos na 8ª Feira do Troca de Olhos d'Água em Julho de 1976.



Fonte: Revista Veja, 1976³⁸ (Arquivo obtido com o Professor Armando Faria em abril de 2015).

Conforme informações levantadas em campo, nesses quarenta e três anos de existência a feira tornou-se festa. Entretanto, em meados da década de 1980, devido ao aumento da oferta de produtos industrializados trazidos por comerciantes externos à comunidade ela entrou em declínio. Porém, nos primeiros anos da década de 1990, ela foi reformulada e voltou a ocorrer. O evento cresceu, pois recebeu uma programação cultural incluída na agenda da feira. Nos dias atuais, ela ocorre na sexta-feira, no sábado e no domingo (no primeiros final de semana de junho e dezembro).

Todavia, o propósito de resgatar a tradição da gambira ou catiragem não tem tido êxito, pois atualmente predominam os produtos voltados à venda.

Desde a origem aos dias atuais, a feira tem-se constituído em importante atividade que tanto contribui para a dinamização econômica – produção artesanal, hospedagem, comercialização de produtos e serviços – quanto na reafirmação da história da comunidade. A feira foi importante incentivo à ampliação da produção artesanal no distrito que na atualidade tem se consolidado como polo produtor de artesanato em Goiás. Os artesãos locais participam de grandes feiras regionais e sua produção é comercializada principalmente em Goiânia, Brasília e Anápolis.

Ela ocorre duas vezes ao ano, no primeiro final de semana dos meses de junho e dezembro e tem enorme força de mobilização local. Não obstante os momentos de desarticulação já vivenciados, a partir de 2005 ela tem tido crescente apoio da gestão pública local em referência à logística e divulgação do evento. Relativamente a esse último aspecto,

³⁸Arquivo obtido junto ao Professor Armando Faria em abril de 2015.

se por um lado organiza melhor a festividade, por outro limita a autonomia da comunidade na concepção de todo o evento, o que resulta na insatisfação de muitos artesãos locais (SILVA, 2015).

Pesquisa de campo indicou que a Feira do Troca contribui para a reafirmação identitária da comunidade – por meio do retorno às suas origens – e leva os moradores a se reconhecerem como peça importante na nova conjuntura política municipal (informação verbal)³⁹. A comunidade reconhece que a grande quantidade de visitantes resulta da valorização da feira que tem forte ligação com a história local. A comunidade reconhece que o futuro do município passa necessariamente pela sua gênese, que ocorreu em Olhos d'Água. E voltar às origens conduz ao movimento de enxergar o lugar de vida, as crenças, a cultura alimentar e artesanal, em que os sujeitos se reconhecem na construção da sua história e revisitam os elementos identitários, sob outra lógica (SILVA, 2016).

Sobre a importância das festas e sua natureza simbólica, Cavalcanti (2006, pp. 1-2) tece a seguinte afirmação:

As festas [...] supõem laboriosos preparativos e meticulosa organização, dele [do cotidiano] se afastam temporariamente, introduzindo-nos num tempo especial por meio de elaborada linguagem artística e simbólica. Um tempo cíclico, fortemente ligado à experiência vital, cheio de conteúdos cognitivos e afetivos.

Nesse sentido, a Feira do Troca paulatinamente foi-se constituindo como elemento propulsor e fio condutor de um fazer coletivo comunitário - a produção artesanal para a realização do evento e a preparação do evento, propriamente –, que, por sua vez, (re)significava o seu saber-fazer. Os conhecimentos ancestrais têm sido resgatados e reproduzidos pelas novas gerações, que, nesse movimento, fortalecem seu vínculo com o lugar e sua territorialidade (SILVA, 2016).

Na realização da presente pesquisa procedeu-se à aplicação de questionários com alguns feirantes e moradores da comunidade. A análise do resultado indicou que a feira possui forte sentido simbólico para a comunidade. Ela está na lembrança imediata da população quando perguntada sobre qual expressão cultural melhor representa a história local.

Nas pesquisas bibliográficas, identificou-se que a feira é citada como a atividade cultural mais conhecida no município. Possui força mobilizadora de turistas, de Brasília e de municípios goianos, que visitam a comunidade durante os três dias de realização das festividades (SILVA, 2016). Assim, por meio da feira, a comunidade retoma seu lugar de

³⁹Durante a 85ª Edição da Feira do Troca, em dezembro de 2015, procedeu-se à aplicação de questionários junto aos feirantes e moradores da comunidade.

protagonismo na história municipal, embora a mudança da sede até hoje seja vista com certo ressentimento pelos moradores de Olhos d'Água

A sede do município foi roubada de Olhos d'Água em favor de Alexânia. Alex Abdallah, então prefeito, sabendo que iria ser construída uma rodovia nacional, comprou um loteamento nas margens da futura via e ali fundou a nova sede do município. E na calada da noite ele roubou a sede do município de Olhos d'Água para Alexânia. (Informação verbal).⁴⁰

É importante destacar que, no transcurso dos anos, a feira foi ganhando novos elementos que contribuíram para algumas mudanças no seu formato e sentido. Nesse aspecto

Sempre, ao voltarem, as festas trazem consigo alguma novidade, e assim, de modo lento, muitas vezes imperceptível, vão se modificando, se recompondo, às vezes mesmo se reinventando. Tomam elementos emprestados daqui e dali (pois reparem bem: as diferentes festas conversam entre si!), conferem sentido novo a velhos aspectos. Às vezes, algum elemento integrante de uma totalidade festiva destaca-se de modo tão acentuado que parece alçar vôo próprio. (CAVALCANTI, 2006, p. 2)

A feira ocorre no espaço da praça – em frente à igreja -, e atualmente o evento tem duração de três dias – sexta-feira, sábado e domingo. Na sexta e sábado, à noite, ocorrem as apresentações culturais – apresentação de grupos "catireiros" e outras danças regionais. A feira propriamente ocorre durante o dia do sábado e do domingo (SILVA, 2016).

Nas bancas são acomodados todos os tipos de mercadorias, desde os produtos artesanais, elaborados pela comunidade, aos importados e até alguns eletrônicos. Embora a diversidade, percebe-se que o artesanato ainda predomina como elemento, principalmente de venda, na maioria das barracas. Nelas encontramos artesanato de cerâmica, metal, pano, palha, pedra, metal, sementes, entre outros. Acrescente-se a estes, os produtos advindos da roça (*in natura*) transformados em doces, compotas ou refeições, que dividem espaço também com mercadorias usadas, que as pessoas levam para trocar. (SILVA, 2016, pp. 280-281)

Outros aspectos referentes à importância da feira e seu papel na reconfiguração do território municipal será tratado no Capítulo IV onde, oportunamente, será realizada uma narrativa em referência ao uso do território pelas principais atividades econômicas atuais, verificadas no distrito de Olhos d'Água, e suas interfaces com os fluxos da BR-060.

Ratifica-se que a mudança da sede político para Alexânia causou enormes prejuízos ao distrito de Olhos d'Água, cuja estrutura e economia ainda estavam em constituição e consolidação – em referência ao contexto econômico estadual e nacional. Desse modo, no

⁴⁰ Informação fornecida pelo Professor Armando Faria em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Olhos d'Água, em junho de 2014.

período de 1961 a 1970, aproximadamente, a comunidade viveu um momento de declínio seguido de estagnação pela perda da força política, mas especialmente pela perda de função da antiga "estrada real". Desde a crise da mineração no século XIX, essa via teve seus fluxos reduzidos, embora continuasse a ser a principal estrada de acesso à atual Pirenópolis e à Cidade de Goiás que então possuíam relativa importância no contexto econômico estadual.

Os processos locais de fragmentação territorial municipal e criação de novo município, ocorridos ao longo da década de 1960, resultaram em tensões e conflitos entre grupos políticos e oligarquias agrária. O território local era constituinte do território goiano cuja constituição resultada das investidas do Estado voltadas à integração nacional.

Assim, no tempo que corresponde aos primeiros anos da década de 1950, o Brasil era um arquipélago resultado da mecanização incompleta e nos anos seguintes o Estado foi amplamente utilizado para realizar a integração territorial por meio de rodovias (PIZARRO, 2017). Esse período corresponde ao “meio técnico” que, para Santos (2012b), é caracterizado pela emergência do espaço mecanizado, embora os objetos que formam o meio não sejam, apenas, objetos culturais, mas, ao mesmo tempo, culturais e técnicos. Quanto ao espaço, o componente material é crescentemente formado do natural e do artificial.

Nesse contexto, o espaço nacional foi reestruturado pela ideologia do consumo e do crescimento econômico e nesse bojo as políticas públicas reconfiguradoras do território goiano (e nesse âmbito o de Olhos d'Água) materializaram-se na construção de Brasília e pela modernização da agricultura (PIZARRO, 2017). E em decorrência desses acontecimentos ocorreu acentuado crescimento populacional resultante dos processos migratórios originados do Nordeste e de Minas Gerais, principalmente (ARRAIS, 2009).

2.3 BRASÍLIA E O SEU SENTIDO NA RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DE GOIÁS

Pelo exposto anteriormente, vimos que a reconfiguração do território goiano vem decorrendo das diversas políticas do Estado direcionadas pelo interesse do capital em permanente reprodução. A Marcha para o Oeste, a edificação de Goiânia e a CANG são algumas dessas políticas que resultaram no crescimento populacional e na fragmentação regional pela origem de novos municípios. A seguir será abordado o sentido da edificação de Brasília e as dinâmicas regionais (em Goiás) resultantes das rodovias implantadas a partir da capital do país. De modo breve será abordado o contexto nacional de implantação das

rodovias, a partir da década de 1950, como estratégia do Estado para a integração do território nacional. Nesse bojo, será focalizada a BR-060, como via estratégica para a dinamização econômica de Goiás, a consolidação da rodovia e os processos que resultaram na configuração do eixo Brasília-Goiânia. Nesse contexto, serão indicados alguns efeitos resultantes dos fluxos da modal sobre a reconfiguração territorial do município de Alexânia.

A década de 1950 foi o marco do planejamento regional no país. Nesse contexto, o Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitscheck (1955-1960) previa a edificação de Brasília, cuja construção deu-se entre de 1956 a abril de 1960, quando foi inaugurada (FRANÇA, 2015). Para a autora, a transferência da capital do país para a região Centro-Oeste configura um dos elementos relevantes para a interiorização e integração do território brasileiro.

De acordo com elementos já apresentados, a construção da nova capital da República levou à abertura de algumas rodovias que ligam a região Centro-Sul⁴¹ ao Brasil central (SANTOS e SILVEIRA, 2012). Destarte, a edificação da capital do país promoveu a abertura das rodovias de integração nacional, que representaram ações estatais decisivas frente à integração do território nacional, repercutindo na rápida modernização do estado de Goiás (LUZ, 2005).

A rede de estradas que passou a ser edificada, indispensáveis à afirmação do Estado sobre o conjunto do território, também era imprescindível para a expansão do consumo do que era produzido internamente. A própria construção de Brasília teria sido impossível se a indústria já não se houvesse desenvolvido em São Paulo. (SANTOS e SILVEIRA, 2012, pp. 45-46).

Castilho (2014), ao contextualizar o processo histórico de expansão das rodovias no estado de Goiás, afirma que, durante a década de 1950, os recursos para ampliação da malha viária destinaram-se mais à pavimentação da já existente. Contudo, em Goiás, muitas rodovias foram abertas, especialmente a BR-153 que teve mais uma parte de sua extensão construída, durante o Governo de Juscelino Kubitscheck. Para o autor, as grandes obras de integração marcaram as ações do Programa de Metas, que deu prioridade à abertura de estradas com papel de ligação da nova capital do país a todas as regiões. No quadro 7 é possível identificar as rodovias federais implantadas durante a construção de Brasília, que foram fundamentais para o adensamento da malha viária no estado de Goiás.

⁴¹Termo usado por SANTOS e SILVEIRA (2012) para designar a “integração regional do Sudeste e Sul”. Nesse período, criaram-se as condições de formação do que é hoje a região Centro-Sul do país.

Para o autor, as décadas de 1960 e 1970 foi o período de maior expansão da rede rodoviária federal em Goiás. Os anos de 1960 foram marcados pela abertura de novas estradas e a década de 1970, pela pavimentação e melhoramento da rede já existente. Nesses anos, a malha rodoviária federal no estado “já apresentava uma concentração na parte meridional do território, atendendo Brasília e Goiânia e municípios como Rio Verde, Itumbiara e Catalão, bem como áreas produtoras de grãos e minérios” (CASTILHO, 2014, p. 118).

Quadro 7 - Rodovias federais implantadas durante a construção de Brasília.

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
BR-020	Formosa-Divisa GO/BA	250
BR-040	Brasília-Cristalina-Divisa GO-MG	168
BR-050	Catalão-Rio Paranaíba	33
BR-060	Brasília-Anápolis	135
BR-060	Goiânia-Rio Verde	220
BR-060	Rio Verde-Jataí	97
BR-070	Brasília-Entrada para BR-414	70
BR-070	Marechal Floriano-Rio Claro	37
BR-153	Anápolis-Goiânia-Itumbiara	293
BR-153 e BR-226	Alvorada-Estreito	740

Fonte: Castilho, 2014.

O autor realça o fato de não ter ocorrido regularidade no desenvolvimento da rede rodoviária goianiense, cuja expansão ou estagnação avançava segundo variação do contexto político e econômico, tanto nacional quanto local. O traçado dessas vias influenciou o padrão espacial no seu entorno e estimulou a concentração de caminhos, estradas e novas rodovias.

Silva (1999) afirma que os efeitos resultantes da implantação das rodovias geram consequente transformação dos usos do solo, repercutindo em uma crescente urbanização das áreas por ela influenciadas. Para a autora, as estradas condicionam, em grande parte, a reconfiguração de usos do solo e promovem alteração no modo de vida das populações. Essa afirmação ratifica a discussão, colocada neste estudo, que aponta para a influência das rodovias na reconfiguração territorial das áreas por elas influenciadas. Ao que se ratifica que a BR-060 possui papel relevante na reconfiguração territorial do município de Alexânia.

A lógica global de permanente expansão do capital tem influenciado na localização e traçado espacial das redes técnicas no Brasil. Para Santos (2012b, p. 30), o “caso brasileiro

ilustra perfeitamente a ideia segundo a qual, com a presente globalização, o território de um país pode tornar-se um espaço nacional da economia internacional”.

O contexto de reconfiguração do território municipal alexaniense teve forte relação com a expansão das rodovias no Brasil, enquanto resultante da construção da BR-060, decorrente da edificação de Brasília, e da gestão municipal. Associado a esse fator, a partir da década de 1960, sobreveio a influência urbana de Goiânia e Brasília, também rebatendo no processo de urbanização de algumas áreas deste município. E a partir de fins da década de 1980, principalmente, tem ocorrido um processo de especialização produtiva da agropecuária – pelo uso de tecnologias, insumos e pela adequação de processos – que resulta da lógica estabelecida pelo agronegócio. Esse aspecto será discutido no Capítulo III.

3.3 A BR-060 E O EIXO BRASÍLIA GOIÂNIA: CONTEXTO REGIONAL E LOCAL

A cidade de Alexânia está situada às margens da BR-060. Essa estrada é uma via radial constituída por um total de 2.119,00 quilômetros de estrada que inicia em Brasília e recorta o território de diversas cidades goianas, entre as quais são destaques: Anápolis, Goiânia, Rio Verde e Jataí. A partir desta cidade, a modal avança por terras do estado de Mato Grosso do Sul e segue até a cidade de Bela Vista. Esta cidade faz fronteira entre o Brasil e o Paraguai e é o ponto onde termina a citada via, conforme ilustrado na figura 19.

Na atualidade, a BR-060 – associada à BR-153 – representa o principal eixo, no sentido leste-oeste, de circulação do território goiano (CASTILHO, 2016). Aquela rodovia possui papel essencial de ligação entre diversos territórios produtivos do estado, motivo por que o autor vai ratificar ser ela o principal eixo econômico e demográfico do Centro-Oeste. Além disso, as áreas servidas por esse modal possuem grande densidade populacional e a maior produção de manufaturados e grãos da região Centro-Oeste. Em função disso, continua o autor, essa rodovia é a de maior destaque logístico no sentido leste-oeste do Brasil central.

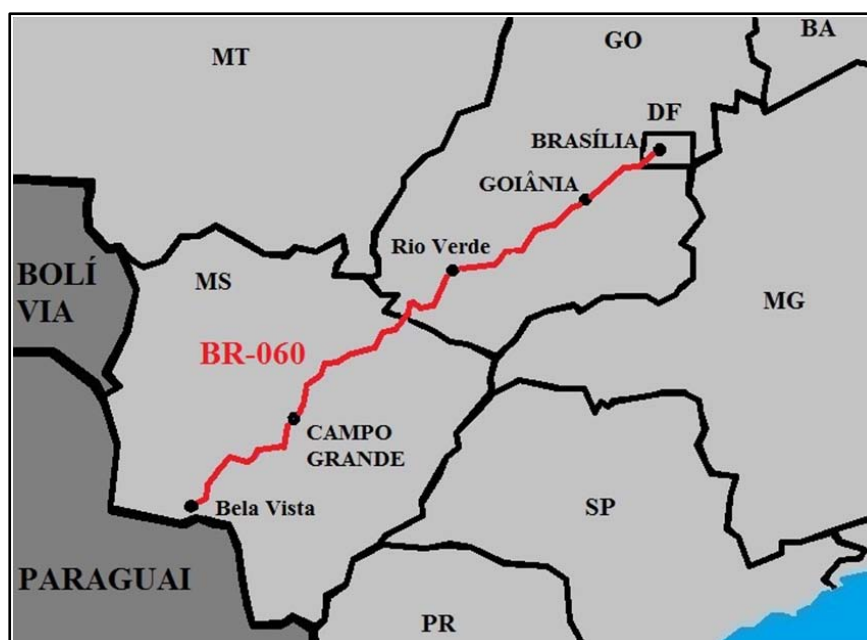
Em razão do seu papel estratégico de ligação espacial e da forte dinâmica de reconfiguração territorial decorrente de seus fluxos, a consolidação da BR-060 resultou em um Eixo de Desenvolvimento Econômico⁴² situado entre as cidades de Brasília e Goiânia.

⁴²Um “Eixo de Desenvolvimento” [...] é um espaço geoeconômico, onde existem demandas e oportunidades que devem ser satisfeitas mediante ações integradas. Tais “ações devem ser realizadas nos campos da infraestrutura econômica (transportes, energia, telecomunicações, recursos hídricos), do desenvolvimento social (educação, saúde, saneamento, moradia), da informação, do conhecimento (qualificação profissional, desenvolvimento tecnológico, difusão e

Esse eixo compreende as duas maiores metrópoles da região Centro-Oeste e a região é uma das mais dinâmicas nas últimas décadas, no Brasil, resultando na sua consolidação no cenário nacional e até mesmo global (ARAÚJO SOBRINHO, 2008).

Atualmente, a distância de viagem entre as duas metrópoles - Brasília e Goiânia - é de 209 quilômetros e o tempo gasto nesse percurso é em média: 2 horas e meia (em veículo de passeio); 3 horas (em ônibus comercial); e 20 e 30 minutos (de avião comercial - incluindo decolagem), continua.

Figura 19 - Unidades federativas do Brasil cortadas pela BR-060.



Fonte: Google, março de 2015.

Segundo o autor, os governos do Distrito Federal e do estado de Goiás têm proporcionado uma série de incentivos à instalação de empresas, infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos o que, acelera ainda mais o dinamismo econômico. Em virtude do crescente aumento dos fluxos realizados nessa estrada, foi definida a sua duplicação no trecho situado entre Brasília e Goiânia, com fins de ampliar a sua capacidade logística (figura 20).

Figura 20 - BR-060: obras de duplicação.



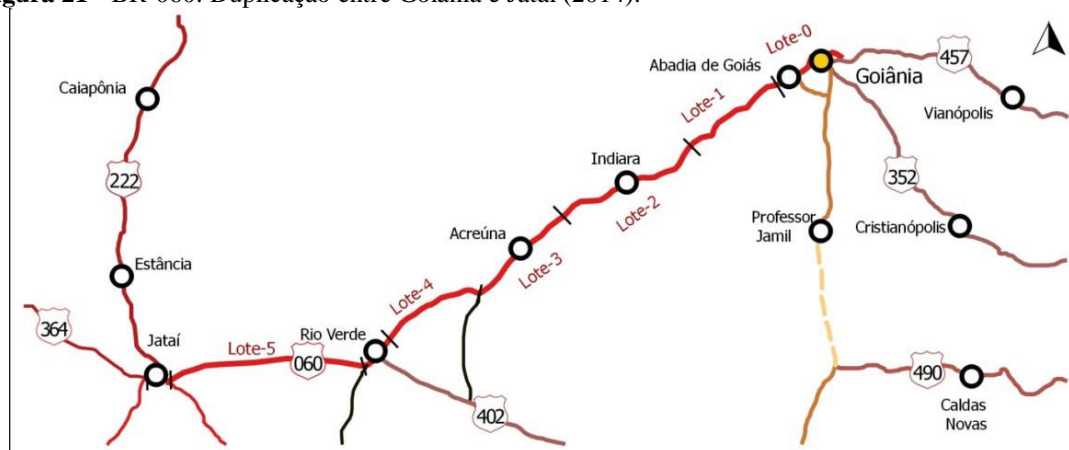
Fonte: Google, dezembro/2016.

Essa obra foi

Iniciada em 1988 e concluída em 2007. Nesse ano já se registrava a circulação de, aproximadamente, 12 mil veículos por dia. Após 26 anos de obras foram duplicados 121 quilômetros de rodovia que representa gastos de R\$ 265 milhões emprestados ao estado pelo governo federal e R\$ 45,9 milhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O objetivo da duplicação da BR-060 é oferecer mais segurança ao transporte da produção e ao tráfego de cinco milhões de pessoas que vivem nos municípios goianos cortados pela rodovia, quais sejam: Alexânia, Abadiânia, Anápolis e Goiânia. (DNIT, 2017).

Além desse trecho, recebeu também duplicação aquele situado entre as cidades de Goiânia e Jataí, mediante obra realizada entre os anos de 2011 a 2014. Conforme o DNIT (2015), foram ampliados mais 315 quilômetros da via, também com recursos do governo federal, por meio do investimento de R\$ 1,7 bilhão. A obra beneficiou diretamente 13 municípios⁴³ conforme representado na figura 21.

Figura 21 - BR-060: Duplicação entre Goiânia e Jataí (2014).



Fonte: Brasil – Ministério do Planejamento, outubro de 2015.

⁴³ A obra gerou 3.378 empregos diretos e 1.450 indiretos, e beneficiou os seguintes municípios: Goiânia, Abadia de Goiás, Trindade, Guapó, Varjão, Cezarina, Indiara, Jandaia, Acreúna, Santa Helena, Santo Antônio da Barra, Rio Verde e Jataí (<www.pac.gov.br> Acesso em 15 de dez./2015).

Por fim, é importante destacar a atual gestão da BR-060. Segundo informações obtidas no site do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG) a administração dessa via vem sendo realizada pela Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. (Concebra). Esta empresa foi contratada pela Triunfo Participações e Investimentos, que assinou, em 2014, Contrato de Concessão com o Governo Federal. Esse instrumento legal estabelece que a empresa tenha

O direito de exploração da infraestrutura da rodovia, além da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, implantação de melhorias e ampliação de capacidade. O Contrato tem duração de trinta anos e passou a vigorar a partir de 31 de janeiro de 2014. [...] A partir do ano de 2015 será cobrado pedágio na BR-060 nas praças instaladas nos quilômetros 43 e 107,9 – correspondentes aos municípios de Alexânia e Goianópolis –, respectivamente. (Brasil – Ministério do Planejamento, outubro de 2015).

A figura 22 indica as praças de pedágio em funcionamento na BR-060 no território goiano. Elas passaram a cobrar tarifas aos veículos que trafegam por esse trecho, desde junho de 2015. Na figura 23 observa-se a Praça de Pedágio P01 que está localizada no limite administrativo dos municípios de Alexânia e Abadiânia.

Figura 22 - BR-060: obras de duplicação.



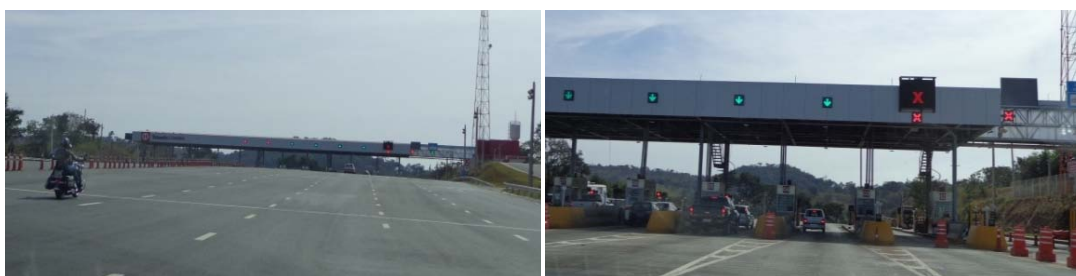
Fonte: Google, dezembro de 2015.

Levantamentos realizados por Araújo Sobrinho (2008) indicaram que no ano de 2008 havia um tráfego em torno de 13 mil veículos diários, em dias normais de semana, e 17 mil em períodos de férias e feriados prolongados. Em virtude do atual estudo foi realizado

levantamento de dados que indicou o seguinte tráfego diário (aproximado): 12 mil veículos leves e 3 mil pesados, no trecho entre Brasília e Alexânia; e 25 mil veículos leves e 6 mil pesados, no trecho entre Anápolis e Goiânia (informação verbal)⁴⁴.

A citada fonte afirmou também que esse é o trecho mais importante – em volume de tráfego – entre todos aqueles administrados pela empresa no Brasil e ratificou a importância do eixo Brasília-Anápolis-Goiânia na economia nacional.

Figura 23 - BR-060: Praças de Pedágio P01 entre Alexânia e Abadiânia.



Fonte: A autora, junho de 2016.

Esse eixo perfaz um total de aproximadamente 209 quilômetros e corta o território de outros seis municípios. São eles: Anápolis, Goianópolis, Santo Antônio do Descoberto, Abadiânia, Teresópolis de Goiás e Alexânia, conforme observado na figura 24. Esse recorte corresponde a um dos “eixos de desenvolvimento” do país onde as “economias das cidades, por ele abrangidas, progridem e se reforçam fazendo a economia da região crescer rapidamente” (jornal O Hoje, 2014).

Esse trecho foi chamado de “corredor de riqueza” e “polo de atração de novos negócios” que faz parte dos “dez principais eixos de desenvolvimento brasileiros” resultante do impulsionamento gerado pela junção das economias municipais que se complementam (Exame, 2014)⁴⁵. Na notícia, é ratificado que o surgimento de novas empresas se deve à presença da capital federal, de onde se irradiam estradas que garantem o acesso a mercados em expansão, como o Norte e o Nordeste, além do próprio Centro-Oeste.

A citada fonte indicava que, entre anos de 2009 e 2014, mais de 30 mil empresas foram abertas e, até 2025, a região receberá mais de 70 mil novos empreendimentos⁴⁶. Essa

⁴⁴Informação fornecida por Karina Maria Cunha (Gerente de Comunicação Jr. da Triunfo CONCEBRA) em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, via telefone, em setembro de 2017.

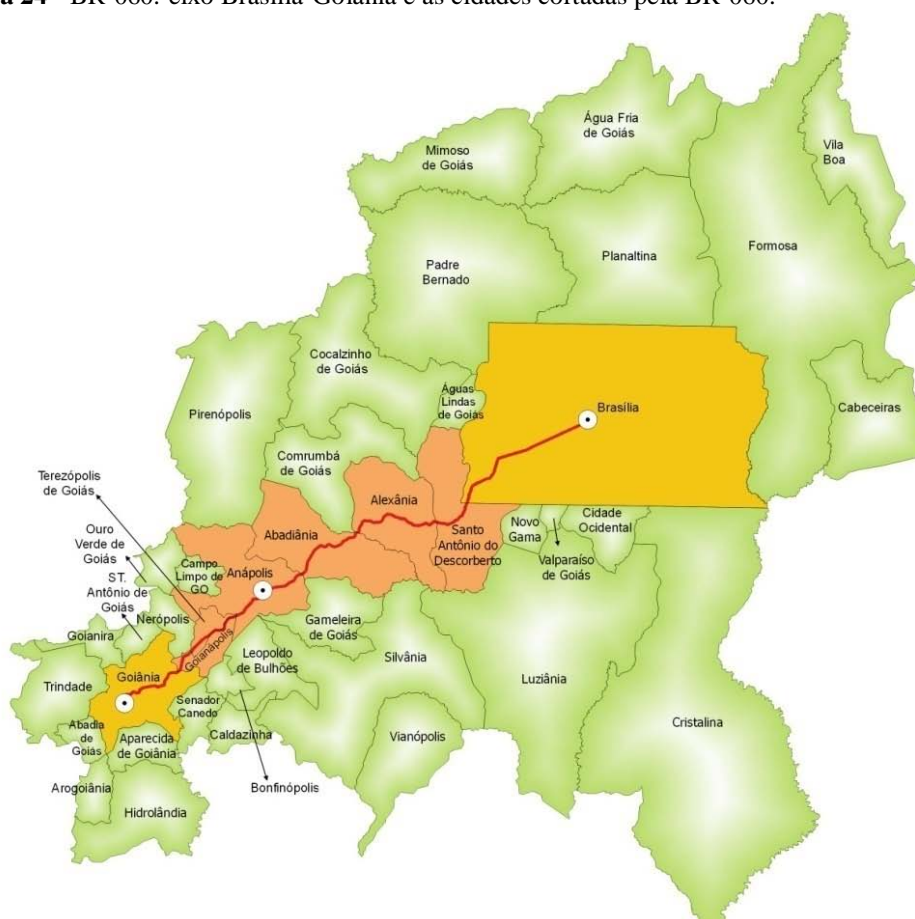
⁴⁵ <http://exame.abril.com.br/revista-exame/corredores-da-riqueza/>

⁴⁶Diante da crise econômica que ocorre no país, desde 2014, não se sabe se essas expectativas mudaram.

atratividade pode ser explicada em virtude de alguns elementos, dos quais se destacam: os “incentivos fiscais dados pelos municípios; a concentração de renda *per capita* e o poder de compra de parcela da população; a existência de recursos naturais abundantes; a mão de obra qualificada; e a constante busca pela qualidade na infraestrutura” (Exame, 2014).

Esse dinamismo econômico gerado pela presença do eixo Brasília-Goiânia (figura 24) repercute na reconfiguração territorial do município de Alexânia. As cidades sob a influência desse eixo merecem destaque pelo dinamismo que têm apresentado a partir da influência dos fluxos da BR-060 sobre a reconfiguração territorial de seus municípios. A seguir será feita uma breve discussão acerca do papel dessa modal nas dinâmicas das oito cidades acima citadas.

Figura 24 - BR-060: eixo Brasília-Goiânia e as cidades cortadas pela BR-060.



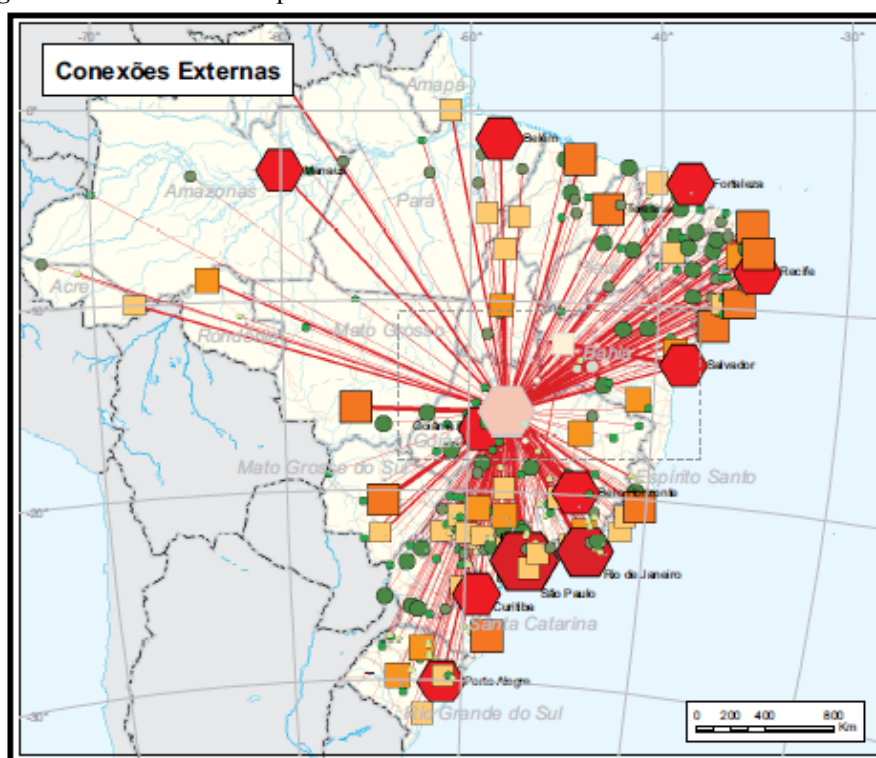
Fonte: Google, março de 2015.

O eixo conta com a dinâmica municipal de Brasília, que representa um forte mercado consumidor. A criação da capital federal foi fundamental para a “expansão demográfica da população no Distrito Federal, que era de 140.164 mil pessoas, em 1960, e saltou para 2.852 milhões em 2014” (CODEPLAN, 2014, p. 9). A esse respeito

Brasília é apontada como uma das três metrópoles nacionais brasileiras. Sua influência direta estende-se por uma larga porção do território nacional, compreendendo 107 municípios pertencentes aos estados de Goiás, Minas Gerais, Tocantins e Bahia. Esta cidade se apresenta como um centro polarizador [...] que traz em seu bojo alguns critérios como [...] a renda e a densidade populacional, o grau de urbanização, a coesão interna da área (dada pelos deslocamentos da população em função dos serviços) e o acesso ao mercado de trabalho. (CODEPLAN, 2012, pp. 4-5).

Segundo a pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC), realizada pelo IBGE em 2007, a capital da República apresenta conexão com todas as capitais do país conforme mostra a figura 25.

Figura 25 - Brasília - Metrópole Nacional: conexões externas.



Fonte: IBGE (REGIC) 2007.

Essa centralidade da capital da República é resultante de sua supremacia nacional na Gestão Federal⁴⁷, pela sua representatividade na Gestão empresarial⁴⁸ em virtude da concentração de 25 sedes das 1.124 grandes empresas do país. E também pela oferta e

⁴⁷A metodologia utilizada pelo IBGE (REGIC, 2007) refere-se à representação organizativa da Justiça Federal e à presença dos níveis gerenciais do Executivo no atendimento prestado à população.

⁴⁸Refere-se à distribuição espacial das sedes das grandes empresas do país que, em linhas gerais, acompanha a dinâmica econômica do país (IBGE, 2007, p. 141).

demanda dos equipamentos e serviços⁴⁹. Nesse item, a cidade recebe destaque nas atividades de comércio e serviços; na presença de instituições financeiras (bancos) e no montante das atividades financeiras realizadas; bem como nos ensinos de graduação e pós-graduação.

O mesmo órgão afirma, em pesquisa realizada em 2014, que o PIB de Brasília era 3,76% do total nacional, o terceiro maior do país, superado apenas por São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente. No mesmo ano, a renda *per capita* de U\$ 69.216,80 era a maior do Brasil. Acrescente-se a isso a existência de um aeroporto internacional, que representa também logística favorável à importação e exportação de matérias primas, produtos e serviços nas escalas regional, nacional e internacional.

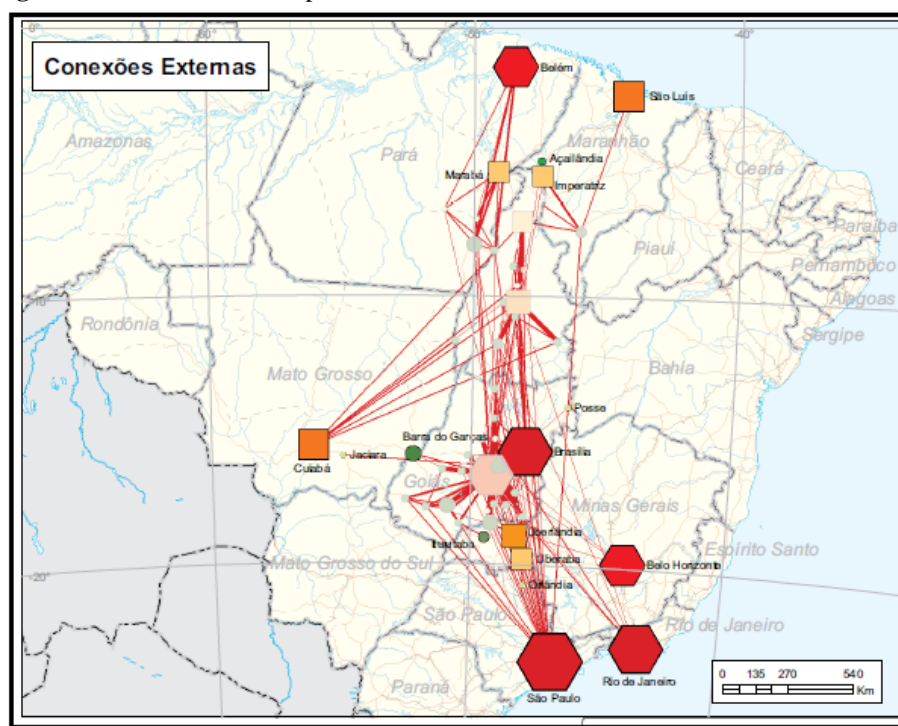
Outra cidade importante neste cenário é Goiânia, que junto com Brasília constituem as duas mais importantes cidades da região Centro-Oeste. A capital de Goiás possui forte influência na economia do Centro-Oeste e do Brasil. Em 2014, ela ocupou a 11ª posição entre as capitais brasileiras de maior PIB (IBGE, 2016). Além de ser polo de confecção e oferecer grande diversidade de serviços, tem-se destacado também por atrair negócios baseados na produção de carne e leite (CASTILHO, 2014). A cidade conta também com um “aeroporto internacional que facilita tanto o transporte de pessoas quanto de matéria prima e de industrializados para todo o território nacional” (INFRAERO, 2015).

Para o IBGE (2007), Goiânia é classificada como um centro polarizador e metrópole cuja influência atinge estados das regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste conforme observado na figura 26. Em 2014, a população residente na cidade era estimada em 1.412,364 pessoas, e a renda *per capita*, no mesmo ano, era de R\$ 32.636,58. Segundo o mesmo órgão, o PIB municipal era de R\$ 46.094,735 bilhões e cresceu 1,8%, naquele ano, contra 0,1% do nacional, no mesmo período (IMB, 2016).

Anápolis também é cortada pela BR-060 como se observa na figura 24. Este município é a segunda mais forte economia goiana, depois da capital do estado. Conforme IMB (2016), o PIB local saiu de R\$ 2,15 bilhões, em 2002, para R\$ 12,715 bilhões, em 2014.

⁴⁹Representado pelo estudo complementar dos diferentes equipamentos e serviços, tais como: comércio e serviços; Instituições financeiras; e ensino superior (IBGE, 2007, pp. 143-148).

Figura 26 - Goiânia: a metrópole e suas conexões externas.



Fonte: IBGE (REGIC), 2007.

Nesse mesmo ano, passaram pelo Porto Seco Centro-Oeste, localizado no município, 22 mil toneladas/mês, quantitativo que representou um aumento de 262% em relação ao ano anterior. Em 1999, esse porto estava na 62ª posição enquanto hoje é o terceiro maior do país nessa modalidade. Ademais, sua logística movimentava R\$ 3,5 bilhões por ano, sendo responsável por 35% das exportações do estado, para mais de 150 países (CASTILHO, 2014). O dinamismo econômico resulta das iniciativas da gestão pública municipal na estruturação do Distrito Industrial de Anápolis (DAIA). Esse complexo

Reúne 130 empresas, inclusive multinacionais, dos segmentos automobilísticos e farmacêuticos, em processo de expansão. A forte política de incentivos fiscais no município, desde 1980, tem contribuído para o crescimento continuado do setor industrial. Em 2010 o município recolheu cerca de R\$ 514,9 milhões em Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) de empresas como, Caoa Montadora (*Hyundai*), AmBev, *Hering*, Granol e as farmacêuticas, Hypermarchas e Teuto. (CORREIO BRASILENSE/CIDADES, 2011).

Anápolis tem contribuído para a consolidação do estado como polo logístico. Além de ser ponto de integração da futura Ferrovia Norte-Sul com a Ferrovia Centro Atlântica, o município ainda é cruzado por dois

Eixos rodoviários importantes, a BR-153 (a Transamazônica) e a BR-060. Essa infraestrutura de transporte está relacionada com o DAIA e o Porto Seco (Estação

Aduaneira Interior) e formata um nó estratégico de distribuição de cargas de abrangência nacional e internacional. Além disso, estão em finalização as obras de adequação do Aeroporto Civil de Anápolis em aeroporto de cargas. Quando concluída a ferrovia Norte-Sul, a integração multimodal em Anápolis (Plataforma Logística Multimodal de Goiás) permitirá a integração com as principais rotas logísticas – rodoviária, ferroviária e aeroportuária -, do país. (Instituto Mauro Borges, 2014).

Os municípios de Santo Antônio do Descoberto e Goianópolis, embora sejam cortados pela BR-060, têm suas sedes municipais localizadas em sítio distante dessa rodovia. Já as cidades de Abadiânia e Teresópolis de Goiás possuem suas sedes municipais situadas na borda do Eixo e suas economias, embora modestas, são influenciadas pelos fluxos da estrada.

Segundo Alves (2014),⁵⁰ o município de Abadiânia teve seu processo de gênese semelhante ao do município de Alexânia e a cidade que deu origem àquele município foi Posse d'Abadia (hoje também conhecida por Abadiânia Velha), nascida no fim dos anos 1800, também sob a influência do ciclo da mineração no estado. Entretanto, ela perdeu a condição de sede municipal em 1963, quando interesses políticos do estado decidiram por mudar a sede político e administrativa para a borda da BR-060, ocasião em que a nova sede passou a ser chamada de Abadiânia Nova, enquanto Posse d'Abadia tornou-se Abadiânia Velha. Sem as repartições da administração municipal, essa última perdeu os serviços e a maior parte dos habitantes. Onde chegaram a morar 3 mil pessoas, hoje não há mais de 550, em sua maioria crianças e idosos.

Ainda de acordo com o mencionado autor, a falta de investimentos e a precariedade ou total ausência de serviços, comércio e empregos contribuem para a forte migração dos jovens, que deixam a cidade para estudar e trabalhar. Assim, em Abadiânia Velha a população só decresce e os antigos moradores mantêm os casarões em estilo colonial e os hábitos do fim do século XIX e início do século XX (figura 27).

Figura 27 - Abadiânia Velha: praça principal e casas da comunidade.



Fonte: Google, agosto de 2017.

⁵⁰<http://www.correiobraziliense.com.br/>.

Nesse contexto, Abadiânia Nova tem dinamizado a sua economia sob a influência dos fluxos da BR-060. Na atualidade, tem-se a intensa visitação de brasileiros e estrangeiros à Casa Dom Inácio de Loyola, um centro espiritualista conhecido mundialmente (Notícias G1, 2012)⁵¹. São pessoas que, movidas pela fé, dirigem-se à instituição em busca de cura para alguma enfermidade. Os recursos resultantes dessa visitação são hoje os maiores indutores da economia local, por meio da oferta de hospedagem, alimentação, medicamentos e deslocamento frente à grande demanda dos visitantes. A figura 28 mostra a área central da cidade e uma das instalações da Casa Dom Inácio de Loyola.

Para Santana (2016) a capital do país teve papel determinante na fragmentação regional goiana e na gênese de novas centralidades dinamizadas pelos fluxos da BR-060. Nesse sentido o autor indica um conjunto de municípios que foram fundados após a construção da capital do país. No quadro 8 abaixo tem-se a listagem dos oito cidades goianas fundadas após 1955.

Figura 28 - Abadiânia Nova: área central da cidade e a Casa Dom Inácio de Loyola.



Fonte: Google, agosto de 2017.

Deste modo, Alexânia (município) não está contida no quadro em virtude da origem ter sido em Olhos d'Água e antes da fundação da capital do país. Já Abadiânia, foi fundada depois de Brasília, mas em processo semelhante ao de Alexânia teve as funções de suas sedes administrativas deslocadas para uma nova cidade criada na borda da BR-060.

A modesta Teresópolis de Goiás tem se desenvolvido através da venda de produtos locais nas barraquinhas - são mais de 50 -, que ficam instaladas na borda da estrada. Nelas, é possível encontrar iguarias elaboradas pela pequena produção familiar local. São comercializadas variedades de queijos, doces, frutas, mel, cachaças e compotas que complementam a renda dessas famílias.

⁵¹<http://g1.globo.com/distrito-federal/>.

Quadro 8 - Genealogia dos municípios goianos cortados pela BR-060.

Cidade	Elevado à categoria de município	Desmembramento
Abadia de Goiás	27/12/1995	Trindade, Goiânia, Aragoiânia e Guapó
Acreúna	01/02/1977	Paraúna
Cezarina	01/01/1988	Palmeiras de Goiás/Indiara
Chapadão do Céu	16/01/1991	Aporé
Indiara	14/02/1982	Ednéia, Jandáia e Palmeiras de Goiás
Santo Antônio da Barra	29/04/1992	Rio Verde
Santo Antônio do Descoberto	14/05/1982	Luziânia
Terezópolis de Goiás	29/04/1992	Goianápolis

Fonte: Adaptado de Santana et al. (2016).

Por fim, tem-se o município de Alexânia, conforme indicado na figura 29, que segundo o IBGE (2016) pertence à Mesorregião do Leste Goiano onde se insere a Região do Entorno do Distrito Federal⁵². Possui altitude média, aproximada, de 1.100 metros e as coordenadas geográficas são 16°04'12" de latitude Sul e 48°31'12" de Longitude Oeste de *Greenwich*.

O clima do município tem características de clima tropical de altitude e a sua área administrativa limita-se com os municípios de Santo Antônio do Descoberto, Luziânia, Silvânia, Abadiânia e Corumbá de Goiás. O relevo planáltico é constituído por terrenos mais planos nas porções circunvizinhas à BR-060 e na região norte do município. Já na porção sul alexaniense ocorre a presença de feições mais acidentadas. Em referência a hidrografia, o município é recortado pelos rios Corumbá, Areias e do Ouro (todos constituintes da bacia hidrográfica do rio Paraná). É constituído pelos distritos Olhos d'Água e Serra do Ouro e pelos povoados de Alvorada, Morada do Sol, Três Vendas, Igrejinha, e Caxambu.

Este o município possui uma área total de 847,893 quilômetros quadrados e é constituído por 26.770 moradores – população estimada em 2017 -, e situa-se a 115 quilômetros de Goiânia e a 120,9 quilômetros de Brasília (IMB, 2016). Conforme exposição anterior, a perspectiva de construção da BR-060, resultante da edificação de Brasília, contribuiu para a gênese da cidade de Alexânia que posteriormente recebeu a transferência das funções administrativas do município.

⁵² Região do Entorno do Distrito Federal, juntamente com os municípios de Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Abadiânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Vila Boa, Valparaíso de Goiás e Santo Antônio do Descoberto.

Figura 29 - Cidade de Alexânia: panorâmica do centro da cidade com a igreja matriz em primeiro plano.



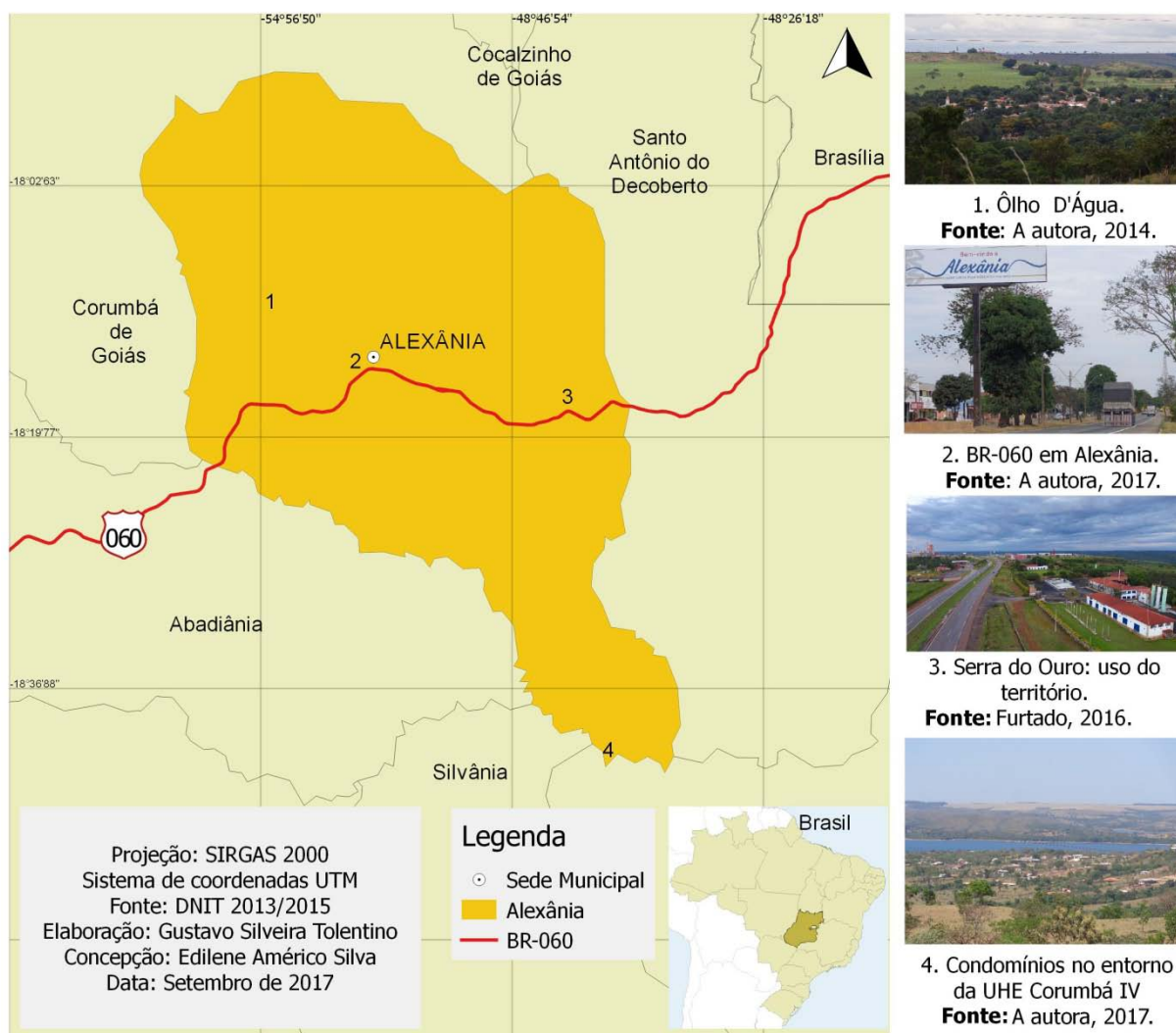
Fonte: Google, agosto de 2017.

O contexto histórico da origem do município de Alexânia - em Olhos d'Água com sua posterior evolução territorial até a transformação da comunidade em município de Santo Antônio de Olhos d'Água já foi discutido. Assim também como já foi abordado o contexto de criação da cidade de Alexânia – resultante da construção de Brasília - e a sua posterior transformação em sede municipal. O propósito maior a partir daqui é indicar em que medida o território municipal é reconfigurado a partir dos fluxos originados pela BR-060 enquanto rede material que conecta esse pequeno município aos territórios produtivos do agronegócio no estado de Goiás.

Na figura 30 tem-se a localização geográfica municipal, no contexto estadual e nacional, e a indicação da BR-60 que corta o município no sentido leste-oeste. Identificou-se quatro usos do território então assinalados pelos números de 1 a 4 onde ao lado tem-se a imagem correspondente. Observa-se a sede municipal limdeiro a rodovia (indicado pela imagem de número 2); tem-se também uma visão panorâmica do distrito de Olhos d'Água (indicado pela imagem de número 1) na porção centro-norte do município; na Serra do Ouro tem-se uma panorâmica dos usos preponderantes – a Cachaçaria Cambéba, a indústria *Heineken* e o *Outlet Premium Brasília* (indicados pela imagem de número 3); e na porção sul do município verifica-se condomínios de segundas residências na beira do lago da UHE Corumbá IV (indicado pela imagem de número).

Em decorrência de Alexânia ser considerada uma pequena cidade, a abordagem para a compreensão dos processos espaciais que nela ocorrem segue as considerações propostas por Sposito et al. (2013), que apontam ser a cidade pequena um recorte empírico/teórico do fato urbano, possuindo uma totalidade particular movida por processos capitalistas de produção. Diante desse fato, é necessário estudá-la inserida em um processo de urbanização construída contraditoriamente pela sociedade no transcurso do tempo.

Figura 30 - Município de Alexânia: localização geográfica e alguns usos territoriais.



Os referidos autores recomendam também que, no estudo sobre a pequena cidade, a escala abordada deve ser a municipal, em um esforço analítico de apreensão da realidade por meio de um recorte estatístico. Esse recorte precisa estar incorporado em um plano maior, pois essas cidades estão inseridas na rede urbana de forma cada vez mais complexa e suas economias estão ligadas ao capital internacional. Essa complexidade é fruto do avanço da mundialização e da expansão do capital e as pequenas cidades são inseridas na dinâmica do mundo globalizado por meio das telecomunicações e das informações.

Nessa perspectiva, nos Capítulos III e IV pretende-se entender a forma como os processos de reconfiguração do território alexaniense decorrem do desenvolvimento do agronegócio e de outras atividades dos setores de serviços e industrial. O estudo tem indicado que, desde os primeiros anos do século XXI, verificam-se fortes dinâmicas econômicas de que resultam processos de urbanização que, nos espaços onde ocorre, é incompleta e heterogênea.

Esses processos revelam as contradições contidas no desenvolvimento desigual (Smith, 1988) pela inserção desse município em contextos produtivos regionais (estado de Goiás).

De fato, a presença da BR-060 e do eixo Brasília-Goiânia gera processos de reconfiguração territorial do município em análise, uma vez que “as infraestruturas de comunicação desempenham um papel decisivo na organização das atividades e no modo como é ocupado o território” (SILVA, 1999, p. 11). Ao se tomar essa modal como uma rede técnica – cujos fluxos inserem o território de Alexânia no contexto do agronegócio de Goiás -, avalia-se que essa mesma rede conforma desigualdades espaciais intramunicipal. Pelo caráter dialético inerente às redes técnicas, a BR-060 inclui assim, alguns territórios do agronegócio municipal que se comunicam, através da rede, com outros territórios produtivos do estado; Por outro lado, ela também exclui outras áreas que não são inseridas nos fluxos da rodovia – nem por meio da produção, nem da comercialização; e nem da riqueza gerada pela via, no município. Nos capítulos a seguir serão apresentados exemplos empíricos para a discussão.

CAPITULO III - O AGRONEGÓCIO, SUAS FORMAS E SEUS EFEITOS NA RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DE ALEXÂNIA

O objetivo deste capítulo é entender como se realiza a dinâmica do agronegócio municipal, os processos e os efeitos dele resultantes que geram a reconfiguração territorial alexaniense. Nas discussões a seguir, serão identificados os principais territórios produtivos e os segmentos representativos do agronegócio municipal, indicando as dinâmicas estabelecidas, local (Alexânia) e regionalmente (Goiás). Além disso, se procurará entender o sentido das cidades do agronegócio goiano, indicando algumas dinâmicas econômicas resultantes da BR-060. O propósito é a identificação dos principais fluxos e interações verificadas na rede de cidades do agronegócio goiano e como essas interações repercutem na reconfiguração territorial de Alexânia.

Nessa perspectiva serão identificadas as articulações entre os territórios produtivos do agronegócio alexaniense, estabelecidas a partir da BR-060, com as cidades do agronegócio goiano cortadas por essa rodovia. Nesse aspecto, se buscará elementos que indiquem a inserção do município de Alexânia nessa rede do agronegócio goiano tendo, a BR-060 como principal condição material de integração dos territórios produtivos.

Para amparar essa discussão, será realizada uma breve contextualização do processo nacional de modernização da agricultura em Goiás, a partir da década de 1960, resultante dos

diversos planos e políticas públicas do Estado que provocaram mudanças no espaço agrário, gerando a modernização da agricultura e o agronegócio hodierno.

Para a análise dos processos acima constextualizados, será abordado o município de Alexânia, como o espaço geográfico que receberá um exame mais aprofundado pelo entendimento de que o contexto local é o melhor lócus para reconhecer uma realidade espacial minimamente coesa e que realize certa agregação entre as diferentes dimensões socioespaciais (Haesbaert, 2014).

Por fim, é importante situar esta discussão no âmbito da proposta metodológica indicada por Bezzi (2004), no quadro 1 do Capítulo I, que toma (a) Região como resposta local aos processos capitalistas (aspecto central), com base na ideia de organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção capitalista. O aspecto conceitual a ele relacionado indica (a.1) A região como articulação das relações de produção em um dado local e tempo, e o aspecto empírico central ligado a esse tópico será a modernização da agricultura goiana. Ainda no contexto deste aspecto central, tem-se que o segundo aspecto conceitual a ele relacionado indica (a.2) A regionalização do processo de acumulação do capital que, organizado como uma rede de processos de acumulação parciais, interligados vai definir as bases territoriais; e os aspectos empíricos centrais ligados a esse tópico serão os territórios produtivos e as dinâmicas econômicas do agronegócio articulados pela BR-060. Essa orientação metodológica será fundamental à compreensão do fenômeno regional no estado a partir dos processos capitalistas e dos seus efeitos na reconfiguração territorial do município de Alexânia.

3.1 A MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA EM GOIÁS E AS REPERCUSSÕES NA RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DE ALEXÂNIA

Conforme já foi indicado no Capítulo II, o Estado tem tido papel essencial na integração do território nacional por meio da implementação de diversas políticas e planos. Desde a Marcha para o Oeste até a década de 1970, aprofundou-se a reestruturação produtiva nas áreas de fronteira do Centro-Oeste em decorrência das ações desenvolvimentistas do Estado (FRANÇA, 2009).

No âmbito das políticas de integração do território goiano teve-se o Programa de Ação Econômica do Governo (1964 a 1966), o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico (1967 a 1976), I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972 a 1974) e o II Plano Nacional de

Desenvolvimento (1975 a 1979) que tiveram grande repercussão na reconfiguração territorial pela agricultura (PIZARRO, 2017). Os dois últimos foram primordiais à continuidade da expansão da fronteira agrícola, em Goiás, pelo estímulo ao uso de técnicas modernas e insumos agrícolas. Eles geraram as condições necessárias à modernização agrícola e a inserção do estado no contexto da economia nacional pela agropecuária (FERREIRA, 2016)

Para Pizarro (2017), a modernização agrícola constava nos planos de desenvolvimento dos governos militares, da década de 1960, e ocorreu por meio da intervenção direta do Estado na produção do espaço agrário. Esse processo compunha um grande projeto de desenvolvimento da economia nacional, cujo objetivo era inserir o país na categoria dos países desenvolvidos. Além disto, essa modernização pretendia ampliar os vínculos entre a atividade agrícola e industrial.

Para o autor, a modernização da agricultura foi a expansão das técnicas e tecnologias contidas no âmbito da Revolução Verde⁵³ desenvolvida a partir da década de 1950. No território nacional essa modernização só foi possível por meio das ações do Estado que subsidiou a implantação das inovações tecnológicas contidas nos *pacotes tecnológicos*.

No contexto assinalado, as principais características dessa modernização foram: a inserção do trabalho assalariado; as inovações técnicas e tecnológicas; a expropriação dos recursos naturais; a ampliação da circulação de mercadorias; o empréstimo de recursos financeiros públicos ao setor agropecuário; o fomento às desigualdades regionais – entre as unidades da federação; e o acúmulo de capital e de terras (SAQUET, 2006).

Para Pizarro (2017) nos dias atuais vige a industrialização da agricultura, que é a etapa seguinte à modernização agrícola. Neste momento, tem-se uma relação da indústria não mais como fornecedora de insumos e máquinas agrícolas, mas como consumidora de matérias-primas e/ou produtos semi-elaborados. Esse modelo agroindustrial obriga os produtores, inseridos no processo agroindustrial, manterem a produção e a produtividade compatíveis com a tecnologia implantada nas indústrias e com as necessidades dos mercados consumidores. Resulta que esse modelo insere as relações comerciais e a utilização em grande escala de novas técnicas – os insumos e as máquinas. O autor reitera que este processo tem-se concretizado através das políticas públicas e pela ênfase excludente na distribuição dos recursos financeiros estatais.

⁵³Foi o processo de modernização agrícola que ocorreu no final da década de 1940 e resultou na disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram o aumento da produção agrícola a partir dos anos de 1950 nos Estados Unidos e na Europa e, nas décadas seguintes, em alguns países de economia periférica. Esse programa surgiu com o propósito de aumentar a produtividade agrícola pelo desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização do solo e utilização de máquinas agrícolas (Aguiar, 1986).

No contexto exposto infere-se que, no Brasil, um dos principais agentes da transformação da agropecuária que resultou na sua modernização foi o Estado, que atuou como maestro das mudanças necessárias para a globalização da produção agrícola (ELIAS, 2013). Essas ações do Estado resultaram na expansão do número de fixos no campo, bem como na construção de inúmeros novos sistemas de fluxos, – a exemplo da BR-060 –, visando permitir o escoamento e o armazenamento da produção.

Em suas reflexões, Pizarro (2017) chama a atenção para os arranjos espaciais necessários ao funcionamento do agronegócio, constituídos tanto por setores que envolvem a área de produção agropecuária quanto pelas demais estruturas necessárias a sua distribuição ao mercado consumidor nacional e internacional. E são esses arranjos que se consideram importantes de discutir antes de adentrar, propriamente, na análise do agronegócio no município de Alexânia.

Em referência à área de produção agropecuária, o agronegócio envolve uma cadeia de processos que se realizam tanto no urbano quanto no rural e geram formas espaciais expressas na paisagem tanto da cidade quanto no campo, constituindo as Regiões Produtivas do Agronegócio (RPAs). Para Elias (2013), as RPAs são “verdadeiros híbridos formados por espaços agrícolas altamente racionalizados somados a espaços urbanos não metropolitanos, cidades de porte médio ou cidades menores” (p. 27), cidades pequenas. As análises decorrentes do desenvolvimento do agronegócio em Alexânia vão indicar contextos que resultam na reconfiguração do território municipal de forma a promover sua inserção nessa rede produtiva no estado de Goiás. Essa pequena cidade forma um nó, ponto ou mancha da “rede agroindustrial⁵⁴ que são perpassados pelos circuitos espaciais locais e regionais” das RPAs (ELIAS, 2011, p. 155).

Aos espaços urbanos inseridos em RPAs – que desempenham muitas funções urbanas inerentes ao agronegócio globalizado – onde se dá a gestão local ou regional do agronegócio globalizado a autora vai chamar de cidades do agronegócio (ELIAS, 2011). Enquanto condição de materialização dos requisitos gerais de reprodução do capital, as cidades do agronegócio são aquelas “cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções; [... nelas] é nítida a dependência da

⁵⁴As “redes agroindustriais” associam todas as atividades e empresas inerentes ao agronegócio globalizado: empresas agropecuárias, indústrias de sementes selecionadas, de insumos químicos e implementos mecânicos, laboratórios de pesquisa biotecnológica, prestadores de serviços, agroindústrias, empresas de distribuição comercial, de pesquisa agropecuária, de *marketing*, de *fast-food*, de logística, cadeias de supermercados etc. (ELIAS, 2013, p. 16).

economia urbana de alguma importante produção agrícola e/ou de sua transformação industrial” (ELIAS, 2011, p. 162).

Nessa discussão dos espaços urbanos inseridos nas RPAs – ou seja, as cidades do agronegócio –, Pizarro (2017) afirma que no Sudoeste goiano os municípios de Rio Verde e Jataí se enquadram com evidência na caracterização das RPAs apontada por Elias (2013). Para o autor, nesses municípios as atividades do agronegócio produzem o espaço geográfico e concretizam formas e funções para a produção das atividades da cadeia produtiva de aves, suínos, leite, carne bovina, soja, milho e sorgo.

Retomando à segunda perspectiva apontada por Pizarro (2017), quando chamava a atenção para os arranjos espaciais necessários ao funcionamento do agronegócio, é importante abordar as estruturas necessárias à distribuição da produção agropecuária ao mercado consumidor nacional e internacional. Essas estruturas se realizam, em parte, por uma rede (material e imaterial) de ações que envolvem *marketing*, propaganda, instituições bancárias, redes de comercialização, rede rodoviária, entre outros. Entretanto, ao presente estudo interessa analisar as estradas como redes materiais necessárias à distribuição da produção agropecuária goiana, pois as rodovias configuram uma rede por onde se reproduz parte do capital. A esse respeito, Castilho (2014) afirma que a infraestrutura da rede de transportes é fundamental para a produção, beneficiamento e comercialização dos produtos agropecuários goianos.

Em referência à rede rodoviária como condição de distribuição da produção agropecuária, é necessário situar que não é o foco deste estudo realizar a discussão e análise de toda a rede rodoviária goiana e nem das dinâmicas econômicas por elas realizadas. Entretanto, ao entendimento dos processos de reconfiguração do território municipal de Alexânia é imprescindível o recorte espacial rodoviário cujo fluxo vai repercutir nessa reconfiguração. E esse recorte corresponde a BR-060.

Neste sentido, retoma-se aquela afirmação original – indicada no Capítulo I – de que essa rodovia é a tessitura material cujos fluxos articulam os diversos territórios produtivos do agronegócio no estado de Goiás. Para a verificação desta afirmação, é importante situar o seguinte aspecto: não obstante as atividades do agronegócio se realizarem em diversos territórios produtivos espacializados no contexto goiano, é importante estabelecer um recorte espacial. Desta forma, será dada ênfase a alguns municípios recortados pela BR-060 nos quais se sobressaem as atividades do agronegócio – por ser região produtora, consumidora ou pela infraestrutura logística ofertada. Para esse recorte, indica-se o trecho da rodovia situado entre as cidades de Brasília e Jataí.

Outro elemento a ser considerado é que, não obstante o recorte espacial ser a BR-060, os fluxos realizados por essa rodovia também resultam e se realizam em escalas que extrapolam a materialidade dessa radial e até mesmo a rede rodoviária estadual. Resultam, portanto, das estradas que constituem a malha rodoviária goiana – formada tanto por rodovias federais quanto por estaduais – que objetiva a integração dos fluxos estabelecidos por cada uma delas. Destarte, essa integração dificulta a definição precisa dos fluxos realizados em um trecho dado. E não obstante o recorte de análise ser a BR-060, essa tarefa não é simples, pois, embora esse modal seja um dos principais eixos de circulação no estado (Castilho, 2014), ele estabelece fluxos com as demais rodovias federais e estaduais, o que impossibilita o seu estudo descontextualizado.

Diante dessa realidade, o recorte prevalece dentro das possibilidades de análise que essa estratégia metodológica permitir, porém sem perder de vista que a BR-060 é constituinte fundamental da rede rodoviária goiana, cujos fluxos são integrados. Nesse sentido, tanto influencia quanto também é influenciada pelas dinâmicas decorrente dessa rede rodoviária, que está articulada a outros meios de transporte – ferroviário e aeroportuário – que não serão tratados aqui. Entretanto é oportuno indicar que a rede de “transportes em Goiás, assim como em outras regiões do Brasil, é deficiente, sobretudo no que diz respeito à infraestrutura e intermodalidade” (CASTILHO, 2014, p. 129).

A partir das considerações apontadas, a BR-060 é estratégica para a distribuição da produção agropecuária ao mercado consumidor nacional e internacional. E em seu trecho entre as cidades de Brasília e Jataí a estrada foi capitalizada pelo Estado com a finalidade de melhorar os fluxos espaciais dela decorrentes. Conforme já discutido no Capítulo II, o crescente aumento dessas dinâmicas resultou em sua duplicação, nos trechos entre Brasília e Goiânia – correspondente a 121 quilômetros – a fim de aumentar a capacidade logística do modal. A obra ocorreu entre os anos de 1988 e 2017 e exigiu a aplicação de R\$ 265 milhões emprestados pelo governo federal ao estado de Goiás mais R\$ 45,9 milhões originados da União. Entre os anos de 2011 e 2014 foram ampliados mais 315 quilômetros da via – entre Goiânia e Jataí – que custou R\$ 1,7 bilhão, financiado pelo governo federal.

A BR-060 é estratégica para a distribuição da produção agropecuária no Sudoeste Goiano, que, segundo Pizarro (2017), é constituído por territórios produtivos racionalizados, estruturados e articulados às escalas local, regional, nacional e global no que tange à produção, industrialização e distribuição ao mercado consumidor nacional e internacional. Nesse diálogo, Castilho (2014) vai afirmar que no Sudoeste Goiano a rede rodoviária estadual

(constituída pelas: BR-060; BR-158; BR-364; e BR-452) concentra-se no escoamento de grãos – milho e soja.

Ainda em relação à importância da BR-060 para o agronegócio no Sudeste Goiano, Pizarro (2017) realizou o mapeamento das principais granjas de aves e suínos em alguns municípios do Sudoeste Goiano e chamou a atenção para as situadas em Mineiros e Jataí. Nessa espacialização, dois elementos merecem ressaltar: o primeiro faz referência à concentração espacial dos territórios produtivos do agronegócio próximos às BR-060 (cujos fluxos integram-se aos das BR-158, BR-452 e BR-364); o outro diz respeito à intensificação desses territórios produtivos que, além de majoritariamente concentrados naqueles dois municípios, também ocorrem em Aparecida do Rio Doce, Santo Antônio da Barra e Santa Helena de Goiás. Todos os municípios citados são recortados pela BR-060, conforme indicado na figura 31.

No Sudeste Goiano, os complexos produtivos do agronegócio também definem as rodovias prioritárias para investimentos em infraestrutura, ampliação e melhoramento (CASTILHO, 2014). Conforme observado na figura 31, nessa região é marcante a presença de quatro rodovias federais – BR-060, BR-158, BR-452 e BR-364 –, que asseguram a logística necessária à geração de fluxos integrados que vão permitir a distribuição da produção agropecuária para o mercado nacional e internacional.

Nestes fluxos integrados, da BR-060 com as demais rodovias federais no Sudoeste Goiano, que vão permitir a distribuição da produção agropecuária tem-se: a BR-364, que liga o município de Jataí ao Porto de São Simão e ao Triângulo Mineiro; a BR-452, que liga Rio Verde a Itumbiara, onde se encontra com a BR-153, dando acesso ao Sudeste e aos portos litorâneos, por exemplo, Santos/SP; Vitória/ES; e Paranaguá/PR (CASTILHO, 2016).

O papel da BR-060 também é expressivo em referência à dinâmica econômica (resultante dos fluxos dessa modal) nas cidades de Brasília, Anápolis e Goiânia. Conforme já indicado no Capítulo II, nesse trecho a rodovia está consolidada, e os fluxos dela resultantes dinamizam a econômica regional e promovem a reconfiguração territorial dos municípios por ela influenciados – realidade verificada em Alexânia. E partindo das considerações de Araújo Sobrinho (2008) e Luz (2005), esse trecho corresponde ao eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, que integra essas três grandes economias goianas.

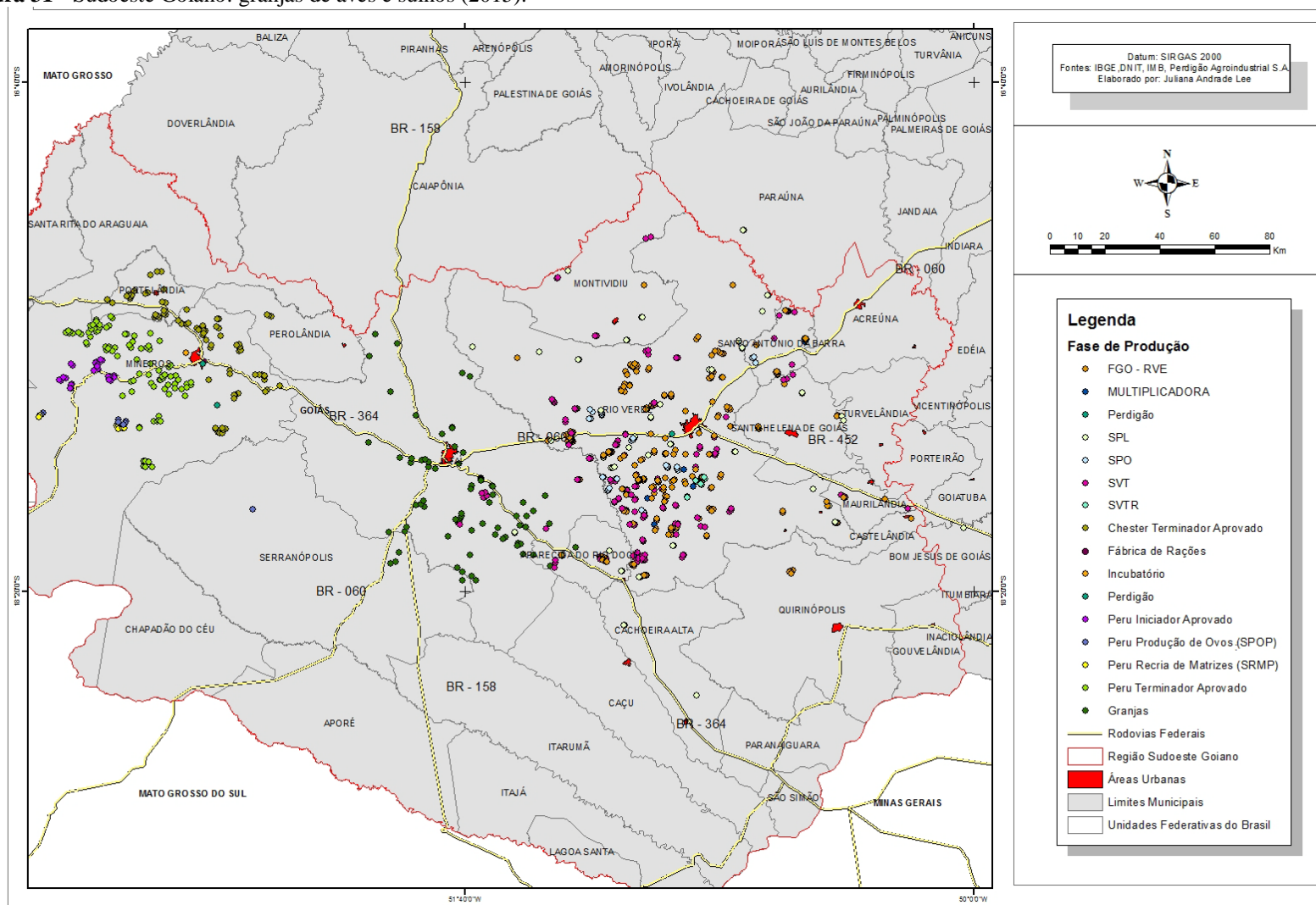
Conforme assinalado no Capítulo II, nesse trecho verificam-se importantes dinâmicas econômicas. No complexo carne bovina, se destaca a cidade de Goiânia, para onde o gado de várias cidades produtoras é transportado, com destino a um grande frigorífico local (CASTILHO, 2016). A cidade de Anápolis recebe destaque pelo Distrito Agroindustrial de

Anápolis (DAIA), pela presença do Porto Seco Centro-Oeste (ou Estação Aduaneira Interior), pelo entroncamento das BR-060, BR-153, e BR-414 e pelo ramal ferroviário de integração nacional. Além disso, está em construção um aeroporto internacional de cargas que comporá a Plataforma Logística Multimodal (Prefeitura de Anápolis, 2017). Já Brasília representa um forte mercado consumidor (CASTILHO, 2016) de parte da produção resultante do agronegócio goiano.

Por fim, tem-se a figura 32 que mostra a Rede Rodoviária Federal e Estadual de Goiás. Como anteriormente enfatizado, o ponto central deste estudo não é a análise de toda essa rede, mas apenas da BR-060 enquanto tessitura que realiza, por meio de seus fluxos, a contiguidade espacial dos territórios produtivos do agronegócio goiano.

No entanto, acredita-se ser importante a apresentação do citado Mapa para que se possa dimensionar a distribuição espacial dessa rede rodoviária no estado, que está mais concentrada em Goiânia e em Brasília. Quanto a este aspecto, Castilho (2014, p. 121) faz a seguinte consideração:

Figura 31 - Sudoeste Goiano: granjas de aves e suínos (2015).



Fonte: Pizarro, 2017.

Há uma concentração nas porções central e sudeste do estado, onde a quantidade de cidades e a proximidade entre elas são significativas. Pela posição central de Goiânia e pela considerável porcentagem de fluxos drenados para a capital, a estrutura da rede rodoviária estadual goiana desenha um padrão espacial radial, seguindo o padrão desenhado pelas rodovias radiais que interligam Goiânia ao restante do estado. A estrutura radial também é observada nas rodovias federais que interligam Brasília e regiões de Goiás ao Centro-Oeste, Centro-Norte e Sudeste brasileiros. Ou seja, se as rodovias estaduais têm uma concentração nas porções central e sudeste de Goiás e exercem uma função essencialmente intrarregional em escala estadual, as rodovias federais estão concentradas essencialmente na parte meridional do estado, no meio-norte com a Belém-Brasília e no nordeste com a BR-020, desempenhando uma função inter-regional em escala nacional.

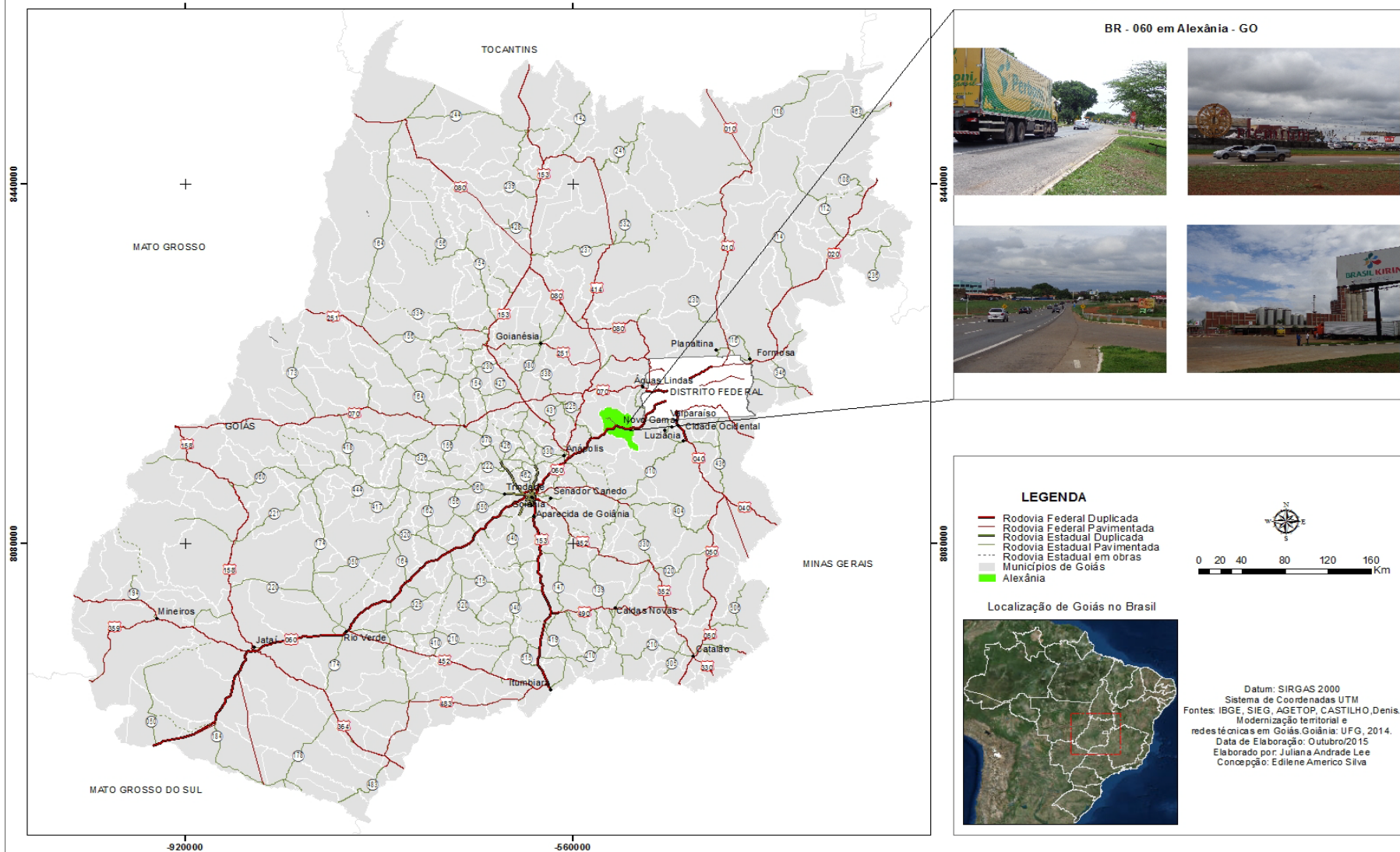
Para o autor, existe uma diferença de distribuição dos meios de circulação pelo território goiano, que reflete a lógica nacional resultante de um modelo desigual de desenvolvimento da rede rodoviária, qual seja privilegiar o desenvolvimento e o adensamento de algumas áreas que são de interesse do capital – situação verificada no Sudoeste Goiano e no eixo Brasília-Anápolis-Goiânia. Deste modo, as áreas mais bem servidas formam espaços privilegiados da modernização, onde os transportes, em integração com outras redes, atuam para garantir a fluidez territorial.

No decurso desse processo, foram propiciadas as condições necessárias à criação de um modelo concentrado de redes, gerido pelos atores hegemônicos vinculados a importantes setores econômicos, de que o Estado é o meio de ação central (CASTILHO, 2014). Destarte, assevera que

A configuração da rede rodoviária goiana de padrão espacial radial e concentrada em determinadas áreas – para atender produções específicas e, portanto, interesses de grupos empresariais específicos –, demonstra que a eficiência ou insuficiência de um sistema de transporte em países como o Brasil vem sendo determinada pelos interesses corporativos. (CASTILHO, 2014, p. 124).

Para Elias (2013), essas formas e estruturas (os silos, as plantas agroindustriais, os cultivos, as máquinas e insumos, as estradas e os fluxos) encontradas na paisagem dos territórios produtivos do agronegócio no país resultam da racionalidade do capital global, pela imposição da divisão do trabalho que privilegia aqueles espaços geográficos de interesse econômico. Nesse diálogo, Castilho (2014) afirma que a especialização produtiva de certas regiões decorre do modo como a divisão do trabalho se impõe espacialmente. Decorre desse processo espacial o privilégio do desenvolvimento e o adensamento apenas das áreas de interesse do capital – conforme já colocado.

Figura 32 - Rede Rodoviária Feder e Estadual de Goiás (2014).



Fonte: IBGE e AGETOP (2015); Castilho (2014).

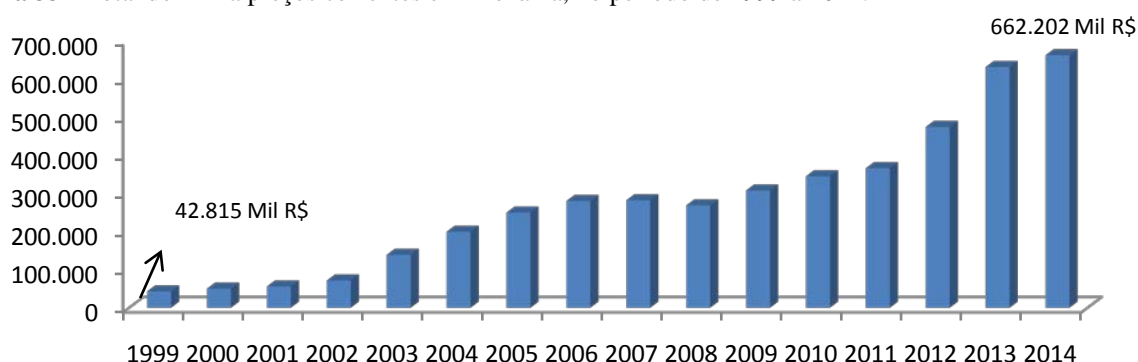
Pelo exposto, infere-se a histórica presença do Estado na promoção das condições do desenvolvimento da moderna agricultura em Goiás, mediante a constituição de toda a logística necessária à produção e comercialização nacional e internacional. O Estado teve papel central também no apoio político e financeiro ao processo de desenvolvimento da agricultura – desde a expansão da fronteira agrícola, à reestruturação produtiva pela modernização da agricultura até ao agronegócio nos dias hodiernos.

3.2 A DINÂMICA ECONÔMICA DE ALEXÂNIA A PARTIR DO AGRONEGÓCIO

A discussão a seguir pretende indicar elementos necessários à compreensão do contexto de origem e evolução do agronegócio no município de Alexânia, o seu rebatimento sobre a reconfiguração do território municipal e os efeitos resultantes, bem como indicar os principais fluxos e conexões realizados por meio da BR-060.

Embora Alexânia tenha sido fundada há pouco mais de 55 anos, os dados indicam o forte dinamismo de sua economia. No transcurso da pesquisa verificou-se que a instalação de diversas estruturas produtivas, principalmente a partir da década de 2000, tem contribuído para o crescimento do PIB local, conforme especificado na série histórica abaixo da figura 33.

Figura 33 - Total do PIB a preços correntes em Alexânia, no período de 1999 a 2014.



Fonte: IBGE, acesso em set./2017. Elaboração: A autora, 2017.

A partir destes dados, elaborou-se também a tabela 2 onde é possível verificar a variação de crescimento do PIB total alexaniense no citado período. Esse PIB resulta do somatório da produção das atividades dos três setores econômicos: a agropecuária, a indústria e os serviços. Os dados indicam uma variação ascendente, com média de crescimento de 21.89% ao ano. No Capítulo IV e no atual serão contextualizadas as repercussões desse

crescimento econômico sobre a reconfiguração do território municipal. Como essas variações e seus respectivos percentuais de crescimento rebatem no território municipal? Que processos são disparados no contexto urbano e rural? São algumas questões a serem respondidas nestes capítulos.

A mudança da Sede municipal para Alexânia, localizada na borda da BR-060, resultou na necessidade de dotar o território com estruturas e serviços voltados à demanda dos fluxos resultantes da rodovia, pois, conforme Silva (1999), a estrutura da rede de transporte afeta a organização do espaço e a localização das diversas atividades. Nesse sentido, nos anos que se seguiram à mudança da sede para Alexânia – 1960 a 1990 – a cidade pautou a sua economia principalmente pela prestação de serviços para atender as demandas pelos seguintes serviços: postos de combustíveis, oficinas mecânicas, borracharias, restaurantes, farmácias e hospedagem (informação verbal)⁵⁵.

Tabela 2 - Município de Alexânia. Evolução do Produto Interno Bruto – de 1999 a 2014.

Ano	Produto Interno Bruto Total a preços correntes (R\$ mil)	
	Total	Taxa de Crescimento
1999	42.815	-
2000	50.183	17.21%
2001	55.808	11.21%
2002	71.512	28.14%
2003	139.302	94.80%
2004	198.407	42.43%
2005	248.972	25.49%
2006	279.472	12.25%
2007	281.309	-0.66%
2008	267.850	-4.78%
2009	307.292	14.73%
2010	344.661	12.16%
2011	366.053	6.21%
2012	474.728	29.69%
2013	631.152	32.95%
2014	662.202	4.92%
Total	4.421.718	-

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007, Censo Demográfico 2010. Nota: Os dados da série encerrada (1999 a 2012) têm como referência o ano de 2002. **Organizado pela Autora**, 2017.

O incentivo dado pela gestão pública municipal para a ocupação da nova cidade refletiu-se no crescimento urbano local, como mostram os muitos terrenos doados e os vendidos mediante preços simbólicos, pois havia urgência em que a cidade crescesse rapidamente (ABDALLAH, 2015). Concomitantemente a este crescimento, verificava-se

⁵⁵Informação fornecida por Alex Abdallah Neto em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Olhos d'Água, em novembro de 2015.

também o aumento das demandas dos próprios moradores o que repercutia na gênese de novos serviços – por exemplo: educação, saúde, moradia e transporte – ou na ampliação daqueles já existentes. Em 1999, conforme observado no quadro 9, o PIB do setor de serviços liderava amplamente e era o maior dinamizador da economia municipal, ratificando assim a captura do território municipal que se reconfigurou em atendimento aos fluxos resultantes da BR-060.

Referente à ocupação dessa cidade, outro dado a considerar é a incidência da influência urbana de Brasília – metrópole nacional e cidade administrativa (Santana et. al., 2016) – sobre o crescimento demográfico de Alexânia, que tem cumprido também a função de cidade dormitório para os trabalhadores da capital cuja renda não permite que eles residam no Distrito Federal (CODEPLAN, 2014).

No contexto econômico alexaniense, citam-se igualmente as atividades industriais e de agropecuária. A primeira é representada pela forte tradição na produção de móveis rústicos, olarias e laticínios – artesanais. Entretanto, nos primeiros anos do século XXI essas atividades – majoritariamente desenvolvidas em espaços rurais – entraram em decadência. Esse período coincide com o advento da moderna agricultura no município, que será discutida mais adiante. Hoje aquelas atividades ainda ocorrem, todavia são pouco representativas na economia.

Quadro 9 - Alexânia: PIB a preços correntes (1999).

Setor de Origem	Mil Reais
Valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes	7.321
Valor adicionado bruto da indústria a preços correntes	4.200
Valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes	28.668
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes	2.626
PIB a preços correntes - TOTAL	42.815

Fonte: IBGE, 2016. **Elaboração:** A autora, janeiro de 2017.

Em relação à agropecuária, esta atividade historicamente sempre envolveu grande parcela da mão de obra local e até 1999 ela representava o segundo maior PIB do município, conforme observado no quadro 9. Os arranjos produtivos estavam vinculados ao cultivo de cana-de-açúcar, milho, feijão, mandioca, arroz, hortaliças, leguminosas e frutíferas. E na pecuária era predominante a criação de bovinos, caprinos, equinos, suínos e aves. Havia também atividades de beneficiamentos do leite e produção de doces, açúcar e farinha.

Ainda em referência aos territórios da agropecuária tradicional – desenvolvida em pequenas e médias propriedades, chama a atenção a figura 34, que expressa os principais uso

do território pela agropecuária municipal no ano de 1985. Era expressiva a quantidade de fazendas que integravam os arranjos produtivos que envolviam a produção, o beneficiamento – de parte da produção – e a comercialização municipal (informação verbal)⁵⁶. De acordo com a citada fonte:

Em 1982 havia 800 propriedades rurais cadastradas no município e um rebanho de 20 mil bovinos. Destas propriedades, apenas sete eram de gado de corte; as demais se voltavam, principalmente, à produção agropecuária, destacando-se os cultivos de milho, feijão, mandioca, batata, produção de leite e queijo, por pequenos produtores que destinavam sua produção ao abastecimento da população do próprio município.

É importante observar que a localização geográfica desses territórios produtivos ocorria próximo aos cursos hídricos, expressando a importância dos recursos naturais na espacialização desses territórios. Outro dado é que em parte significativa do território municipal havia ocupação por atividades agropecuárias, o que está evidenciado pela distribuição espacial das fazendas tanto nos setores norte quanto no sul do município. Já foi citado no Capítulo II que na porção sul do município as superfícies são constituídas por relevos predominantemente movimentados, enquanto o oposto se verifica na porção norte, onde predominam os terrenos planos – que nos dias de hoje são as áreas de interesse do agronegócio.

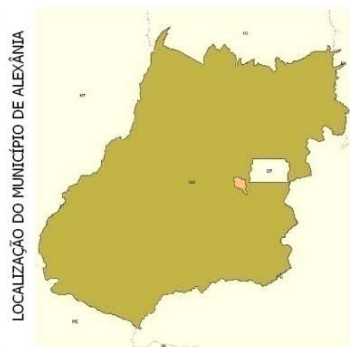
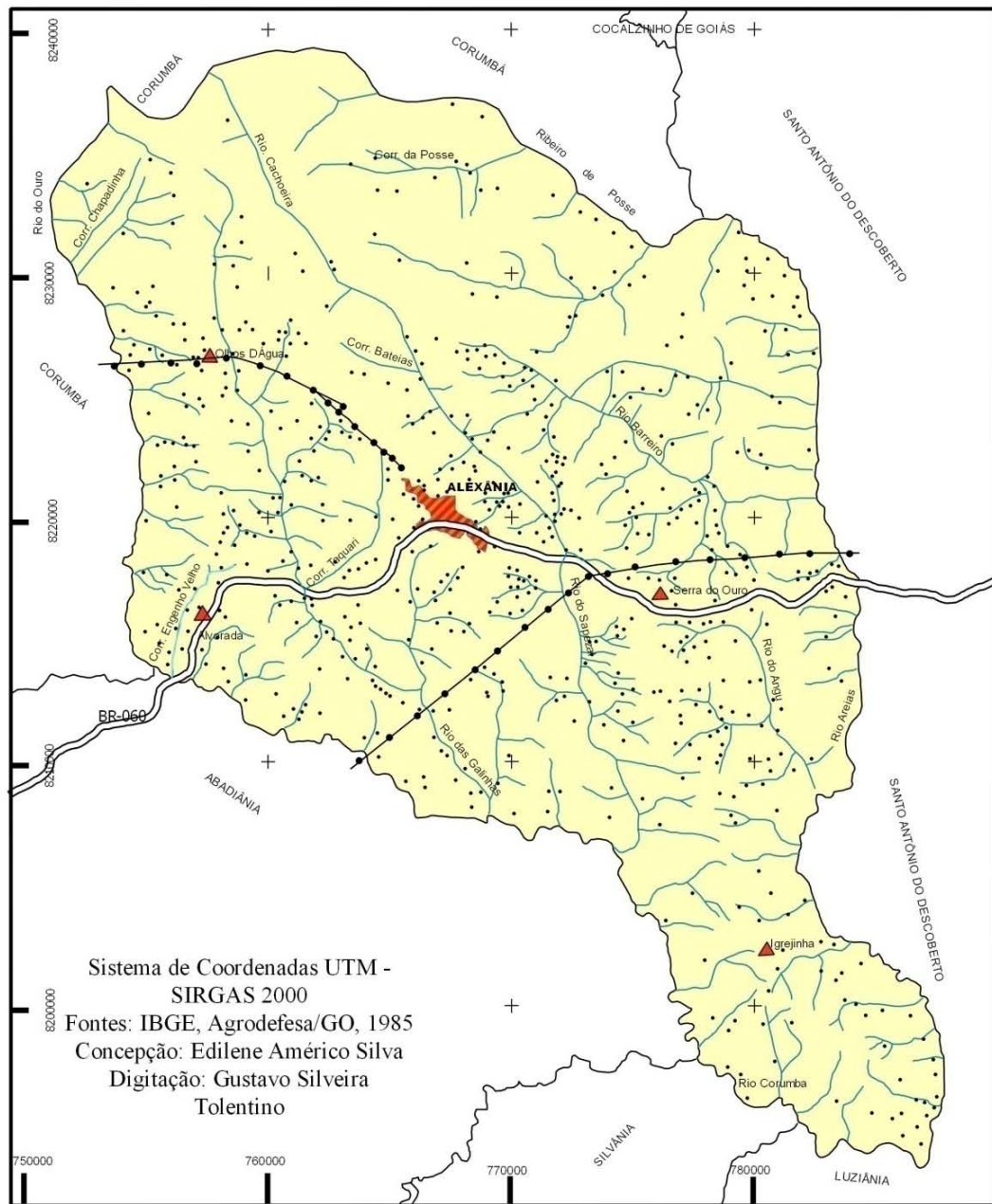
Segundo a citada fonte, até a década de 1970 a estrutura da terra era caracterizada por grandes e pequenas propriedades. A partir de 1985, alguns herdeiros parcelaram suas terras, em chácaras ou em pequenas propriedades, para venda. Os novos donos, também seguindo a vocação e a cultura produtiva historicamente vinculada aos primórdios da ocupação do território municipal no ciclo do ouro, continuaram a desenvolver atividades agropecuárias tradicionais.

Entretanto, a partir de 1990 iniciaram-se alguns processos que resultaram em modificações na estrutura fundiária, na base técnica e nas relações de produção local.

A dinâmica econômica regional resultante da expansão urbana de Brasília e do avanço do agronegócio em Goiás também repercutiu na ruptura dos arranjos agropecuários alexaniense. A demanda por água e energia para a capital do país e para o aumento da produção agrícola em algumas cidades goianas – do entorno de Brasília, a exemplo de Luziânia –, resultou na construção da Usina Hidrelétrica de Corumbá IV (UHE Corumbá IV), tema a ser discutido no Capítulo IV.

⁵⁶ Informação fornecida por Urvando Souza, Técnico da Agência Goiana de Defesa Agropecuária, em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Alexânia, em novembro de 2015.

Figura 34 - Uso do território pela agropecuária no município de Alexânia, em 1985.



Legenda

- Fazendas
 - Redes de Alta Tensão
 - ▲ Povoado
 - Sede do Município
 - Alexânia
 - BR-060
 - Hidrografia
- 0 1 2 3 4
 KM

Fonte: AGRODEFESA e IBGE, 1985. Digitação: Gustavo Tolentino, 2017. Concepção: A autora, 2017.

Desse modo, em 1998 e 1999 ocorreram os Estudos de Viabilidade Técnica para a implantação da UHE Corumbá IV. No ano de 2000, ao ser confirmada a construção desta obra, o mercado imobiliário municipal tornou-se bastante aquecido e voltou seus interesses para a região diretamente ligada ao lago da usina, o que expressa um evento geográfico (SANTOS, 2012b) que transforma/produz uma realidade espacial nova. Sob emergência desse evento geográfico, a perspectiva dos diferentes sujeitos se torna mais complexa, e o propósito passa a ser a ocupação não mais pela agropecuária, mas pelo valor cênico que o corpo hídrico passava a representar (SILVA et. al., 2016).

Aqui também o Estado teve forte atuação na desocupação das terras a serem encobertas pelo lago da barragem da UHE Corumbá IV, uma vez que tal desocupação repercutiu na reconfiguração do território municipal, pois os territórios antes de uso pela agropecuária familiar passaram a ser capturados para atender as atividades de lazer e descanso. Centenas de pequenos agricultores cujas propriedades situavam-se na área a ser ocupada pelo lago da barragem foram obrigados a aceitar a indenização proposta pela empresa administradora da obra (informação verbal)⁵⁷ e mudaram-se para a área urbana de Alexânia.

A água do lago seria destinada majoritariamente às novas atividades – condomínios residenciais, pousadas e hotéis fazendas, o que resultou em sua exclusividade e privatização, em decorrência dos interesses impostos pelos condomínios da borda do lago. Referente a esta situação, chama a atenção os seguintes depoimentos: “as melhores terras para a agricultura ficavam perto do rio” (informação verbal)⁵⁸, ao que se contrapõe a afirmação de que “antes da barragem, nessa região havia uma agricultura atrasada para o município” (informação verbal)⁵⁹.

Na porção sul alexaniense, iniciou-se o processo de decadência da agricultura tradicional, lá historicamente desenvolvida. E a partir de 1999, em virtude do assédio empreendido pelo setor imobiliário, a região passou novamente por um processo de desmembramento das pequenas e médias propriedades rurais. O elemento novo do processo, porém, foi à mudança de uso do solo e, mais efetivamente, do território.

Outro elemento indicador das repercussões das dinâmicas econômicas regionais é o crescimento populacional. A tabela 3 traz a evolução do crescimento populacional entre os

⁵⁷ Informação fornecida por “H” em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Alexânia, em setembro de 2017.

⁵⁸ Informação fornecida por “H” em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Alexânia, em setembro de 2017.

⁵⁹ Informação fornecida por “I” em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Alexânia, em setembro de 2017.

anos de 1980 e 2010. A análise dos dados indica o crescimento agigantado da população urbana em detrimento da rural, nos dias atuais. Na década de 1980, por exemplo, os habitantes da cidade representavam 51,3% da população municipal, ao passo que em 2010 esse percentual cresceu para 83% do total de moradores do município. Ademais, enquanto o crescimento da população urbana, no período de 30 anos, foi de 216,4% o total dos residentes em área rural caiu e registrou crescimento negativo de -29,8%.

Também no período correspondente às décadas de 1980 e 2000 observam-se elevadas taxas de crescimento da população urbana – 53,0% e 68,0%, respectivamente. Entretanto, no intervalo compreendido entre os anos 2000 e 2010, tem-se uma variação de 23,5%, o que indica uma desaceleração no nível do crescimento em comparação com os períodos anteriores.

Tabela 3 - Alexânia: crescimento populacional - urbano e rural (1980 a 2010).

Anos	Total	Taxa de Crescimento(%)	Urbana	Taxa de Crescimento(%)	Rural	Taxa de Crescimento(%)
1980	12.116	-	6.218	-	5.898	-
1991	16.472	36.0	9.500	53.0	6.972	18.2
2000	20.047	22.0	15.935	68.0	4.112	-41.0
2010	23.814	19.0	19.676	23.5	4.138	0.63

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2017. **Elaboração:** A autora, 2017.

Obs.: a taxa de crescimento é em referência ao dado do período anterior.

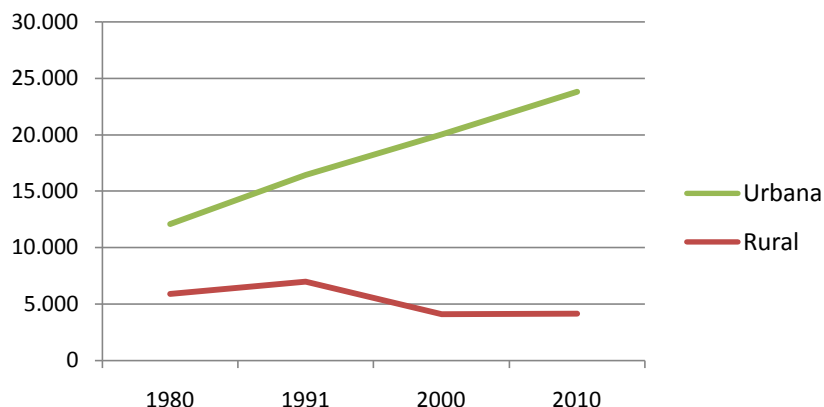
Na contramão deste processo, identifica-se o baixo crescimento da população rural, seguindo um padrão de êxodo rural. Em 1980 a população urbana alexaniense era apenas 5,43% maior do que a residente no espaço rural. No entanto, em 2010 essa diferença atingiu 376%. A figura 35 expressa bem o distanciamento dos dados do contingente populacional residente na zona urbana e dos domiciliados no meio rural, no período em consideração. Inclusive indica o crescimento negativo desses últimos na década de 2000 (-41,0%) e abaixo de um ponto na década seguinte (0,63%).

Entre os anos de 1980 e 1991 houve crescimento de 18,2% da população rural. Entretanto, no período seguinte – 1991 a 2000 –, verifica-se crescimento negativo de -41,0%. Em contraponto, observa-se, no mesmo período, crescimento de 68,0% da população urbana, o que evidencia migração de população rural para a cidade.

Também é importante considerar que esse período inclui os anos de 1998 e 1999, correspondentes ao tempo de realização dos estudos de viabilidade técnica para a implantação da UHE Corumbá IV. Na década de 2000 a 2010, por sua vez, há diversos eventos que podem ter contribuído para a migração da área rural para a urbana: a compra de terrenos dos agricultores camponeses, pela empresa administradora da UHE Corumbá IV, que seriam

atingidos pelo lago da barragem; a atuação do setor imobiliário; e a compra de chácaras e fazendas para a construção de condomínios particulares.

Figura 35 - Alexânia: evolução da população urbana e rural (1980 a 2010).



Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2017. **Elaboração:** A autora, 2017.

Identifica-se, assim, forte êxodo rural decorrente desses processos locais que resultam da reprodução do capital no território goiano. Para Elias (2013), as RPAs são marcadas pelo crescimento da urbanização e pela diminuição da população rural. Assim, os fluxos de urbanização da própria sede municipal e da centralidade de Brasília bem como a própria dinâmica regional do agronegócio integrado a outras dinâmicas de distribuição pela BR-060 geraram processos locais que repercutiram na mudança de perfil demográfico municipal.

Outra dinâmica regional que tem repercutido na reconfiguração do território alexaniense refere-se ao desenvolvimento do agronegócio goiano. Segundo entrevista realizada com a Secretária de Indústria e Comércio do município, tudo começou com a plantação da soja a partir de 2000. A seguir serão discutidos os principais territórios produtivos, os complexos representativos e os arranjos espaciais desta atividade no município.

3.2.1 O AGRONEGÓCIO: AS REPERCUSSÕES E AS RECONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS

Conforme afirmação anterior, Alexânia insere-se na lógica do agronegócio por meio dos complexos da soja, da cana-de-açúcar e do milho; das granjas (galináceos e suínos); e da produção bovina de qualidade genética superior (SILVA e ARAÚJO SOBRINHO, 2017a).

Segundo o Censo Agropecuário do IBGE, em 2006 havia 621 estabelecimentos agropecuários, que ocupavam a área total de 52.436 hectares. Entretanto, embora os dados

oficiais mais recentes – obtidos junto ao SINPRAL – ainda estejam incompletos, avalia-se que nos últimos 11 anos a intensificação do uso do solo pelas atividades do agronegócio tenha contribuído para o aumento da terra utilizada, tanto em relação ao número de estabelecimentos rurais quanto em referência ao uso total da área pelo setor.

O elemento que pode ser constatado, frente a reconfiguração territorial local pelo agronegócio, é a redução no número de propriedades rurais. Entre os anos de 2006 (621 estabelecimentos) e 1982 (800 estabelecimentos, segundo informação verbal) verifica-se a redução no número de propriedades rurais no município.

A pesquisa documental, os trabalhos de campo e as entrevistas indicaram que, nos últimos 30 anos, tem ocorrido um processo de especialização produtiva da agropecuária em Alexânia que acompanha o movimento e a lógica produtivos do agronegócio no estado.

Entrevista realizada junto ao SINPRAL (observar a sede do sindicato na figura 36), com a atual gestão que assumiu em 2017, indicou que em 2016 havia um cadastro de 203 sindicalizados e um total de 458 propriedades rurais no município. Entretanto, o próprio sindicato reconhece que esses quantitativos estão desatualizados. No intuito de trabalhar com dados reais, o SINPRAL tem realizado novo recadastramento rural: em setembro do corrente ano recadastrou 25 propriedades rurais e até o final do mesmo ano estimava-se o montante de 80 novos sindicalizados. A partir desta expectativa e comparando com o dado do IBGE (2006), comparando os dados do Censo Agropecuário de 2006 com os provenientes da expectativa do SINPRAL para 2017, parece delinear-se a tendência de redução do número de estabelecimentos agropecuários, fato que confirmaria o entendimento de Elias (2013) de que nas RPAs a estrutura agrária é concentrada.

A representação do SINPRAL acredita que a moderna agricultura é importante para o desenvolvimento do município, que tem se tornado forte na produção de soja, milho e hortifrutigranjeiros. No âmbito da pecuária, ademais, tem crescido na produção de carne e de leite, além de no melhoramento genético, de que é ilustrativa a venda de matrizes para o Brasil e para as Américas Latina e do Norte, embora o entrevistado não tenha sabido precisar os países importadores.

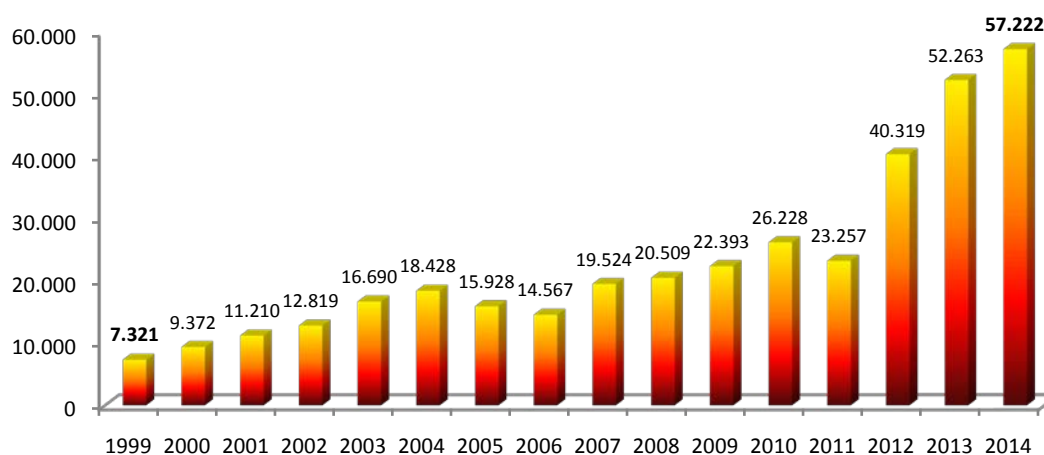
Figura 36 - Sindicato dos Produtores Rurais de Alexânia.



Fonte: A autora, 2017.

A evolução da agropecuária no território alexaniense pode ser verificada na figura 37, que traz uma série histórica da evolução do PIB do setor, que apresentou variação positiva de 681,63% no período de 16 anos. Pelas informações, comprova-se crescimento constante a cada ano, com exceção dos anos de 2005 e 2006, em que houve decréscimos de 13,6% e 8,54%, respectivamente, em relação ao ano anterior, além de 2011, ano em que ocorreu redução de 11,3%, resultado das poucas chuvas no estado em 2010.

Figura 37 - Alexânia: evolução do PIB da agropecuária (em mil R\$) no Período de 1999 a 2014.



Fonte: IBGE, 2016. **Elaboração:** A autora, 2017.

Para a representação do SINPRAL, o agronegócio é importante, pois introduz novas tecnologias que resultam no ganho de produtividade pelo uso do plantio direto, no cuidado

com a conservação do solo, no respeito ao meio ambiente e na responsabilidade social. No que se refere a essas afirmações, serão feitas algumas considerações no Capítulo V.

3.2.1.1 A AGRICULTURA MUNICIPAL: A PRODUÇÃO E OS FLUXOS RESULTANTES

O quadro 10 abaixo indica os principais produtos cultivados no município de Alexânia, a área colhida e a quantidade produzida. Estão organizados em ordem decrescente os onze cultivos com maior destaque em quantidade produzida. São eles: soja, cana-de-açúcar, milho, banana, tomate de mesa, mandioca, feijão, tangerina, maracujá, laranja e limão.

Diante destes dados, é importante chamar a atenção para os três primeiros cultivos, os que compõem os complexos soja, cana-de-açúcar e milho. A seguir será feita um análise da evolução dessas produções a partir dos dados das respectivas produções, nas figuras 38, 39 e 40 frente aos dados do quadro 10. Tomando como base o referido quadro, o primeiro desses cultivos, no período de 16 anos, apresentou uma variação positiva de 3.333,33% na quantidade produzida. A área colhida, por sua vez, aumentou em 2.633,33%, no mesmo período.

A figura 38 expressa a participação da soja no total da produção agrícola municipal que, em 2010, representou 38,83% de toda a produção agrícola local. Nessa série histórica observou-se uma variação de 893,1% de crescimento, no período de 1999 a 2010.

Em relação ao Brasil, em 2010, a participação da soja representou 24,23% da produção do país e no período indicado, teve-se uma variação de 34,7% de crescimento sobre os demais cultivos (IPEA, 2017)⁶⁰.

É importante registrar que o crescimento deste cultivo tem acompanhado a tendência de crescimento observado no país. E mesmo quando ocorreu recuo na produção nacional de soja, no município ela continuou em crescimento. Em Alexânia, esse cultivo tem tanto peso no PIB do setor que a redução da produção nos anos de 2005 e 2006 gerou crescimento negativo do PIB municipal, conforme já citado na figura 38.

No que diz respeito ao cultivo da cana-de-açúcar, a figura 39 expressa a participação desse cultivo no total da produção agrícola municipal, entre 1999 a 2010. No período em tela, houve redução da área colhida em -20%, conforme o quadro 10.

⁶⁰ www.ipea.gov.br/.

Quadro 10 - Alexânia: principais produtos agrícolas, produtividade e área colhida (2000 a 2015).

Produtos, produção e área	ANOS															
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Soja																
Área Colhida (H)	300	600	900	1.200	2.500	2.200	2.000	3.160	3.000	3.000	2.000	2.000	6.000	6.000	8.000	8.200
Qtd Produzida (T)	720	1.500	2.250	3.000	6.500	5.720	5.400	8.690	8.100	8.100	5.500	5.500	6.000	18.900	24.000	24.000
Cana-de-Açúcar																
Área Colhida (H)	250	280	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	250	200	200
Qtd Produzida (T)	7.500	8.400	6.000	6.000	8.000	8.000	8.000	8.000	8.000	8.000	8.000	8.000	8.000	8.750	14.000	14.500
Milho																
Área Colhida (H)	1.200	1.500	1.200	1.500	1.700	1.650	1.600	1.800	1.900	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	1.500	1.600
Qtd Produzida (T)	6.480	5.100	4.080	5.100	6.290	5.775	5.600	6.480	6.650	7.000	7.200	7.200	7.200	7.000	11.500*	6.400
Banana																
Área Colhida (H)	320	320	320	320	280	280	250	250	250	250	250	250	250	250	240	230
Qtd Produzida (T)	8000	8.000	8.000	8.000	6.160	6.160	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	4.450
Tomate de Mesa																
Área Colhida (H)	-	60	50	50	40	45	45	40	10	15	30	30	30	30	35	30
Qtd Produzida (T)	-	2.400	2.000	2.000	1.800	2.025	2.025	1.800	400	600	1.200	1.200	2.700	2.452	2.700	2.460
Mandioca																
Área Colhida (H)	20	-	100	80	90	50	90	90	90	90	100	100	50	100	120	120
Qtd Produzida (T)	240	-	1.500	1.200	1.440	800	1.350	1.350	1.350	1.350	1.500	1.400	700	1.400	1.800	2.000
Feijão																
Área Colhida (H)	400	400	400	500	400	410	-	-	-	-	300	300	350	500	300	290
Qtd Produzida (T)	880	200	400	500	280	287	-	-	-	-	255	255	280	1.296	850	768
Tangerina																
Área Colhida (H)	3	3	3	3	10	10	10	10	10	10	10	10	20	20	15	20
Qtd Produzida (T)	45	45	45	45	150	150	150	150	150	150	150	150	300	620	450	450
Maracujá																
Área Colhida (H)	35	45	45	45	40	40	35	35	35	40	40	40	40	40	35	39
Qtd Produzida (T)	2.800	495	495	495	400	400	350	350	350	400	400	400	400	384	300	360
Laranja																
Área Colhida (H)	9	9	9	9	9	9	9	9	9	10	10	10	10	10	8	10
Qtd Produzida (T)	585	108	108	108	108	108	90	90	90	100	100	100	150	144	120	260
Limão																
Área Colhida (H)	10	10	10	10	10	10	12	12	12	12	12	12	12	12	10	12
Qtd Produzida (T)	1.20	120	120	120	120	120	120	120	144	144	144	144	144	144	136	230

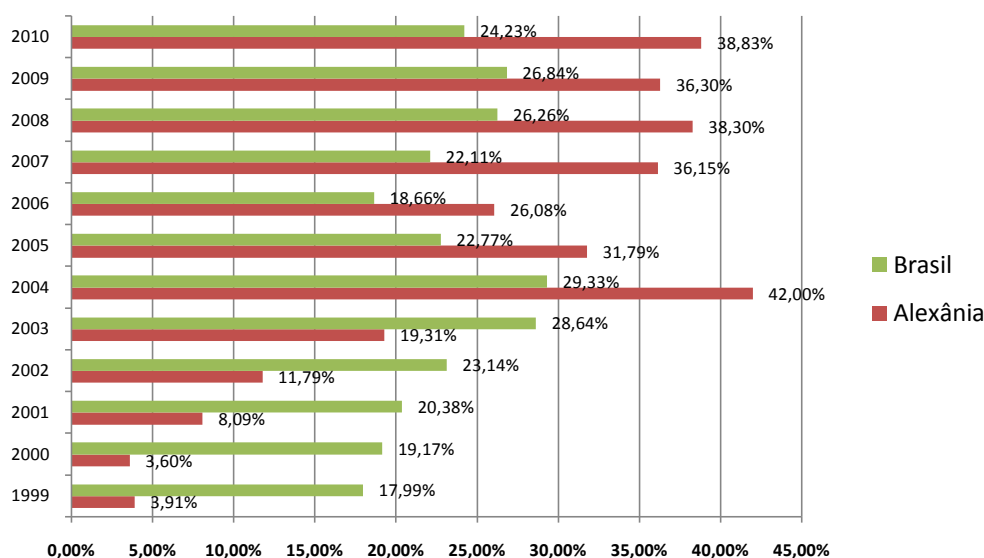
*Dado questionado junto ao IMB que o ratificou afirmando que é o constate na base estatística disponibilizada pelo IBGE. **Fonte:** IMB, 2017. **Organização:** A autora, 2017.

No referido quadro, é possível constatar uma variação positiva foi de 93,33% do crescimento sobre a quantidade produzida desse cultivo (IMB, 2017). Essa constatação indica aumento de produtividade. Em relação ao Brasil, no período considerado na figura 39, ocorreu uma variação de 52,57% positiva (IPEA, 2017) na produção do cultivo.

Já em relação à produção de milho, o cultivo que está em terceiro lugar no *ranking* municipal (quadro 10). Conforme os dados do referido quadro, no período indicado, a

produção desse cultivo apresentou variação negativa de -1,23%, embora a área plantada tenha aumentado em 33,33%. A análise comparativa entre esses dois dados pode indicar perda de produtividade (IMB, 2017).

Figura 38 - Série Histórica: participação da soja no total da produção agrícola, de Alexânia e do Brasil, no período de 1999 a 2010.



Fonte: IPEA, 2017. **Elaboração:** A autora, 2017.

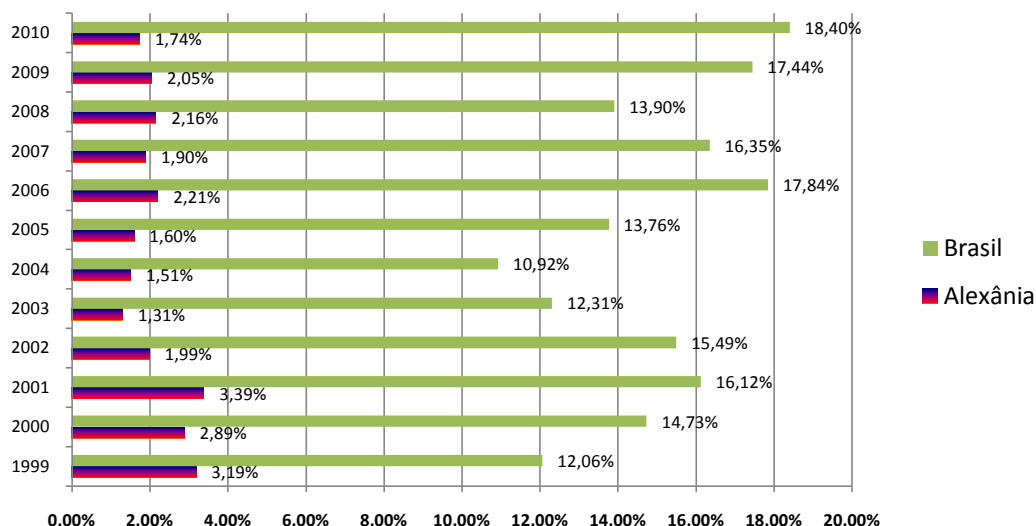
A figura 40 expressa a participação do milho no total da produção agrícola de Alexânia que, observou-se no período (1999 a 2010) que houve um avanço de 90,6% da participação desse cultivo no total da produção agrícola municipal, tendo em vista o quadro 10. Em relação ao Brasil, em 2010, a participação do milho representou 9,91% da produção do país (IPEA, 2017).

Quanto aos fluxos de comercialização da produção do agronegócio, verificou-se que a soja produzida no território municipal é armazenada em silos próximos às áreas produtoras e, depois transportada para Anápolis, onde é beneficiada.

No processamento deste grão tem-se a produção de óleo – que é exportado para o abastecimento nacional –, de ração e de farelo. Esses dois últimos retornam ao município, para as granjas locais – de galináceos e suínos –, para a comercialização em geral e para a agroindústria de rações – que compra o farelo para a fabricação da ração (informação verbal)⁶¹.

⁶¹Informação fornecida por Eudes Gonçalves da Secretaria da Fazenda de Goiás em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Alexânia, em novembro de 2015.

Figura 39 - Série Histórica: participação da cana-de-açúcar no total da produção agrícola, de Alexânia e do Brasil, no período de 1999 a 2010.

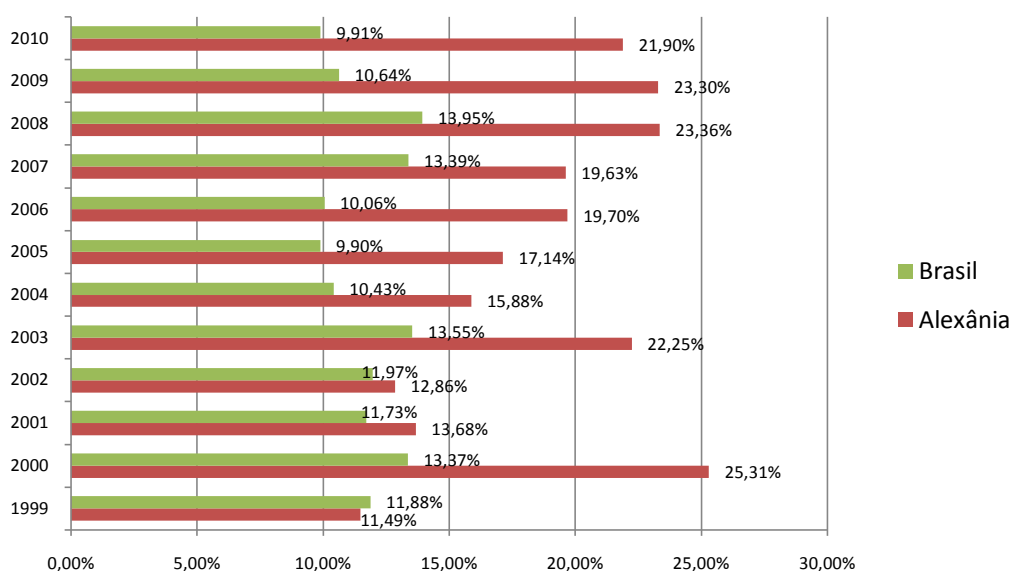


FONTE: IPEA, 2017. **Elaboração:** A autora, 2017.

A cotada fonte indicou que o milho tem os seguintes destinos: entra na cadeia do consumo local, pois se torna matéria prima para a fábrica de ração; outra parte segue para o abastecimento do Distrito Federal; e o excedente é mandado para processamento em Anápolis. Importante registrar que todos os fluxos de comercialização entre Alexânia, o Distrito Federal e Anápolis ocorrem por meio da BR-060.

Em pesquisa de campo constatou-se também a existência de duas propriedades com silos para a armazenagem de grãos, conforme ilustrado na figura 41.

Figura 40 - Série Histórica: participação do milho no total da produção agrícola, de Alexânia e do Brasil, no período de 1999 a 2010.



Fonte: IPEA, 2017. **Elaboração:** A autora, 2017.

Na porção norte do município, de relevo predominantemente plano, ocorre a maior concentração da produção de soja e de milho. Nessa porção do município, os territórios produtivos do agronegócio utilizam a rodovia GO-139 para toda a produção e escoamento de grãos e para o suprimento dos insumos necessários ao cultivo.

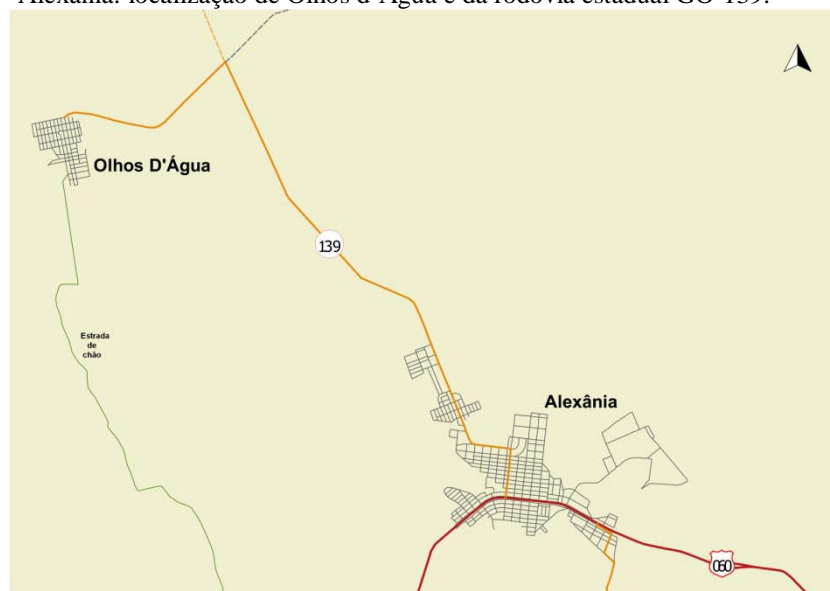
Figura 41 - Silos para Armazenagem de Grãos em Alexânia.



Legenda: A) Propriedade Rural lindeira à GO-139; B) Propriedade às margens da BR-060. **Fonte:** A autora; A) setembro de 2017; B) dezembro de 2015.

Ao longo dessa rodovia estão instalados alguns territórios produtivos de gado bovino, tomate, granja de aves e duas agroindústrias – a de ração e o frigorífico, que serão contextualizadas a seguir. É relevante consignar que, no território de Alexânia, o único trecho de estrada pavimentada ligando a sede municipal à área rural é o da GO-139, no trecho entre a cidade de Alexânia e o distrito de Olhos d'Água conforme indicado na figura 42.

Figura 42 - Alexânia: localização de Olhos d'Água e da rodovia estadual GO-139.



Fonte: IBGE, julho de 2015.

Neste contexto, é importante registrar que os fluxos locais de acesso à BR-060 e a Corumbá de Goiás ocorrem por meio desta rodovia e que em junho do corrente ano foi assinada uma ordem de serviço no valor de R\$ 32 milhões para pavimentação dos 32 quilômetros entre Olhos d'Água e Corumbá de Goiás, como se pode observar na figura 43.

Figura 43 - Pavimentação da rodovia GO-139 em Alexânia.



Fonte: A autora, setembro de 2017.

A obra faz parte do *Programa Goiás na Frente*, e os recursos são originados da privatização da Companhia Energética de Goiás (CELG)⁶². Os novos fluxos gerados pela pavimentação desta rodovia já repercutem na reconfiguração do território municipal no entorno imediato da via⁶³. Entre junho de 2016 e junho de 2017, dois novos condomínios foram instalados com oferta de lotes residenciais (esse aspecto será discutido adiante).

Quanto à comercialização da cana-de-açúcar cultivada no território municipal, parte da produção é vendida para o Distrito Federal e parte é beneficiada no próprio município. A parcela destinada ao Distrito Federal segue pela BR-060 para o abastecimento dos comércios que vendem o caldo de cana *in natura*. Já a outra parte é processada para a produção de açúcar orgânico no Engenho Mano Velho, que também produz melado de cana e fubá de milho orgânico. Esta agroindústria já possui dez anos e tem buscado ampliar a produção em virtude do aumento da demanda do mercado (informação verbal)⁶⁴. A figura 44 mostra os principais produtos da agroindústria.

⁶²Fonte: www.goiasagora.go.gov.br. Acesso em: 12 de set. 2017.

⁶³Inferre-se, mais uma vez, a presença do Estado na promoção das condições de apoio ao escoamento da produção do agronegócio.

⁶⁴ Informação fornecida por "I" em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Alexânia, em setembro de 2017.

Figura 44 - Principais produtos da agroindústria Mano Velho.



Fonte: A autora, setembro de 2017.

O beneficiamento da cana-de-açúcar no município também ocorre nos três alambiques locais: Cachaça do Piloto, Cachaça Cambéba e Cachaça DOMINISTRO. Os dois últimos são mais representativos em virtude da estratégia de produção, *marketing* e comercialização do destilado. Em razão deste aspecto, mais a frente serão contextualizados.

No que diz respeito aos demais cultivos – banana, tomate de mesa, mandioca, feijão, tangerina, maracujá, laranja e limão –, a produção segue para o abastecimento da população do Distrito Federal, onde sua comercialização se realiza principalmente na Central de Abastecimento do Distrito Federal (CEASA) (informação verbal)⁶⁵.

3.2.1.2 A PECUÁRIA MUNICIPAL: A PRODUÇÃO E OS FLUXOS RESULTANTES

As atividades da pecuária no município também têm incorporado elementos da moderna agricultura e essas formatações repercutem na reconfiguração do território municipal. Pretende-se inicialmente começar a discussão a partir dos dados contidos no quadro 11, que indica a produção agropecuária no município. No quadro estão elencadas as cinco principais espécies animais criadas no território municipal, organizadas em ordem decrescente do quantitativo de cabeças. São elas: galináceos, bovinos, equinos, suínos e ovinos.

Os três primeiros efetivos, galináceos, bovinos e equinos, são os de maior representação no município. Em relação ao crescimento, o primeiro variou 4.8% pontos

⁶⁵Informação fornecida por “I” em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Alexânia, em setembro de 2017.

negativos no período da série. Ao longo do período, as taxas de crescimento oscilaram, ora positiva, ora negativamente, e há anos em que se observam variações significativas tanto positivas (de 31.2% entre os anos de 2012 e 2013) quanto negativas (de 34.3% entre 2010 e 2011).

Quadro 11 - Série histórica: principais efetivos da pecuária em Alexânia no período de 2000 a 2015.

Efetivo de Cabeças	ANOS															
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Galináceos																
Cabeças	525.000	555.000	550.000	650.000	710.000	695.000	755.000	740.000	735.000	750.000	700.000	460.000	533.500	700.000	650.000	500.000
Bovino																
Cabeças	41.000	40.000	45.000	47.000	47.500	50.000	49.000	45.000	46.000	44.000	45.000	48.000	46.816	50.468	50.470	48.000
Equinos																
Cabeças	1.750	1.700	1.680	1.720	1.740	1.750	1.800	2.000	1.700	1.800	1.400	1.550	1.526	7.500	6.900	6.500
Suínos																
Cabeças	6.300	6.600	6.950	7.200	7.800	8.400	8.400	9.500	9.250	9.400	9.000	9.600	5.000	6.452	5.870	4.800
Ovínos																
Cabeças	530	550	575	580	600	550	600	500	480	500	1.200	1.450	1.330	192	190	200
Vacas ordenhadas																
Cabeças	7.300	6.800	7.500	7.600	7.500	8.000	7.800	7.500	7.600	8.000	7.800	8.200	9.300	10.100	9.600	9.000
Leite (Mil Litros)	8.500	8.570	9.500	9.600	9.850	10.520	10.480	10.000	10.140	10.200	9.900	10.500	11.900	16.968	16.128	15.135

Fonte: IMB, 2017. **Organização:** A autora, 2017.

A produção de galináceos, aves e ovos é realizada, predominantemente, pela maior granja local, a Alexaves, que também está localizada na porção norte do município, conforme já citado. Toda a produção resultante é escoada pelos fluxos realizados pela GO-139, que acessa a BR-060, por onde a produção segue para a comercialização no Distrito Federal.

Outra granja que merece destaque é a Asa Alimentos, localizada na porção sul do município, distante cinco quilômetros da BR-060. O Grupo ASA atua no Centro-Oeste há mais de 20 anos nos ramos de avicultura e pecuária, e sua produção é comercializada no Brasil e no exterior. Entretanto, o território produtivo da empresa no município de Alexânia vincula-se à produção de carne de aves e suínos destinada exclusivamente ao abastecimento da demanda do Distrito Federal (informação verbal)⁶⁶. A localização geográfica dessa granja é beneficiada tanto pela proximidade do lago da UHE Corumbá IV, que garante acesso à água necessária, quanto pela materialidade da BR-060, que facilita a comercialização da produção.

Quanto à produção bovina, o quadro 11 acima indica a existência de 50 mil cabeças. De acordo com os dados da referida figura, entre os anos 2000 e 2015 houve uma variação

⁶⁶Informação fornecida por "I" em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Alexânia, em setembro de 2017.

positiva de 17.1%. O quantitativo bovino está concentrado em cinco grandes propriedades rurais, das quais duas produzem gado de corte, cuja carne é comercializada em Brasília, Anápolis e Goiânia (informação verbal)⁶⁷. As outras três se especializaram na melhoria da qualidade genética bovina leiteira, tornando-se produtores de matrizes de qualidade superior, vendidas para outros criadores de Goiás, da região Centro-Oeste, do Brasil e das Américas Latina e do Norte (informação verbal)⁶⁸.

Os trabalhos de campo indicaram que duas dessas cinco fazendas – a Mutum e a Coqueiro e Barreiro – são bem representativas do agronegócio no município, em virtude da estratégia de produção, *marketing* e comercialização por elas adotada. A comercialização de sua produção resulta em fluxos e dinâmicas espaciais interescolares, que evidenciou a necessidade de registro no presente estudo. Neste contexto, chama a atenção a figura 45 com a propaganda da reprodução genética superior de gado leiteiro.

Conforme indicação da imagem à esquerda da figura 45, a fazenda Mutum mantém parceria com a *Alta Genetics* que é uma empresa internacional especializada na comercialização de sêmen de genética superior – para gado de corte e de produção de leite.

Figura 45 - Peças de propaganda da matriz genética de qualidade superior de gado leiteiro em fazenda Alexaniense.



Fonte: Fazenda Mutum, agosto de 2017.

⁶⁷Informação fornecida por Urivando de Souza servidor da Agência Goiana de Defesa Agropecuária em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Alexânia, em novembro de 2015

⁶⁸Informação fornecida por "I" em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Alexânia, em setembro de 2017.

O histórico de constituição da transnacional revela que em 1995 aconteceu a fusão da Alta e do grupo *Koepon Holding* e a compra da multinacional *Landmark Genetics*, a qual lançou a marca *Alta Genetics* no mercado mundial. No mesmo ano, a citada empresa deu início a sua atuação comercial no Brasil com o escritório da primeira sede em Porto Alegre.

Em 1996 a empresa mudou o escritório para Uberaba, em Minas Gerais, e no ano de 2005 inaugurou uma moderna central de inseminação artificial às margens da BR-050 – conforme plano inferior da imagem à esquerda da figura 45 acima –, para facilitar a logística de distribuição do sêmen no Brasil.

A multinacional está presente em mais de noventa países e possui nove centrais de coleta no mundo – no Brasil, Estados Unidos, Canadá, Argentina, Holanda e China. A Alta faz parte do grupo holandês *Koepon Holding*, uma das maiores organizações privadas de agricultura e agronegócios, e o trabalho realizado nas propriedades do grupo nos seis países acima citados, serviu de base para as demais atividades da organização: a *Saskatoon Colostrum*, a maior fábrica de colostro em pó do mundo; a *Valley Agri System*, que produz o *Dairy Comp*, programa de gestão de pecuária leiteira no mundo; e a *Alta Genetics*, empresa global em inseminação artificial (Alta Genetcs, 2017)⁶⁹.

Nessas circunstâncias, entende-se por que algumas das vacas produzidas na Fazenda Mutum – constituída por três fazendas que somam 500 alqueires – foram vencedoras de diversos concursos regionais e nacionais, pela qualidade genética leiteira especializada (Dinheiro Rural, 2017)⁷⁰. Essa publicação informa que anualmente a propriedade realiza leilões de gado, num dos quais, precisamente em 2009, uma das matrizes alcançou o valor de R\$ R\$ 1.320 milhão. A figura 46 apresenta a propaganda do 5º leilão de gado gir leiteiro e girolando, versão 2017, realizado pela fazenda.

A propriedade em Alexânia, em 2016, tinha cerca de 1.300 animais, entre gir, girolando e receptoras, além de uma produção média de 300 bezerros em sistema de engorda. A produção de leite situava-se em torno de 1.700 litros diários, vendida na totalidade para a Nestlé em Goiânia (Dinheiro Rural, 2017)⁷¹.

Outra importante fazenda do município, de destaque nacional, é a Coqueiro e Barreiro que tem desenvolvido a bovinocultura de corte e a leiteira (ABDALLAH, 2015). O seu reconhecimento estadual e nacional resulta da melhoria da qualidade genética bovina leiteira que originou a vaca campeã nacional do 1º Concurso Natural da Expogenética de 2013. A

⁶⁹Fonte: www.altagenetics.com.br/.

⁷⁰Fonte: www.dinheiorural.com.br/.

⁷¹Fonte: www.dinheiorural.com.br/.

propriedade mantém parceria com a CRV Lagoa, instalada em Sertãozinho, região nordeste do Estado de São Paulo (CRVLagoa, 2017)⁷².

Figura 46 - Alexânia: peças de propaganda do 5º leilão de gado gir leiteiro e girolando, versão 2017.



Fonte: Fazenda Mutum, setembro de 2017.

A mesma fonte informou que a empresa faz parte do grupo CRV, cooperativa formada por mais de 28 mil fazendeiros holandeses e belgas, com mais de 140 anos de história dedicada ao melhoramento genético de rebanhos. Com sede na Holanda, a CRV comercializa mais de 11 milhões de doses de sêmen, por ano, ao redor do mundo. Possui cerca de 2.000 colaboradores e está presente, com centrais e escritórios próprios, na Austrália, África do Sul, Alemanha, Bélgica, Brasil, Espanha, Estados Unidos, Holanda, Reino Unido, Luxemburgo, Nova Zelândia e República Tcheca, além de representantes distribuídos em aproximadamente 60 países.

Desde 1971, a CRV Lagoa, a maior central de genética bovina da América Latina, oferece sêmen convencional e sexado de touros nacionais e importados – conta com dois touros da genética Coqueiro e Barreiro, nome da fazenda localizada em Alexânia (CRVLagoa, 2017)⁷³.

Pelo exposto, infere-se que essas duas fazendas são exemplos concretos do agronegócio globalizado que se realiza em territórios especializados no contexto municipal de Alexânia. A produção resultante desse ramo é comercializada por meio da BR-060, mas alcança também outras redes interescolares – regionais, nacionais e internacionais – graças a

⁷² Fonte: <http://www2.crvlagoa.com.br/GrupoCrv.aspx/>.

⁷³ Fonte: <http://www2.crvlagoa.com.br/GrupoCrv.aspx/>. Acesso em: 15 de ago. 2017.

articulação global das redes de transporte e de comunicação estabelecidas a partir da racionalidade do capital.

Figura 47 - Peça de propaganda de leilão virtual, versão 2016, de gado gir leiteiro realizado em Alexânia.



Fonte: Fazenda Coqueiro e Barreiro, agosto de 2017.

Por fim, o terceiro efetivo de animais com maior representatividade no agronegócio local é a criação de equinos, especialmente jumentos da raça pêga (informação verbal)⁷⁴. Na série histórica dos registros desse efetivo, expressa no quadro 11, indica-se uma variação positiva de 271,4% nesses dezesseis anos.

A atividade é tão representativa no município que resultou na realização da 1ª Copa de Marcha de Muers, conforme indicado na figura 48 no âmbito da primeira feira de exposição agropecuária local.

Figura 48 - Peça de propaganda da 1ª Copa de marcha de muers em Alexânia.

Fonte: Prefeitura de Alexânia, agosto de 2017.

⁷⁴Informação fornecida por "I" em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Alexânia, em setembro de 2017.

A criação desta espécie também tem-se caracterizado pela busca do melhoramento genético da espécie pelo agronegócio, a fim de obter preços mais competitivos no mercado goiano, onde Alexânia também é referência.

Outro cultivo associado aos demais complexos do agronegócio acima discriminados é o do eucalipto para aproveitamento da madeira. Nas atividades de campo realizadas no decurso deste estudo, constatou-se a crescente expansão desta atividade em todo o território municipal, que segue a tendência de expansão no estado, para atender a demanda da construção civil e da indústria consumidora de biomassa (ANGELO, et al., 2015).

No município de Alexânia, o cultivo de eucalipto é realizado tanto por produtores rurais quanto por empresa cujo principal propósito econômico é este segmento, a exemplo da Eucaflora, com escritório situado na região metropolitana de Goiânia. Essa empresa comercializa madeiras de eucalipto tratado, possui a sua própria indústria de usinagem e tem também a sua produção reflorestal. Em Alexânia há um território produtivo dessa empresa, localizado na porção sul do município, conforme se observa na figura 49.

Figura 49 - Peça de propaganda da 1ª Copa de marcha de mueres em Alexânia.



Legenda: A) Empresa Produtora; B) Floresta Cultivada pela Empresa. **Fonte:** A autora (A e B) 2017.

É importante registrar que esse território produtivo corresponde à maior área geograficamente contínua com esse tipo de cultivo no município. A área plantada dista cerca de 10 quilômetros da BR-060, que é alcançada por meio de uma estrada não pavimentada, a mesma que dá acesso aos condomínios e espaços de descanso do entorno do lago da UHE Corumbá IV.

Angelo *et al.* (2015) realizou um estudo com fins de levantar e analisar, por intermédio de sensoriamento remoto, a evolução da área destinada ao plantio do eucalipto nos municípios goianos de Alexânia, Abadiânia e Anápolis.

O estudo indicou que a eucaliptocultura destinada a suprir a demanda de madeira teve grande impulso no Brasil nos últimos 30 anos, resultante da vasta rede experimental instalada por órgãos públicos e empresas particulares. No país, a área destinada ao plantio de eucalipto apresentou crescimento médio de 6,03% ao ano, entre 2006 e 2012, chegando a 5.102,030 hectares a área plantada. Nesse cômputo, o estado de Goiás é responsável por aproximadamente 38.081 hectares desse total, ocupando a 11ª posição nacional no cultivo. A microrregião de Catalão é a primeira no estado.

Na análise da evolução da área plantada nos três municípios acima citados, será dada ênfase ao caso de Alexânia que teve o comportamento constante, conforme os dados do quadro 12.

A partir dos dados do referido quadro, os autores concluem que Alexânia é o município onde a atividade mais cresceu, quase dobrando a área plantada ano a ano, devido aos baixos custos associados ao cultivo e em razão das propícias condições ambientais ao desenvolvimento da atividade florestal, comparativamente à agrícola.

Quadro 12 - Evolução da área (ha) com eucalipto em Alexânia, em Goiás e no Brasil (2003 a 2010).

Ano	Alexânia	Goiás	Brasil
2003 ⁷⁵	30.99	-	-
2004	34.56	44.114	3.199.816
2005	37.84	47.542	3.462.719
2006	105.09	49.637	3.745.794
2007	152.43	51.279	3.969.711
2008	387.00	56.880	4.325.430
2009	857.27	57.940	4.515.730
2010	1.242.82	58.519	4.754.334
Porcentagem de eucalipto na área da região, em 2010	0.004	0.17	0.56

Fonte: Adaptado de ANGELO et. al., 2015. **Elaboração:** A autora, 2017.

As taxas de crescimento da eucaliptura no período, de 3.910,4%, supera a média nacional (48,58%) e mesmo a do estado de Goiás (32,65%). Isso reflete o desenvolvimento desta atividade florestal como matéria prima da indústria. E a baixa participação do eucalipto nas áreas totais dos municípios, comparativamente à média nacional e do próprio estado de Goiás, sugere que o crescimento registrado tem potencial de se manter pelos próximos anos, ratificam os autores.

⁷⁵Não disponível pela ABRAF (2010). Área de Alexânia é igual a 847.893 km² (1 km²=100 hectares).

No estudo é realçado também que, não obstante Alexânia contar com a menor área de eucalipto, em referência aos outros dois municípios, em se mantendo as taxas de crescimento acima expressas, Alexânia ultrapassará a variação crescente dos outros municípios produtores: Anápolis, já em 2011, e Abadiânia, em 2013.

Por fim, é realçado também que

A distribuição espacial dos plantios de eucalipto alexaniense se caracteriza pela sua atomização e por uma produção não verticalizada dos produtores, refletindo o potencial da atividade florestal na geração de renda em pequenas e médias propriedades. (ANGELO, et al. 2015, p. 227).

Em atividade de campo realizada no segundo semestre do corrente ano constatou-se que os cultivos não englobam grandes áreas, mas ocorrem de forma pulverizada em porções do espaço rural. Constatou-se o aumento na área plantada, inclusive em solos antes destinados a outras culturas, a exemplo da mandioca. A figura 50 mostra três áreas de reflorestamento com eucaliptos voltados à comercialização da madeira. Esses territórios estão lindeiros à rodovia GO-139, na porção norte do município.

É importante o registro da ocorrência de uma denúncia, em 2016, de que uma das fazendas produtoras de eucalipto do município estava mantendo nove trabalhadores em condições análogas ao trabalho escravo.

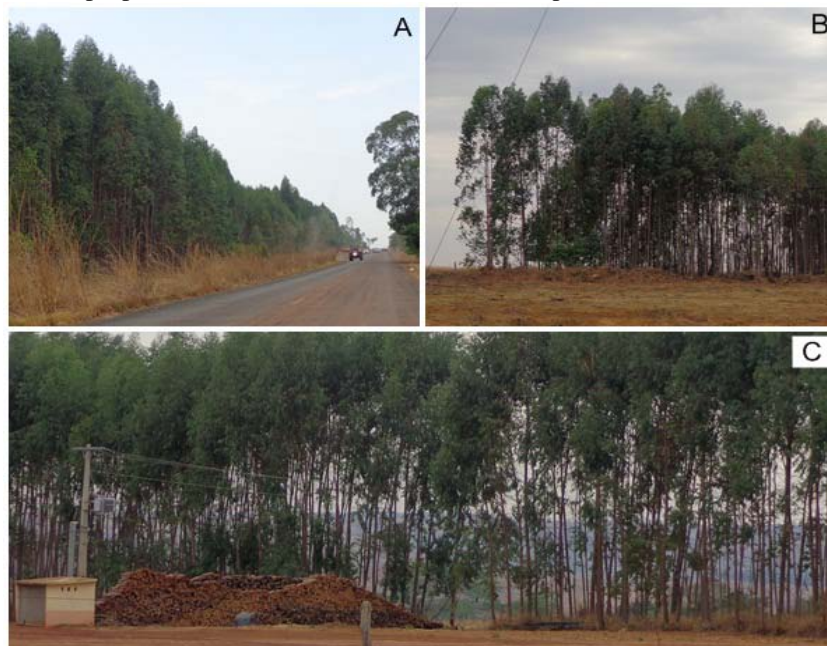
Estes homens vieram da região Nordeste com promessa de emprego, registro trabalhista e moradia, mas a realidade vivida no município foi bem diferente: viviam em condições insalubres e sob ameaças; não tiveram as carteiras de trabalho registradas; o salário recebido era abaixo do mínimo; e o pagamento não era feito sob o argumento de que eles tinham contraído dívida com o patrão. A situação perdurou por onze meses. Houve denúncia e cinco deles foram resgatados pela Delegacia Regional do Trabalho, uma vez que os demais haviam-se evadido do local (informação verbal)⁷⁶.

Assinalemos que, para Elias (2013), uma das característica verificada nas RPAs é a “formação de novas centralidades mediante a instalação de novos agentes econômicos, [...] locais para feiras de eventos” (p.27-28) do agronegócio. Em Alexânia identificou-se a I Exposição Agropecuária do município, realizada de 7 a 10 de setembro passado com o objetivo de incentivar, divulgar e fomentar o agronegócio local. Promovida pelo SINPRAL e pela Associação Brasileira de Criadores de Jumento pêga, contou também com o apoio do

⁷⁶Informação fornecida por “H” em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Alexânia, em setembro de 2017.

Governo Municipal, do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE Goiás).

Figura 50 - Alexânia: propriedades com reflorestamento de eucalipto.



Legenda: A), B) e C) Todos estão localizados lindeiro a GO-139 e os cultivos A e B ocorrem associados à produção de soja. **Fonte:** A autora, setembro de 2017.

A estrutura do evento contou com estacionamento externo, praça de alimentação, espaço para *shows*, área comercial e de exposição – de animais e de produtos locais –, onde os empreendedores da área rural apresentaram seus produtos.

Figura 51 - I Expoagro: Feira do Agronegócio de Alexânia.



Legenda: A) Entrada do Parque de Exposições; B) Tendas com os *stands* dos produtos da feira. **Fonte:** www.alexania.go.gov.br/. Acesso em: 24 de ago./2017.

Segundo o Vice-prefeito municipal, a iniciativa – apoiada pela prefeitura, que viabilizou a estrutura e o local –, teve o propósito de realizar uma feira de negócios, envolvendo pecuária, agricultura, artesanato e outros setores. O evento teve o apoio de

parceiros interessados em divulgar suas marcas e alavancar seus negócios e, conforme assegurou o vice prefeito, no ano seguinte será ampliado (informação verbal)⁷⁷.

Por ser a primeira feira, não houve registro do seu impacto econômico sobre o agronegócio municipal. Na visão da representação do SINPRAL, porém, a iniciativa foi positiva, tanto pelas articulações realizadas quanto pela divulgação do negócio rural do município.

3.2.1.3 AGROINDÚSTRIAS: FLUXOS E DINÂMICAS ESPACIAIS

Outra característica apontada por Elias (2013) para a caracterização das RPAs é o “aumento das verticalidades inerentes às produções agrícolas e agroindustriais hegemônicas” do agronegócio (p.27-28). Em Alexânia é possível observar a instalação de novos equipamentos agroindustriais que atuam interligados aos demais territórios produtivos do agronegócio local e regional, quais sejam: a Peixe Brasil, a UNICRIA, a granja Alexaves, a Asa Alimentos, o Engenho Mano Velho e dois alambiques que produzem cachaça artesanal. Pela narrativa anteriormente realizada, esses são os mais representativos do ramo no município, razão que justifica o registro neste estudo.

Na origem, o frigorífico Peixe Brasil deveria ter sido instalado no Distrito Industrial de Alexânia (DIAL), entretanto isso não ocorreu em virtude da oferta inadequada de água e energia. O DIAL e suas condições de funcionamento serão tratados no Capítulo IV. Em pesquisa realizada no *site* da empresa – disponível nos idiomas português, espanhol e inglês – e junto ao gestor da SEDEM, toma-se conhecimento de que a agroindústria foi fundada em janeiro de 2011 e funciona na Fazenda Agro Barça, localizada na Rodovia 139, Km 40, distante cerca de dez quilômetros da BR-060 e próxima do distrito de Olhos d’Água. O propósito da indústria de pescado é promover uma alimentação saudável, por meio da criação, processamento e distribuição de peixes e frutos do mar. Na figura 52 observa-se a estrutura do frigorífico da empresa, a partir da fachada principal.

⁷⁷Informação fornecida por “Armando Rollemberg Neto”, Vice Prefeito e Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, Turismo e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SEDEM), em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Alexânia, em setembro de 2017.

Figura 52 - Alexânia: fachada principal da agroindústria Peixe Brasil.



Fonte: Peixe Brasil, agosto de 2017.

Além de um frigorífico com capacidade de abate de 10 toneladas por turno, o empreendimento conta também com uma piscicultura integrada para realizar sua própria produção. Entretanto essa matéria prima é insuficiente pois o frigorífico funciona 24 horas, motivo por que se torna necessária a compra de pescados dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rondônia. Os principais produtos comercializados são filés de tilápia e outros pescados frescos e congelados, filés, postas e frutos do mar congelados, em embalagens e quantidades diversificadas, como se pode verificar nas ilustrações da figura 53.

A empresa gera aproximadamente trinta empregos diretos e sua estrutura atende a demanda por pescados nos estados de Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia. Nessas unidades da Federação, seus principais parceiros são os supermercados *Carrefour*, *Pão de Açúcar*, *Rio Vermelho*, *PifPaf* e *Super Maia*.

Figura 53 - Principais produtos comercializados pela agroindústria Peixe Brasil.



Fonte: Peixe Brasil, agosto de 2017.

Em pesquisa realizada sobre as exportações alexaniense identificou-se que, além da comercialização nacional, a empresa vende também para o exterior. No ano de 2016 houve a exportação de 15.972 quilos de “filés de peixes e outras carnes de peixes, frescos, refrigerados

ou congelados” com destino aos Estados Unidos da América. Esse montante representou a quantia de US\$ 101.581 dólares (IMB, 2016).

Nesse processo a BR-060 também é a principal via por onde se realiza o fluxo dessa exportação por meio do Porto Seco de Anápolis. Como bem atesta o Secretário da SEDEM, a BR-060 é o canal de ligação de Alexânia com o mundo, e toda a comercialização municipal é realizada por essa via (informação verbal)⁷⁸.

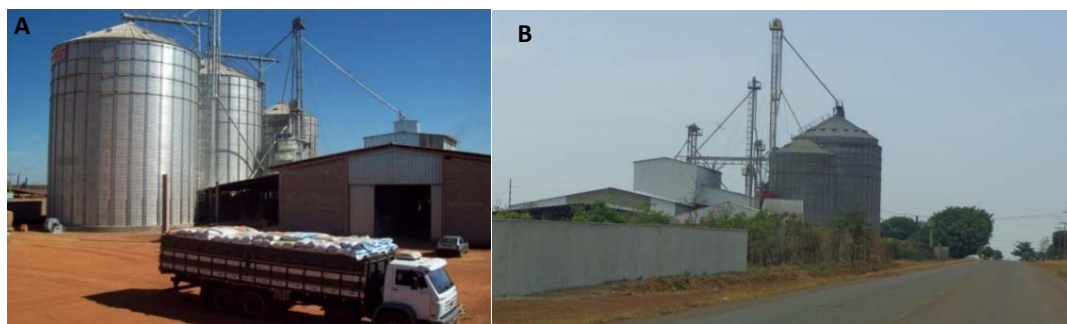
Outra importante agroindústria municipal é a Rações UNICRIA, fundada em 2001. Essa unidade produtiva encontra-se estrategicamente localizada à beira da GO-139, segundo indicado na imagem "B" da figura 54. Além da logística privilegiada, ela situa-se a menos de oito quilômetros da BR-060, o que facilita a comercialização da produção.

A empresa produz rações e suplementos, principalmente para animais destinados ao abate – bovinos, suínos e aves. As farinhas, farelos e outros insumos utilizados como base na produção da ração são adquiridos em Anápolis.

Por sua vez, o milho incorporado à ração é comprado principalmente em Alexânia. Atualmente há uma produção de 1.000 mil toneladas de ração por mês, comercializada tanto em Alexânia quanto em outros municípios goianos (informação verbal)⁷⁹.

Tem-se também a Granja Alexaves. O empreendimento funciona na Fazenda São Tomé, situada no Km 03 da rodovia GO-139, distante aproximadamente dez quilômetros da BR-060. Esta agroindústria foi fundada em julho de 1976, possui cerca de 150 empregados e produz principalmente ovos e frango.

Figura 54 - Pátio interno e lateral esquerda da estrutura da agroindústria UNICRIA.



Fonte: A) Google, ago./2017 e B) A autora, 2017.

⁷⁸Informação fornecida por “Armando Rollemberg Neto”, Vice Prefeito e Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, Turismo e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SEDEM), em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Alexânia, em setembro de 2017.

⁷⁹Informação fornecida por “Armando Rollemberg Neto”, Vice Prefeito e Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, Turismo e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SEDEM), em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Alexânia, em setembro de 2017; e por “I” em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Alexânia, em setembro de 2017.

Entretanto suas atividades econômicas secundárias são criação de galináceos, comércio varejista de hortifrutigranjeiros e comércio atacadista de aves e ovos (Guia Mais, 2017). Toda a produção segue para comercialização na Central de Abastecimento do Distrito Federal (CEASA) do Distrito Federal, por meio da BR-060 (informação verbal)⁸⁰.

Por fim, pretende-se contextualizar as cachaçarias Cambéba e DOMINISTRO. A primeira é pioneira na região e possui o alambique situado na Fazenda Brioso, lindeira à BR-060, onde está toda a estrutura necessária à produção do destilado, que vai desde o processamento da cana-de-açúcar, a sua transformação em cachaça, o envasamento e a embalagem da bebida. No local também há loja de comercialização do produto, e mais recentemente foi instalado um restaurante. A figura 55 mostra a estrutura da fazenda onde é produzida e comercializada a cachaça Cambéba.

A cana-de-açúcar para a fabricação da bebida é produzida pelo empresário. A marca é vencedora de diversos prêmios internacionais que certificam a originalidade e qualidade do destilado. Essas certificações também atestam ser 100% orgânico e artesanal todo o processo que dá origem ao destilado (informação verbal)⁸¹.

Figura 55 - Comercialização da Cachaça Cambéba.



Legenda: A) e B) Fachada e Interior da Loja; C) Principais Marcas do Destilado. **Fonte:** Furtado, 2016.

A citada fonte indicou que a plantação da cana-de-açúcar é cultivada em 45 hectares e resulta na produção de mais de 360 mil litros por ano, o que corresponde um mil litros por

⁸⁰ Informação fornecida por “Armando Rollemberg Neto”, Vice Prefeito e Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, Turismo e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SEDEM), em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Alexânia, em setembro de 2017.

⁸¹ Informação fornecida por Galeno Furtado, proprietário do Alambique Cambéba. Entrevista realizada por Edilene Américo Silva em Alexânia, 29 de ago. 2017.

dia, aproximadamente. Mas o que mais chamou a atenção é que, de toda esta produção, apenas 5% são vendidos no Brasil, enquanto os outros 95% são exportados para Miami, nos Estados Unidos, de onde segue para comercialização em outros países. A exportação se realiza pela BR-060, através do Porto Seco em Anápolis.

A outra cachaçaria é a DOMINISTRO, produzida por um ministro aposentado, motivo de que se origina o nome da marca. Essa cachaça artesanal também é derivada da cana-de-açúcar orgânica cultivada em uma área de cerca de nove hectares, que resulta na produção de mais de 35 mil litros de bebida por ano (Correio Brasiliense, 2014). A marca também já é vencedora de prêmio nacional, e a comercialização ocorre em uma loja própria situada na área central de Alexânia, lindeira à BR-060. Na visita ao local foi informado que mais de 90% da produção é vendida para clientes que transitam na BR-060. Na figura 56, observa-se a fachada e o interior da loja e as principais marcas comercializadas no local.

Figura 56 - Comercialização da Cachaça DOMINISTRO.



Legenda: A e B) Fachada e Interior da Loja; C) Principais Marcas do Destilado. **Fonte:** A e B - A autora, ago./2017; C – material de propaganda da empresa, ago./2017.

Pelo exposto acima, afirma-se que as atividades do agronegócio são hegemônicas nos circuitos de economia agrária no município de Alexânia. Entretanto, essa constatação não elimina a existência de superposições de divisões territoriais do trabalho particulares, como bem afirma Elias (2013). Nesse sentido, o tópico a seguir vem dialogar justamente com essa afirmação. Trata-se da agricultura camponesa (Elias, 2013), que, não obstante o pouco apoio estatal, tem-se mantido e estabelecido arranjos produtivos e de comercialização que permitem a sua continuidade, até os dias hodiernos, e resistência frente à expansão do agronegócio no município.

3.2.2 A AGRICULTURA FAMILIAR: OS TERRITÓRIOS E AS CONEXÕES ESPACIAIS

Para Elias (2013), o “fato de os circuitos superiores do agronegócio serem hegemônicos nas RPAs não elimina a existência de superposições de divisões territoriais do trabalho particulares [...], tais como os formados a partir da agricultura camponesa não integrada ao agronegócio” (p. 155). Partindo desta afirmação, é importante situar agora a produção camponesa e suas articulações no contexto municipal e regional.

Os trabalhadores deste ramo produtivo se organizam por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alexânia (STTRA), que existe desde 1982 e possui sede própria, conforme ilustração da figura 57.

Figura 57 - Fachada do Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Alexânia.



Fonte: A autora, 2017.

O número total de sindicalizados é de 5.028, entretanto foi alertado quanto a inconsistência desse dado, em virtude de os cadastrados frequentemente deixarem de atualizar a sua situação caso venham a deixar de produzir. Além disto, como eles podem produzir e comercializar sem obrigações jurídicas e financeiras junto ao sindicato, tem-se mais uma situação que não auxilia na manutenção de um cadastro atualizado (informação verbal)⁸².

A citada fonte relatou também que em 2016 havia 1.800 sítios e chácaras de propriedade desses sindicalizados e que elas estavam concentradas principalmente nas comunidades de Alvorada, Igrejinha, Serra do Ouro e do distrito de Olhos d'Água (conforme observado na figura 34 (Uso do território pela agricultura no município de Alexânia, em 1985).

⁸²Informação fornecida por representação do STTRA em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Alexânia, em setembro de 2017.

3.2.2.1 OS PRINCIPAIS PRODUTOS E A COMERCIALIZAÇÃO

Os principais cultivos originados dos territórios da agricultura camponesa são: maracujá, quiabo, banana, tomate de mesa, mandioca, feijão, batata doce, milho, mexerica, laranja, melancia, pimentão, pimentas, cebola, jiló, pepino, maxixe e hortaliças. As folhagens são produzidas em abundância, e há também o cultivo de cogumelos embora este seja pouco representativo. O fato é que, em não havendo o registro do quantitativo produzido pelos grupos familiares, a produção de algumas dessas culturas é contabilizada pelos órgãos oficiais no total da produção municipal, conforme já foi indicado no quadro 10.

Quanto à pecuária, na produção destaca-se a criação de suínos, galinhas (voltadas ao abate e à produção de ovos) e gado bovino, este último destinado prioritariamente ao abastecimento das famílias. Foi destacado que a criação de bovinos, antes muito forte entre os pequenos produtores, caiu consideravelmente, pois, no atual contexto produtivo regional, tornou-se muito cara a criação, frente ao controle sanitário, que estabelece um protocolo economicamente inviável para o pequeno agricultor. As normatizações estabelecidas pelo governo resultam da lógica do capital (SANTOS, 2012b), a quem interessa o controle do processo produtivo. O quantitativo produzido pelas famílias também se dilui na contagem realizada pelos órgãos oficiais.

Na divisão territorial do trabalho, esse grupo participa da produção voltada à demanda do município e do Distrito Federal. Parte da produção é para autossustento. O excedente segue para comercialização, pelos próprios produtores, majoritariamente em um dos pontos a seguir: na Feira do Produtor, de porta em porta, na CEASA de Brasília e para fornecimento da merenda escolar da rede pública de ensino básico. Alguns agricultores disseram utilizar todos esses canais de comercialização, e outros disseram utilizar apenas um deles.

A Feira do Produtor, que ocorre desde 1987, é realizada semanalmente, sempre aos domingos. O espaço físico corresponde a um mercado, de estrutura física modesta, localizado em frente a BR-060, na área central da sede municipal. A estrutura desse espaço já não comporta todos os comerciantes, o que resulta na dispersão de dezenas de tendas montadas do lado de fora do mercado, conforme mostram as imagens A, B e C da figura 58.

Todos os comerciantes são majoritariamente alexanienses e encontram nesse local o maior canal de escoamento dos seus produtos. No local também são vendidos hortifrutigranjeiros, lanches, refeições, leite e seus derivados e também produtos industrializados, roupas e artigos de higiene pessoal.

Nas imagens D e E observam-se a estrutura interna do mercado e o consumo de alimentos, enquanto nas ilustrações F, G e H tem-se o comércio de: verduras frutas e legumes; leite e derivados; farinhas, ovos, temperos e buchas – respectivamente.

Outras formas de comercialização relatada pelos produtores é a venda de porta em porta – considerada não ser uma boa opção porque às vezes não vende nada – e a entrega direta, sob encomenda, aos supermercados locais.

Alguns produtores que vendem no mercado também entregam seus produtos diretamente a atravessadores, que comercializam essa produção em outras feiras do Distrito Federal. E aqueles produtos que se destacam em quantidade produzida – quiabo, maracujá e banana –, seguem para comercialização na CEASA em Brasília.

Outra possibilidade de comercialização dos alimentos originados da agricultura familiar se concebe com a Prefeitura municipal para o fornecimento da merenda escolar dos alunos da rede pública municipal de educação.

Figura 58 - Alexânia: Feira do Produtor Familiar.



Legenda: A), B), e C) Comercialização na parte externa do Mercado; D) e E) Comercialização de alimentos dentro do Mercado; F), G) e H) Comércio de verduras, frutas, legumes, leite e derivados, farinhas, ovos, verduras e buchas. **Fonte:** A autora, setembro de 2017.

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, estabelece que, do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar (Governo Federal, 2017).

Resultante desta normativa, a Prefeitura de Alexânia compra produtos da agricultura familiar por meio de chamada pública. A mais recente foi a de nº 001/2017, realizada em janeiro do corrente ano, que previa a aquisição dos produtos relacionados na tabela 4.

Tabela 4 - Lista de gêneros alimentícios comprados à agricultura familiar para a merenda escolar em Alexânia.

Produto	Unidade	Quant.	Produto	Unidade	Quant.
Abóbora cabutiá	Kg	920	Brócolis	Unidade	160
Abobrinha verde	Kg	380	Cenoura	Kg	1.450
Alface	Pé	210	Cheiro verde	Maço	170
Batata doce	Kg	630	Couve flor	Unidade	160
Beterraba	Kg	1.080	Couve manteiga	Maço	210
Mandioca	Kg	2.660	Milho verde em espiga	Espiga	15.180
Maracujá	Kg	940	Melancia	Kg	3.580
Mexerica pocan	Kg	3.580	Rapadura de cana (25g)	Unidade	384

Fonte: Prefeitura Municipal de Alexânia, 2017. **Elaboração:** A autora, 2017.

Excetuando-se essa parceria, foi indicada a falta de apoio do poder público municipal à produção agrícola familiar do município (informação verbal)⁸³. Observou-se que aproximadamente 1/3 das bancas da feira, situadas na parte interna do mercado, são destinadas à comercialização de produtos industrializados. Ao serem indagados sobre este aspecto, os agricultores responderam ser a feira de hoje bem menor do que a do passado. Nos dias hodiernos há bem menos agricultores produzindo e vendendo na Feira do Produtor, o que resulta no aumento da quantidade de produtos industrializados nas bancas internas do mercado.

No tópico a seguir serão contextualizados os principais efeitos resultantes do desenvolvimento das atividades do agronegócio em Alexânia. Entretanto, essa discussão extrapola este capítulo e se estenderá também ao Capítulo V, visto que a reconfiguração do território municipal alexaniense resulta também de outras dinâmicas econômicas associadas ao agronegócio.

⁸³Informação fornecida por “H” em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Alexânia, em setembro de 2017.

3.3 OS EFEITOS RESULTANTES DO AGRONEGÓCIO EM ALEXÂNIA

Pelo exposto, pôde-se verificar os ramos produtivos do agronegócio e suas interrelações espaciais no território municipal. Esta atividade tem se expandido tanto em termos horizontais – pela produção de grãos, cana-de-açúcar, eucalipto, carne bovina, leite, granja de galináceos e suínos – quanto em termos verticais – pela presença das agroindústrias já citadas. A figura 59 apresenta um perfil latitudinal do relevo do município de Alexânia, no qual foram inseridos os principais usos nos territórios tanto do campo quanto da cidade.

Um dado que chama a atenção faz referência à expansão da mancha urbana municipal em direção ao distrito de Olhos d'Água, cujo adensamento se estende ao longo da rodovia GO-139. Essa área é caracterizada pela presença majoritária dos territórios produtivos do agronegócio municipal, e as estruturas e os fluxos resultantes da expansão urbana da sede municipal já resultam em conflitos de interesses quanto à supremacia de alguns interesses em detrimento de outros. Há de se registrar que a expansão de condomínios residenciais de alto e médio padrão está concentrada nessa área, conforme indicado na figura abaixo.

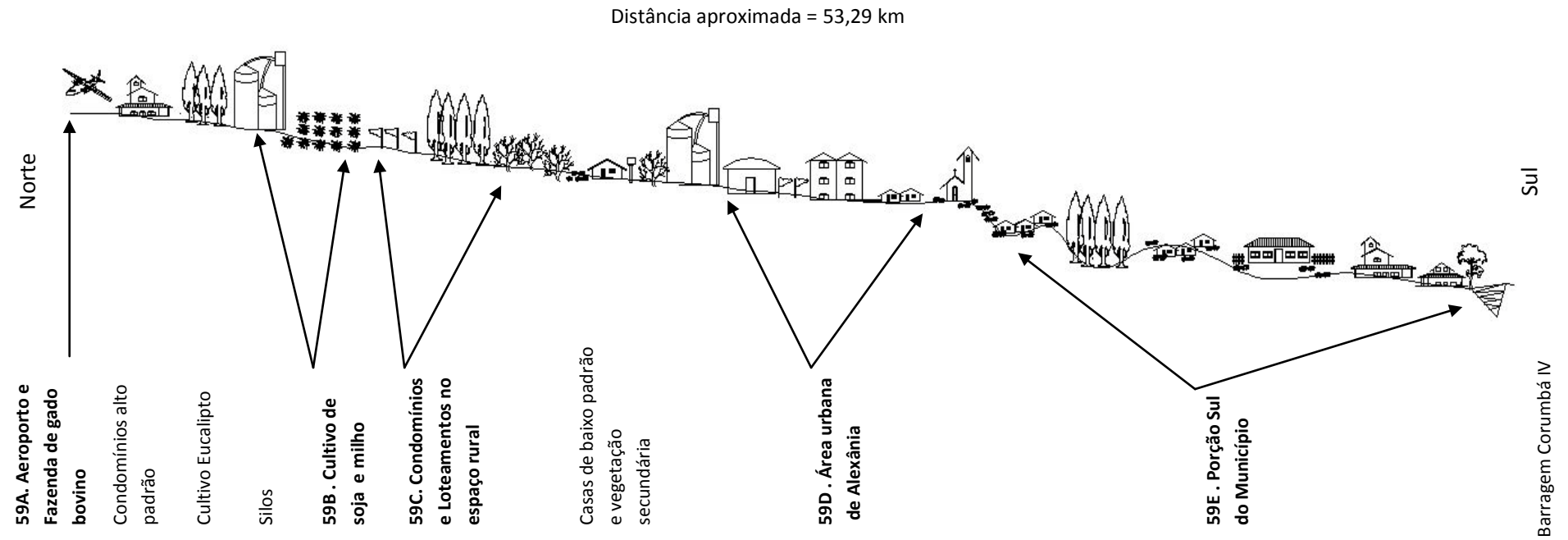
Quanto às dinâmicas e fluxos resultantes do agronegócio, verificou-se a existência de complexa rede de relações, de fluxos e de dinâmicas espaciais entre os territórios produtivos locais e os regionais, nacional e global, o que indica que o município se insere na divisão regional, nacional e internacional do trabalho por meio destes complexos produtivos. Essa rede se estabelece pela materialidade da BR-060, que captura o território municipal com a finalidade de atender as demandas estabelecidas pela lógica do agronegócio estadual, nacional e internacional.

Relativamente aos efeitos resultantes do desenvolvimento da atividade, é importante o registro de alguns depoimentos obtidos durante a realização deste estudo. Uma dificuldade vivenciada pelos pequenos produtores rurais alexaniense refere-se à propagação descontrolada de doenças sobre alguns cultivos tradicionais orgânicos.

Houve relato de que, mesmo que não haja adesão ao uso de agrotóxico pelo produtor familiar, agora está quase impossível produzir sem utilizar algum tipo de veneno, pois as pragas e doenças aumentaram tanto que força o agricultor a ter de utilizar algum daqueles produtos. Além da contaminação, o uso do produto resulta também no encarecimento da produção final (informação verbal)⁸⁴

⁸⁴ Informação fornecida por “B” em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Alexânia, em setembro de 2017.

Figura 59 - Perfil latitudinal do relevo no município de Alexânia - Goiás (2016).



Legenda: 59A) Vista aérea de fazenda bovina; 59B) Cultivo de soja e milho com silo para armazenagem de grãos; 59C) Condomínio de alto padrão habitacional em área rural; 59D) Núcleo urbano de Alexânia. 59E) Porção sul do município. **Fonte:** 59A) Google, janeiro de 2016; 59B) a 59E) A autora, julho de 2016

Este cenário é associado ao uso permanente de agrotóxicos pelas grandes propriedades rurais vizinhas, prática que resulta na propagação e no aparecimento de novas pragas e no aumento da resistência dessas doenças aos produtos menos potentes.

A mesma fonte relatou, igualmente, que trabalhou por quase dez anos em fazendas do agronegócio, nos cultivos de tomate e nos de soja. Nessas atividades, tinha de manipular agrotóxico no trabalho cotidiano de manutenção das lavouras. Então, ao final de quase uma década estava com a saúde comprometida, pois havia desenvolvido severos problemas estomacais, respiratório e de pele. Ao procurar o serviço médico foi constatada a sua contaminação por agrotóxicos. Nessa oportunidade, o médico o orientou a mudar de profissão, uma vez que a permanência nos serviços das lavouras só iria agravar seu quadro de saúde. À época esse trabalhador tinha 32 anos e de fato conseguiu recolocar-se no mercado de trabalho, na condição de pequeno empresário que atualmente produz e comercializa artesanatos.

Os depoimentos desta fonte indicaram que é crescente o número de trabalhadores dos mencionados cultivos que precisam abandonar a profissão em virtude de problemas de saúde, o que leva à conclusão de que o uso intenso dos agrotóxicos necessários à produção, muitas vezes aplicados sem o uso dos equipamentos de segurança obrigatórios, é o responsável pela contaminação dessas pessoas.

Outro depoimento obtido refere-se ao processo de expropriação de terras para a constituição de uma grande propriedade de gado bovino no município. A constituição do que é hoje esse latifúndio resultou do somatório de terras de dezenas de pequenas propriedades rurais pertencente a famílias que viviam da agropecuária de autossustento. O empresário rural comprou algumas dessas propriedades, estrategicamente bem situadas, e para expandir o domínio do latifúndio deu início a um severo processo de perseguição, ameaças e impedimento de acesso às terras por meio das estradas tradicionalmente utilizadas pelos camponeses (informação verbal)⁸⁵.

Esse processo durou alguns anos e resultou na venda das pequenas propriedades ao latifundiário e na mudança das famílias para a área urbana da sede municipal. A citada fonte indicou ainda que essa situação causou doenças, como a depressão, em muitos agricultores que não conseguiram reinserir-se no mercado de trabalho. Anteriormente, essas famílias forneciam leitões, galinhas caipiras, hortaliças e frutas regionais a alguns restaurantes do município.

⁸⁵ Informação fornecida por “L” em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Alexânia, em setembro de 2017.

Já as mudanças verificadas na porção sul do município, decorrente de dinâmicas reestruturadoras regionais, resultaram em limitação de acesso ao uso da água, desarticulação dos arranjos produtivos da agricultura camponesa, êxodo rural e transformação da estrutura fundiária e das relações de produção.

As discussões deste capítulo apontaram as grandes iniciativas do Estado na constituição das condições materiais para a expansão do agronegócio goiano. Verificou-se o processo de conformação regional a partir dos processos de acumulação capitalista constituídos pelos territórios produtivos do agronegócio goiano interligados pelos fluxos da BR-060. As dinâmicas regionais resultantes dos fluxos dessa rodovia resultam em rebatimentos locais que reconfiguram o território municipal de Alexânia.

Por seu turno, os territórios do agronegócio municipal são articulados por dinâmicas interescares e promovem efeitos espaciais que causam diversas desordens socioambientais. Entretanto, verificou-se que há outras dinâmicas econômicas, além do agronegócio, que ocasionam a reconfiguração territorial municipal. Quais são elas? Como elas se materializam? Que fluxos elas estabelecem? Quais são seus efeitos sobre a reconfiguração do território municipal? Estas são algumas das questões a serem respondidas a seguir.

CAPÍTULO IV - ALEXÂNIA: OUTROS VETORES, NOVAS DINÂMICAS ECONÔMICAS, NOVOS PROCESSOS DE RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL

Os trabalhos de campo indicaram que indústria de bebidas, o *Outlet*, o Distrito Agroindustrial de Alexânia (DIAL), a UHE Corumbá IV estão instalados em territórios específicos do município de Alexânia que foram capturados pelos fluxos da BR-060, de forma seletiva e excludente. O processo de construção e consolidação desta rodovia reside no contexto de integração do país pelas rodovias e no âmbito da modernização territorial de Goiás pelo agronegócio. Entretanto, essa estrada tem conduzido a novos circuitos espaciais de produção multicorporativa, do território municipal, que leva à geração de “novas centralidades mediante a instalação de novos agentes econômicos e de grandes equipamentos urbanos” (Elias, 2013, p. 28) nos territórios por ela influenciados. Essa realidade é verificada em espaços lindeiros à rodovia, no município em estudo.

Essa realidade materializa-se nos usos territoriais representados pela Cervejaria *Heineken*, pelo *Outlet Premium Brasília*, pelo DIAL, pelo lago da UHE Corumbá IV, pelo aquecimento do setor imobiliário, pela rede bancária e de serviços instalada na sede municipal. Esses empreendimentos, desde a implantação ao pleno funcionamento, recebem amplo apoio do poder público municipal. Essas estruturas estão integradas à economia regional, nacional e mundial por meio dos fluxos da BR-060. A conexão (sujeição) destes territórios aos fluxos desta rodovia resulta na ruptura de processos e arranjos espaciais precedentes e na consequente reconfiguração territorial municipal.

Destarte, o presente capítulo pretende realizar uma discussão sobre as repercussões dos novos vetores econômicos na reconfiguração alexaniense, buscando analisar quais os sentidos destas estruturas no contexto econômico do município e como contribuem para a reconfiguração do território municipal. Com esse propósito, se buscará responder as seguintes questões: Como se verifica o uso do território por estas atividades e quais os fluxos e as dinâmicas espaciais realizados a partir do seu desenvolvimento? Quais os efeitos resultantes? Estas são algumas questões que se buscará responder neste capítulo.

Outro elemento a ser considerado é que a BR-060, enquanto rede técnica, tem contribuído para a produção de um espaço desigual em Alexânia. Se por um lado ela integra aqueles territórios de forte dinamismo econômicos acima indicados, por outro ela exclui outros territórios alexanienses, por meio da desintegração das práticas socioculturais, desarticulação das divisões do trabalho tradicional e concentração dos benefícios gerados

pelo capital que circula na via. Destarte, o cenário municipal como resultante dos fluxos da BR-060 é constituído por espaços desiguais e excludentes.

4.1 A DINÂMICA ECONÔMICA DA INDÚSTRIA E DOS SERVIÇOS

Para abrir a discussão é importante uma breve contextualização do dinamismo econômico decorrente do crescimento dos setores industrial e de serviços, dos quais são representativos a cervejaria *Heineken*, o *Outlet Premium* Brasília, o DIAL e o lago da UHE Corumbá IV. As repercussões econômicas resultantes destes fixos geram fluxos que fortalecem os setores imobiliário, comercial, bancário e de serviços instalados na sede municipal.

O peso da cervejaria *Heineken* sobre o PIB industrial do setor mostra um crescimento econômico considerável representado por esta planta industrial. No período compreendido entre 2003, ano em que entrou em funcionamento a cervejaria, e 2011, ano de ampliação da indústria, comprada pela Brasil Kirin, o PIB do setor teve crescimento. Em 2003 o PIB foi R\$ 31,999 mil e em 2011 subiu para R\$ 96,906 mil, ou seja, uma variação positiva de 202,84%, o que evidencia o peso dessa estrutura na economia municipal.

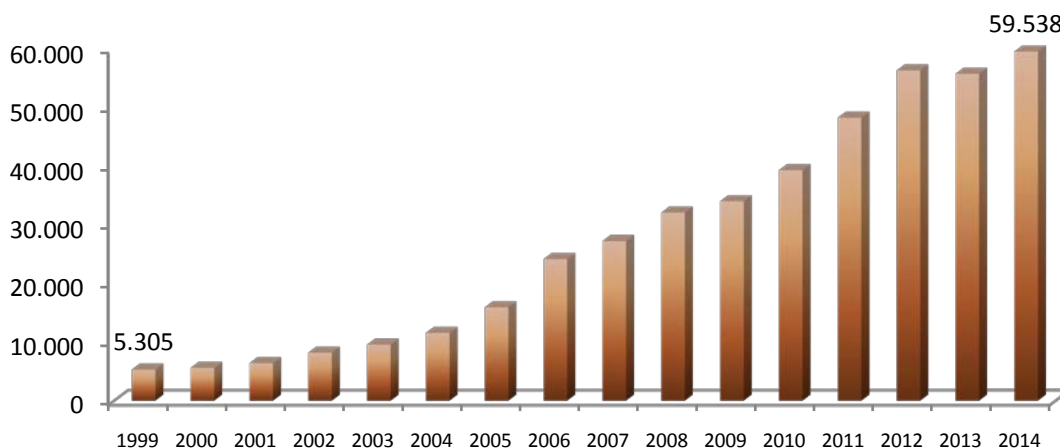
A respeito da importância crescente do setor industrial em Alexânia, observe-se a afirmação de que “por muito tempo a economia de Alexânia era baseada apenas na agropecuária. Agora, o município está se tornando [...] um importante polo industrial, recebendo, cada vez mais, pequenos, médios e grandes empreendedores que acreditam e investem na região” (informação verbal)⁸⁶.

Outro empreendimento que tem contribuído para o aumento das receitas orçamentárias recolhidas aos cofres públicos municipais é à construção da UHE Corumbá IV, que entrou em operação em 2006. Esse empreendimento trouxe mudanças na destinação do solo na porção sul de Alexânia, uma vez que a área de influência direta do lago passou a ser comercializada como espaço de lazer e descanso. Ao entrar em operação, a usina propiciou aos cofres municipais valores consideráveis de *royalties*, assunto a ser discutido mais a frente. O fato é que estes empreendimentos associados contribuíram para o aumento da arrecadação municipal.

⁸⁶Informação fornecida por Nilta Gonçalves, Secretária Municipal de Indústria e Comércio, em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Alexânia, em novembro de 2015.

Entre 1999 e 2014, as receitas orçamentárias recolhidas aos cofres públicos variaram positivamente em 1.022,30%, conforme os dados da figura 60 que expressa a representação do crescimento das receitas municipais em um período de 16 anos. Observar que nesse período a tendência foi sempre de crescimento da arrecadação.

Figura 60 - Receitas orçamentárias de Alexânia (R\$ Mil), recolhidas aos cofres públicos no período de 1999 a 2014.



Fonte: IMB, acesso em set./2017. **Elaboração:** A autora, 2017.

Contudo, a elevação do PIB industrial chama a atenção principalmente a partir de 2003. Nesse ano, entrou em funcionamento a planta industrial da cervejaria paulista Schincariol, fato que gerou aumento significativo da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Tal fato também repercutiu na elevação do PIB total municipal, que entre 2002 (R\$ 71.512,00) e 2003 (R\$ 139.302,00) teve uma variação de 94,80% para mais (conforme observado na figura 33 do Capítulo III).

Em 2005 deu-se a inauguração do DIAL e a criação da Lei de Incentivos Fiscais municipal. Esses dois eventos também repercutiram na variação e composição setorial do PIB do município e ocasionou, entre os anos de 2004 e 2005, uma elevação de 25,49% do PIB total a preços correntes, como indicado na mencionada tabela apresentada no Capítulo III.

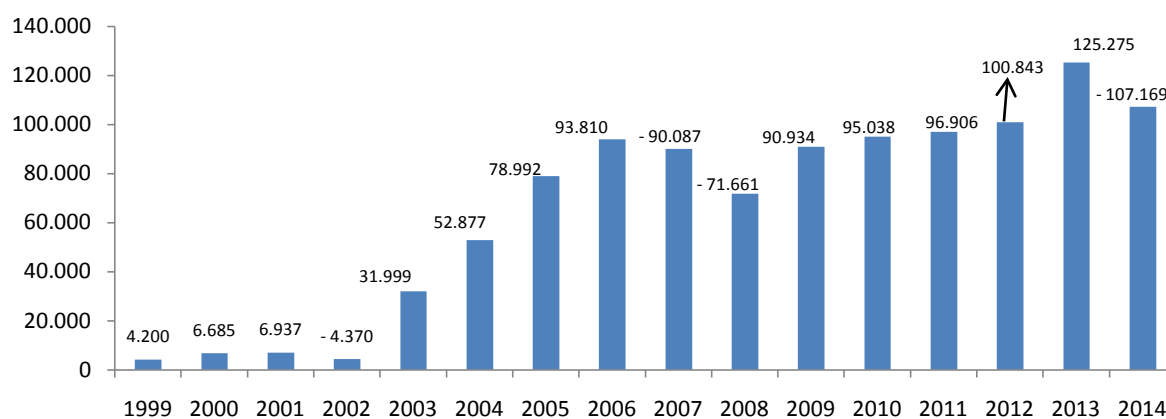
Em 2011 a empresa japonesa *Kirin Holdings Company* passou a ser sócia majoritária da Schincariol e investiu na modernização e ampliação econômica da indústria, elevando assim os níveis de produtividade local. Tal fato também repercutiu na variação do PIB municipal, que cresceu 29,69% entre os anos de 2011 e 2012.

Em julho de 2012 foi inaugurada e passou a operar a planta comercial do *Outlet Premium Brasília* (General Shopping, 2017), que veio a se consolidar nos dois anos seguintes (informação verbal)⁸⁷. Esse evento repercutiu na variação do PIB do setor, que cresceu 29,27% no período de 2011 a 2013.

Esses crescimentos econômicos, sugeridos pela elevação do PIB industrial, acarretam a necessidade de uma avaliação mais detalhada dos processos resultantes sobre a reconfiguração do território municipal. Assim, serão discutidas as variações do PIB, por setores econômicos, oportunidade em que se buscará associar a instalação de novas estruturas e serviços à sua conseqüente repercussão no crescimento econômico municipal. Este, por seu turno, contribui decisivamente para a atração de novos investimentos da iniciativa privada a serem implantados no território alexaniense e para as iniciativas municipais em apoio à expansão desses negócios.

O PIB industrial a preços correntes, no município em estudo, comportou-se com consideráveis variações entre os anos de 1999 e 2014, período em que cresceu 2.451,64%. A figura 61 apresenta a evolução do PIB da indústria a preços correntes e indica o respectivo valor em cada ano.

Figura 61 - Alexânia: evolução do PIB da indústria a preços correntes (em mil R\$) no período de 1999 a 2014.



Fonte: IBGE, acesso em ago./2017. **Elaboração:** A autora, 2017.

A intenção da apresentação dos dados de 1999 é justamente para se ter um comparativo do papel de algumas indústrias e sua relação direta com a elevação do PIB setorial. Esse índice vinha apresentando baixa variação de crescimento no período de 1999 até 2002 e nesse último ano exibiu crescimento negativo de 37,0% em relação ao ano

⁸⁷ Informação fornecida por Nilta Gonçalves, Secretária Municipal de Indústria e Comércio, em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Alexânia, em novembro de 2015.

anterior. Trabalho de campo indicou que essa queda resultou do fechamento de inúmeras indústrias de móveis rústicos, em decorrência da grave crise ocorrida no fornecimento de energia elétrica em 2001.

Entretanto, o cenário de crescimento do setor industrial modifica-se a partir de 2003 em consequência da instalação da indústria de bebidas de marca nacional, que contribuiu para a elevação do PIB industrial a preços correntes em 632,24%, em relação a 2012.

A tabela 5 apresenta a taxa de crescimento do PIB a preços correntes do setor industrial. Nela é possível observar que houve crescimento negativo nos anos de 2002, 2007, 2008 e 2014, em relação aos seus respectivos anos anteriores. As pesquisas de campo indicaram respostas a uma das retrações. Nos anos de 2007 e 2008 o episódio que gerou crescimento negativo refere-se à suspeita de sonegação de impostos federais pela empresa. Tal episódio resultou na prisão de importantes dirigentes do grupo Schincariol e gerou impacto negativo na produção da empresa (G1.Globo, 2017).

Tabela 5 - Evolução do PIB da indústria a preços correntes (em mil R\$) em Alexânia no período de 1999 a 2014.

Distrito	Produto Interno Bruto da Indústria a preços correntes (R\$ mil)	
	Total	Taxa de Crescimento
1999	4.200	-
2000	6.685	59,17%
2001	6.937	3,77%
2002	4.370	-37,00%
2003	31.999	632,24%
2004	52.877	65,25%
2005	78.992	49,39%
2006	93.810	18,76%
2007	90.087	-3,97%
2008	71.661	-20,45%
2009	90.934	26,89%
2010	95.038	4,51%
2011	96.906	1,97%
2012	100.843	4,06%
2013	125.275	24,23%
2014	107.169	-14,45%
Total	1.057.783	-

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007, Censo Demográfico 2010. Nota: Os dados da série encerrada (1999 a 2012) têm como referência o ano de 2002. **Organização:** A autora, 2017.

A seguir serão discutidas e analisadas as dinâmicas econômicas geradas pela efetivação destes empreendimentos e suas repercussões no crescimento do PIB do município.

4.1.1 A INDÚSTRIA DE BEBIDAS

Conforme já citado, a partir de 2003, no núcleo urbano de Serra do Ouro, passou a operar a planta industrial da então cervejaria do grupo Schincariol (figura 62). A origem dessa fábrica de bebidas é Itu, cidade do estado de São Paulo onde foi fundada em 1939 e onde permaneceu localizada a matriz até 2013 (Brasil Kirin, 2017).

Na época de sua instalação em Alexânia, era o terceiro maior fabricante de cerveja do país, com um total de 13 fábricas espalhadas no território nacional (Valor Econômico, 2013). Em Alexânia, no ano de 2003, a produção da indústria de cerveja causou considerável crescimento econômico, em razão de sua elevada participação na economia municipal. O PIB industrial de 2003, em relação ao de 2002, aumentou mais de seis vezes, ou seja, a cervejaria, já no primeiro ano de operação, fez o PIB municipal crescer 632,24%. Pelo exposto, constata-se que esta atividade industrial dinamizou significativamente a economia municipal.

Figura 62 - A então indústria de cerveja Schincariol.



Fonte: Google, julho de 2017.

A perspectiva de crescimento desse empreendimento permaneceu nos anos seguintes, e, em 2011, a empresa japonesa *Kirin Holdings Company* adquiriu o controle acionário da Schincariol, que passou a denominar-se Brasil Kirin. Com sede no Japão, essa multinacional é um dos maiores grupos de bebidas do mundo e está presente em mais de 15 países. Até dezembro de 2013, as 270 empresas espalhadas pelo mundo contavam com aproximadamente 46 mil funcionários (Brasil Kirin, 2017). Identifica-se, portanto, o capital global em reprodução no território alexaniense. Observar a figura 63, com a nova placa da Brasil Kirin.

Em 2011, o PIB industrial alexaniense só cresceu 1,97% em relação ao ano anterior. Tal comportamento pode ser resultante do processo de negociação e venda da cervejaria, o que pode ter gerado desaceleração momentânea da sua produção.

Figura 63 - A então indústria de cerveja Brasil Kirin, com planta ampliada.

Fonte: Google, junho de 2017.

A estrutura de produção da Brasil Kirin, no Brasil passou a abranger 13 unidades fabris, localizadas em 11 estados: Manaus (AM), Benevides (PA), Caxias (MA), Horizonte (CE), Alagoinhas (BA), Recife e Igarassu (PE), **Alexânia (GO)**, Blumenau (SC), Igrejinha (RS), Cachoeiras de Macacu (RJ), Campos do Jordão e Itu (SP). Todas essas cidades possuem menos de 200 mil habitantes (Brasil Kirin, 2017).

Segundo dados da empresa (2017), o total de trabalhadores no país era de 22.432 mil pessoas, das quais 10.929 (2012) e 11.503 (2013) eram do sexo masculino e feminino, respectivamente. A tabela 6 expressa o quantitativo de trabalhadores da cervejaria Brasil Kirin no país, com especificação do total por sexo e região.

Tabela 6 - Total de Funcionários da Brasil Kirin no Brasil, por região: 2012 e 2013.

Região	2012		2013	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Norte	46	18	382	68
Centro-Oeste	606	67	616	63
Sul	1.094	159	1.175	163
Nordeste	3.269	403	3.871	409
Sudeste	4.389	878	3.843	913
TOTAL POR SEXO	9.404	1.525	9.887	1.616
TOTAL	10.929		11.503	

Fonte: Site da Brasil Kirin, ago./2017.

Os dados referentes à região Centro-Oeste correspondem à filial localizada no município de Alexânia. Em 2012, dos 10.929 empregos ofertados pela empresa no país, 6,16% ficaram nesse município. Já em 2013, embora esse percentual tenha caído para 5,90% do total de empregos, o número das vagas ofertadas em Alexânia alcançou uma variação de 0,9% para mais.

Em 2012 a Brasil Kirin contemplava 1,6 mil embarques mensais de transferência interna, entre as fábricas, com perspectiva de avanço em 2013 quando testou a primeira

carga de Itu para Alexânia, por via ferroviária através de Anápolis. O saldo foi o crescimento de suas vendas no país, resultante da estratégia interna de aumento do consumo por meio da ampliação de sua logística (Valor Econômico, 2013). Esse aumento repercutiu no elevação do PIB do setor no município em estudo.

Segundo a citada fonte, em consequência da ampliação do mercado consumidor decorrente da ampliação da logística, em 2013 a empresa já contava com uma base logística de 18 centros de distribuição próprios e 195 revendas que respondiam pelo atendimento a mais de 600 mil pontos de venda em todo o Brasil. Nesse período, o portfólio da companhia se organizava em duas categorias, produtos alcoólicos e não alcoólicos, em embalagens descartáveis e/ou retornáveis. Os primeiros eram representados por diversas marcas de cervejas, enquanto o segundo grupo era constituído por água, suco, refrigerante e energético. No mesmo ano de 2013, o somatório das vendas da Brasil Kirin em todo o país resultou no recolhimento de aproximadamente R\$ 3,3 bilhões em Impostos sobre Vendas, tanto próprios quanto referentes à antecipação de impostos sob sua responsabilidade. Esse acréscimo também repercutiu no PIB municipal alexaniense.

Em pesquisa realizada em 2016 identificou-se que a indústria era responsável pela produção de cervejas, água e refrigerantes consumidos principalmente nas cidades de Brasília, Anápolis e Goiânia. No mencionado ano, a unidade fabril de Alexânia tinha capacidade de produção de 1,5 milhão de hectolitros de cerveja e 500 mil hectolitros de refrigerante por ano (SILVA e ARAÚJO SOBRINHO, 2016).

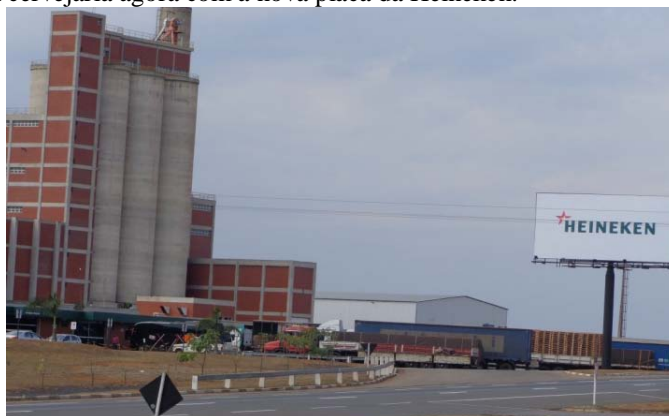
Em que pese o processo de expansão da cervejaria e a busca pelo aumento do mercado consumidor continuarem em desenvolvimento, em abril do corrente ano de 2017 a Brasil Kirin e a *Heineken* iniciaram negociações para a venda da primeira. O negócio foi fechado e desde julho a holandesa *Heineken* assumiu a antiga fábrica Brasil Kirin. A figura 64 apresenta as instalações da fábrica de cerveja já com a nova marca.

A *Heineken* é uma fabricante global de cervejas comercializadas em mais de 192 países, em todos os continentes (*Heineken* Brasil, 2017). No Brasil, onde responde hoje por mais de 10 mil empregos, a *Heineken* Brasil se estabeleceu definitivamente em maio de 2010, com a aquisição da FEMSA Cerveja, indústria mexicana no Brasil, e em 2015 já era a terceira colocada no *ranking* das maiores cervejarias do país.

Após a compra da Brasil Kirin, a *Heineken* tem realizado um processo de modernização da estrutura industrial, com fins de torná-la ainda mais competitiva

(informação verbal)⁸⁸. A cervejaria possui um total de 16 fábricas nas seguintes cidades: Alagoinhas (BA), **Alexânia (GO)**, Araraquara (SP), Benevides (PA), Blumenau (SC), Campos de Jordão (SP), Caxias (MA), Horizonte (CE), Igarassu (PE), Igrejinha (RS), Itu (SP), Jacareí (SP), Manaus (AM), Pacatuba (CE), Ponta Grossa (PR) e Recife (PE), com capacidade total produtiva de 38 milhões de hectolitros. Essas fábricas geram mais de 10 mil empregos no país (*Heineken Brasil, 2017*).

Figura 64 - A cervejaria agora com a nova placa da Heineken.



Fonte: A autora, 2017.

Cada unidade é responsável pela produção de um *portfólio* específico, segundo o planejamento nacional da empresa. No *portfólio* da *Heineken Brasil* de Alexânia consta a produção de cervejas (em lata), água (PET) e refrigerantes (em lata e PET).

De acordo com informações da própria empresa

Em 2017, com a aquisição da Brasil Kirin, a HEINEKEN Brasil tornou-se o segundo *player* no mercado brasileiro de cervejas e passou a ter, em seu portfólio, bebidas não alcoólicas. Com sede em São Paulo, a HEINEKEN Brasil é subsidiária da Heineken NV, uma das maiores cervejarias do mundo e a maior cervejaria da Europa. (*Heineken Brasil, 2017*).

Essa produção abastece as cidades de Brasília, Anápolis e Goiânia, onde estão os principais entrepostos a partir dos quais o produto segue para outros pontos de comercialização na região. A distribuição da produção se realiza por meio da BR-060, rodovia igualmente utilizada para o transporte de toda a estrutura e equipamentos que hoje constituem a fábrica.

⁸⁸Informação fornecida por “K” funcionário da cervejaria *Heineken*, em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Alexânia, em agosto de 2017.

O número de trabalhadores da unidade de Alexânia alcança o total de 250. Destes, dois terços residem em Alexânia (200 pessoas) e os demais, 50 pessoas, residem em Anápolis. Ademais, dos residentes em Anápolis, 25 pessoas, ou seja, 50%, migraram de outros estados do Brasil, de que São Paulo é um exemplo. A fábrica dispõe de serviço para o transporte de seus trabalhadores, tanto para os que residem em Alexânia quanto em Anápolis.

No que diz respeito à idade dos trabalhadores, 37% têm menos de 30 anos, 51% têm entre 31 e 40 anos e 12% têm mais de 41 anos. Em relação à escolaridade, 53% têm ensino médio completo, 39% têm ensino superior completo ou em desenvolvimento e 8% têm pós-graduação ou *Máster in Business Administration*⁸⁹ (MBA), completo ou em curso.

Pelo exposto infere-se que a cervejaria instalada em Alexânia, adquirida no curso de 2017 pela *Heineken*, tem ampliado tanto sua capacidade produtiva quanto seu mercado consumidor, o que resulta no aumento dos seus lucros e na elevação dos impostos arrecadados pelo poder público municipal.

Entretanto, um elemento que chama a atenção é a considerável redução nos postos de trabalhos ofertados entre os anos de 2013 e 2017. Naquele ano havia 679 trabalhadores, contra 250, neste último ano, o que representa uma queda de 63% no número de vagas ofertadas pela empresa.

Outro registro que merece ser feito refere-se ao destino inadequado de resíduos da indústria. Colheu-se o depoimento de que, em 2011, alguns pequenos agricultores cujas chácaras situam-se a montante da BR-060, atrás da cervejaria, foram prejudicados pelo lançamento de resíduos líquidos sem tratamento. Esse material atingiu mananciais hídricos utilizados nos cultivos, o que gerou a contaminação dos riachos próximos e prejuízo às lavouras. A fábrica foi acionada e teve de pagar multa por crime ambiental (informação verbal)⁹⁰.

⁸⁹Mestre em Administração de Negócios é um curso de Pós-graduação com formação de executivos na área de administração empresarial (Fundação Getúlio Vargas, 2017).

⁹⁰Informação fornecida "H" em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Alexânia, em novembro de 2017.

4.1.2 O DISTRITO AGROINDUSTRIAL DE ALEXÂNIA

Outro território produtivo do setor industrial cuja implantação também contribuiu para a reconfiguração do território municipal é o DIAL, inaugurado em 2005. Embora sua concretização tenha ocorrido nesse ano, havia a intenção de a gestão pública local criá-lo desde o início da década de 1990. Àquela época, foi aprovada a Lei municipal nº 343, de 5 de outubro de 1993, que autorizou a criação do então “Distrito Agroindustrial de Alexânia” cujas despesas referentes a sua criação foi autorizada por meio de abertura de crédito especial, até o valor global dos 635 lotes urbanos necessários à implantação do DIAL” (Câmara Legislativa de Alexânia, 2017). Entretanto, somente em 2005 o DIAL foi inaugurado, mesmo com deficiências relativas aos serviços de água e energia, conforme será discutido adiante.

Outro importante instrumento incentivador do crescimento industrial no município foi a aprovação, pelo Poder Legislativo, da Lei municipal nº 824, de 31 de outubro de 2005, que instituiu o Programa de Incentivos Fiscais e Benefícios a investimentos no território municipal (Câmara Legislativa de Alexânia, 2017). Essa normativa resultou do Projeto de Lei nº 047 de 10 de outubro de 2005, enviado pelo Poder Executivo Municipal.

A Lei de Incentivos Fiscais aprovada passou a autorizar, por meio de ato do Poder Executivo, a concessão de benefícios fiscais, creditícios e incentivos a empresas interessadas em investir no município. Para a implantação dos empreendimentos – com fins industriais, de grandes comércios, postos de serviços e cooperativas –, a prefeitura ficou autorizada a executar serviços de terraplenagem, implantação de infraestrutura e desapropriação de terrenos necessários ao funcionamento do DIAL. A citada lei concedeu poderes à gestão pública de conceder a doação ou a concessão de direito real de uso dos lotes aos investidores, por meio de escritura pública. Ainda em conformidade com a norma, o município poderá executar a implantação de serviços de base, acesso, preparação do solo e melhoramentos públicos, junto às áreas onde serão implantadas as estruturas (arts. 1º e 2º da Lei municipal nº 824/2005).

A citada lei também concedeu a isenção, por cinco anos, do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do ISS, podendo o prazo de isenção desse último ser prorrogável por igual período. Esses benefícios são transferíveis aos sucessores ou herdeiros dos empreendimentos beneficiados (Câmara Legislativa de Alexânia, 2017). Todavia, permaneceu a obrigatoriedade de pagamento do ICMS, que é municipal, e, naturalmente,

dos tributos estaduais e federais a que a empresa estiver obrigada (art. 7º da Lei municipal nº 824/2005).

Ademais, as empresas já existentes e aquelas já em atividades que venham a ampliar as suas instalações receberão semelhantes benefícios e isenções fiscais (art. 4º da Lei municipal nº 824/2005). Essa norma determina, ainda, em seu artigo 8º, parágrafo 2º, que “as áreas destinadas às instalações poderão ser parceladas e desmembradas para o melhor aproveitamento econômico e novas áreas públicas, também destinadas às instalações, poderão ser anexadas ao Setor de Indústria de Alexânia por ato do Poder Executivo” (Lei municipal nº 824/2005).

Em consonância com essa normativa, foi aprovada, pelo Poder Legislativo, a Lei municipal nº 1.083, de 7 de outubro de 2009, que concedeu autorização ao Poder Executivo para lavrar as escrituras de posse provisória e definitiva dos imóveis situados no DIAL. Desse modo, foram beneficiadas todas as empresas “que foram e estão sendo implantadas” no distrito industrial municipal (parágrafo único do art. 1º da Lei municipal nº 1.083/2009).

Essa permissão unilateral de estabelecer atos, correlatos ao ordenamento do DIAL, pelo Executivo, gerou a Lei nº 1.330, de 6 de maio de 2015, que fez a desafetação e o remanejamento de um total de 42.119,41 metros quadrados de áreas do polo industrial para redefinição das quadras, lotes, área verde, passagem de veículos e de pedestres.

Segundo vídeo⁹¹ publicado pelo poder público local (2016), o DIAL possui atualmente 41 indústrias em edificação que, ao entrarem em funcionamento, irão gerar 8 mil empregos diretos e 12 mil indiretos. Em 2016, havia 12 empresas implantadas, que geravam 1.200 mil empregos diretos, e outras 6 mil em fase de implantação. A citada fonte também destaca o papel do DIAL como gerador de renda e emprego no município.

Figura 65 - Vista panorâmica do Distrito Industrial de Alexânia.



Fonte: Google, ago./2017.

Com a finalidade de constatar as informações acima divulgadas, procedeu-se a atividade de campo com dois propósitos: visitar o DIAL e identificar a sua estrutura bem

⁹¹Vídeo do Youtube.

como sua capacidade instalada e em funcionamento; e entrevistar o gestor público municipal responsável por esse empreendimento, o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, Turismo e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SEDEM), que é também o atual vice-prefeito.

As observações em campo revelaram realidade bem diferente daquela divulgada pela *internet*. Em primeiro lugar, a placa instalada com a propaganda do DIAL está em situação precária e desgastada pelo tempo, conforme a figura 65, e das doze empresas que seriam instaladas segundo a referida placa, só foi identificada a presença de três já instaladas e em funcionamento e uma em instalação. O quadro 13 traz o detalhamento dos empreendimentos instalados e em funcionamento no DIAL.

Em entrevista com o chefe da SEDEM, foi-lhe perguntado qual a real situação do DIAL e quais as suas principais dificuldades. O entrevistado respondeu que o DIAL tem problemas e que não está funcionando plenamente. Os principais obstáculos são a ausência de água e de energia pois a capacidade ofertada não atende a demanda prevista. Segundo o gestor, o primeiro não é tão complicado, pois as empresas instaladas podem cavar poços e organizar seu abastecimento de água, de forma independente. Já o segundo aspecto é de solução mais difícil (informação verbal)⁹².

Figura 66 - DIAL: placa de identificação na entrada principal.



Fonte: A autora, agosto de 2017.

A questão elétrica é grave em virtude de a potência instalada ser incapaz de atender a demanda industrial crescente no local. Este aspecto impediu a edificação de seis das plantas industriais previstas originalmente e tem afugentado novos empreendimentos no DIAL. Quanto ao fornecimento de eletricidade, cada empreendimento resolveu a dificuldade a seu modo e montou estrutura que traz energia de áreas vizinhas ao distrito.

⁹²Informação fornecida por Armando Rollemberg Neto, Vice Prefeito e gestor da SEDEM em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Alexânia, em setembro de 2017.

Os embaraços relacionados à energia levou outras duas indústrias, a UNICRIA e a Peixe Brasil, a erguer suas estruturas e entrar em funcionamento em outro endereço fora do DIAL, conforme já sinalizado no Capítulo III. Além disso, no distrito, outras plantas, planejadas originalmente, não foram concretizadas. A esse respeito o gestor público disse que a prefeitura terá de reincorporar alguns lotes e redistribuí-los a quem desejar efetivamente instalar-se.

Quanto à resolução da ampliação do fornecimento de energia com potência adequada à demanda do setor industrial, a citada fonte informou que é um custo muito alto e que o município não possui condições de arcar sozinho com investimento tão elevado. Foi sucinto ao afirmar que é necessário fazer projetos e buscar parcerias. Não obstante os problemas de água e energia indicados, novas plantas industriais que não estavam previstas originalmente se instalaram no DIAL. É o caso da Prática Logística Comercial, que está instalada e em funcionamento; da CATRE Internacional, da Renovare e da Rio Preserve, que já estão instaladas; e da Perfil Eco, que está em fase de instalação.

Pelo exposto, depreende-se que o DIAL ainda está em fase de implantação e que a ausência de energia e água são fatores que limitam a sua efetivação e ampliação. Os seguintes fatores são favoráveis à efetivação do DIAL: a proximidade com a BR-060, a doação de lotes para a instalação das indústrias e o apoio público mediante leis e incentivos fiscais. Entretanto, os fatores enunciados não foram suficientes à consolidação deste território produtivo. Observou-se, contudo, que a área correspondente ao DIAL já está toda loteada e que parece trata-ser de uma reserva a ser explorada pelo capital, tão logo o fornecimento de energia e de água seja adequado.

Outro elemento observado refere-se à total ausência de sistemas de coleta e tratamento dos resíduos industriais, embora tanto a Política Nacional de Meio Ambiente, Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, quanto a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, sejam claras quanto à necessidade do gerenciamento adequado dos resíduos industriais. Destarte, além de buscar solucionar a questão da água e a da energia, o poder público local também precisará implementar um plano de manejo dos resíduos industriais do DIAL.

Quadro 13 - DIAL: principais empreendimentos industriais e comerciais instalados ou em instalação.

	Denominação	Atividade Econômica	Ano de instalação	Situação em 2017
1	URBANA	Fabricação de estruturas metálicas	2005	Instalada e em funcionamento
2	Ceramikalys	Fabricação e comercialização de produtos cerâmicos não-refratários	2005	Instalada, mas com as atividades suspensas
3	BPC Fabricação de artefatos de cimento	Artefatos pré-moldados	2005	Instalada
4	Espaço Baby	Móveis infantis e decoração	-	Em instalação
5	Peixe Brasil	Criação, processamento e distribuição de peixes e frutos do mar	-	Instalada fora do DIAL, na Fazenda AgroBarça, Rodovia 139, Km 40
6	UNICRIA	Rações e suplementos para animais	-	Instalada fora do DIAL, na sede municipal, em frente à Rodovia GO-139.
7	Embal Alimentos	-	-	Não foi identificada
8	Evolução Indústria e Comércio de Tintas Ltda.	Fabricação de tintas imobiliárias, residenciais e automotivas.	-	Não foi identificada
9	COFERPLAN	Metalúrgica	-	Não foi identificada
10	FibrocerâmicaInclay	Artigos de fibra e cerâmica	-	Não foi identificada
Novas estruturas instaladas ou em instalação após a inauguração do DIAL				
11	CATRE Internacional	Comércio varejista	2012	Instalada
12	Prática Logística Comercial	Transporte e logística	2005	Instalada e em funcionamento
13	Perfil Eco	Não informado	-	Em instalação
14	Renovare	Fabricação de tintas imobiliárias, residenciais e automotivas	-	Instalada
15	Rio Preserve	Reciclagem Mói pneus para a Ceramikalys Indústria de Cerâmica	-	Instalada

Fonte: Pesquisa de campo, 2017 e wooki.com.br/. Acesso em: 10 de agosto de 2017.

Vale ressaltar que não obstante os desafios já indicados frente ao integral funcionamento do DIAL, as três empresas que estão em plena atividade realizam todo o deslocamento local e regional por meio da BR-060. Estas estruturas geram juntas cerca de noventa empregos diretos. Os salários destes trabalhadores, por sua vez, contribuem para o aumento da circulação de renda na economia alexaniense o que resulta no incremento do consumo e na ampliação da rede de serviços do município voltados às novas demandas da população residente.

4.1.3 O OUTLET PREMIUM BRASÍLIA

A *General Shopping* Brasil, com sede na cidade de São Paulo, é uma empresa brasileira criada em 1989 que atua no desenvolvimento de empreendimentos voltados ao varejo, e a sua atuação vai desde a concepção à administração, passando pelo planejamento e comercialização do negócio. Atualmente a empresa mantém quinze *shoppings* e quatro *Outlet Premium* em operação no país, que juntos somamos 348,9 mil metros quadrados de Área Bruta Locável própria (*General Shopping*, 2017). As plantas comerciais estão localizadas em cidades dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia e Goiás.

Essa empresa é uma das maiores do país, no ramo, e possui enorme força econômica, indicada por sua receita líquida, que em 2015 foi de R\$ 262,8 milhões (Valor Econômico, 2016). Parte considerável deste montante financeiro é responsável pelo investimento do *Outlet Premium* Brasília, na cidade de Alexânia, cuja inauguração ocorreu em julho de 2012. Esse empreendimento é constituído por uma área total de 121,257 metros quadrados, que comporta um conjunto de 82 lojas distribuídas em nove principais pavilhões, estacionamentos, banheiros e praça de alimentação (*General Shopping*, 2017). A figura 67 apresenta a estrutura comercial, situada às margens da BR-060.

O horário de funcionamento do centro comercial é das 9 horas às 21 horas. São dezenas de lojas que vendem roupas, calçados e acessórios infantis, de jovens e adultos; há também artigos esportivos, eletroeletrônicos, cama, mesa e banho. Por meio do quadro 68 verifica-se a diversidade de marcas nacionais, desde as casuais às mais sofisticadas, e de artigos e grifes internacionais.

Figura 67 - *Outlet Premium* Brasília em Alexânia.



Legenda: A) Placa Identificadora na Entrada do *Outlet*; B) Vista aérea do empreendimento; e C) Exterior da praça de alimentação. **Fonte:** A) A autora, setembro de 2017; B) e C) General Shopping, setembro de 2017

Na figura 68 é possível observar as principais lojas e marcas participantes do *Outlet Premium* Brasília, cujo *portfólio* está disponibilizado no *site* institucional com a respectiva loja virtual. Todas as marcas contidas na referida figura foram encontradas nesse *site*, embora os demais dados, complementares a cada marca, tenham sido obtidos em pesquisa na *internet*.

Neste centro varejista há diversos serviços voltados à permanência e comodidade do público consumidor, para que esse público possa permanecer no espaço durante horas ou até mesmo durante o dia todo tendo acesso à maior comodidade possível. Há brinquedotecas e praça de alimentação com opções de comidas regionais, *fast foods* e outras mais sofisticadas.

Para entender o impacto deste empreendimento na reconfiguração territorial alexaniense, havia três questões centrais a serem respondidas, quais sejam: Qual a origem, o perfil e o número de trabalhadores do shopping? Qual o salário médio destes trabalhadores? Qual o impacto da instalação do empreendimento na economia municipal? Frente à dificuldade de obter informações junto à administração, optou-se pela realização de pesquisa própria em campo. No ensejo também foram entrevistados alguns consumidores com fins de descobrir seu local de origem.

Quanto ao instrumento de pesquisa – o questionário –, foi ele planejado tomando por base o total de lojas cujas marcas foram explicitadas na figura 68. Desta maneira, considerou-se o universo de 73 lojas correspondentes ao total de logomarcas disponíveis no *site* do centro varejista, embora o dado oficial do shopping afirme existirem 82 lojas, conforme já citado. Procedeu-se à identificação dos tipos de estabelecimentos, que foram classificados segundo a categoria de produtos comercializados: vestuário; artigos esportivos; calçados e acessórios; produtos do lar; alimentação; óculos e lentes; e diversão. Foram visitados 20 estabelecimentos, que representam 27,4% do total de lojas, conforme indicação da tabela 7.

Figura 68 - Principais lojas e marcas participantes do Outlet Premium Brasília em Alexânia.

Logomarca	Nacionalidade e tipos de produtos	Logomarca	Nacionalidade e tipos de produtos	Logomarca	Nacionalidade e tipos de produtos	Logomarca	Nacionalidade e tipos de produtos	Logomarca	Nacionalidade e tipos de produtos
	Marca japonesa; Artigos esportivos.		Marca brasileira; Roupas fitness e praia.		Marca brasileira; Roupas de algodão.		Marca estadunidense; Vestuário.		Marca brasileira; Alimentação.
	Marca brasileira; Roupas social masculina.		Marca brasileira; Calçados e acessórios masculino.		Brasileira; Roupas íntimas.		Marca estadunidense; Óculos, vestuário, calçados e acessórios.		Alimentação.
	Marca estadunidense; Artigos esportivos.		Vestuário.		Vestuário masculino.		Marca alemã; Artigos esportivos.		Marca estadunidense; Alimentação.
	Marca estadunidense; Artigos esportivos.		Marca brasileira; Roupas feminina.		Marca inglesa; Artigos esportivos.		Marca espanhola; Vestuário, calçados e acessórios.		Produtos para o lar.
	Marca brasileira; Roupas, calçados e acessórios.		Marca brasileira; Vestuário masculino e feminino.		Brasileira; Vestuário.		Marca australiana; Produtos esportivos.		Alimentação.
	Marca brasileira; Vestuário.		Marca brasileira; Vestuário.		Marca brasileira; Calçados e acessórios.		Marca francesa; Artigos esportivos.		Alimentação.
	Marca brasileira; Vestuário feminino.		Marca estadunidense; Roupas, perfumes e calçados.		Marca brasileira; Vestuário masculino.		Marca brasileira; Vestuário.		Alimentação.

	Marca estadunidense; Artigos esportivos.		Marca brasileira; Roupa infantil;		Marca brasileira; Vestuário.		Marca brasileira; Artigos para viagem.		Marca brasileira; Alimentação.
	Cama, mesa, banho, decoração.		Artigos de surf.		Brasileira; Vestuário.		Brasileira; Vestuário.		Alimentação.
	Marca brasileira; Vestuário masculino.		Vestuário masculino.		Vestuário feminino.		Marca brasileira; Vestuário.		Alimentação.
	Marca brasileira; Vestuário.		Vestuário masculino.		Marca brasileira; Artigos para motociclistas.		Marca brasileira; Vestuário.		Alimentação.
	Marca italiana; Vestuário e acessórios.		Marca brasileira; Vestuário masculino.		Marca brasileira; Vestuário.		Marca brasileira; Cama, mesa e banho.		Alimentação.
	Marca brasileira; Roupa íntima.		Marca brasileira; Empresa varejista multicanal.		Marca brasileira; Óculos.		Marca estadunidense; Óculos e acessórios.		Marca européia; Brinquedoteca.
	Marca brasileira; Roupa de dormir.		Marca brasileira; Vestuário masculino.		Marca brasileira; Vestuário e acessórios.		Marca brasileira; roupas esportivas.		Marca brasileira; Roupas esportivas.
	Marca brasileira; Jeans.		Marca brasileira; Calçados e acessórios.		Marca brasileira; Vestuário masculino.	-	-	-	-

Fonte: Site oficial e pesquisa no Google em 21 ago./2017. Elaboração: A autora, 2017.

Após a tabulação deste instrumento, constatou-se que as 20 lojas geram um total de 333 empregos diretos na área de vendas. Quanto ao local de moradia, dos empregados: 313 moram em Alexânia – 94%; 18 no Distrito Federal – 5,4%; 1 em Anápolis – 0,3%; e 1 em Valparaíso de Goiás - 0,3%. Observar esse detalhamento na tabela 7 abaixo que apresenta o total de empregados - em 27,4% dos estabelecimentos pesquisados e seus respectivos locais de moradia.

Tabela 7 - Outlet Premium Brasília: empregados por tipo de estabelecimento e local de moradia.

Tipo de estabelecimento	Universo da pesquisa	Amostra realizada	Nº de empregados	Local de Moradia			
				Alexânia	Distrito Federal	Anápolis	Valparaíso
Vestuário	40	8	135	122	12	0	1
Artigos Esportivos	10	4	94	89	4	1	0
Calçados e Acessórios	4	3	41	40	1	0	0
Produtos do Lar	4	2	22	21	1	0	0
Alimentação	12	3	41	41	0	0	0
Óculos e lentes	2	0					
Diversão	1	0					
TOTAL	73	20*	333	313	18	1	1

Fonte: Pesquisa de campo, 2017. **Elaboração:** A autora, 2017. *27,4% do universo.

A renda mensal destes trabalhadores varia entre R\$2.000,00 e R\$3.000,00, constituída pelo salário base acrescido das comissões obtidas com base no total das vendas. A idade dos trabalhadores entrevistados varia entre 19 e 47 anos. Os cargos de gerência são ocupados majoritariamente pelos mais velhos que moram no Distrito Federal, tendo sido encontrados apenas dois casos que não preenchem esse último requisito: um gerente que mora em Alexânia e outro que mora em Anápolis, conquanto tenha migrado do estado de São Paulo para administrar a loja no *Outlet*.

Desse resultado conclui-se que o *Outlet* possui grande importância na economia local como gerador de emprego para a população economicamente ativa de Alexânia. Além disto, promove trabalho e renda também para parte da população do Distrito Federal e de outras cidades goianas no entorno do município pesquisado.

A distância entre Alexânia e o *Outlet* é de aproximadamente 10 quilômetros, pela BR-060. O deslocamento diário dos trabalhadores é realizado por meio de ônibus e vans oferecidos pelo próprio *shopping*, conforme figura 69.

Figura 69 - Ônibus e micro-ônibus utilizados para transportar os trabalhadores das lojas do *Outlet Premium* Brasília.



Fonte: A autora, agosto de 2017.

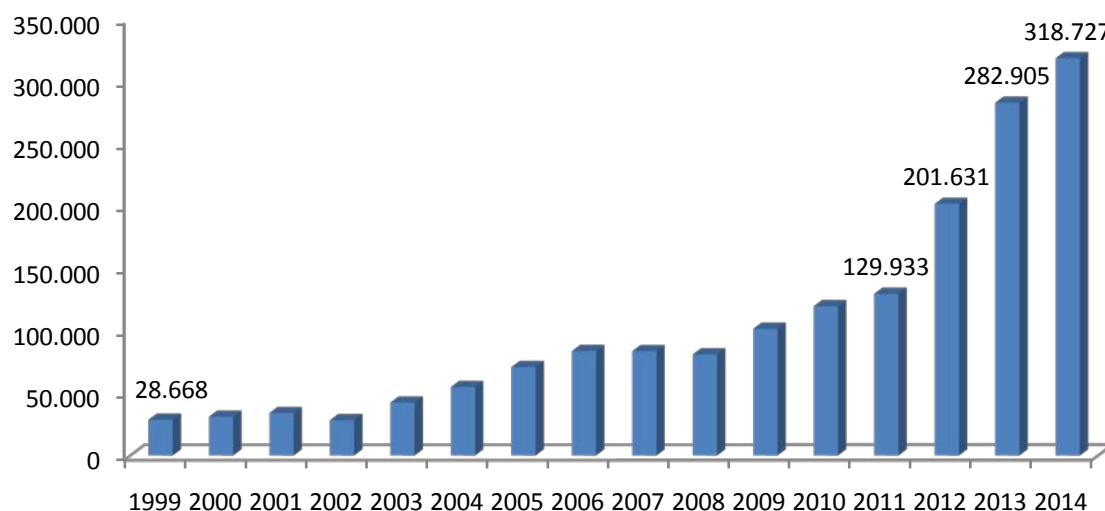
Quanto ao impacto do *Outlet* na economia municipal, é possível esta verificação por meio da análise do PIB dos serviços a preços correntes. Em 2012, com a inauguração do empreendimento, esse índice variou positivamente com crescimento de 55,18% em relação ao ano anterior. E a variação do PIB, no período de 2012 a 2014, foi de 58% positiva, conforme assinalado na figura 70, que traz o comportamento do PIB dos serviços no período de 1999 a 2014. Neste período o PIB setorial cresceu 1.1179%.

Verificou-se o impacto desse centro comercial na economia do município pela elevação do PIB de 2012, quando a planta comercial entrou em funcionamento, a 2014. Por outro lado, o crescimento do PIB reflete-se também no aumento da arrecadação de impostos municipais pela gestão pública. Em julho de 2011, por exemplo, o governo municipal registrou uma arrecadação de R\$ 706.481,92 de impostos e, no mesmo mês de 2013, o valor arrecadado subiu para R\$ 991.113,75 (IMB, 2016), o que equivale a uma variação positiva de 40,3%. Este crescimento expressa o significado econômico desse centro comercial na economia alexaniense (SILVA e ARAÚJO SOBRINHO, 2016).

O aumento do consumo de energia pode ser um indicador de crescimento econômico de uma dada região (IMB, 2012). A verificação do aumento do consumo deste produto em Alexânia chama a atenção, especialmente no período compreendido entre os anos 2012 a 2016, conforme expresso na figura 71. Constata-se que a efetivação do *Outlet* também contribuiu consideravelmente para o aumento do consumo de energia.

Por exemplo, em 2012, ano em que entrou em funcionamento a planta varejista, identificou-se uma variação de 70,22% de crescimento em relação ao ano anterior. Entre os anos de 2012 e 2013, registrou-se uma variação de 50,65% para mais. Já o resumo do período, que no gráfico corresponde aos anos de 2005 a 2016, apresenta variação de 274,23% positiva, podendo-se visualizar quão expressiva foi ela nos anos de 2012 a 2016.

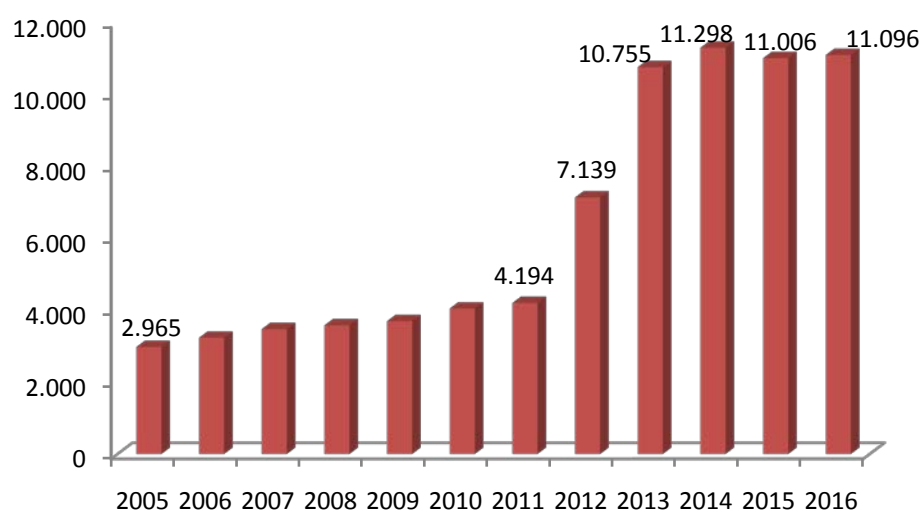
Figura 70 - Alexânia: evolução do PIB dos serviços a preços correntes (em mil R\$) no período de 1999 a 2014.



Fonte: IBGE, 2017. **Elaboração:** A autora, 2017.

O *Outlet Premium* Brasília representa uma importante centralidade que tem contribuído para a reconfiguração territorial do município. Essa atividade é uma manifestação do fenômeno social total (SANTOS 1988) decorrente do papel de Brasília, como importante mercado consumidor deste espaço de consumo, e dos fluxos resultantes da BR-060. Conforme já indicado, tem-se mais um fixo associado a diversos fluxos e ações (Santos 2012b) que resultam da centralidade urbana da capital do país.

Figura 71 - Consumo de energia elétrica no setor comercial em Alexânia no período de 2005 a 2016.



Fonte: IBGE, 2017. **Elaboração:** A autora, 2017.

A pesquisa realizada nas lojas do *Outlet* indicou que seu público consumidor origina-se majoritariamente do Distrito Federal, embora também haja outros fluxos provenientes de Anápolis e Goiânia. Evidencia-se que os fluxos e os circuitos espaciais de comercialização a partir deste território produtivo ocorrem em escala regional, evidenciando-se aqui também a captura do território do município de Alexânia pelos fluxos da BR-060.

4.1.4 O LAGO DA UHE CORUMBÁ IV

Em considerações anteriores, informou-se que a UHE Corumbá IV decorreu da demanda regional por água para o agronegócio goiano e para abastecimento urbano e da carência da capital do país por energia. Essa obra foi construída a partir de parcerias estabelecidas entre os governos Federal, de Goiás e do Distrito Federal e a construção da obra ficou sob a responsabilidade de empresa privada.

O rio Corumbá nasce no Parque Estadual da Serra dos Pirineus, que está a 1.200 metros de altitude. Em seu trajeto o rio percorre 567,5 quilômetros até desaguar no rio Paranaíba. Conforme já citado, a construção da UHE de Corumbá IV iniciou-se em 2001 e em 2006 foi inaugurada e entrou em funcionamento com uma produção de 129,6 *megawatts* de energia, suficiente para abastecer uma cidade de 250 mil habitantes. Parte dessa energia fornece 15% da demanda total da capital do Brasil.

Figura 72 - Rio Corumbá no trecho de planície e de relevo irregular.



Fonte: Google, setembro de 2017.

A empresa Corumbá Concessões construiu e faz a gestão da Usina Hidrelétrica Corumbá IV (UHE Corumbá IV). É uma obra privada, e a exploração energética ocorre nos moldes das concessões das hidrelétricas nacionais, normatizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A citada empresa tem a concessão para a exploração de energia por 35 anos, iniciada em 2000, (Corumbá Concessões, 2016).

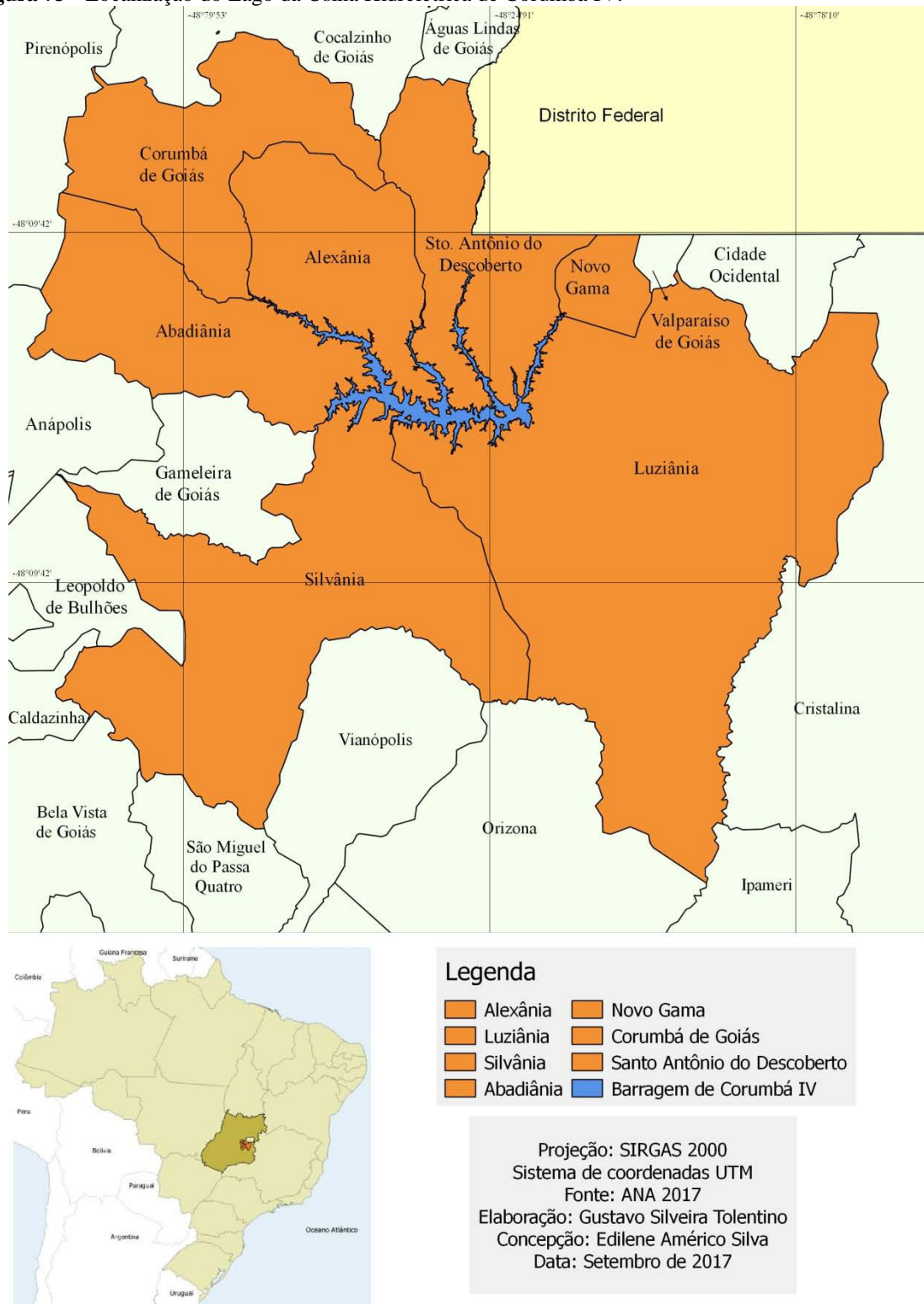
Na origem, o objetivo da UHE Corumbá IV era tanto a geração de energia, para mais de dois milhões de pessoas, quanto contribuir para o desenvolvimento regional e do estado (Corumbá Concessões, 1999). Nesse sentido, estava projetada para ser de uso múltiplo, pois além de gerar energia permitiria ainda a utilização para lazer, pesca, navegação, turismo, abastecimento, irrigação e dessedentação de animais (Corumbá Concessões S.A, 2016). Entretanto, a estiagem e os baixos índices pluviométricos registrados nos anos de 2015 e 2016 em Brasília poderão levar à readequação do Plano de Uso da água do lago, com a finalidade de destinar a água exclusivamente ao abastecimento humano da capital do país. Esse aspecto será discutido no Capítulo V.

O lago está situado a 16°32'28'' de latitude sul e 48°18'75'' de longitude oeste do município de Luziânia, onde foi edificada a obra de barramento da água do rio. O lago da UHE Corumbá IV tem 783,7 quilômetros de perímetro, 9.000 hectares de Área de Preservação Permanente (APP) e possui capacidade para acumular 3,8 trilhões de litros de água (Corumbá Concessões, 2016). Conforme observado na figura 73, o corpo hídrico abrange parte do território dos municípios de Luziânia (local de construção da barragem), Santo Antônio do Descoberto, Alexânia, Abadiânia, Silvânia, Novo Gama e Corumbá de Goiás (Corumbá Concessões, 2016).

No Capítulo III foram contextualizados alguns processos de reconfiguração do território municipal alexaniense resultantes da UHE Corumbá IV. Na parte sul do município ocorreu mudança de uso do território que tem sido destinado à instalação de condomínios de segundas residências e espaços de descanso. O setor imobiliário tem sido o principal agente promotor dessas mudanças, por meio da transformação de chácaras e fazenda em condomínios residenciais, conforme se pode observar na figura 74.

A paisagem no entorno do lago vem sendo rapidamente transformada pela instalação de hotéis fazendas e dezenas de condomínios fechados, conforme observado na figura 75. A maioria dos proprietários dessas casas mora nas áreas urbanas de Brasília e Alexânia e normalmente usam as casas para descanso apenas nos finais de semana. As atividades de campo suscitaram a seguinte questão: seria um "novo rural" (SOUZA, 2008), criado com as condições de conforto e comodidade pelas quais parcela da população urbana pode pagar? O presente estudo, porém, não avançará na resposta a esta questão, o que pode ocorrer a partir de estudos posteriores.

Figura 73 - Localização do Lago da Usina Hidrelétrica de Corumbá IV.



A efetivação da UHE Corumbá IV reflete na dinamização econômica municipal. Além de oxigenar o setor imobiliário, a construção dos condomínios residenciais e demais empreendimentos de lazer e descanso conformam uma cadeia que provocam impactos no

consumo de energia e no comércio local. Ademais, essas atividades econômicas produzem variações positivas dos impostos sobre serviços arrecadados pela gestão pública municipal.

Figura 74 - Lago da UHE Corumbá IV em Alexânia: anúncio e venda de lotes pelo setor imobiliário.



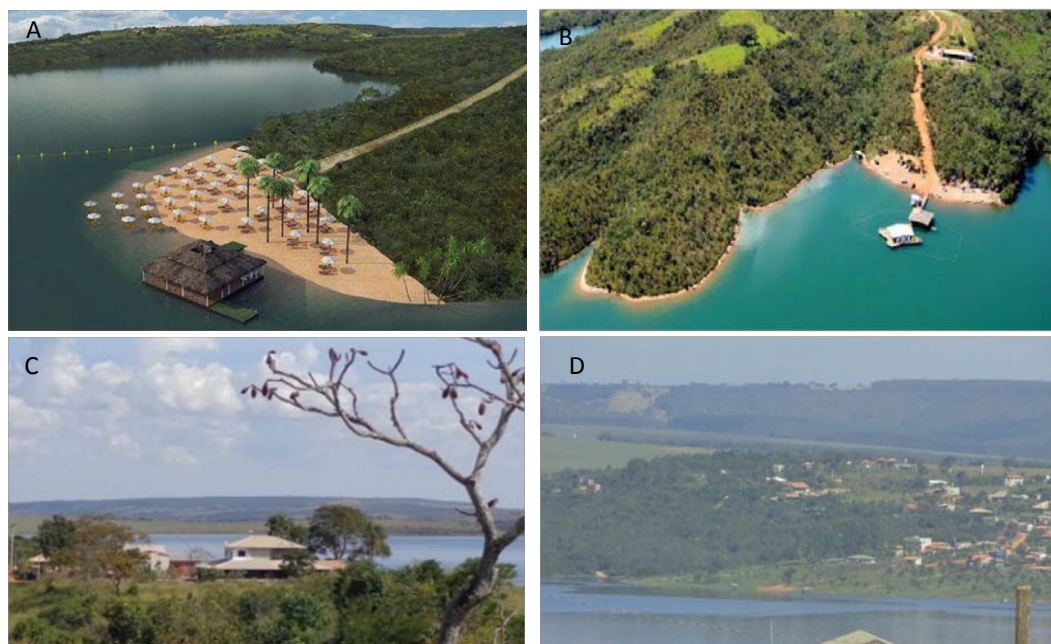
Fonte: A autora, agosto de 2017.

Outro aspecto positivo para economia alexaniense, resultante da efetivação da UHE Corumbá IV, são os *royalties* pagos pela empresa à Prefeitura Municipal como compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para geração de energia elétrica. Esses valores são repassados mensalmente, e os percentuais foram estabelecidos segundo o total da área municipal inundada.

Durante os dez anos de operação da UHE Corumbá IV, de abril de 2006 a março de 2016, o estado de Goiás e os sete municípios da área de influência do reservatório foram beneficiados, pela empresa administradora, com um repasse de R\$ 24.3 milhões (Corumbá Concessões S.A., 2016). A tabela 8 traz o total de valores repassados, de abril de 2006 a março de 2016, aos sete municípios atingidos pela barragem. Observar que cada valor é proporcional ao tamanho da área abrangida pelo lago.

Segundo a gestora da UHE Corumbá IV, os sete municípios do entorno do reservatório dessa barragem recebem também compensação financeira de outras nove usinas hidrelétricas que funcionam no Brasil e mais *royalties* da UHE Itaipu Binacional. Esses recursos, somados aos repasses oriundos da Corumbá IV, representam um montante considerável, mês a mês.

Figura 75 - Os usos do território no entorno da UHE Corumbá IV – Alexânia.



Legenda: A) e (B) Hotel fazenda; C) e D) Condomínios constituídos por segundas residências. **Fontes:** A e B (Gloogle); C e D (A autora, junho de 2016).

O empreendimento Itaipu é binacional (Brasil e Paraguai) e utiliza o potencial hidráulico do rio Paraná para a geração de energia, o que cria a obrigatoriedade no pagamento – pois o rio Corumbá constitui a bacia hidrográfica do rio Paraná. Deste modo, os *royalties* são calculados em dólar e convertidos para a moeda nacional. Assim, em síntese, os municípios de abrangência da usina são beneficiados pela UHE Corumbá IV, pela Itaipu e por outras nove usinas⁹³ também (observar tabela 9).

Tabela 8 - Valores repassados aos municípios atingidos pela barragem no período de abril de 2006 a março de 2016.

Percentual de Repasse (%)	14,69	20,88	24,25	0,13	28,55	11,25	0,26
Municípios	Abadiânia	Alexânia	Luziânia	Novo Gama	Sto. Antônio do Descoberto	Silvânia	Corumbá de Goiás
Valores (R\$)	1.428.404,78	2.030.911,52	2.358.238,86	12.332,99	2.777.111,89	1.093.823,67	25.369,97

Fonte: Corumbá Concessões S.A., 2017. Elaboração: A autora, 2017.

Em entrevista com o Vice-prefeito de Alexânia, realizada em 2017, perguntou-se sobre os valores da compensação financeira das outras UHE e como os recursos totais das compensações e dos *royalties* eram utilizados. Quanto à primeira pergunta, ele mostrou-se

⁹³Houve tentativas voltadas à obtenção do nome das usinas e dos respectivos valores repassados. Nem a prefeitura de Alexânia, nem a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) dispunham do dado.

surpreso e disse não ter conhecimento desse repasse. Frente à segunda questão, ele disse que os recursos entram no montante recolhido pela prefeitura e destinam-se à folha de pagamento dos servidores públicos.

Tabela 9 - Alexânia: Valores Repassados de Compensação Financeira e Royalties ao município no período de 2006 a 2016.

Período 2006 a 2016	Compensação financeira (R\$)	Royalties da Itaipu Binacional (R\$)
Total	2.030.911,52	550.052,65
	2.580.964,14	

Fonte: Corumbá Concessões S.A. e ANEEL, 2017. **Elaboração:** A autora, 2017.

Em referência ao pagamento de *royalties*, pela Triunfo Concebra⁹⁴, essa empresa declarou o repasse mensal de cerca de R\$ 1 milhão correspondente ao total repassado para as cidades lindeiras, ao trecho da concessão. Esse valor se refere aos *royalties* pagos referente ao período de junho de 2015 a junho de 2016. Em Goiás são 15 municípios que juntos receberam R\$ 5.262.744,54 em ISS. As cinco cidades que mais receberam o imposto foram Morrinhos (R\$ 788.865,68), Alexânia (R\$ 482.857,01), Professor Jamil (R\$ 492.991,05), Hidrolândia (R\$ 433.677,13) e Anápolis (R\$ 401.486,66). Esse período corresponde ao primeiro ano completo em que os municípios receberam o imposto, cujo pagamento iniciou-se juntamente com o começo da cobrança de pedágio, que ocorreu desde junho de 2015 (Triunfo Concebra, 2017).

Tal cenário é decisivo na determinação do apoio da gestão pública municipal ao êxito da UHE Corumbá IV. O lago é visto como elemento de estímulo à economia local, conforme se atestou na entrevistada gestora pública: “A barragem aquece a economia alexaniense, pois além de estimular o turismo vai também desenvolver a parte sul do município” (informação verbal)⁹⁵.

Por outro lado, a implantação da UHE Corumbá IV promoveu desordens e fragmentação que resultaram na reconfiguração da região sul do território municipal, conforme já foi destacado no Capítulo III. Indiferente a estes processos de desarticulação dos arranjos produtivos locais provocados pela mudança de uso do solo e pelos impactos socioambientais, a realização da barragem é primordial à conjuntura econômica local e regional. Esse empreendimento dinamiza a economia e acrescenta valores anuais significativos aos cofres públicos, embora a energia produzida não atenda a demanda

⁹⁴ Empresa privada administradora da BR-060.

⁹⁵ Informação fornecida por Nilta Gonçalves, Secretária Municipal de Indústria e Comércio, em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Alexânia, em novembro de 2015.

alexaniense e sim, majoritariamente, aos moradores da capital do país. (SILVA e ARAÚJO SOBRINHO, 2016).

A partir daqui será discutido um novo empreendimento ainda em fase de implantação no município de Alexânia. E ele chega justamente atraído pelo dinamismo econômico municipal que resulta dos fluxos da BR-060, da centralidade de Brasília e da efetivação dos empreendimentos industrial e de serviços já contextualizados.

É o Tauá *Resort e Convention* Alexânia, que será construído pelo grupo mineiro Tauá, atual gestor do Grande Hotel & Termas de Araxá. O resort de Alexânia será erguido em edificação as margens da BR-060, nas proximidades do *Outlet Premium* Brasília.

O empreendimento temático, cujo investimento será de R\$ 120 milhões, ocupará uma área de 56.700 metros quadrados – equivalente a oito campos de futebol –, e incluirá bloco voltado ao público infanto-juvenil, bloco *fitness*, prédio de entretenimento, campo de futebol, duas quadras poliesportivas, duas quadras de tênis e duas piscinas, conforme maquete do empreendimento apresentada na figura 76.

A empresa planeja a construção do parque temático em duas etapas. A primeira parte contará com 200 apartamentos e tem previsão de inauguração em 2019. Já a última etapa da estrutura está projetada para se encerrar em 2022 e completará o total de 412 apartamentos. A previsão do grupo Tauá é que o empreendimento venha a gerar 500 empregos diretos e 750 indiretos, no estado de Goiás. Segundo o diretor financeiro do grupo empresarial “A região de Alexânia [...] é muito estratégica. É um eixo econômico interessante, com cidades desenvolvidas, que tem um PIB alto” (Metrópoles, 2017).

Figura 76 - Maquete do *Tauá Resort & Convention* Alexânia.



Fonte: Correio Brasiliense, 2016.

A implantação da estrutura conta ainda com o total apoio do governo estadual de Goiás, que, em dezembro de 2016, reuniu-se com representantes do Grupo Tauá, ocasião em que o governador confirmou que Alexânia é uma das cidades que mais crescem e geram emprego e renda no estado de Goiás (O Popular, 2016).

Na esfera local, identifica-se o Estado criando as condições fiscais necessárias à reprodução do capital por meio da Lei complementar nº 019, de 13 de setembro de 2016. Nela o poder executivo municipal instituiu a concessão de Incentivos Fiscais para a empresa Hotéis Tauá Participações Ltda. A normativa assegura a essa entidade deduções dos impostos municipais pelo período de dez anos⁹⁶ (Prefeitura de Alexânia, 2017).

Pelo que foi analisado até agora identifica-se que há uma complexidade de usos no território municipal, especialmente em locais sob influência direta dos fluxos da BR-060. Esses usos territoriais resultam de dinâmicas regionais que rebatem no território municipal e promovem a sua reconfiguração, resultando em novas dinâmicas, de inclusão e exclusão, e novas transformações. Essas dinâmicas resultantes da reprodução do capital também são responsáveis pela chegada de atores sintagmáticos (Raffestin, 1993), como o referido resort que enxerga em Alexânia um potencial "recurso" (Santos, 1988) a ser explorado em prol do crescimento e fortalecimento econômico do grupo empresarial.

4.1.5 O TURISMO

No município há uma diversidade de territórios explorados pelo turismo. O lago da UHE Corumbá IV, as chácaras e casas de finais de semana, os dois alambiques artesanais, um hotel fazenda de porte regional são alguns exemplos desses espaços onde se realiza a atividade turística. Para Araújo Sobrinho (2008), no município de Alexânia a oferta turística encontra-se estruturada e consolidada em virtude da existência de órgãos públicos de gestão e de associações do setor privado que dão suporte ao desenvolvimento do setor.

Segundo a mesma fonte, a influência da capital do país sobre Alexânia é outro fator que contribui para a estruturação e consolidação do turismo no município, em razão do elevado número de chácaras e casas de finais de semana pertencentes a moradores do Distrito Federal. Ainda de acordo com o mencionado autor, o total de chácaras e pequenas chega a cerca de setecentas.

⁹⁶A partir do segundo ano as deduções na base de cálculo sofrerão depreciação na proporção de 10% ao ano, até a extinção do prazo concedido (Lei nº 019 de 13 de setembro de 2016; § 2º do art. 1º; Prefeitura de Alexânia, 2017).

Nos condomínios do entorno do lago da UHE Corumbá IV, conforme já indicado, também é frequente a aquisição de propriedades rurais por moradores do Distrito Federal como segunda residência ou para fins de lazer. Atividade de campo realizada neste estudo indicou grande concentração destes condomínios particulares, que são dotados de rigoroso sistema de vigilância e monitoramento e só permitem o acesso aos proprietários. Esses empreendimentos instalados no entorno do lago da UHE Corumbá IV têm contribuído também para a consolidação do turismo no município.

Outra área com forte presença de segundas residências da população do Distrito Federal é o distrito de Olhos d'Água. No Capítulo V será discutido melhor esse distrito, que tem o turismo como uma alternativa de desenvolvimento local. Entretanto, é oportuno destacar a expansão urbana em curso no distrito, por segundas residências, e no seu entorno imediato, por condomínios residenciais.

As segundas residências estão situadas tanto na área central do distrito quanto no entorno do núcleo urbano, conforme observado na figura 77. A maioria dos proprietários é de Brasília e utilizam as casas para descanso e lazer aos finais de semana. Por outro lado, a população parece não se incomodar com a presença deste público, pois as segundas residências ajudam a gerar renda para as famílias locais, que trabalham em serviços domésticos e de vigilância (informação verbal)⁹⁷.

Figura 77 – Olhos d'Água: segundas residências na área central e no entorno do núcleo urbano.



Fonte: A autora, agosto de 2017.

Neste distrito há também um condomínio residencial já consolidado (figura 78), localizado em frente a rodovia GO-139, no balão de acesso a Olhos d'Água. É constituído por casas de médio padrão e ainda dispõe para venda de terrenos cujas parcelas superam R\$ 599,00. Os proprietários são de Brasília e de Alexânia, e a maioria trabalha em Brasília (Pesquisa de campo, 2016).

⁹⁷ Informação fornecida por "A" em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Olhos d'Água, em novembro de 2015.

Figura 78 - Olhos d'Água: condomínio residencial consolidado.



Fonte: A autora, agosto de 2017.

Importa registrar ainda a constituição de mais dois condomínios residenciais em fase de implantação no município de Alexânia, situados também em frente à rodovia GO-139, nas proximidades de Olhos d'Água, conforme a figura 79. Os lotes são de 500 m² e os valores das parcelas superam R\$ 593,00. Essas áreas eram utilizadas pela agricultura tradicional, em fins dos anos 1990 foram transformadas em território da moderna agricultura e agora são destinadas a ocupação residencial (Pesquisa de campo, 2016).

Figura 79 - Olhos d'Água: condomínios residenciais em consolidação.



Fonte: A autora, agosto de 2017.

Outro espaço utilizado para turismo no município é o Hotel Fazenda Cabugi (figura 80), localizado na área rural do município, onde se chega por meio da rodovia GO-139 até o trevo de Olhos d'Água, donde se segue por uma estrada sem pavimentação até a propriedade. Importante o registro de que essa propriedade está cercada por territórios do agronegócio que produzem soja e milho, o que indica mais um ponto de conflito de uso territorial quanto à coexistência das duas atividades.

Para Araújo Sobrinho (2008), em virtude de a população alexaniense de baixa renda não dispor de muitas alternativas de esporte e lazer, realiza essas práticas sempre de improvisado ou em espaços inadequados. E indica o Country Clube Nova Flórida, inaugurado

em 1960, como importante espaço de lazer no município. Hoje é um espaço bastante disputado pelos moradores de Alexânia, conclui.

Figura 80 - Alexânia: hotel fazenda.



Fonte: Hotel Fazenda Cabugi, agosto de 2017.

Depreende-se assim a forte influência do Distrito Federal sobre o município de Alexânia também em referência à questão fundiária. Os territórios municipais utilizados para lazer e descanso de parcela da população do Distrito Federal estão situados tanto a montante quanto a jusante da BR-060, que é a via de todos os deslocamentos e fluxos que envolvem o turismo. Para Araújo Sobrinho (2008), esse movimento pendular de população gera significativa parcela da renda gasta no comércio e nos serviços do município.

Portanto, o processo de reconfiguração territorial não é estático, e a dinâmica de desenvolvimento regional é veloz, originando novas formas, novos usos, novas territorialidades que se misturam às rugosidades do passado (ARAÚJO SOBRINHO, 2008).

4.2 OS SERVIÇOS URBANOS E O CENÁRIO DEMOGRAFICO

Os fluxos resultantes da BR-060 têm contribuído para a ampliação da rede de serviços na área urbana da sede municipal. Além dos empreendimentos acima identificados, constitui também o setor de serviços um conjunto de mais 457 empresas, aproximadamente, localizadas na sede municipal, das quais a primeira data de 07/10/1966. O capital social total dessas entidades soma R\$ 10.911.127,00 milhões (Mapa Empresas, 2017)

Estes empreendimentos são constituídos predominantemente pelas seguintes categorias: comércios de carne, de hortifrutigranjeiros, de bebidas (bares), de bicicletas, de artesanato, de brinquedos, de livros, de construção, de eletroeletrônico, de eletrodoméstico, de flores, de doces, de instrumentos musicais, de móveis, de agropecuária, de ração, drogarias; automóveis (borracharia, autopeças, venda de veículos, mecânica); escritórios (de advocacia,

de contabilidade, de venda de seguros); paisagismo; agências (de viagem, imobiliária); artigos (esportivos, de pesca); educação e formação (aula de dança, aula de esporte, aula de informática, autoescola, creches, escolas formais e técnicas); diversão (clubes, casa de *shows*); clínicas (médicas, de saúde, odontológicas); funerária; hospedagem (hotel, pousada); alimentação (lanchonetes); laboratório clínico; postos de combustível; assistência social; casa lotérica; lojas (de informática, de perfume, de roupa, de tênis, de manutenção de computadores, de manutenção de eletroeletrônico); padaria; papelaria; peças para moto; reboque de veículos; alimentação (restaurantes); transporte rodoviário; salão de beleza; sindicato; supermercado; tabacaria; táxi; tradução (tradutor); e transporte escolar (Mapa Empresa, 2017).

É importante destacar que estes serviços estão localizados majoritariamente na porção central da cidade. Tanto nas ruas lindeiras à BR-060 quanto nas ruas paralelas e transversais àquelas, distantes até três quilômetros da rodovia, é possível verificar a forte presença desses serviços. Na figura 81 estão representados alguns serviços localizados na área urbana da sede municipal.

Figura 81 - Alexânia: principais serviços encontrados na sede municipal.



Legenda: A) Hotel; B) Restaurante; C) Posto de combustível; D) Tradicional loja de móveis rústicos; e E) Centro de ensino superior. **Fonte:** A autora, setembro de 2017.

4.2.1 O CENÁRIO DEMOGRÁFICO MUNICIPAL

As dinâmicas regionais que repercutem sobre o território municipal contribuem para a ampliação dos fluxos demográficos alexaniense. Entretanto, no Capítulo III observou-se que a reconfiguração do território municipal, a partir do agronegócio hodierno, tem contribuído para as mudanças do perfil populacional local. Aqui será apontada a evolução da densidade demográfica na área urbana que decorre das transformações territoriais operadas pelo agronegócio e pelas novas dinâmicas econômicas resultantes da cervejaria *Heineken*, do DIAL, do *Outlet Premium* Brasília, da UHE Corumbá IV e da centralidade de Brasília.

A população total do município de Alexânia, hoje, é de aproximadamente 26,770 habitantes, segundo a estimativa do IBGE de julho do corrente ano. A densidade populacional é de 31,20 hab./km², que ainda não é tão alta, embora os dados da tabela 10 indiquem tendência de evolução. No período em tela, os anos em que houve maior crescimento correspondem aos compreendidos entre 1991 e 2005, com aumento da densidade populacional de 35,31%. Nos dois períodos seguintes o aumento da densidade foi menos significativo, conforme se pode observar: entre os anos de 2005 e 2011, a variação positiva foi de 8,14%; e entre os anos de 2011 e 2016 foi de 9,74%.

Tabela 10 - Alexânia: Densidade Populacional (1991 a 2016).

Anos	Densidade populacional (Hab./Km ²)
1991	19,43
2005	26,29
2011	28,43
2016	31,20

Fonte: IBGE, 2017. Elaboração: A autora, 2017.

Este aumento significativo da densidade demográfica, sobretudo entre os anos de 1991 e 2005 está associado às transformações ocorridas no campo resultantes da modernização da agricultura e da construção da UHE Corumbá IV. Os efeitos desses dois elementos associados resultaram no êxodo rural, na expropriação da terra e na mudança das relações sociais de produção. Acrescente-se também a implantação da cervejaria Schincariol e a forte relação com o Distrito Federal em referência à empregabilidade. Para Araújo Sobrinho (2008), há muitos moradores locais que trabalham no Plano Piloto, mas optam por viver em Alexânia em razão de o custo de vida ser mais barato e a moradia ser acessível mediante propriedade. Esses elementos têm contribuído para o aumento da população alexaniense.

A tabela 3 (já vista no Capítulo III) traz um panorama geral do total da população municipal e sua evolução, urbana e rural, no período de 1980 a 2010. O crescimento

populacional municipal, no período de 30 anos, foi de 97%. Esse índice indica um forte processo de imigração, mais intensa entre os anos de 1980 e 1991, intervalo em que a população cresceu a uma taxa de 36,0%, conforme a mencionada tabela 3.

Como o município até meados da década de 1990 ainda não tinha uma indústria moderna, inaugurada em 2003 com a instalação da cervejaria Schincariol, as taxas de crescimento decenal de 36,0% e 22,0%, sobre a população total, entre 1980 e 2000, pode ter resultado da proximidade entre Alexânia e Brasília. Os custos associados à moradia no Distrito Federal são bem mais elevados que os suportados na sede municipal de Alexânia. Assim, muita gente migrou de outras regiões dos país, atraída pelos fluxos originados da urbanização, da capital da República, e passou a residir em Alexânia.

A densidade demográfica municipal era de 23,64, em 2000, e saltou para 31,2, em 2016. Esses valores expressam uma variação positiva de 32,0% no período. E todo esse contingente populacional demanda trabalho, moradia, educação, saneamento básico⁹⁸, energia, serviços.

Em referência à situação de empregabilidade, é importante observar a tabela 11, que expressa esse quantitativo em alguns anos no período compreendido entre 1999 e 2015. A escolha pelos anos de 2003, 2005 e 2013 tem relação direta, respectivamente, com a instalação da indústria de bebidas Schincariol e do o DIAL e coma consolidação do *Outlet Premium* Brasília, embora esse tenha sido inaugurado em julho de 2012.

Tabela 11 - Alexânia: situação de empregabilidade no período de 1999 e 2015.

Situação de Empregabilidade	Anos				
	1999	2003	2005	2013	2015
Empregos ⁹⁹	870	1.578	1.853	4.272	4.409
Rendimento Médio (R\$)	320,70	541,65	550,34	1.486,01	1.738,26
Total de Admitidos (A)	457	345	439	1.677	1.685
Total de Desligados (D)	503	324	359	1.572	1.734
Saldo (A – D)	-46	21	80	105	-49

Fonte: MTEM, IMB e IBGE, 2017. **Elaboração:** A autora, 2017.

Os empregos gerados no período em tela alcançou a cifra de 3.539 novas vagas, que representa um aumento de 406,8%. O rendimento médio dos trabalhadores no primeiro ano

⁹⁸São os serviços relativos ao abastecimento de água potável, ao manejo de água pluvial, à coleta e ao tratamento de esgoto, à limpeza urbana, ao manejo de resíduos sólidos e ao controle de pragas e qualquer tipo de agente patogênico, visando à saúde das comunidades.

⁹⁹Corresponde ao total de vínculos empregatícios (VE) ativos. VE é a relação de emprego com CLT ou outra forma vinculação legal. É diferente do número de pessoas empregadas, pois um mesmo indivíduo pode estar ocupando mais de um posto de trabalho na data de referência.

era de R\$ 320,70 e atingiu, no fim do período, o montante de R\$ 1.738,26, ou seja, crescimento de 442,1%. Esse crescimento é mais representativo a partir do ano de 2013, o que pode indicar que a presença do *Outlet* tem contribuído para a elevação do rendimento mensal dos empregados em Alexânia. Na atividade de campo realizada no *Outlet*, identificou-se que os salários dos trabalhadores era de R\$ 2.000,00 até R\$ 3.000,00, o salário fixo mais a comissão sobre as vendas realizadas.

Quanto ao total de pessoas admitidas sobre aquelas desligadas de seus vínculos trabalhistas, registrou-se crescimento negativo apenas no primeiro e no último ano do período em tela. Vale lembrar que neste último ano a economia do país já começava a viver recessão gerada pela crise econômica que até hoje perdura.

Em 2010 a renda *per capita* de Alexânia foi de R\$ 14.464,56, a de Goiás foi de R\$ 17.783,03 e a do país foi de R\$ 19.878,00 (IMB e IBGE, 2016). Avaliando esses números isoladamente, a renda municipal está abaixo da renda estadual em 23% e da nacional em 37,4%. Esse dado é razoável se considerar que Alexânia é um pequeno município cuja economia encontra-se em consolidação. Entretanto, como esse índice resulta do PIB global dividido pelo número absoluto de habitantes do município ele não pode ser tomado isoladamente, pois não retrata a concentração de renda (IMB, 2016), historicamente elevada no nosso país.

Diante disto, para avaliar o nível de desenvolvimento local é importante considerar os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o de *Gini*. Em relação a esses indicadores, tem-se o quadro 14, que apresenta os valores correspondentes a Alexânia, ao estado de Goiás e ao Brasil, nos anos de 1991 e 2010.

Quadro 14 - Alexânia: Indicadores de renda e desenvolvimento no ano de 2010.

Indicadores de Desenvolvimento	Alexânia		Goiás		Brasil	
	1991	2010	1991	2010	1991	2010
Índice de GINI	0.51	0.48	0.58	0.56	0.64	0.61
IDHM	0.378	0.682	0.487	0.735	0.493	0.727

Fonte: IMB (2017) e Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal (2013) no Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas com dados do Censo Demográfico do IBGE. **Elaboração:** A autora, 2017.

Segundo o IPEA (2017), o Índice de Gini é importante para medir o grau de concentração de renda local e apontar a diferença entre os rendimentos dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos. Quanto mais distante de zero, maior a concentração de renda. Em Alexânia, em 1991, 51% da renda local encontrava-se concentrada entre os 20% mais ricos.

Essa situação mudou um pouco em 2010, onde houve redução da concentração em três décimos, embora tenha sido pequeno o avanço considerando o período de 19 anos.

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano Municipal (2013), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é composto por três das mais importantes áreas do desenvolvimento humano: vida longa e saudável (longevidade), acesso ao conhecimento (educação) e padrão de vida (renda). A fonte indica que quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa em análise. No caso de Alexânia, o IDHM de 1991 foi 0,378 e o de 2010, 0,682, indicando um avanço no desenvolvimento humano local de 0,304 no período em tela.

O quadro 15 expressa o quantitativo, no ano de 2016, de alguns dos principais serviços de ensino, saúde, agências bancárias e transporte coletivo demandados pelo dinamismo econômico do município e resultantes dos fluxos da BR-060. Estes serviços requerem ação pragmática da gestão pública local.

O município conta com o total de 26 estabelecimentos de ensino voltados à educação básica (creche e educação infantil, ensino fundamental e médio) e à formação superior. Essa estrutura está pulverizada entre os que ofertam formação particular e pública. Há apenas uma faculdade particular que dispõe de cursos semipresenciais de graduação – em Processos Gerenciais e Gestão Ambiental – e de especialização – Executivo em Negócios. Entretanto, em pesquisa de campo fomos informados de que a maioria dos jovens que desejam uma formação superior toda presencial busca-a em universidades de Anápolis, Goiânia e Brasília. Essas formações técnicas estão voltadas ao atendimento de mão de obra da indústria e do setor de serviços do município.

Quadro 15 - Alexânia: Infraestrutura municipal em 2016.

Serviços	Existe	Quantidade
Estabelecimentos de Ensino	Sim	26
Hospitais	Sim	01
Número de Leitos	Sim	34
Agências Bancárias	Sim	05
Transporte Coletivo	Não	00

Fontes: IMB, 2017; e pesquisa de campo, 2017. **Elaboração:** A autora, 2017.

Segundo o IBGE (2016), a taxa de alfabetização municipal, evoluiu de 72,6%, em 1991, para 89,42%, em 2010. Esses dados indicam um crescimento positivo de 23,2% nesses 19 anos. No período em tela, o IDHM da educação saltou de 0,158 para 0,568, o que indica

um avanço de 0,41 de centésimos no período. Denota que tem ocorrido desenvolvimento humano no quesito educação.

Há três aspectos que foram significativamente apontados pela população, nas atividades de campo, como os maiores problemas de seu cotidiano: a saúde, o transporte coletivo e a pavimentação e saneamento básico. Os dois primeiros serão tratados neste tópico, o último aspecto será analisado a seguir.

Quanto à saúde, o município possui alguns centros particulares de exames laboratoriais e por imagem e um hospital público. Este possui um número total de 34 leitos e atende especialidades médicas mais simples – obstetrícia, ginecologia e pediatria, por exemplo, relativas ao atendimento ambulatorial e à urgência. Entretanto, para o atendimento de casos de emergência, com risco eminente de morte ou sofrimento intenso, é necessário recorrer a Anápolis, a Goiânia ou ao Distrito Federal.

Em referência ao transporte coletivo, não há serviço de transporte público nem dentro da sede municipal, nem desta para os distritos Olhos d'Água e Serra do Ouro, nem para os povoados de Alvorada, Estiva, Morada do Sol, Três Vendas, Igrejinha, Arraial do Tônico e Caxambu. O deslocamento das pessoas é realizado a pé, de bicicleta, de motocicleta, em “carros de praça”, de carona ou em veículo próprio. Esse foi um dos problemas mais apontados pelos entrevistados nas conversas realizadas.

4.2.2 A ESTRUTURA URBANA

A estrutura urbana Alexaniense, conforme já enfatizado, é constituída por uma rede de serviços que resulta da demanda de diferentes agentes econômicos. Destarte, os serviços locais resultam dos fluxos da rodovia, do desenvolvimento do agronegócio, das centralidades da cervejaria *Heineken*, do *Outlet Premium Brasília*, da HUE Corumbá IV e da população residente. Nas atividades de campo constatou-se que embora o agronegócio local incremente a econômica urbana, as funções de atendimento às demandas desta atividade não são hegemônicas sobre as demais. Assim, aqui se analisarão os elementos mais significativos na rede de serviços urbanos.

Alexânia conta com os serviços de cinco agências bancárias: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Regional de Brasília, Bradesco e SICOOB. Este último foi instalado em agosto passado.

Para Ferreira (2016), os municípios do agronegócio acabam se destacando na quantidade de agências bancárias existentes. Esses serviços são fundamentais para os pagamentos, investimentos e concessão de créditos mais complexos vinculados à realidade do agronegócio local e quanto mais dinâmica é a cidade ligada ao agronegócio, mais agências vão existir.

A autora afirma que o agronegócio estabelece uma rede financeira ampla e essencial à realização das suas redes de comercialização. No caso de Alexânia, além da presença desta atividade tem-se também a cervejaria *Heineken*, o *Outlet Premium Brasília*, os serviços em geral, que também necessitam destes serviços bancários.

As agências bancárias em rede geram espaços de valores diferenciados no território. Tal aspecto remete diretamente ao significado de poder, principalmente quando associado à divisão do trabalho, que atribui papéis diferenciados na organização do espaço. Dessa forma, as corporações aproveitam-se da estrutura das redes para maximizar seus lucros, e o poder pode ganhar uma grandeza local ou regional que depende das suas interações (MATIAS; CARMO, 2012).

Chama a atenção a instalação do SICOOB em Alexânia. Ele é um sistema financeiro cooperativo constituído por cooperativas financeiras e empresas de apoio que, associadas, oferecem aos participantes os serviços de conta corrente, crédito, investimento, cartões, previdência, consórcio, seguros, cobrança bancária, dentre outros¹⁰⁰. O município de Alexânia - além das quatro agências bancárias já citadas, agora também possui um SICOOB que corresponde a quinta agência bancária, como pode ser visualizado na figura 82.

Figura 82 - Presença do SICOOB em Alexânia.



Fonte: A autora, agosto de 2017.

¹⁰⁰ Disponível em <http://www.sicoob.com.br>.

Além deste serviço fortemente vinculado ao agronegócio observou-se na sede municipal a marcante presença de outros serviços demandados pelo agronegócio, quais sejam lojas de produtos agropecuários e oficinas para conserto e manutenção de caminhões e máquinas agrícolas.

Quanto ao primeiro serviço, em atividade de campo identificou-se no mínimo 23 casas de produtos agropecuários de porte médio e grande. Esses comércios vendem uma infinidade de produtos necessários tanto ao agronegócio quanto aos pequenos produtores familiares, quais sejam ração, adubos, defensivos agrícolas, sementes, vermicidas, antibióticos e vacinas para os animais. Na figura 83 identificam-se alguns desses comércios.

Figura 83 - Alexânia: casas de produtos agropecuários e oficinas para caminhões e grande máquinas.



Fonte: A autora, agosto 2017.

Identificaram-se também diversas oficinas que trabalham com conserto e manutenção de caminhões – em virtude da demanda do fluxo da BR-060 – e de máquinas agrícolas resultantes das atividades do agronegócio no município. Sobre a oferta destes serviços informou-se que ela já não atende a grande demanda local e que muitas vezes, para descongestionar a grande procura, é preciso trazer profissionais de Anápolis ou de Brasília (informação verbal)¹⁰¹.

Por fim, ainda em referência às reconfigurações intraurbanas resultantes do agronegócio municipal que pode ser observado na paisagem da sede do município, identifica-se o transporte da produção do agronegócio e o avanço da mancha urbana sobre territórios produtivos do agronegócio. É marcante a presença de carretas transportando grãos (pela rodovia GO-139) e de caminhões longos conduzindo algum equipamento para a infraestrutura produtiva conforme, observado na figura 84.

¹⁰¹Informação fornecida por Armando Rollemberg Neto, Vice-Prefeito e gestor da SEDEM em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Alexânia, em setembro de 2017.

Figura 84 - Alexânia: transporte de equipamentos para propriedades agrícolas.



Fonte: A autora, agosto 2017.

A expansão urbana municipal tem avançado no sentido da rodovia GO-139. Ao longo desta estrada há grande concentração de territórios produtivos do agronegócio, segundo já foi contextualizado. Nessa região a paisagem urbana é marcada pelos cultivos do agronegócio e pela agroindústria UNICRIA, o que pode ser constatado na figura 85.

Figura 85 - Alexânia: agroindústria no perímetro urbano da cidade.



Fonte: A autora, agosto 2017.

Outra forma de entender a reconfiguração do território municipal pelos fluxos resultantes da BR-060 é buscar compreender os benefícios resultantes dos fluxos desta rodovia para a melhoria de qualidade de vida da população. Se a cidade é bem estruturada na oferta de serviços básicos, por exemplo, melhor será a qualidade de vida de sua população. Aqui será analisado aquele terceiro aspecto recorrentemente apontado pelos alexanienses como um dos problemas que precisam ser sanados. Refere-se à pavimentação e saneamento. A tabela 12 especifica a situação da estrutura de água, esgoto e energia no município, no período de 2000 a 2016.

Em referência à rede de água, em 2000 havia 36.476 metros de extensão e um contingente de 3.734 ligações de água. Considerando que nesse ano a população estimada era

de 20.047 moradores (IBGE, 2016), apenas 18,63% eram atendidos por esse serviço. Já no ano de 2016 a extensão da rede de água cresceu para 80.136 metros – uma variação positiva de 26,3% – e o número de ligações foi para 8.221 unidades, que atendia apenas a 31,1% da população total do município, visto que nesse mesmo ano a população estimada foi de 26.457 moradores (IBGE, 2016).

Aqui reside uma das deficiências da gestão pública perante o direito de acesso universal de toda a população a esse serviço. Os dados indicam que a água tratada não chega a quase 70% das residências. Evidencia-se a concentração dos benefícios econômicos decorrentes dos fluxos da BR-060, pois tais benefícios não chegam a toda a população na forma de serviços voltados à melhoria da qualidade de vida.

Outra exclusão verificada no contexto urbano refere-se à inexistência de serviço de rede de esgoto. Tal realidade segue semelhante padrão excludente das periferias urbanas de grandes cidades do Brasil. Alexânia é um pequeno município ainda em processo de consolidação, cuja sede foi planejada e hoje é a área de maior adensamento urbano. Entretanto, não obstante o dinamismo econômico do município verifica-se que a concentração de renda e a falta de planejamento, dos grandes centros urbanos, também se reproduz no município em estudo, muito embora seja proporcionalmente menor.

Tabela 12 - Alexânia: situação da estrutura de água, esgoto e energia entre os anos de 2000 e 2016.

Estrutura	2000	2005	2010	2016
Extensão da Rede de Água (M)	63.476	66.911	71.978	80.136
Ligações de Água (Nº)	3.734	4.992	6.218	8.221
Extensão da Rede de Esgoto (M)	-	-	-	-
Ligações de Esgoto (Nº)	-	-	-	-
Energia Elétrica Residencial (Total de consumo em MWH)	-	7.617	10.132	14.372
Energia Elétrica Residencial (Nº total de consumidores)	-	6.211	7.453	9.532

Fonte: IMB, 2017. **Elaboração:** A autora, 2017.

Quanto ao consumo de energia elétrica no território municipal, a tabela 12 mostra que no ano de 2005 havia o consumo total de 7,617 megawatts, situação que evoluiu para 14,372 megawatts, em 2016. Essa diferença representa um crescimento de 88,7% no período assinalado.

Em referência ao total de consumidores deste produto, em 2005 tinha-se o registro de 6.211 consumidores, que cresceu para 9.532 em 2016, representando uma variação positiva de 53,5%. Identifica-se aqui que o crescimento da renda local (já indicado na tabela 12) repercutiu no aumento do consumo de energia.

A expansão destes serviços decorre da expansão urbana municipal, do crescimento demográfico e do aumento da renda da população. Tais dinâmicas econômicas vão repercutir na expansão e na reconfiguração territorial do espaço urbano da sede municipal, o que exige maiores investimentos do poder público, que vem apoiando e incentivando a implantação de estruturas produtivas voltados à melhoria da qualidade de vida da população local.

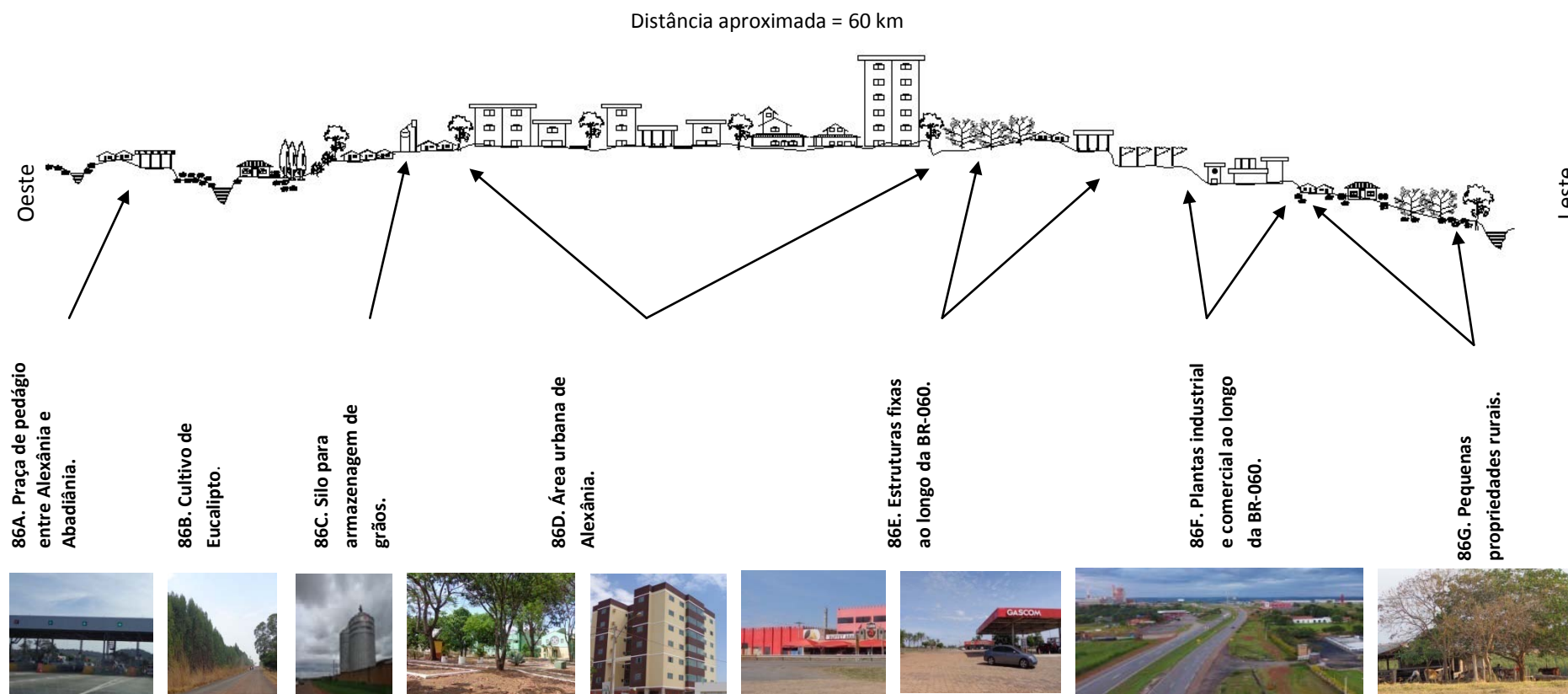
A figura 86 representa um perfil de solo da BR-060 no território municipal de Alexânia. Chama a atenção a diversidade de usos territoriais verificada ao longo dos sessenta quilômetros da rodovia. Tem-se a agricultura camponesa que resiste e é desenvolvida próximo aos territórios produtivos da cervejaria *Heineken*, do *Outlet Premium* Brasília, do Alambique Cambéba e das estruturas de postos e comércios instalados ao longo da rodovia no distrito de Serra do Ouro. Nesta região verificou-se o hegemônico processo de urbanização intensivamente acelerado pelas centralidades tanto da indústria quanto do *Outlet* que repercutiram na fragmentação dos territórios produtivos da agricultura camponesa.

A instalação daquelas grandes plantas produtivas resultou na demanda por novos serviços, quais sejam restaurantes, postos de combustíveis e comércios diversos. Os fluxos estabelecidos a partir dos fixos instalados resultam no adensamento urbano do distrito de Serra do Ouro. Registre-se também que o Alambique Cambéba, instalado no local antes da indústria de cerveja e do *Outlet*, embora não seja o maior vetor da dinamização econômica local, é importante ator hegemônico no contexto de expansão do distrito. Outro dado é que o término da construção do *Tauá Resort & Convention* Alexânia aprofundará a urbanização em curso.

Na mesma figura 86 veem-se os usos territoriais na área urbana da sede municipal, com indicação do início do processo de verticalização da cidade. Este edifício de seis andares é o primeiro a ser construído na cidade, e a sua concretização já denota a perspectiva de mudança do padrão horizontal para o padrão vertical das edificações. Indica a demanda por este tipo de moradia, para a qual há um mercado consumidor interessado em alugar ou comprar moradia com a segurança própria dos condomínios cujo acesso é controlado e vigiado.

Observa-se também que os territórios produtivos do agronegócio se expressam na paisagem ao longo da BR-060 pela presença de silos para armazenagem de grãos ou pelos cultivos de eucalipto para a comercialização da madeira. Por fim, tem-se o posto P01 de cobrança de pedágio, entre os municípios de Alexânia e Abadiânia.

Figura 86 - Perfil longitudinal da BR-060 no município de Alexânia.



Legenda: 86A) Praça de pedágio da BR-060 em Alexânia; 86B) Cultivo de eucalipto; 86C) Silo para armazenagem de grãos; 86D) Área urbana; 86E) Estruturas fixas ao longo da BR-060; 86F) Plantas industrial e comercial ao longo da BR-060; e 86G) Pequenas propriedades rurais. **Fonte:** 86A a 86E (A autora, jun./2016); 86F (FURTADO, 2016).

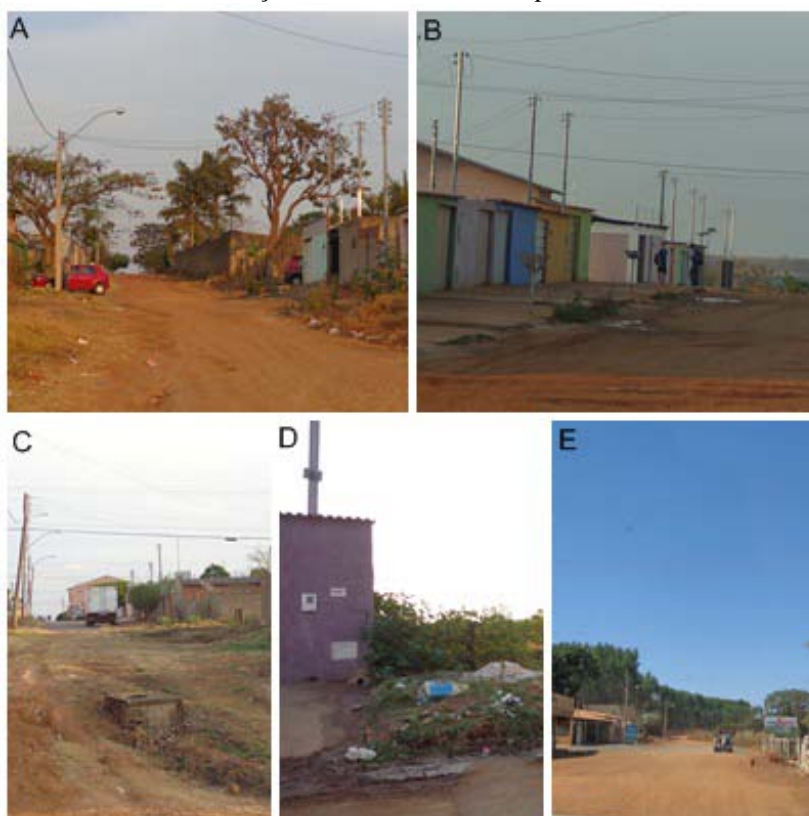
4.2.3 AS MORADIAS EM CONDIÇÕES INSALUBRES

A BR-060, enquanto rede material indutora de fluxos, tem significativo papel na exclusão territorial. É importante chamar a atenção para o fato de que o crescimento agigantado do PIB municipal no período de 1999 a 2014, conforme já discutido anteriormente a partir da figura 33 e da tabela 2 (contidas no Capítulo III), não tem significado necessariamente a elevação dos padrões de vida de toda a população local. E, não obstante a economia municipal ter-se tornado a 14ª mais importante no estado (IMB, 2012), é marcante na estrutura urbana e na concentração da renda quão é desigual a participação nos frutos do desenvolvimento alcançado pelo município. Esta concentração se expressa nos territórios de uso residencial sem os adequados serviços de pavimentação das ruas, coleta de lixo e saneamento básico. Nessas áreas, especialmente na periferia da mancha urbana municipal, estão instaladas moradias em condições insalubres. Verificou-se essa realidade igualmente nos distritos de Olhos d'Água e Serra do Ouro e nos povoados de Três Vendas, Igrejinha, Caxambu e Alvorada.

A estimativa da população de Alexânia (IBGE, 2017) indica que em 1980 havia 12.124 moradores e em 2016 aquele quantitativo saltou para 26.457. Nesses 36 anos a população cresceu 118,2%. Esses dados podem indicar melhores perspectivas de trabalho e renda, pois historicamente, no Brasil, os movimentos migratórios dirigem-se para os espaços geográficos que oferecem melhores oportunidades de emprego (Damiani, 1991). No caso de Alexânia são vários os fatores responsáveis por essa atratividade: a posição estratégica próximo a Brasília, a cervejaria *Heineken*, o *Outlet Premium Brasília*, o agronegócio, as agroindústrias e outra infinidade de serviços que geram emprego e renda para a população que chega.

Associado à moradia demandada por esta população, tem-se a ampliação constante dos serviços de saneamento básico, por exemplo. Entretanto, a resposta do poder público municipal não ocorre na mesma velocidade do crescimento urbano, o que resulta em inúmeras edificações construídas sem adequadas condições de salubridade e sem o devido saneamento básico, conforme observado na figura 87.

Figura 87 - Moradias em condições insalubres no município de Alexânia.



Legenda: A), B) e C) Sede municipal: ruas sem pavimentação e sem saneamento básico; D) Sede municipal: esgoto e lixo na rua; E) Três Vendas e Caxambu: estrada de acesso ao sul do município sem pavimentação. **Fonte:** A autora, setembro de 2017.

Na porção urbana da sede municipal, na área a montante da BR-060, verifica-se a maior concentração urbana em condições insalubre e é esta a porção do território municipal que possui os terrenos menos movimentados, oferecendo melhor segurança geológica à instalação de equipamentos fixos. Entretanto, quanto mais longe da rodovia, mais precário vai se tornando o padrão habitacional na sede do município.

Ainda nesse adensamento urbano, a montante da BR-060, após treze ruas paralelas a essa modal, nas proximidades da estrada que segue para o distrito de Olhos d'Água, muitas casas estão sendo construídas em vertentes íngremes e com precário ou inexistente serviço de água, esgoto, coleta de lixo e energia (SILVA e ARAÚJO SOBRINHO, 2016).

Pelas discussões contidas neste capítulo, verificou-se que além do agronegócio há outros processos econômicos atuantes na reconfiguração do território municipal de Alexânia. Esses processos resultam da cervejaria *Heineken*, do DIAL, do *Outlet*

Premium Brasília e da UHE Corumbá IV, que, a partir da BR-060, estabelecem fluxos e dinâmicas espaciais que resultam na reprodução do capital.

Os fluxos da BR-060 têm capturado o território municipal com a finalidade de constituir territórios de excelência articulados sob a lógica e interesses dos atores hegemônicos nacionais e internacionais (cervejaria e *Outlet*), estadual (UHE Corumbá IV) e local (Alambique e *Resort*). Importa esclarecer que as escalas de atuação destes atores hegemônicos não são tão precisas, quanto pareceu nos exemplos, ao recorte. Na reprodução do capital, essas escalas se sobrepõem e se articulam sempre na solidariedade necessária à concretização das condições materiais de constituição dos territórios produtivos. A BR-060 inclui e solidariza porções específicas do território municipal.

Por outro lado, verificou-se que essa rodovia promove segregações geradas pela concentração de renda, que se expressam em porções específicas do território municipal não beneficiadas pelo crescimento econômico resultante daqueles fluxos da BR-060 enquanto rede técnica. São essas exclusões, que resultam do movimento do capital global em reprodução no território do município, que serão discutidas no capítulo a seguir.

CAPITULO V - A RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL A PARTIR DA BR-060 E O MITO DO PROGRESSO: O DESENVOLVIMENTO INCOMPLETO EM ALEXÂNIA

Neste último capítulo, reside o desafio de realizar uma síntese a partir das discussões anteriores. Aos argumentos apresentado indicam para a histórica atuação do Estado brasileiro em busca da integração nacional por meio das seguintes ações: a construção da malha rodoviária nacional; o apoio à ampliação da fronteira agrícola nacional; a modernização da agricultura em Goiás; as edificações de Brasília e de Goiânia. Agora é indispensável analisar quais os rebatimentos decorrentes dessas iniciativas na reconfiguração territorial de Alexânia e como o território municipal é capturado pelos fluxos da BR-060.

Conheceu-se o sentido da edificação da capital do país e a posterior construção da BR-060 que resultaram na mudança do eixo municipal de desenvolvimento então transferido para a nova cidade (Alexânia) que passou a se desenvolver sob as demandas dos fluxos decorrentes da rodovia. Desde então, rede técnica tem capturado o território municipal e contribuído no desenvolvimento de territórios especializados articulados ao agronegócio estadual, nacional e global. Tal processo resulta em reconfiguração do território municipal.

Foi analisado que a localização municipal da cidade de Alexânia, entre Brasília e Goiânia e lindeiro à BR-060 também coloca o município em posição privilegiada no que tange aos interesses dos atores sintagmáticos (Raffestin, 1993) no estabelecimento de outros investimentos econômicos além do agronegócio. Assim, a indústria de bebidas, o *Outlet*, o DIAL e os fluxos resultantes do lago da UHE Corumbá IV têm contribuído para a gênese de novas dinâmicas municipais também nos setores industrial e de serviços. Ao que se conclui que esses espaços produtivos associados ao agronegócio dinamizam e diversificam a economia municipal. Assim, a economia de Alexânia não está refém apenas de um único ramo produtivo, ao menos do atual período.

Verificou-se que o desenvolvimento dessas atividades econômicas resultam na reconfiguração do território municipal. Elas resultam da captura do território municipal pelos fluxos da BR-060. Logo se constatou as rápidas transformações, no município em

análise, resultante da influencia dos fluxos dessa rede técnica, tanto em termos de inclusão quanto de exclusão de porções específicas do território municipal.

Essa constatação coloca a necessidade de contextualizar também quais as consequências do mito do progresso, muito diretamente relacionado às políticas desenvolvimentistas do Estado e das promessas de progresso atreladas ao agronegócio e as atividades da indústria de bebidas, do *outlet*, do DIAL e dos fluxos resultantes do lago da UHE Corumbá IV, em Alexânia. Como efeito dessas dinâmicas econômicas, também foram verificadas outras realidades decorrentes da lógica de exclusão estabelecida pela BR-060 e é importante evidenciar essas realidades como efeitos do modelo de desenvolvimento econômico em curso.

Neste aspecto acredita ser importante também o apoio, da gestão pública municipal, voltado ao fortalecimento de iniciativas comunitárias que contribuam na geração de renda aos grupos locais e como condição de inclusão social e de fortalecimento comunitário.

5.1 EIXO ESTRATÉGICO DE INTEGRAÇÃO: O SENTIDO DA BR-060 NA RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DE ALEXÂNIA

Conforme discussão realizada neste estudo identificou-se a histórica presença do Estado brasileiro no planejamento, concepção e implantação da rede rodoviária brasileira. Sob o discurso do progresso e da integração nacional o Estado criou, ampliou e estabeleceu a rede rodoviária nacional em atendimento aos interesses de fluidez espacial voltados à expansão do capital.

A origem das rodovias, no país, se deu apenas após a década de 1920 e o Plano Catrambi, que resultou na primeira estrada pavimentada em 1928, foi o marco de estabelecimento das bases da rede rodoviária nacional. Ao final dessa década, os investimentos públicos resultaram na materialização de 6.000 quilômetros de estradas carroçáveis e 2.255 quilômetros de estradas de rodagem concentradas especialmente nas regiões Nordeste e Sudeste (Castilho, 2014).

Verificou-se que o peso do capital sobre as decisões do Estado na orientação e implantação das políticas de integração do território nacional por meio das rodovias

(Castilho, 2014) foi uma constante. Assim, a partir dos anos de 1940, as variáveis determinantes aos investimentos na expansão rodoviária vinculavam-se ao crescimento econômico e à evolução urbana. Quanto ao primeiro aspecto, o território nacional era marcado pelas ilhas de produção, São Paulo era o 'centro' da indústria nacional, o país era constituído por um interior com poucas cidades e a porção litorânea e o Centro-Sul era mais concentrada. Mais estradas foram construídas ligando agora os espaços de produção aos mercados de consumo (SANTOS e SILVEIRA, 2012).

As políticas analisadas, no recorte temporal desse estudo, representadas pelos PNDs, pela edificação de Brasília e pela construção da BR-060 constatou que o Estado cumpriu a integração, que além da territorial foi também das demandas produtivas e de mercado. Os dados e informações confirmaram que, nas décadas de 1950 a 1980, permaneceram as políticas do Estado sobre o território nacional na continuação da edificação de novas estradas e no melhoramento das já existentes. Outro elemento verificado foi que a busca pela integração do território nacional, por meio das políticas do Estado, resultaram no desenvolvimento desigual das regiões no país.

Foi indicado que paralelo ao processo de expansão das rodovias no país teve-se também a construção de portos, aeroportos, redes de telefonia e elétrica cujo propósito era a edificação de uma densidade técnica nos lugares para torná-los aptos à produção. Essas estratégias estiveram sempre profunda ligação com a política econômica, financeira e de transportes praticada pelo governo e evidenciou-se que o quadro internacional tem tido histórica influência sobre os cenários político e econômico do Brasil.

Destarte, o sistema de transporte rodoviário brasileiro atual responde por aproximadamente 60% das cargas transportadas e a extensão total da rede rodoviária brasileira, em 2008, era de 1.586,242 quilômetros, incluindo rodovias federais, estaduais transitórias, estaduais e municipais, pavimentadas e não pavimentadas. Em 2011 a rede rodoviária federal recobria todo o território nacional embora fosse mais rarefeita e descontínua na região Norte e mais adensada nas regiões Sudeste, Sul, Nordeste e Centro-Oeste.

Nessa região o recorte espacial de análise foi o estado de Goiás e mudança de escala de análise indicou que o resultado das políticas do Estado gerou um desenvolvimento desigual do território estadual. Destarte, esse território teve na Marcha

para o Oeste, na CANG, na edificação de Goiânia e Brasília, nas BR-153 e BR-060 e nos PNDs importantes variáveis ao seu processo de formação territorial. Entretanto, frente ao recorte temporal desse estudo priorizou-se a análise da construção de Brasília e da BR-060 e na contextualização dos resultados dos PNDs frente à modernização agrícola do agronegócio goiano. Essas políticas contribuíram na melhor análise das repercussões das ações do Estado na reconfiguração de Alexânia.

Constatou-se assim com as informações e dados que a Região é um meio de interação social, conforme apontado pela proposta metodológica do presente estudo (Bezzi, 2004). Ao que foi indicado que as políticas do Estado (a Marcha para o Oeste, a CANG, a edificação de Goiânia e Brasília, as BR-153 e BR-060 e os PNDs) são estabelecidas em relação a um poder central (o Estado) e um espaço diversificado (o território nacional).

Verificou-se que a construção das duas capitais planejadas no interior do país foi estratégia eficaz voltado ao povoamento regional. Para Arrais (2008) os planos urbanísticos e arquitetônicos dessas cidades indicavam o projeto de modernização das elites regionais e nacionais que criavam duas cidades ideais negando assim o retrato da sociedade que as criou. O discurso da integração realizada via Estado e materializados por meio dessas cidades em verdade foi a precondição a uma modernização conservadora frente à segregação resultante dessas políticas.

Nesse sentido a edificação de Goiânia, na década de 1930, teve repercussão na escala regional e contribuiu para a expansão da rede rodoviária do país e teve grande importância ao adensamento territorial do estado. Assim, essa nova capital respondeu, a um só tempo, ao projeto político das oligarquias regionais que viam nessa ação uma estratégia geopolítica e à necessidade de construção de um novo marco espacial a partir do qual o povoamento pudesse irradiar. Diante disso, Goiânia estimulou a migração pra o centro do país (FERREIRA, 2016) e as estradas então implantadas dinamizaram o comércio local e levou ao estabelecimento de uma rede de serviços (LUZ, 2005) criando-se, portando, as condições materiais necessárias à construção de Brasília na década de 1950.

Concernente ao recorte temporal deste estudo (de 1950 aos dias atuais) teve-se a edificação de Brasília que foi uma ação estatal de repercussão nacional e estimulou ainda mais o povoamento regional pela migração originada do Nordeste e de Minas

Gerais, principalmente. No âmbito das ações de integração nacional a nova capital foi um novo marco espacial que estimulou o povoamento do Centro-Oeste e da Amazônia (ARRAIS, 2008) e contribuiu no avanço da fronteira agrícola nacional. Essa ação estatal foi determinante ao adensamento da rede rodoviária nacional pela implantação de estradas que ligavam todas as regiões do país com fluxos e conexões necessárias à reprodução do capital nacional.

Assim, a partir da década de 1950 a rede rodoviária consolidada no território goiano além de realizar a ligação entre as regiões é testemunho também da capitalização do território nacional (ARRAIS, 2007) pelo Estado. Ao que vai concordar Castilho (2014) que afirma ser esse sistema técnico concebido no âmbito das políticas do Estado, que também normatiza e faz a gestão do sistema, e o seu controle ocorre segundo os interesses voltados à reprodução do capital. Constatou-se aqui a busca pela edificação de uma densidade técnica nos lugares – por meio de rodovias, portos, rodovias, terrenos preparados – para torná-los aptos à produção (SANTOS e SILVEIRA, 2012, p. 116).

A contextualização dessas políticas contribuiu na elucidação da compreensão da formação regional goiana a partir da interação social e do poder nela articulado pelo Estado. Verificou-se portando, frente à proposta metodológica deste estudo, que a Região é um meio de interação social (Bezzi, 2004) e que essas políticas do Estado (edificação de Brasília, a construção da BR-060 e os PNDs) contribuíram na caracterização da conformação regional.

Dentre as rodovias construídas no âmbito dessas ações do Estado teve-se a BR-153 que foi consolidada a partir dos anos de 1970. Embora o reconhecimento aqui ao significativo papel estratégico dessa estrada, destaque foi dado a BR-060, construída em 1950, a partir da edificação de Brasília. O recorte espacial dessa estrada foi utilizado para análise neste estudo tendo em vista a afirmação de que os fluxos resultantes desta rodovia influem na reconfiguração do território municipal de Alexânia.

Constatou-se que no transcurso dos anos a BR-060 foi transformada pelo capital em importante corredor econômico e demográfico do Centro-Oeste brasileiro e teve a capacidade logística ampliada pelos investimentos realizados pelos governos federal e estadual. No período de 1988 e 2007 foram gastos R\$ 310,90 milhões na duplicação de trecho entre Brasília e Goiânia. Já no período de 2011 a 2014 frente a urgência de circulação do agronegócio goiano o governo investiu R\$ 1,7 bilhão.

Essas iniciativas além de confirmar a permanente ação do espaço na capitalização do território goiano sinalizam para o papel estratégico dessa rodovia que no decurso de 26 anos custou R\$ 2.010,9 bilhões aos cofres do Estado (União e Goiás) e não obstante todo esse investimento, em 2013, o Governo Federal ‘privatizou’ parte da estrada pela concessão de sua administração à iniciativa privada. Por meio de um contrato de concessão, em vigor a partir de 2015, que permite a cobrança de pedágios no trecho entre Brasília e Goiânia.

As discussões contidas ao longo do estudo indicaram o essencial papel dessa rodovia no processo de territorialização da moderna agricultura goiana, desde a década de 1950 aos dias atuais. E a construção da BR-060, juntamente com uma série de “políticas territoriais desenvolvidas no âmbito do pacto entre o Estado brasileiro e o capital internacional, tratou de elaborar uma configuração territorial e uma logística espacial para integrar o território do Cerrado à lógica da economia mundial” (SANTANA et. al., 2016, p. 115).

O olhar atento a esse recorte espacial de estudo permitiu ainda inferir acerca do papel dinamizador da circulação no território. Nesse sentido, Arroyo (2006) argumenta que, entre as características da circulação está a promoção da diferenciação e da centralidade. Segundo a autora, os territórios que dispõem de meios técnicos e normativos capazes de impulsionar conexões passam a atrair as atividades modernas e os novos investimentos. Santos (2012b) também corrobora esse debate, ao dizer que a maior divisão técnica e territorial do trabalho na atualidade é acompanhada pelo imperativo da fluidez.

Ainda no âmbito das políticas de integração do território goiano teve-se o Programa de Ação Econômica do Governo (1964 a 1966), o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico (1967 a 1976), I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972 a 1974) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975 a 1979) que tiveram grande repercussão na reconfiguração territorial pela agricultura. Os dois últimos foram primordiais à continuidade da expansão da fronteira agrícola, em Goiás, pelo estímulo ao uso de técnicas modernas e insumos agrícolas. Conforme foi discutido, essas condições resultaram na modernização agrícola e na inserção do estado no contexto da economia nacional pela agropecuária.

Entretanto, conforme discussão do estudo, a modernização da agropecuária não foi em todo o território estadual e nem ao mesmo tempo. Fruto das contradições inerentes ao capital essa modernização conservadora criou territórios especializados articulados como um *contínnum* pelos fluxos da BR-060 (recorte espacial de análise desse estudo).

Nesse sentido, discutiu-se que a modernização da agropecuária associada à expansão das técnicas e tecnologias voltadas ao processo produtivo que só foi possível por meio das ações do Estado que subsidiou a implantação das inovações tecnológicas contidas nos *pacotes tecnológicos*. Nos dias atuais vige a industrialização da agricultura como etapa seguinte da modernização agrícola.

Para compreensão do agronegócio alexaniense procedeu-se com o recorte da BR-060, em Goiás, na perspectiva de entender o agronegócio estadual articulado ao nacional e internacional tendo essa rede material como condição de realização. Desse modo, contextualizou-se o Sudoeste-Goiano como importante território estadual onde foi estabelecido todos os meios técnicos e normativos necessários ao impulsionamento de conexões regional e nacional. Essa configuração atrai as atividades do agronegócio e toda a cadeia de novos investimentos a ele articulados.

Contextualizou-se a marcante funcionalidade agroindustrial da BR-060 no Sudoeste Goiano que por fluxos integrados à demais rodovias (BR-158, BR-452 e BR-364) permite a distribuição de toda a produção agroindustrial desta região ao mercado consumidor nacional e internacional. Verificou-se que BR-060 e BR-364 contribuem para a formação de um importante corredor de transporte que além de concentrar intenso tráfego de veículos leves e pesados articula também centros produtores, mercados consumidores e interesses políticos e econômicos (SANTANA, et. al., 2016).

A partir da contextualização do Sudoeste Goiano, constatou-se que o agronegócio envolve uma cadeia de processos e arranjos espaciais - local, regional e nacional - que se realizam tanto no urbano quanto no rural e geram formas espaciais expressas na paisagem. Resultante dessa cadeia de processos vão se constituir as Regiões Produtivas do Agronegócio RPAs. Para Elias (2013) as RPAs são “híbridos formados por espaços agrícolas altamente racionalizados somados a espaços urbanos não metropolitanos, cidades de porte médio ou cidades menores - cidades pequenas (p. 27).

Aos espaços urbanos inseridos em RPAs - que desempenham muitas funções urbanas diretamente inerentes ao agronegócio globalizado - onde se dá a gestão local ou regional do agronegócio globalizado a autora vai denominar de cidades do agronegócio (ELIAS, 2011). Essas cidades são aquelas “cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções; [... nelas] é nítida a dependência da economia urbana de alguma importante produção agrícola e/ou de sua transformação industrial” (ELIAS, 2011, p. 162).

Nessa discussão dos espaços urbanos inseridos nas RPAs – ou seja, as cidades do agronegócio -, contextualizou-se os municípios de Rio Verde e Jataí, no Sudoeste Goiano, se enquadram com evidência na caracterização das RPAs apontada por Elias (2013). Para Pizarro (2017) nesses municípios as atividades do agronegócio produzem o espaço geográfico e concretizam formas e funções para a produção das atividades da cadeia produtiva de aves, suínos, leite, carne bovina, soja, milho e sorgo.

Ainda na busca pela identificação e compreensão das variáveis responsáveis pela reconfiguração do território municipal de Alexânia continuou-se na análise do sentido dos fluxos da BR-060 na constituição das diversas funcionalidades das cidades e regiões sob sua influência em Goiás.

Conforme acima indicado, o agronegócio no Sudoeste Goiano é a expressão da estratégia de exploração do Cerrado enquanto exportador de produtos primários e *commodities* agrícolas (SANTANA et. al., 2016). A BR-060 constitui-se em importante eixo que assegura a logística necessária à geração de fluxos integrados voltados à distribuição da produção agropecuária par ao mercado nacional e internacional.

Assim, a lógica produtiva do agronegócio indica a importante função dessa rodovia que vai também articular importantes centros urbanos, conformando uma rede de cidades responsável por inserir o território goiano na divisão do trabalho nacional e internacional, ao que se acrescenta que por este modal se realiza os principais fluxos de comercialização regional de produtos industrializados e de serviços do estado.

Em verdade esta rodovia radial cuja função é interligar o Distrito Federal aos pontos mais extremos do Brasil (DNIT, 2017) resultou do projeto geopolítico em torno da construção de Brasília e da conseqüente modernização territorial de Goiás (SANTANA et. al., 2016). Para os autores, a implantação da estrada associa-se à “modernização conservadora da agricultura, a expropriação de famílias camponesas, a

aceleração da urbanização, a formação de uma rede urbana concentrada e desigual e a intensificação dos problemas socioambientais” (p. 113).

Para os autores o traçado da rodovia se sobrepõe a uma área de 35 municípios goianos onde alguns são mais impactados que os outros pelos fluxos em obediência à disposição do traçado da via. “Trata-se de um imenso corredor do agronegócio brasileiro configurado por atores e classes sociais diferenciadas que, por isso, sofrem os efeitos igualmente diferenciados da rodovia em questão” (pp. 110, 111).

É o novo uso agrícola do território, no período técnico-científico-informacional cujas inovações técnicas e organizacionais na agricultura concorrem para criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra. Este é marcado pela circulação de produtos e de informações; pela preeminência dada à exportação (SANTOS e SILVEIRA, 2012, p. 118). Constatou-se, no caso da BR-060, o que afirma esses autores que na atualidade os sistemas de engenharia que antes eram praticamente subordinados às condições locais são, cada vez mais, tributários de relações mais amplas.

A busca pela compreensão do sentido da BR-060 na reconfiguração de Alexânia orientou também a análise do recorte espacial do eixo-Brasília-Anápolis-Goiânia. Neste contexto, Santana et. al. (2016) destacam que essas duas cidades expandiram-se, reorganizaram as suas morfologias, seus marcos espaciais e as suas economias para atender o dinamismo econômico da região Centro-Oeste. O que resultou na captura para si da função de fornecedoras de serviços para o território goiano, de economia agroexportadora.

Verificou-se nesse eixo Brasília-Goiânia a preponderante funcionalidade urbano-industrial (Santana, et. al., 2016) sobreposta às demais funções. Esse é o ‘espaço do comando’ onde estão localizadas as empresas dotadas de maior poder econômico e político. Esse eixo evidencia o peso da política territorial por meio da intervenção direta do Estado em planejar e ajudar a financiar a construção das cidades de Goiânia e de Brasília; e convence o argumento de que a expansão e a consolidação capitalista do país estiveram na ordem geopolítica desde os anos de 1930 (SANTANA, et. al., 2016).

Brasília e Goiânia seriam assim espaços de comando (SANTOS, 2012; SANTANA et. al., 2016) e como a especialização dos lugares é também uma manifestação da divisão territorial do trabalho (SANTOS e SILVEIRA, 2012) elas se especializaram na produção e na circulação de informação, que ao mesmo tempo as

retroalimentam e reforçam suas posições no eixo. Para esses autores a informação constitui uma nova forma de trabalho ao que ratifica a posição dessas cidades como espaços de comando no sentido territorial da BR-060 em Goiás.

Constatou-se assim, que essa rodovia, como importante sistema técnico, gera fluxos locais, regional e nacional que capturam territórios específicos à lógica produtiva do agronegócio. Desse modo, os fluxos são instrumentos de trabalho do capital que colonizam o território de forma seletiva, de tal modo que os pedaços de maior densidade técnica acabam por oferecer mais possibilidades do que os menos dotados desses recursos de conhecimento (SANTOS e SILVEIRA, 2012).

Quanto a Anápolis a sua participação no processo ocorre de maneira integral como polo industrial que arrebatou cerca de 130 empresas (SANTANA, et. al., 2016) e é possuidor do segundo maior PIB goiano (IMB, 2016).

As três cidades são emblemáticas na configuração de um eixo de desenvolvimento e possuem força demográfica e econômica. O corredor formado pela BR-060 entre as cidades de Brasília e Goiânia acumula atividades diversas entre as quais destacam-se os serviços financeiros; os de transporte e logística; os de formação de mão de obra; entre outras que contribuem na estruturação de atividades ligadas ao setor agroindustrial (SANTANA et. al, 2016). Os sistemas técnicos sofisticados exigentes de informação e produtores de informação sobre o território (SANTOS e SILVEIRA, 2012) vão encontrar nessas cidades, em maior oferta, capacidade técnica capaz de gerar os comandos necessários aos territórios produtivos agroindustriais.

No presente estudo a proposta metodológica indicou que para a compreensão do fenômeno regional é fundamental a análise dos processos capitalistas em curso. Nesse intuito, a modernização da agricultura goiana e as dinâmicas resultantes dos fluxos da BR-060, em Goiás, foram variáveis importantes de serem analisadas frente ao recorte regional (Goiás) e temporal (de 1950 aos dias atuais) proposto. A partir dessa análise foi possível identificar que esse fenômeno regional se constitui como articulação das relações de produção organizada em uma rede de processos parciais interligados.

Partiu-se então para a análise do território municipal de Alexânia entendendo ser ele resultante das dinâmicas regional do agronegócio. Assim, constatou-se que a edificação de Brasília, em 1950, e a conseqüente construção da BR-060, no mesmo

período, foram às principais variáveis que repercutiram no processo de reconfiguração do território municipal frente ao desenvolvimento do agronegócio nos anos seguintes.

As leituras e as entrevistas permitiram identificar que a origem do município ocorreu no período do ciclo do ouro no país, no século XVIII. Assim, os fluxos resultantes das Bandeiras paulistas contribuíram na fundação do arraial de Corumbá, importante área minerada, em 1730, e na construção da estrada real por onde circulavam tropeiros e comboieiros entre o Rio de Janeiro e as minas de Tocantins, no território goiano.

Verificou-se que o município de Alexânia originou-se no distrito de Olhos d'Água que se tornou importante local de descanso e pouso pela presença de uma importante mina de água no local. A partir desse ponto iniciou-se a constituição da comunidade em áreas de duas grandes fazendas locais. Assim, os principais marcos geohistóricos de constituição de Olhos d'Água foram: O registro em batistério (1948); a inauguração da capela e da praça (1941); a doação de terras para constituição da comunidade; a transformação em distrito de Santo Antônio de Olhos d'Água (1953); e em município (1958).

Verificou-se que na origem do município os arranjos produtivos local estavam associados à atividade mineradora. Entretanto, mesmo com a decadência dessa atividade o município de Corumbá de Goiás, a quem Olhos d'Água estava vinculado, consolidou-se como importante entreposto comercial. Essa variável repercutiu positivamente no território local que se voltou à produção agropecuária para autossustento em roças coletivas e nos quintais a partir do uso de técnicas rudimentares.

Contextualizou-se que, na década de 1950, a criação do município de Alexânia (Santo Antônio de Olhos d'Água) resultou da fragmentação territorial gerada pela construção de Brasília. Para Arrais (2008) a edificação da capital do país guarda conflitos e tensões espaciais no território goiano e as leituras e as entrevistas permitiram a identificação desses conflitos na constituição territorial alexaniense.

Identificou-se que a perspectiva de desenvolvimento regional gerada a partir da edificação de Brasília resultou na criação da cidade de Alexânia e na posterior transferência da sede municipal para essa cidade. Assim, a construção da BR-060, decorrente da edificação da capital do país, foi variável determinante para que o então gestor público materializasse o sonho de construir a cidade por ele idealizada.

Identificou-se nas entrevistas que a emancipação de Santo Antônio de Olhos d'Água (1958), até então pertencente à Corumbá de Goiás, resultou da conjugação dos interesses entre a oligarquia agrária local e os grupos políticos regionais. Ao passo que a criação de Alexânia e a posterior transferência das funções administrativas resultou no rompimento entre esses grupos. Esses conflitos locais foram constatados por meio das entrevistas junto aos moradores mais antigos do distrito de Olhos d'Água.

Constatou-se assim, a origem da captura do território municipal pelos fluxos da BR-060. Assim, Alexânia (sede) nasceu sob a perspectiva de modernização municipal resultante dos fluxos gerados a partir de Brasília. Constata-se aqui o rebatimento das políticas nacionais no território municipal. Verificou-se a reconfiguração do território municipal como resultado dos fluxos dessa rodovia que resultou na origem do núcleo urbano da nova sede municipal. Os interesses políticos envolvidos trabalharam na constituição de uma rede de serviços voltados ao atendimento dos fluxos da rodovia.

Infere-se assim, que os fluxos resultantes da BR-060 capturam áreas específicas do território municipal que são dotadas da necessária técnica favorável à reprodução capitalista no município de Alexânia.

A partir da análise do PIB, do período de 1999 a 2014, e das entrevistas realizadas, contextualizou-se o crescimento do agronegócio no município a partir do ano de 2000. A avaliação dessa variável para a agropecuária apontou para o crescimento de 681,63% no período de 16 anos. Esse PIB é constituído, principalmente, pela produção agrícola de soja, cana-de-açúcar e milho.

Na pecuária constatou-se que os principais efetivos referem-se a galináceos, bovinos e equinos. Verificou-se que a bovinocultura de leite desenvolvida no município tem se consolidado no estado e no país pela qualidade genética superior.

Em relação à verticalização das atividades do agronegócio verificou-se que esta é representada pelas agroindústrias, predominantemente, situadas próximo aos territórios produtivos do agronegócio municipal. O frigorífico Peixe Brasil, a fábrica de rações UNICRIA e as granjas Alexaves e Asa Alimentos são representativas do beneficiamento de parte da produção do agronegócio municipal. As leituras, as observações de campo e as entrevistas indicaram que os territórios produtivos do agronegócio em Alexânia constituem as RPAs do agronegócio goiano pela conformação

de espaços racionalizados e especializados voltados à produção com técnicas da moderna agricultura.

Constatou-se que os territórios produtivos do agronegócio municipal estão concentrados na porção norte do município. A produção de soja e milho e o gado bovino de corte estão nessa área. As agroindústrias Peixe Brasil, Alexaves e a fábrica de rações UNICRIA também se localizam na porção norte. Já na porção sul identificou-se uma granja de aves e suínos e duas fazendas produtoras de matriz genéticas bovina.

Pelas entrevistas, leituras e observações de campo constatou-se que a BR-060 é a principal rede técnica que viabiliza a produção no território municipal e a comercialização regional dessa produção.

Os fluxos resultantes da BR-060, que é o grande corredor do agronegócio em Goiás, também capturaram porções especializadas do município em estudo. Verificou-se que, findada a possibilidade de ligação material por meio da BR-060, a segunda principal rodovia no município é a GO-139 que se constitui no principal eixo de circulação de toda a região norte do município.

Esse importante corredor da produção do agronegócio intramunicipal era pavimentado só até o balão que dá acesso a Olhos d'Água. Entretanto, desde junho do corrente ano o governo estadual destinou o valor de R\$ 32 milhões para pavimentação dos demais 32 quilômetros. Verifica-se, ao moldes do que ocorre em escala nacional, o protagonismo do governo na constituição das condições materiais necessários à produção e comercialização do agronegócio municipal.

Pelas considerações acima e pelas discussões do estudo, obtém-se assim uma radiografia espacial, da localização dos pontos luminosos do agronegócio no município. Da mesma forma e nos moldes do agronegócio estadual e nacional, na escala intramunicipal, essa atividade também se beneficia da logística espacial para comercialização da produção voltada ao mercado consumidor regional e internacional.

A hipótese original que orientou o presente estudo afirma que o município de Alexânia é um nó na rede de cidades do agronegócio no estado de Goiás e que a BR-060 é a rede técnica que articula os diversos territórios voltados à produção do agronegócio goiano. A contiguidade espacial desses territórios, do qual Alexânia é um nó/ponto, se dá por meio dos fluxos resultantes desta rodovia e estes fluxos que

decorrem das atividades do agronegócio no estado resultam em processos de reconfiguração territorial municipal.

Pelas leituras, análise dos dados, observações de campo e entrevistas verificou-se que Alexânia não é uma cidade do agronegócio, pois na escala intramunicipal as funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado não são hegemônicas sobre as demais funções (Elias, 2011). Não foi constatada a nítida dependência da economia urbana às atividades do agronegócio municipal.

Entretanto constatou-se que esse município faz parte de uma Região Produtiva do Agronegócio (RPA) goiano, pois utiliza a mesma lógica de organização produtiva da moderna agricultura: as inovações técnicas e tecnológicas; a expropriação dos recursos naturais; a ampliação da circulação de mercadorias; e o fomento às desigualdades no território municipal. Já é possível afirmar essa constatação aqui pelos dados, leituras e entrevistas realizadas no transcurso do estudo; e mais a frente será apresentado a síntese dos principais circuitos espaciais da produção municipal.

Indica-se aqui que outro elemento econômico que reconfigura o território municipal é o agronegócio que se realiza no local por meio dos fluxos da BR-060. Do mesmo modo que no estado de Goiás, as transformações territoriais voltadas à modernização da agricultura foram conduzidas desde a Marcha para o Oeste em Alexânia as transformações verificadas no rural resultam de um processo regional cuja origem antecede mesmo a construção da capital do país na década de 1950. Entretanto, frente ao recorte temporal constatou-se que uma das transformações resultantes dos fluxos da BR-060, desde a década de 1980, tem sido o êxodo rural, conforme foi analisado no Capítulo III.

Outra transformação identificada foi a crescente concentração da terra. Em 1982 havia cerca de 800 propriedades rurais – médias e pequenas. Desse total apenas 80 voltavam-se principalmente à pecuária bovina e suína. Havia também os sistemas agropecuários associadas aos cultivos de milho, feijão, mandioca, batata, produção de leite e queijo e a produção era voltada ao abastecimento da população do próprio município.

Em 2006 o senso agropecuário do IBGE contabilizou 621 estabelecimentos agropecuários no município. Informações obtidas junto ao SINTRAL indicaram que em 2016 havia um cadastro de 203 propriedades rurais e avalia que esse dado esteja

desatualizado visto que em 2017, diante da retomada do novo recadastramento rural, que ainda está em curso, já há uma estimativa preliminar de haja 80 propriedades no município.

Outra transformação constatada pelo agronegócio no território municipal são as formas expressas na paisagem municipal. Os silos, os cultivos, as estruturas das agroindústrias e os fluxos espaciais no território municipal expressam as transformação no campo pela atividade.

Na paisagem da cidade também há marcante presença do agronegócio na constituição do urbano. Os comércios de produtos agropecuários, as oficinas de máquinas agrícolas e o número de agências bancárias resultam das demandas voltadas à realização do agronegócio no município.

Os demais objetos geográficos que reconfiguram o território municipal, a partir dos fluxos da BR-060, são a indústria de bebidas, o DIAL, o *Outlet* e a UHE Corumbá IV. Associados ao agronegócio essas territórios conformam circuitos espaciais de produção que mereceram um olhar atento á análise, desse estudo.

O sentido econômico dessa indústria de bebidas foi constatado pela elevação do PIB industrial do setor que entre os anos de 2003 (ano em que entrou em funcionamento a cervejaria) e 2011 (ano de ampliação da indústria que foi comprada pela Brasil Kirin) o comportamento do PIB do setor teve crescimento de 202,84%.

Desde a implantação, pelo grupo nacional Schincariol, até os dias atuais essa indústria tem ampliado a sua estrutura e expandido os seus lucros decorrentes das fusões (em 2011 com o grupo japonês Kirin e em 2017 com a internacional *Heineken*). Frente à influência e expansão territorial desse grupo, em Goiás, a quantidade de emprego gerado em Alexânia só reduziu. As leituras, as análises de dados e as entrevistas indicaram que houve uma queda de 63% no número de vagas ofertada pela empresa no período de 2013 e 2017. Constatou-se por meio desse dado o aprofundamento da concentração de renda e a percepção de que grandes empreendimentos globais não possuem solidariedade com os territórios locais onde estão estabelecidos.

Outra variável que foi analisada com fins de compreensão da reconfiguração do território municipal pelas dinâmicas econômicas resultantes dos fluxos da BR-060 foi o DIAL. A análise da constituição e funcionamento desse território levou a seguinte constatação: não obstante a carência de estrutura de energia e água voltadas ao seu

funcionamento, o DIAL testemunha a vontade política local no estabelecimento de uma densidade normativa nos lugares para torná-los aptos à produção.

Nesse âmbito Lei municipal nº 343, de 05 de outubro de 1993 (que autorizou a criação do DIAL) e a Lei municipal nº 824 de 31 de outubro de 2005 (que instituiu o Programa de Incentivos Fiscais e Benefícios a investimentos no município) foram marcos importantes de contextualização. Compreendeu-se que associado as ações do Estado (governo federal) de construir uma densidade técnica em Alexânia (na BR-060) teve-se a ação do Estado (governo municipal) estabelecendo a densidade normativa voltada ao planejamento do território municipal e à atração de investimentos econômicos.

Outra importante variável a análise para a compreensão da reconfiguração do território municipal foi o *Outlet Premium* Brasília. Pela análise do PIB do setor de serviços no período de 2012 (ano de inauguração dessa planta) a 2014 constatou-se o crescimento de 145,3%. As entrevistas e as análises dos dados indicaram que no período de 2005 a 2015 a quantidade de emprego aumentou, conforme constatado no Capítulo IV. Constatou-se também que os efeitos da crise econômica que atravessa o país, desde 2015, também tem repercutido sobre a oferta de emprego no município.

Quanto ao rendimento médio do trabalhador municipal verificou-se que o *outlet* contribuiu no aumento dessa renda. Em 2005 ela era de R\$ 550,34 e em 2015 subiu para R\$ 1.486,01 o que representou um ganho de 170%. Entretanto, a análise dessas variáveis bem como do PIB e IDH não podem ser tomadas isoladamente, pois elas alimentam o mito do desenvolvimento cujos efeitos resultantes são ‘justificados’ pela riqueza gerada por empreendimentos como o *outlet* e a indústria de bebidas.

Constatou-se que o *outlet* compõe uma cadeia de distribuição de produtos nacional e internacional. Esse objeto geográfico foi construído e é administrado por uma empresa incorporadora constituída por associados *ad hoc* cujas políticas territoriais evidenciam uma vocação por abranger, sobretudo (SANTOS e SILVEIRA, 2012) a cidade de Brasília. Eles são, outrossim, produto de grandes investimentos imobiliários implantados pela influência regional de Brasília e dinamizado pelos fluxos da BR-060. Foram esses os dois principais componentes regionais que resultaram da implantação dessa planta comercial (pelo capital internacional) no território municipal alexaniense. Essa estrutura reconfigura o território alexaniense modificando a sua estrutura e o seu

dinamismo. No distrito do Rio do Ouro verificou-se a decadência da agricultura camponesa e a integração desses espaços aos circuitos espaciais voltados à produção da indústria de cerveja e do *outlet*. Nessa região está em consolidação uma rede de serviços solidários ao fortalecimento desses dois grandes territórios produtivos que centralizam o comando das decisões frente à conformação espacial que lhes interessa.

Ainda buscando compreende a reconfiguração do território municipal pelas dinâmicas econômicas resultantes dos fluxos da BR-060 os dados, as entrevistas e as observações em campo permitiram a análise integrada do sentido da UHE Corumbá IV. Os estudos de viabilidade técnica da obra ocorreram nos anos de 1998 e 1999 e a obra inicializada em 2001 e só foi inaugurada em abril de 2006, entretanto os seus efeitos sobre o território municipal iniciaram desde os anos de 2000.

As duas grandes demandas que resultam na construção dessa barragem foi o atendimento regional por água e energia. Quanto ao primeiro elemento relaciona-se a demanda regional por água para o agronegócio goiano e para o abastecimento urbano. Frente ao primeiro elemento, indica-se o município de Luziânia, por exemplo (que possui a segunda maior área do território atingida pela barragem), como um grande produtor de grão no estado. Essa produção de soja e milho realiza-se pelo uso da água do rio Corumbá. No ano de 2016, teve-se nesse município a produção respectiva de 198.000 e 123.600 mil toneladas, o que justifica o empenho do governo estadual na realização da barragem que resultou de cooperação entre o Estado (governos de Goiás e do Distrito Federal) e um agente econômico privado – a empresa Corumbá Concessões S.A.

A localização geográfica da UHE Corumbá nesse ponto do rio resultou das condições técnicas favoráveis – disponibilidade hídrica, relevo e litologia – combinadas interesses estatal na produção de energia, de água para a população e para o agronegócio. Estas são variáveis que responsáveis pela essa materialidade da UHE Corumbá IV. Logo elas são regionais e, arrisca-se a dizer, nacional em virtude de viabilizar o agronegócio no país. Embora essas variáveis sejam externas à Alexânia a implantação desse elemento técnico resultou na reconfiguração do território municipal.

Conforme indicado no Capítulo IV, a UHE Corumbá IV destinava-se ao uso múltiplo – geração de energia, utilização para lazer, pesca, navegação, turismo, abastecimento, irrigação e dessedentação de animais. Tal propósito está em cheque

tendo em vista a crescente escassez de água em Brasília¹⁰² e algumas cidades goianas do entorno, verificado desde o ano de 2015, que sinalizou para uma ação conjunta entre os governos do Distrito Federal e de Goiás voltada à segurança hídrica dessas áreas urbanas.

Nesse sentido têm sido realizados estudos voltados à transformação da água do lago da UHE Corumbá IV em principal fonte de água potável da população do Distrito Federal e das cidades goianas do entorno - Novo Gama, Valparaíso, Cidade Ocidental e Pedregal. Conforme observado na figura 88 abaixo está sendo construído o ‘Sistema de Abastecimento de água Corumbá’ com o intuito de suprir a carência hídrica da população daquelas cidades. Identifica-se aqui conflito de interesse em escala regional.

No propósito assinalado, há um grupo de trabalho constituído por técnicos dos governos de Goiás e do Distrito Federal cujo objetivo é verificar a destinação do uso da água do lago da UHE Corumbá IV exclusivamente ao abastecimento humano da população dessas duas unidades federadas. Os estudos da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB) realizado na última década concluíram a necessidade de adoção de novos mananciais de abastecimento de água para o Distrito Federal, face ao crescimento da população e a melhoria da sua condição de vida (CAESB, 2017).

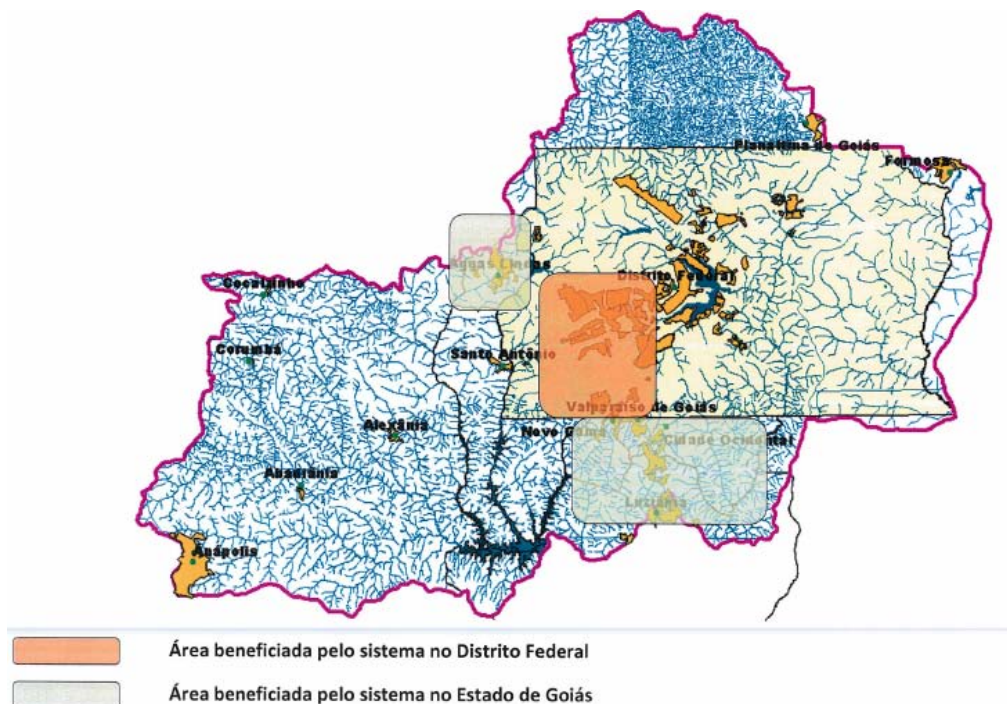
Segundo a citada fonte, a produção atual da CAESB não ultrapassa 8.500 litros/segundo quando a previsão indica a necessidade de 12.00 litros/segundo até o ano de 2040. É imediata a necessidade de viabilização de novas fontes tendo em vista que essa atual produção é pouco superior a demanda atual da população.

O estado de Goiás e, especialmente, o entorno do Distrito Federal onde há também grande crescimento populacional demonstra também necessitar de um novo sistema produtor de água. Destarte, os dois governos conjugam os interesses na construção do ‘Sistema de Abastecimento de água Corumbá’ que tem o propósito de suprir a carência hídrica futura e beneficiar cerca de 850.000 mil habitantes (CAESB, 2017). Evidencia-se aqui o duplo papel do Estado enquanto agente de planejamento e execução de estruturas - voltadas à urbanização de Brasília e na expansão do agronegócio goiano, e como agente econômico. Este papel se desenrola por meio da

¹⁰² Foi estabelecido o racionamento de água desde março de 2017.

comercialização da água (pela CAESB) distribuída pelo ‘Sistema de Abastecimento de água Corumbá’, cuja execução foi de financiamento do Estado.

Figura 88 - Sistema de abastecimento de água Corumbá.



Fonte: CAESB, 2017.

Pelo exposto, constatam-se os múltiplos interesses em torno do recurso água para geração de energia, para o agronegócio, para abastecimento humano para lazer e dessedentação de animais fruto do modelo de consumo em curso no Brasil e no mundo. E no caso da UHE Corumbá IV evidenciam-se conflitos de diversos interesses e em diferentes escalas. É importante pontuar que a instalação deste elemento técnico em território alexaniense não resultou efetivamente de movimento nenhum interno e sim das forças e interesses registrados em escala nacional e regional. Por seu turno, a gestão

pública local acolhe o empreendimento na expectativa apenas dos possíveis ganhos econômicos dele resultante.

Entretanto, quanto às reconfigurações do território municipal, antes da construção da barragem, conforme já foi discutido, predominava uma agricultura de auto-sustento – nas planícies de inundação do rio - voltada ao abastecimento local e regional e desses decorriam arranjos produtivos específicos. Na estrutura da terra predominavam as pequenas e pequenas e médias propriedades que funcionavam pelo trabalho familiar.

Esses arranjos produtivos foram desarticulados, terras desapropriadas frente ao novo padrão de uso do território. O modo de vida foi desestruturado e o território reconfigurado – entrou em ‘desordem’ - pela inserção de fixos e fluxos voltados ao lazer, descanso e turismo. Excetuando a extensão territorial dos usos agropecuários da Asa Alimentos – granja de aves e suínos, e da Eucaflora – produção de eucalipto, na porção sul do município pouco resistiu das médias e pequenas propriedades agropecuária de base familiar. Ao observar a paisagem (Santos, 1988) predominante parece um espaço abandonado imerso na poeira amarela levantada pelo trânsito da estrada que dá acesso a porção sul do município, conforme observado no Apêndice 1.

Resultantes desses processos criam-se instabilidades do território que tem sua origem associada à própria turbulência do mercado global. Cria-se assim uma permanente produção da desordem, que a cada momento é diferente da desordem precedente e da desordem seguinte (SANTOS e SILVEIRA, 2012). As frações do território assim atingidas pelos efeitos negativos decorrentes das reconfigurações resultante da indústria de bebidas, do *outlet*, do DIAL dos fluxos resultantes da UHE Corumbá IV, por exemplo, acabam por manifestar uma verdadeira crise de identidade, conforme foi identificado em Olhos d’Água, decorrente da transferência da sede municipal.

Ainda em referência a modernização conservadora resultante da UHE Corumbá IV, outro dado a considerar é variável ambiental. As amenidades naturais, as fontes de energia e a biodiversidade do conjunto paisagístico do entorno do lago são valiosos à qualidade de vida ou ao bem estar (Veiga, 2004) almejado pelos que vivem nos grandes centros urbanos refletindo assim um modelo de uso exclusivista e concentrador.

Essa modernização conservadora desconsidera a necessidade de uso racional água do lago cujas condições ecológicas precedem a existência de uma mata ciliar associada a um Cerrado preservado. A implantação dessas estruturas, além da privatização do acesso a água do rio, também resulta em detrimento da retirada da mata remanescente e do aplainamento do solo sob relevo movimentado.

Essas ações desencadeiam alguns efeitos aos constituintes dos sistemas ambientais (Troppmair, 2006) que podem ser assim indicados: solifluxão, lixiviação, erosão e impermeabilização do solo; eliminação de espécies da flora local; eliminação e/ou migração da fauna local; redução da infiltração da água; rebaixamento do lençol freático e da lâmina de água do lago. Tais rupturas dos constituintes dos sistemas naturais, constatadas no transcurso das atividades de campo, exige uma atuação fiscalizadora do poder público. Esse modelo em implantação deve ocorrer em obediência ao que rege à Política Nacional de Meio Ambiente - lei 6.938. de 31 de agosto de 1981.

Quanto à captação de água para o Distrito Federal e entorno, a previsão já definida (CAESB, 2017) é de que o Sistema de Abastecimento de água Corumbá entre em funcionamento a partir de 2018. E caso vigore a decisão de uso da água do lago apenas à produção de energia e ao consumo daquela população será verificado nova de desordem no território municipal, no entorno do lago, já refém das investidas do capital. Podem surgir áreas deprimidas frente ao desenvolvimento do turismo uma vez que muda o caráter de uso da água e emudece o argumento do setor imobiliário que comercializa a região pelas condições ambientais favoráveis ao descanso e lazer.

Com o propósito de compreender o papel de Alexânia no contexto goiano identificou-se os circuitos espaciais de produção do município que ajudam a entender o funcionamento do território. Os circuitos espaciais de produção são definidos pela circulação de bens e produtos e, por isso, oferecem uma visão dinâmica, apontando a maneira como os fluxos perpassam o território (SANTOS e SILVEIRA, 2012). Para os autores os intercâmbios frequentes e espessos no território não são obrigatoriamente entre áreas contíguas e, no caso em estudo, a BR-060 como rede material cumpre os circuitos espaciais da produção (SANTOS e SILVEIRA, 2012).

Esses usos territoriais resultam da demanda do mercado global e os circuitos espaciais da produção, voltados à comercialização regional, nacional e internacional

denotam a importância do município na economia estadual. Em um esforço de sintetizar esses fluxos elaborou-se a figura 89 que indica os principais usos territoriais e as redes de relações estabelecidas.

Em uma discussão a partir destes fluxos identificou-se que regionalmente eles ocorrem especialmente entre as cidades do eixo Brasília-Anápolis-Goiânia. Essa rede de comercialização realiza-se por meio da BR-060. A primeira cidade é um importante mercado consumidor dos seguintes produtos: hortifrutigranjeiros; milho; soja; cana-de-açúcar; madeira de eucalipto; leite; e carnes (bovina, suína e de frango); cachaça artesanal; bebidas da *Heineken*; produtos do *Outlet Premiú Brasília*; artesanatos; turismo; segundas residências; e água da UHE Corumbá IV.

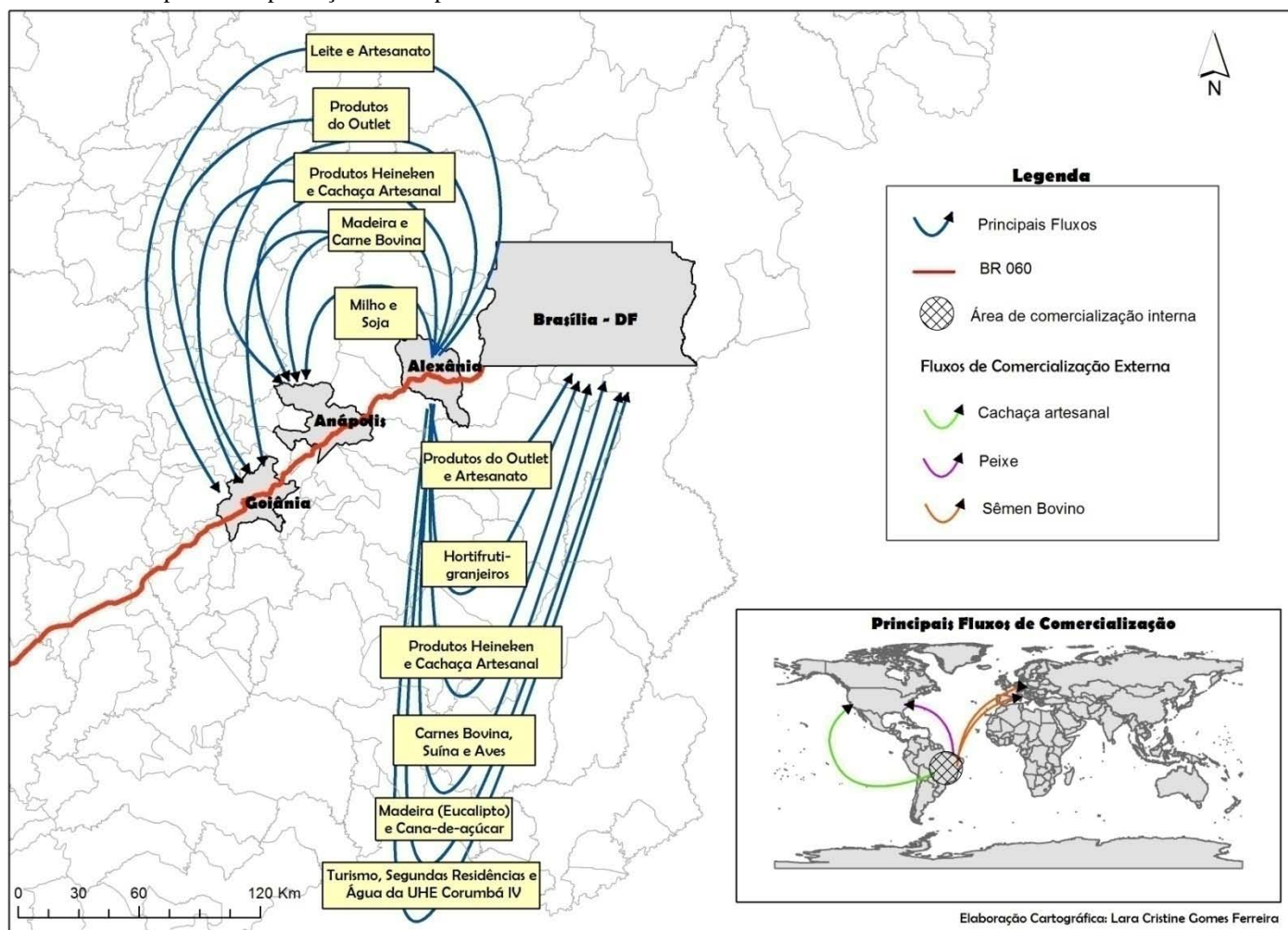
A segunda cidade possui grande importância para Alexânia pelos dois aspectos seguintes: pela logística favorável à importação e exportação; e por ser mercado consumidor da produção alexaniense. Anápolis possui a base técnica – logística necessária à realização do agronegócio alexaniense.

Em referência ao primeiro aspecto a comercialização de parte da produção do agronegócio municipal para chegar ao mercado nacional e internacional precede a logística de Anápolis. Assim, por meio desta cidade os seguintes produtos alexanienses chegam ao mercado consumidor nacional e internacional: a soja que é transformada em óleo segue para o consumo no país; a cachaça artesanal, o peixe e o sêmen bovino voltados ao mercado internacional.

É importante o registro de que os objetos geográficos presentes nos territórios produtivos alexaniense (do agronegócio, da indústria ou dos serviços), de origem nacional ou importada, foram transportadas através da logística disponível em Anápolis. A esse respeito, ao analisar as importações alexaniense identificou-se que desde 2004 a estrutura da fábrica de cerveja vem sendo montada majoritariamente por peças estrangeiras que chegam ao município pela base logística de Anápolis (IMB, 2016).

Por fim tem-se a cidade de Goiânia cujos territórios produtivos alexaniense estabelecem importantes fluxos de consumo da seguinte produção: madeira de eucalipto; leite; carne bovina; cachaça artesanal; bebidas da Heineken; produtos do *Outlet Premiú Brasília*; e artesanatos.

Figura 89 - Alexânia: circuitos espaciais da produção municipal.



É importante destacar que esses circuitos espaciais da produção municipal, representados na figura 89, não se encerram em si e não são os únicos verificados no território municipal. Conforme foi discutido no trabalho há outros círculos e dinâmicas de cooperação local e regional vinculadas a lógica da ‘produção necessária’ (SANTOS, 1988) que ajuda a população a subsistir e a se desenvolver cujos arranjos produtivos voltam-se ao bem estar das famílias inseridas no processo produtivo. No caso do artesanato e dos hortifrutigranjeiros parte destes são produzidos por artesãos e agricultores familiares.

A seguir será discutida a necessidade do apoio da gestão pública à produção desses pequenos grupos como forma de fortalecer o município em contraponto a permanente instabilidade gerada no território decorrente da modernização conservadora.

5.2 OLHOS D’ÁGUA: A INTEGRAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS FAMILIARES COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

O distrito de Olhos d’Água é constituído por 530 famílias o que contabiliza uma população total de 2.600 pessoas, aproximadamente (informação verbal)¹⁰³. Deste total de famílias há uma parcela significativa de residentes que se aposentaram e vieram morar na comunidade em busca de tranquilidade. Esses imigrantes são originados dos estados do Paraná, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, da Bahia, do Piauí, do Maranhão, de Minas Gerais e também do Distrito Federal (Pesquisa própria, 2015).

Os novos moradores buscam integrar-se às atividades que são desenvolvidas na comunidade entre as quais se destacam a produção artesanal e das festas, a produção de alimentos e a instalação de pequenos negócios como restaurantes, pousadas e cafés conforme indicado na figura 90.

Conforme já discutido no Capítulo III, a população ainda preserva as festas e manifestações populares representadas pela(o): Feira do Troca; Festa de Santo Antônio; Festa do Divino; Folia de Reis; Fiofó da Onça; e Boi de Piranhas.

Serão contextualizadas aqui essas duas últimas festas. O Boi de Piranha é um bloco carnavalesco onde os homens vestem se de mulher e saem pelas ruas de Olhos d’Água, no domingo de carnaval, ao som de marchinhas de carnaval. A concentração é na Praça da Igreja

¹⁰³Informação fornecida por “L” em entrevista realizada por Edilene Américo Silva, em Olhos d’Água, em abril de 2015.

e a festa ocorre desde 2008. A comunidade se reúne organizando fantasias e decorando as ruas onde o bloco vai passar (Pesquisa própria, 2015).

Figura 90 - Olhos d'Água: pousadas e restaurantes.



Fonte: A autora, agosto de 2017.

O Fiofó da Onça é outra festa local. É uma quadrilha improvisada que acontece sem ensaio e todos os presentes são convidados a participar. Para motivar a participação há um concurso para a barracquinha mais bonita e bem adornada que ganha prêmios e o troféu que será repassado às mãos do vencedor do ano seguinte. A festa não têm data fixa para acontecer e pode ser realizada entre os meses de junho a agosto (Pesquisa própria, 2015).

Além desses festejos, dos pequenos restaurantes, cafés e pousadas voltadas ao atendimento dos visitantes há também a realização de algumas produções agropecuárias que são desenvolvidas pela comunidade. Nas atividades de campo observou-se a criação de aves, suínos e bovinos associados à produção de milho, mandioca, feijão, laranja, mexerica, laranja e hortaliças com base na agricultura orgânica.

Constatou-se, por meio de entrevistas, que têm sido crescente o número de pessoas que abandonam as atividades vinculadas à agropecuária familiar em virtude da falta de apoio, da prefeitura, para o desenvolvimento dessas atividades. O crescimento urbano também é outro fator impeditivo a expansão da agricultura local além do agronegócio situado no entorno da comunidade.

A expansão urbana associada a procura por segundas residências no núcleo urbano do distrito tem aumentado muito o valor da terra que se transforma em mercadoria de alto valor e de rápido retorno frente aos desafios inerentes ao desenvolvimento de uma agropecuária tradicional familiar órfão de qualquer apoio do poder público. Esse quadro é contraproducente à expansão da agricultura familiar. Entretanto, conforme afirmado acima, ainda ocorre a agropecuária cuja produção é comercializada na própria comunidade – nos comércios e nos restaurantes que encomendam esses produtos para estimular a produção local.

Conforme a constatação já relatada no Capítulo III o desenvolvimento dos cultivos do agronegócio no entorno do distrito de Olhos d'Água geram a contaminação da produção do agricultor familiar. O uso permanente de agrotóxicos pelas grandes propriedades rurais vizinhas resulta na propagação, no aparecimento de novas pragas e da resistência dessas doenças aos produtos menos potentes. Essa realidade tem repercutido nos cultivos dos produtores familiares de Olhos d'Água.

Entretanto, mesmo diante dessa realidade limitadora da expansão da produção familiar, acreditar ser importante o desenvolvimento de ações públicas voltadas ao fortalecimento de atividades econômicas de grupos comunitários a exemplo desses acima citados – agricultores familiares, grupos voltados à organização de festejos tradicionais, de pequenos restaurantes, cafés e pousadas. O apoio municipal por meio da extensão agrícola e da produção com base nos princípios da agroecologia é fundamental, pois além de contribuir no desenvolvimento local e no fortalecimento comunitário, avança também na segurança alimentar pela produção de alimentos com reduzido uso de agrodefensivos.

O fortalecimento comunitário poder ser também realizado pelo apoio à Associação Comunitária do Desenvolvimento Sustentável de Olhos d'Água (ACORDE) que foi criada a partir da Feira do Troca, nos anos 70. É uma entidade sem fins lucrativos, criada pela comunidade e por amigos do distrito. Ela tem por objetivo desenvolver ações que promovam a melhoria da qualidade de vida dos moradores, fomentar e preservar a produção artesanal e o associativismo.

Além da ACORDE a comunidade também se organiza por meio de outros grupos de interesse. Esses muitas vezes se reúnem sob objetivos muito específicos (o que denota também as disputas e os conflitos estabelecidos entre alguns moradores). Por exemplo, o grupo de jovens, o grupo que desenvolve algumas atividades turísticas e o grupo de artesãos. Entretanto, identificou-se que o grande evento que agrega os diversos interesses local é a Feira do Troca. Conforme contextualizado no Capítulo II.

Em relação à produção artesanal local, na atualidade, se constitui uma das principais atividades que gera renda para as famílias. Na comunidade há grandes artesãos, reconhecidos regional e nacionalmente, que elaboram peças a partir de argila, tecido, algodão, folhas, madeira, bucha vegetal, fibras de milho e de bananeira (figura 91). Inclusive a retomada dessa produção a partir da Feira do Troca foi primordial à rearticulação do distrito de Olhos d'Água na economia municipal.

A partir da discussão, desse estudo e especialmente diante dos exemplos de atividades hoje realizadas no distrito de Olhos d'Água - festejos, dos pequenos restaurantes, cafés,

pousadas, das produções agropecuárias e do artesanato -, aponta-se a possibilidade de fortalecimento de um modelo de desenvolvimento de base local pela integração dessas atividades e a visitação turística regional.

Figura 91 - Olhos d'Água: produção artesanal.



Fonte: A autora, jun. 2015 a dez. 2016.

Ao desenvolvimento local é recomendado o incentivo econômico e de extensão rural aos pequenos grupos da agricultura familiar, de produção artesanal e dos pequenos negócios em curso no distrito. É importante chamar a atenção para o apoio do poder público a atividades voltadas à produção necessária (SANTOS e SILVEIRA, 2012) representada por aquela capaz de assegurar o bem-estar das populações. Segundo um critério moral ela seria a que ajuda a população a subsistir e a se desenvolver. Para os autores, dela também resulta a circulação e o câmbio necessários que teriam um custo social baixo frente aos custos hoje associados à implantação das grandes estruturas hegemônicas vinculadas à realização do agronegócio, da indústria de bebidas, do *outlet*, do DIAL e da UHE Corumbá IV – em Alexânia. Esses objetos geográficos resultam em um desenvolvimento desigual e na modernização conservadora do território que gera efeitos socioambientais negativos.

O apoio da gestão pública ao desenvolvimento local rebaterá pois no desenvolvimento regional goiano assegurando assim o bem-estar da população pela consecução de políticas

públicas que causem menos custo social. Nesse diálogo será discutido agora o mito do progresso frente aos grandes empreendimentos dos atores sintagmáticos (Raffestin, 1983) no território alexaniense.

5.3 ALEXÂNIA E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – O MITO DO PROGRESSO

Com a presente pesquisa pôde-se compreender como o território municipal foi sendo reconfigurado de forma tão rápida no tempo e intensa no espaço, por meio do recorte temporal utilizado pela pesquisa: da construção de Brasília ao agronegócio atual. A compreensão da análise desses contextos identificou que porções do território municipal tem sido capturado pelos fluxos da BR-060 e como um *continuum* compõe uma RPA goiano.

Compreendeu-se que além do agronegócio a indústria de bebidas, o *outlet*, o DIAL e a UHE Corumbá IV compõem outras variáveis que associados ao agronegócio são essenciais ao processo de reconfiguração territorial municipal. Como a “configuração territorial é o território e mais o conjunto de objetos existentes sobre ele; objetos naturais ou artificiais que o definem” (SANTOS, 1988, p. 75) a análise do contexto municipal precedeu a contextualização dos processos intramunicipal como resultado do contexto regional de formação do território goiano.

Outra discussão importante a esse estudo é a compreensão do discurso do progresso no qual se assenta as ações, as iniciativas estatais e todo o esforço realizado na implantação das grandes estruturas produtivas, acima citadas, hoje verificadas em Alexânia. Esse discurso, aliado à concepção de desenvolvimento, podem ser importantíssimos para a estratégia de territorialização do capital (aqui representado pelo agronegócio, pela indústria de bebidas, pelo *Outlet*, pelo DIAL e pelas UHE Corumbá IV). As ações solidárias à constituição desses espaços divulga-os como sinônimo de progresso e isso acaba por legitimar as desigualdades e os efeitos resultantes dessas atividades.

Têm sido comum as grandes empresas e as corporações propagarem o discurso de que os empreendimentos implantados trarão rapidamente: empregos, diretos e indiretos; reestruturação do espaço urbano dos municípios; dinamismo econômico; entre outros, ou seja, acabam por difundir fortemente a ideia de progresso, modernização e desenvolvimento econômico (FERREIRA, 2016).

Aqui cabe considerar que a análise voltada à compreensão das transformações ocorridas no espaço geográfico apenas sob o viés das variáveis PIB, *renda per capita* e IDH, por exemplo, reforçam esse discurso do progresso. Desconsideram assim, importantes elementos reveladores das segregações socioespaciais resultantes desse modelo de desenvolvimento.

Esses elementos, para além da análise de dados quantitativos, podem ser identificados tanto nos contextos urbanos (pelas condições de trabalho insalubre e com baixa remuneração, pelas moradias de baixo padrão frente à ausência de saneamento básico e pelas estradas sem pavimentação cuja poeira resultante do trânsito torna precária a vida dos moradores); quanto nos contextos rurais (pelo abandono dos agricultores familiares sem incentivo e apoio do poder público e da ausência de transporte público), por exemplo.

Com a pesquisa realizada percebeu-se que o discurso de progresso difundido pelo agronegócio, pela indústria de bebidas, pelo *Outlet*, pelo DIAL e pelas UHE Corumbá IV rapidamente conquista vários adeptos, entre eles: o Estado, que apoia e fomenta a territorialização dos empreendimentos; o poder público local que afirmou serem essas atividades importantes ao desenvolvimento municipal.

Por fim, constatou-se que esse discurso também conquista grande parte da população, que associa o progresso atrelado à ideia de modernização, de grandes indústrias, de novas estradas e de grandes corporações.

Embora tenha sido verificado que os empreendimentos analisados diversifiquem as atividades econômicas, não obstante os efeitos resultantes, destaca-se que não se trata somente de diversificar a produção dos setores da agropecuária, da indústria e dos serviços. É fundamental também a diversificação de serviços voltados ao bem estar da população; redes de produção e de comercialização intramunicipal (e regional, Goiás); acesso a educação, saúde e saneamento básico; políticas de permanência das famílias no campo.

Dentro do exposto, é importante trazer o pensamento de autores como Dupas (2006) que afirma estar o mito do progresso associado ao discurso e à ação das elites e nos atores hegemônicos, na atualidade. Para o autor, as inovações tecnológicas ao longo do tempo foram adquirindo um teor qualitativo inerente, o que gerou rotulações de “progressistas” para quem as aprovava e de “reacionários” para seus críticos.

Concorda-se com Dupas (2006) quando esse esclarece que não é pretensão negar ou desqualificar os benefícios da evolução tecnológica ocorrida na história mundial. Entretanto, é essencial compreender quais as dimensões desse progresso e, sobretudo, quais os seus reais objetivos a quem ele serve. É importante considerar que a capacidade de produzir mais e

melhor também resulta em exclusão, segregação, concentração de renda e de terras, em subdesenvolvimento e em subalternidades.

Verificou-se que a discussão de progresso atrelado ao poder tem sido amplamente utilizada como estratégia de convencimento nos discursos hegemônicos. Nos casos estudados (o agronegócio, a indústria de bebidas, o *outlet*, o DIAL e o modelo de ocupação no entorno do lago da UHE Corumbá IV) observou-se pelas entrevistas que os impactos socioeconômicos e ambientais são aceitáveis frente à promessa de progresso e de crescimento econômico, do município, decorrentes desses empreendimentos.

Quando se discute desenvolvimento, sobretudo relacionado à abordagem econômica brasileira, a obra de Celso Furtado (1974) vem trazer importante contribuição. Para o expoente o desenvolvimento no país tem se expressado, historicamente, pela alta concentração do excedente na atividade industrial, na crescente hegemonia das grandes empresas em um distanciamento das formas de vida de uma minoria privilegiada (beneficiada pelos bônus do desenvolvimento) em detrimento da massa populacional (atingida pelos efeitos negativo desse modelo).

O autor defende a ideia de que o desenvolvimento econômico é um simples mito e que isso tem justificado ações para sensibilizar a população a aceitar seus efeitos negativos e a aceitar a destruição do meio físico. Ao que permite as formas de dependência verificada no contexto de desenvolvimento em curso que reforçam o caráter predatório do sistema econômico hegemônico atual.

Concorda-se com ideia do autor pois a análise do contexto de expansão econômica de grandes estruturas econômicas – a exemplo da indústria de bebidas, do outlet, do DIAL e da UHE Corumbá IV -, resultam numa modernização conservadora e em um desenvolvimento incompleto do território municipal. A análise dessas estruturas produtivas contribuiu para ratificar que não é a modernização da agricultura ou a implantação de grandes empreendimentos hegemônicos que vão contribuir para o desenvolvimento econômico de um município ou mesmo de uma região. Verificou-se que o apoio aos grupos produtores familiares local e a integração entre as diversas atividades econômicas por eles realizadas pode resultar em forma eficaz de desenvolvimento que perpasse a dimensão não pelas econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema pensado para a proposta dessa pesquisa foi *A reconfiguração territorial de Alexânia (Goiás) a partir do eixo Brasília-Goiânia*. Ressalta-se que na Geografia Goiana e de Brasília há poucos estudos referentes a análise integrada da evolução territorial do município de Alexânia. Os existentes resultaram de análises de variáveis específicas – o contexto intraurbano frente a urbanização no estado de Goiás ou em Brasília, o impacto socioambiental resultante das atividades da indústria de bebidas, a posição do poder público frente a destinação dos resíduos sólidos no município. Diante dessa realidade o presente estudo constitui-se em importante contribuição a análise desse pequeno município.

O território alexaniense tem vivenciado rápidas e profundas transformações, tanto no tempo quanto no espaço. O recorte temporal do estudo correspondeu ao período de 1950 aos dias atuais onde foram esclarecedoras as contextualizações da edificação de Brasília e a da BR-060 enquanto políticas do Estado voltadas à integração do território nacional.

É importante lembrar que algumas políticas estatais, anteriores a esse recorte temporal, foram também abordadas pois foi identificado que a formação do território goiano resulta de processos que precedem a década de 1950. A exemplo foram contextualizadas a construção e o adensamento da rede rodoviária federal, a Marcha para o Oeste e a edificação de Goiânia. A discussão a partir dessas políticas apontou para a histórica presença do Estado na conformação das condições técnicas necessárias à reprodução do capital em território goiano.

Quanto ao recorte temporal, para compreensão do contexto alexaniense, foram contextualizadas as seguintes políticas de integração do território goiano: o Programa de Ação Econômica do Governo (1964 a 1966); o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico (1967 a 1976); o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972 a 1974); e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975 a 1979). Essas ações tiveram grande repercussão na reconfiguração territorial de Goiás pela agricultura. Constatou-se que o Estado tem tido papel essencial na integração do território nacional por meio da implementação dessas políticas e planos e em Goiás, as duas últimas políticas resultaram na modernização agrícola e no aprofundamento do agronegócio na região. A discussão dessas políticas permitiu compreender o sentido da densidade técnica, criada nos lugares, decorrente das ações do Estado que também construiu uma densidade normativa (SANTOS e SILVEIRA, 2012a) que concedeu e combinou satisfatoriamente proteções e atrativos legais à instalação do agronegócio no país, em Goiás e em Alexânia.

Destarte, diante das quatro hipóteses levantadas inicialmente nesse estudo teve-se as seguintes considerações:

Constatou-se que o contexto de origem do município de Alexânia, desde Olhos d'Água e sua evolução também, possui relação com os fluxos e a centralidade originada de Brasília (enquanto ação do Estado) e a consolidação do eixo Brasília-Goiânia contribui na reconfiguração do território alexaniense.

A edificação de Brasília foi uma ação estatal de repercussão nacional. Estimulou ainda o povoamento regional pela migração originada do Nordeste e de Minas Gerais, principalmente. Essa ação estatal foi determinante ao adensamento da rede rodoviária nacional pela implantação de estradas que ligavam todas as regiões do país com fluxos e conexões necessárias à reprodução do capital nacional.

Brasília contribuiu para processos de fragmentação do território regional e local e para a geração de conflitos resultantes dos interesses envolvidos. No estado de Goiás, constatou-se a criação de oito municípios após a construção da capital do país. Embora a criação da cidade de Alexânia, no final da década de 1960, tenha sido posterior à edificação de Brasília, no contexto municipal, os processos conduzidos à criação do distrito de Olhos d'Água estiveram contidos no bojo da edificação da capital da República. Ou seja, Olhos d'Água e Alexânia foram criadas a partir da influência da construção de Brasília.

Algumas políticas do Estado anteriores ao recorte temporal também foram consideradas nesse estudo pois se entendeu que a compreensão do território municipal alexaniense exigia essa estratégia. Assim, também foram contextualizadas a Marcha para o Oeste, a construção de Goiânia, a CANG e a consolidação da rede rodoviária nacional como importantes ações do Estado voltadas à formação regional goiana, a expansão e a modernização agrícola goiana.

Os conflitos locais (em Olhos d'Água e Alexânia) gerados pela construção da nova capital referem-se às disputas pelo poder entre os grupos políticos regionais (ao qual Alex Abdallah vinculava-se) e as oligarquias agrárias (das quais o Coronel Geminiano Ferreira era representativa). Constatou-se que até os dias atuais, nas falas de algumas lideranças de Olhos d'Água, há tensão frente a transferência da sede municipal em favor de Alexânia.

Quanto ao papel da BR-060 sobre a reconfiguração do território alexaniense tiveram-se as seguintes constatações:

Essa rodovia foi resultante da expansão da malha rodoviária no país e decorreu da construção de Brasília. A edificação dessa via foi determinante à transferência da sede municipal para a borda da estrada. A reconfiguração municipal associada a esse aspecto foi da mudança do eixo municipal de desenvolvimento então transferido para a nova cidade

(Alexânia) que passou a se desenvolver sob as demandas dos fluxos decorrentes da rodovia. Desde então, essa rede técnica tem capturado o território municipal e contribuído no desenvolvimento de territórios especializados articulados ao agronegócio estadual, nacional e global. Assim foi confirmado a primeira hipótese.

Quanto a segunda hipótese de que dinâmica do agronegócio influencia diretamente a reconfiguração territorial do município de Alexânia, e os fluxos regional e nacional gerados por essa dinâmica inserem o município na rede de cidades do agronegócio goiano; teve-se as duas seguintes considerações:

a) Constatou-se a reconfiguração territorial do município de Alexânia pelas atividades do agronegócio. Os arranjos espaciais necessários ao dessa atividade foram transformações observadas: pelas articulações das redes técnicas GO-139 articulada à BR-060; pelas redes de serviços urbanos - os bancos, as lojas de insumos agropecuários, as oficinas para consertos de caminhões e os fluxos; e pelas formas e estruturas - os silos, as plantas agroindustriais, os cultivos, as máquinas, os insumos; e os fluxos estabelecidos. Assim, constatou-se também que a reconfiguração ocorreu pela mudança no comportamento do PIB agropecuário que cresceu 681,61% no período de 1999 a 2014; na concentração da terra e dos espaços produtivos instalados em maioria na área norte municipal (em solos sob relevo mais planos). Verificou-se que os efeitos resultantes do agronegócio são: contaminação de trabalhadores pela manipulação dos agrodefensivos; e a contaminação dos cultivos orgânicos da produção familiar localizados próximos às grandes plantações do agronegócio.

b) Constatou-se que Alexânia não é uma cidade do agronegócio frente as indicações apontadas por Elias (2011) pois na escala intramunicipal urbana as funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado não são hegemônicas sobre as demais funções. Assim, não foi constatada a nítida dependência da economia urbana às atividades do agronegócio municipal. Entretanto constatou-se que esse pequeno município constitui a RPA goiano, pois utiliza a mesma lógica de organização produtiva da moderna agricultura: as inovações técnicas e tecnológicas; a ampliação da circulação de mercadorias e de fluxos; e estabelece circuitos espaciais da produção municipal na região, no país e no mundo (em alguns países). Logo Alexânia é um ponto/nó na RPA no estado.

Quanto à quarta hipótese, verificou-se que há sim outros processos de produção do território municipal que resultam da presença da BR-060 e que repercutem no contexto socioeconômico municipal e rebatem na reconfiguração territorial. Desse modo, a indústria de bebidas, o *Outlet*, o DIAL e a UHE Corumbá IV são territórios de produção do capital reconfiguram o território municipal. Houve a constatação de que, em termos quantitativos,

esses objetos geográficos contribuem no crescimento do PIB, no aumento do rendimento médio salarial e na diversificação econômica municipal.

Entretanto, as análises permitiram também verificar que é baixa a quantidade de empregos geradas (4.409, em 2015) frente a uma população superior a 23.814 (IBGE, 2015) mil pessoas. Outro efeito resultante da expansão dessas estruturas produtivas é que não há, paralelamente, a melhoria nos serviços de transporte público, de saneamento básico, de saúde e de educação. Essa realidade evidencia um desenvolvimento concentrado e desigual no território municipal.

Por fim, foi constatada a quarta hipótese de que há um mito do progresso – tanto no discurso do Estado quanto no do agronegócio – que é apoiado e financiado pelo Estado. No município, verificou-se que o desenvolvimento econômico (resultante do agronegócio, da indústria de bebidas, do *Outlet*, do DIAL e da UHE Corumbá IV) é concentrado e incompleto gerando as contradições e os conflitos que se evidenciaram em impactos negativos no território municipal. Identificou-se que o Estado – nas esferas federal, estadual e municipal – tem se empenhado para garantir a instalação de grandes estruturas produtivas. Em Alexânia, se verificou as voltadas ao agronegócio, a indústria de bebidas, ao *outlet*, ao DIAL e o lago da UHE Corumbá IV (que permite a realização das atividades anteriores) como exemplo daquelas estruturas que são instaladas sob o discurso do progresso. Entretanto, esse discurso desconsidera importantes elementos reveladores das exclusões socioespaciais resultante do atual modelo de desenvolvimento.

Identificou-se assim que a edificação de Brasília foi fundamental ao processo de reconfiguração do território alexaniense. Resultante dessa ação teve-se a BR-060 que no transcurso dos anos foi consolidada como principal eixo de circulação do agronegócio nacional. A consolidação do eixo Brasília-Goiânia e seus fluxos resultantes rebatem na reconfiguração do território municipal.

Constatou-se portanto, que a BR-060 é uma importante rede técnica que compõe as estruturas necessárias a distribuição do agronegócio alexaniense e de outros produtos (da indústria de bebidas, do *outlet*, do DIAL, os fluxos do turismo, a água, os fluxos resultantes da UHE Corumbá IV, o artesanato e os hortifrutigranjeiros) voltados ao mercado consumidor regional, nacional e internacional.

Pelo seu caráter de rede técnica, esses fluxos resultantes da rodovia geram efeitos negativos sob os territórios por ela influenciados. Verificou-se esses impactos tanto em referência ao contexto urbano (pelas condições de trabalho insalubre e com baixa remuneração, pelas moradias de baixo padrão frente à ausência de saneamento básico e pelas

estradas sem pavimentação cuja poeira resultante do trânsito torna precária a vida dos moradores) quanto ao contexto rural (pelo abandono dos agricultores familiares sem incentivo e apoio do poder público e da ausência de transporte público), do município.

Constatou-se por tanto, que Alexânia é um ponto/nó na Região Produtiva do Agronegócio goiano e que a BR-060 é essencial à realização dos circuitos espaciais da produção municipal.

A análise integrada desse município permitiu (segundo as orientações de Haesbaert, 2004) analisar as especificidades alexanienses e entender como, nessa nova experiência de espaço-tempo (em curso), os territórios se posicionam e se articulam em algum lugar de um *continuum*, por fios condutores do complexo processo de reordenamento territorial.

REFERÊNCIAS

- ABDALLAH, Alex. *Alexânia a cidade dos meus sonhos e a saga do seu fundador*. Brasília, DF: Color print, 2015.
- AGUIAR, Ronaldo Conde (1986). *Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil*. São Paulo: Polis; Brasília CNPq.
- AMORIM, Diego. Às margens da rodovia BR-060, o crescimento econômico é chinês. *Correio Braziliense*, Brasília, 18 set. 2011. Disponível em: <www.correiobraziliense.com.br/>. Acesso em: 02 nov. 2014.
- ANGELO, Humberto, et al. A expansão dos reflorestamentos de eucalipto no estado de Goiás. *Revista Floresta*, Paraná, v. 45, n. 2. p. 223-228, abr./jun. 2015. Disponível em: <www.revistas.ufpr.br/>. Acesso em: 04 nov. 2014.
- ARAÚJO SOBRINHO, Fernando L. *Turismo e dinâmica territorial no eixo Brasília-Goiânia*. 2008. 447 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. O território goiano: uma abordagem quase contemporânea do desenvolvimento regional. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12., 2007. *Anais...* Belém (PA): Anpur, 2007.
- _____. Integrar para segregar: uma análise comparativa do trecho urbano-regional de Goiânia e Brasília. *X Colóquio Internacional de Geocrítica*. Barcelona, 2008. Disponível em: <www.ub.edu/geocrit/>. Acesso em: 19 jul. 2017.
- _____. Apontamentos metodológicos sobre desenvolvimento regional. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 14, n. 849, nov. 2009. Disponível em: <www.ub.es/geocrit/>. Acesso em: 10 jan. 2015.
- BECKER, Berta K. Logística e nova configuração do território brasileiro: que geopolítica será possível? In: Diniz, C. C. (Org.). *Política de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil*. Brasília: Ministério da Integração, 2007.p. 273-292. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/c/document_library/>. Acesso em: 10 jan. 2015.
- _____. A crise do Estado e a região: a estratégia da descentralização em questão. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 43-62, jan./mar. 1986.
- BERTRAN, Paulo. *Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste*. Brasília: Codeplan, 1988.
- BEZZI, Meri Lourdes. *Região - uma (re)visão historiográfica: da gênese aos novos paradigmas*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2004.
- BONNEMAISON, J. *Culture and space: conceiving a new culture geography*. London: I. B. Tauris, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é folclore*. São Paulo: Brasiliense, 2000. Disponível em: <www.sitiodarosadosventos.com.br/>. Acesso em: 15 jun. de 2017.

BRASIL KIRIN. *Relatório Anual 2013*. Disponível em: <<http://relatoweb.com.br/brasilkirin/v1/perfil/index.php>>. Acesso em: 24 de ago/ 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. *AVANÇA BRASIL: EIXOS DA AMÉRICA DO SUL IMPULSIONARÃO DESENVOLVIMENTO*. 2001. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.PLANEJAMENTO.GOV.BR/ASSUNTOS/PLANEJAMENTO-E-INVESTIMENTOS/NOTICIAS/AVANCA-BRASIL-EIXOS-DA-AMERICA-DO-SUL](http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planejamento-e-investimentos/noticias/avanca-brasil-eixos-da-america-do-sul)>. ACESSO EM: 16 SET. 2015.

BRASIL. Ministério dos Transportes. *Transportes no Brasil: síntese histórica*. 2012. Disponível em: <www.transportes.gov.br/>. Acesso em: 02 jan.2016.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, 1).

CASTILHO, Denis. *Modernização territorial e redes técnicas em Goiás*. 2014. 221 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

_____. *Modernização territorial e redes técnicas em Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 2016.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *As grandes festas*.2006. Disponível em: <www.museucasadoportal.com.br/>. Acesso em: 10 jul. 2017.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). *Observatório ODM – Distrito Federal, Área Metropolitana de Brasília*. 2012. Disponível em: <www.codeplan.df.gov.br/>. Acesso em: 10 jul. 2014.

_____. *Nota Técnica nº 1/2014: delimitação do espaço metropolitano de Brasília (área metropolitana de Brasília)*. Dez. 2014. Disponível em: <www.codeplan.df.gov.br/>. Acesso em: 02 fev. 2015.

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL / CAESB. *Sistema de abastecimento de água Corumbá*. Brasília, 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1994.

_____. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

_____. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. *Revista Cidades: Grupo de Estudos Urbanos, Presidente Prudente*, v. 9, n. 16, p. 199-218, jul./dez. 2012. Disponível em: <www.revista.fct.unesp.br/>. Acesso em: 02 set. 2014.

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A. Relatório Técnico (*on line*). Disponível em: <<http://www.corumbaconcessoes.com.br/>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

DAMIANI, Amélia. *População e Geografia*. Rio de Janeiro. Contexto, 2006.

DIAS, Leila C. Os sentidos da rede: notas para uma discussão. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro L. da. (Orgs.). *Redes, sociedade e territórios*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005. p. 11-28.

_____. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 141-162.

DNIT. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. *Nomenclatura das rodovias federais*. Disponível em: <www.dnit.gov.br/rodovias/>. Acesso em: 10 mai. 2015.

DUPAS, G. *O Mito do Progresso: Ou Progresso como Ideologia*. São Paulo, UNESP, 2006.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 153-167, nov. 2011.

_____. Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, n. 12. 2012. *Actas...* Bogotá: UNC, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. *ACTA Geográfica*, Boa Vista, Ed. Esp., p. 13-32, 2013. Disponível em: <www.revista.ufr.br/>. Acesso em: 02 de jan. 2016.

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA (Infraero). *Aeroportos do Brasil*. Disponível em: <www.infraero.gov.br/index.php/aeroportos/>. Acesso em: 22 out. 2015.

FERREIRA, Lara C. Gomes. *A paisagem regional na Microrregião Ceres (GO) – das Colônias Agrícolas Nacionais ao agronegócio sucroenergético*. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

FESTA da Gambira. *Revista Veja*. São Paulo, n. 433, p. 100, 22 dez. 1976.

FRANÇA, Karla Christina Batista de. *Complexidade da região urbana GAB: o fragmento Alexânia-GO*. 2009. 189 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

GOMES, Paulo C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 49-76.

_____. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-76.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. *Regional Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARNECKER, Marta. *El capital: conceptos fundamentales*. Santiago: Editorial Universitaria, 1971. (Colección Manuales y monografías; 12).

HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Condição pós-moderna*. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2000*. Disponível em: <www.ibge.com.br>. Acesso em: 12 out. 2014.

_____. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <www.ibge.com.br>. Acesso em 15 out. 2015.

_____. *Conheça cidades e os estados do Brasil*. Disponível em: <cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 01 out. 2016.

_____. *Informações Municipais 2010*. Disponível em: <www.ibge.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2016.

_____. *Regiões de influência das cidades*: 2007. Rio de Janeiro: IBGE. 2008. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>>.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (IMB). SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO (SEGPLAN). *Perfil socioeconômico dos municípios goianos*. Disponível em: <www.imb.go.gov.br/>. Acesso em: 02 abr. 2016.

_____. *Goiás em dados 2012*. Goiânia: Segplan, 2013. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/down/godados2012.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

_____. *Goiás em dados 2013*. Goiânia: Segplan, 2013. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/down/godados2013.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

_____. *Goiás em Dados 2014*. Goiânia: Segplan, 2013. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/down/godados2014.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2016.

_____. *PIB Trimestral do Estado de Goiás: 4º trimestre – 2014*. Disponível em: <www.imb.go.gov.br/>. Acesso em: 02 jul. 2016.

LIPIETZ, Alain. *O Capital e seu espaço*. Tradução: Manuel Fernando Gonçalves Seabra. São Paulo: Nobel, 1988.

LICHT, Andrea. Brasil Kirin aumenta uso de transporte marítimo. *Valor Econômico*, 24 maio 2013. Disponível em: <www.informativosportos.com.br/brasil-kirin-aumenta-uso-de-transporte-maritimo/>. Acesso em: 17 jul. 2017.

LUZ, Janes S. da. O eixo Goiânia-Anápolis-Brasília e as novas dinâmicas territoriais. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005. *Anais...* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 8252-8264.

MASSEY, Dorren. Regionalismo: alguns problemas atuais. *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 4, p. 50-83, 1981.

_____. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

MATIAS, V. R. S.; CARMO, A. M. R. Dinâmica Territorial da Rede de Agências Bancárias da Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Revista Caminhos de Geografia*, Uberlândia (MG), v. 13, n. 42, 2012.

MOYSÉS, A.; SILVA, E.R. Ocupação e urbanização dos cerrados do Centro-Oeste e a formação de uma rede urbana concentrada e desigual. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12., 2007. Anais... Belém, PA, 2007.

PEREIRA, Mirlei F. V. Redes, sistemas de transportes e as novas dinâmicas do território no período atual: notas sobre o caso brasileiro. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 21, n. 1, p. 121-129, 2009

PIZARRO, Roberto E. C. O agronegócio e a produção do espaço da região de planejamento sudoeste goiano. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2017.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTANA, Alex Tristão de. et. al. A rodovia BR-060 no Centro-Oeste brasileiro: dinâmica territorial e legendas espaciais. *GEO UERJ*, Rio de Janeiro, n.29, 2016. Disponível em: <www.e-publicacoes.uerj.br/>. Acesso em: 12 jul. 2017.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *A metamorfose do espaço habitado*. 1988. São Paulo: Hucitec.

_____. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2012a.

_____. *A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção*. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2012b.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SAQUET, Marcos Aurelio. Campo-território: considerações teórico-metodológicas. *Campo-território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p.60-81, fev. 2006. Semestral. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/>>. Acesso em: 24 mai. 2007.

SILVA, Edilene Américo. A Feira do Troca na comunidade de Olhos d'Água (GO): da afirmação cultural a apropriação pelo turismo. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 273-284, maio/jul. 2016. Disponível em: <www.sbecotur.org.br/>. Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. Historiografia de “Olhos d’Água” em Alexânia (GO) e sua relação com a Feira do Troca como elemento de afirmação cultural comunitária. In: SIMPÓSIO NACIONAL SABERES E EXPRESSÕES CULTURAIS NO CERRADO: TERRITÓRIOS E MANIFESTAÇÕES POPULARES, 2., 2016. *Anais...* Goiás: Universidade Estadual de Goiás (UEG), 2016.

_____. L. Redes geográficas no Brasil Central: a centralidade de Alexânia e o papel da BR-060 na (re)configuração territorial do município. In. *Agricultura contemporânea no Brasil: Ruralidades, tecnificação e paisagens*. (Org.) ARAUJO SOBRINHO, Fernando. L. et al. Universidade de Brasília (UnB): Brasília, 2017a.

_____. (Re)configuração territorial de Alexânia: a inserção municipal na rede de cidades do agronegócio em Goiás. *Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Maringá*, v. 9, n. 1, p. 49-70, 2017b.

SILVA, Elisabete A. *Os efeitos estruturantes das vias de comunicação na transformação dos usos do solo: observação e estudo da área metropolitana de Lisboa*. 1998. Dissertação (Mestrado em Ordenamento do Território e Planejamento Ambiental) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1999.

SILVA, Edilene Américo; ARAUJO SOBRINHO, Fernando Luiz.; PANTOJA, Wallace Wagner Rodrigues. Turismo e desruralização: o caso da construção da Barragem de Corumbá IV em Alexânia-Goiás-Brasil. In: Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, 10., 2016. *Anais...* Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela (USC), 2016.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

STUMPF, Paula G. Oliveira. *Na praça uma linha. Na praça, tudo passa: história, memória e objetos em Olho d’Água- GO*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, 2013. Disponível em: <<https://pos.historia.ufg.br/p/>> Acesso em 11 jul. 2016.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização*. *Geografia*, Rio Claro, v. 3, n. 1, p. 51-62, jan./abr. 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Paulo Fernando. *Cidades pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais*. Judiaí: Paco Editorial, 2013.

TEIXEIRA NETO, Antônio. Os caminhos de ontem e de hoje em direção a Goiás-Tocantins. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 21, n. 1, p. 51-68, jan./jul. 2001. Disponível em: <revistas.ufg.br/index.php/>. Acesso em: 10 jan. 2016.

TROPPEMAIR, H. Geossistemas. *Mercator - Revista de Geografia*. Universidade Federal do Ceará, Ano 05, nº 10, 2006. Disponível em: <https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=sotchava+v.+b.+o+estudo+de+geossistemas> Acesso em: 14 fev. de 2017.

VEIGA, J. E. da, Destinos da Ruralidade no processo de Globalização. *Estudos Avançados*, 18 (51), 2004, pp. 51-67.

VIRILIO, Paul. *Vitesseet politique, essai de dromologie*. Paris: ÉditionsGalilée, 1977.

Fontes Orais

Resultou dos trabalhos de campo realizados entre os anos de 2014 e 2017 no distrito de Olhos d'Água e na cidade de Alexânia. As entrevistas foram realizadas com lideranças locais, artesãos e comerciantes que estão identificados por letras do alfabeto. Optou-se pelo anonimato para preservar a identidade dos depoentes, seja por vontade dos mesmos ou pelo conteúdo de suas declarações. Também foram preservadas as identidades dos entrevistados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alexânia, no Sindicato dos Produtores Rurais de Alexânia e dos moradores da comunidade de Igrejinha (no sul do município).

“A” (Morador de Olhos d'Água). Entrevista concedida a Edilene Américo Silva. Olhos d'Água, 21jun. 2014.

“B” (Morador de Olhos d'Água). Entrevista concedida a Edilene Américo Silva. Olhos d'Água, 21 de abr. 2015.

“C” (Morador de Olhos d'Água). Entrevista concedida a Edilene Américo Silva. Olhos d'Água, 21 abr. 2015.

“D” (Morador de Olhos d'Água). Entrevista concedida a Edilene Américo Silva. Olhos d'Água, 28 set. 2017.

“E” (Morador de Olhos d'Água). Entrevista concedida a Edilene Américo Silva. Olhos d'Água, 28 set. 2017.

“F” (Morador do Entorno do lago UEH Corumbá IV).Entrevista concedida a Edilene Américo Silva. Alexânia, 05 jun. 2016.

“G” (Morador de área rural em Alexânia). Entrevista concedida a Edilene Américo Silva. Alexânia, 01 out. 2017.

“H” (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alexânia). Entrevista concedida a Edilene Américo Silva. Alexânia, 28 set. 2017.

“I” (Representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Alexânia). Entrevista concedida a Edilene Américo Silva. Alexânia, 28 set. 2017.

“J” (Representante da Indústria Heineken em Alexânia). Entrevista concedida a Edilene Américo Silva. Alexânia, 24 de ago. 2017.

“K” (Representante da Triunfo Concebra). Entrevista concedida a Edilene Américo Silva. Alexânia, 18 ago. 2017.

GONÇALVES, Eudes. Secretaria da Fazenda de Goiás. Entrevista realizada por Edilene Américo Silva em Alexânia, 24 de nov. 2015.

FURTADO, Galeno (Proprietário do Alambique Cambéba). Entrevista concedida a Edilene Américo Silva. Alexânia, 29 ago. 2015.

GONÇALVES, Eudes. (Servidor da Secretaria de Agricultura do estado de Goiás / SEAGO). Entrevista concedida a Edilene Américo Silva. Alexânia, 10 nov. 2014.

GONÇALVES, Nilta (Secretária de Indústria e Comércio da Prefeitura de Alexânia). Entrevista concedida a Edilene Américo Silva. Alexânia, 15 nov. 2015.

NEVES, Armando. F. (Professor aposentado e morador de Olhos d'Água). Entrevista concedida a Edilene Américo Silva. Olhos d'Água, 21 jun.2014.

ROLLEMBERG, Armando. Vice Prefeito de Alexânia. Entrevista concedida a Edilene Américo Silva. Alexânia, 29 ago. 2015.

SOUZA, Urivando. M. de. (Servidor público da Agência Goiana de Defesa Agropecuária). Entrevista concedida a Edilene Américo Silva. Alexânia, 24 nov. 2015.

Vídeos Acessados

LEAL, Kim-Ir-Sen, P. *Santo Antônio do Olhos d'Água*. Direção: Arthur F. Costa; Kim-Ir-Sen; Reinaldo Ferraz e Waldir Pina. 13min.,16mm. Goiânia, 1999. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=zE07aeKiHUE> Acesso em: 02 jan. 2017.

CPD ALEXÂNIA. *Dial*:distrito industrial de Alexânia. 52 s. 29 dez. 2016. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=odR210E5CM4>. Acesso em: 12 ago. 2017.

Sites Acessados

<http://www.alexania.go.gov.br/>

<http://www.anapolis.go.gov.br/>

<http://www.altagenetics.com.br/>

<http://www.atlasbrasil.org.br/>

<https://www.biblioteca.ibge.gov.br/>

<http://www.correiobraziliense.com.br/>

<http://www.corumbaconcessoes.com.br/>

<http://www2.crvlagoa.com.br/>

<http://www.dinheirorural.com.br/>

<http://www.dnit.gov.br/>.

<http://www.fgv.br/>

<http://www.generalshopping.com.br/>

<http://www.girleiteiromutum.com.br/>

<http://www.gir-leiteiro.com/fazenda-coqueiro-e-barreiro>

<http://www.heinekenbrasil.com.br/>

<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>.

<http://www.mapaempresas.com/>

<http://www.metropoles.com/>

<https://www.opopular.com.br/>

<https://www.ohoje.com/>

<http://www.planalto.gov.br/>

<http://www.pratticalogistica.web2007/>

<http://www.sicoob.com.br/>

<http://www.triunfoconcebra.com.br/>

<https://www.youtube.com/>

<http://www.valor.com.br/>

APÊNDICES

Apêndice 1 – Modelo de entrevista semi-estruturada aplicada junto aos moradores do distrito de Olhos d'Água.

- 1) Há quantos anos você mora em Olhos d'Água (o imóvel é próprio ou alugado)?
- 2) Você nasceu aqui (identificar a origem)?
- 3) Você gosta de morar aqui? Por quê?
- 4) Quais eram as principais atividades econômicas desenvolvidas na origem da comunidade?
- 5) Como era a cidade em 1960? Era melhor que hoje? Por quê?
- 6) No que as pessoas trabalhavam em 1960, 1980 e 2017 (buscar entender a evolução da ocupação da população)?
- 7) Olhos d'Água é uma cidade tranquila pra viver? Sim? Não? Por quê?
- 8) Que atividades festivas existem na cidade?
- 9) Qual a população total do distrito?
- 10) A infraestrutura local possui tudo o que você precisa no seu dia-dia (energia, água, saneamento básico, escolas, comércios, transporte público, postos de saúde)?
- 11) O agronegócio é importante para a comunidade?
- 12) A BR-060 é importante para o distrito?
- 13) Aqui tem coleta de lixo? Tem água tratada? Tem Energia elétrica?

Apêndice 2 – Modelo de entrevista semi-estruturada aplicada junto aos moradores do município de Alexânia.

- 1) Você mora há quantos anos em Alexânia (o imóvel é próprio ou alugado)?
- 2) Você nasceu aqui? Sim? Não? (Na origem o imóvel era próprio ou alugado)?
- 3) Você gosta de morar aqui? Por quê?
- 4) Quais eram as atividades econômicas desenvolvidas na origem da cidade?
- 5) Como era a cidade em 1970? Era melhor que hoje? Por quê? (identificar elementos que deixaram de existir ou passaram a existir e que indiquem melhorias na evolução da qualidade da vida urbana).
- 6) Alexânia é uma cidade tranquila? Sim? Não? Por quê?
- 7) A infraestrutura urbana possui tudo o que você precisa no seu dia-dia (energia, água, saneamento básico, escolas, comércios, transporte público, postos de saúde)?
- 8) O agronegócio é importante para a cidade?
- 9) A BR-060 é importante para a cidade?
- 10) Há coleta de lixo? Tem água tratada? Tem Energia elétrica?

Apêndice 3 – Modelo de entrevista estruturada aplicada junto aos artesãos da Feira do Troca no distrito de Olhos d'Água.

1. Onde você mora atualmente?
 Olhos d'Água. Há quanto tempo?
 Alexânia Brasília Outro:
2. Desde quando vende/troca na Feira?

- () 1974 () 1980 () 1985 () 1990 () 1995 () 2000
 () 2005 () 2010 () 2014
3. Por que você começou a participar da Feira?
4. Se é de fora de Alexânia, como soube da realização da Feira?
 () através de outros artesãos () através de outros feirantes () Outro:
5. Quanto aos produtos expostos:
- a) são produzidos por você? () sim () não
 b) são produzidos no âmbito da sua família? () sim () não
 c) são comprados? () sim () não
 c) são destinados a: () só troca () só venda () troca e/ou venda
6. Você acha a Feira importante para a comunidade de Olhos d'Água?
 () Sim. Por quê?
 () Não. Por que?
7. A Feira atual sofreu muitas mudanças em relação ao que era no passado?
 () Sim. Quais?
 () Não. Quais
8. Você teria sugestões para a melhoria da Feira ?
 () Sim. Quais? () Não.

Apêndice 4 – Modelo de entrevista estruturada aplicada nas lojas do Outlet.

- 1) Qual o tipo de produto vendido?
- 2) Qual o ano de implantação da loja?
- 3) Qual o domicílio dos funcionários da loja?
 () Alexânia. Há quanto tempo? _____
 () Anápolis Há quanto tempo? _____
 () Brasília () Outro: _____
- 4) Qual o total de Trabalhadores?
- 5) Qual a média salarial dos funcionários?

Apêndice 5 – Modelo de entrevista semi-estruturada aplicada ao Vice Prefeito e Secretário de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, Turismo, Agricultura, Pecuária e Irrigação de Alexânia (SEDEM).

- 1) Qual o quantitativo de empresas instaladas e em funcionamento no DIAL?
- 2) Quais a importância do DIAL para o município de Alexânia?
- 3) Quais os principais entraves ao funcionamento pleno do DIAL, nos dias atuais?
- 4) Quais as iniciativas da Prefeitura para concretização do DIAL?
- 5) Quais as principais atividades do agronegócio no município?
- 6) O agronegócio é importante para o município? Por quê?
- 7) A BR-060 é importante para o município? Por quê?
- 8) O Outlet, a cervejaria e o lago da UHE Corumbá IV são importantes para a economia do município?

Apêndice 6 – Modelo de entrevista semi-estruturada aplicada ao representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Alexânia (SINPRAL).

- 1) Qual o número de Sindicalizados?
- 2) Quais os principais povoados/distritos (nome) onde moram?
- 3) Número total de propriedades rurais vinculadas ao Sindicato e suas localizações?
- 4) Quais os principais produtos agropecuários?
- 5) Qual o destino dessa produção? Onde é comercializada?
- 6) Existe apoio financeiro do Governo (municipal, Estadual, Federal) aos produtores? Como?
- 7) A BR-060 é importante para a produção municipal? Por quê?
- 8) A moderna agricultura é importante para o município? Por quê?
- 9) Existe algum evento local que estimula a moderna agricultura? Qual a periodicidade? Quem realiza?
- 10) Existe agroindústria no município? Qual?
- 11) O *Outlet*, a cervejaria e o lago da UHE Corumbá IV são importantes para o agronegócio no município?

Apêndice 7 – Modelo de entrevista semi-estruturada aplicada ao representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alexânia (STTRAL).

- 1) Qual o número de Sindicalizados?
- 2) Quais os principais povoados/distritos (nome) onde moram?
- 3) Número total de propriedades rurais vinculadas ao Sindicato e suas localizações?
- 4) Quais os principais produtos agropecuários?
- 5) Qual o destino dessa produção? Onde é comercializada?
- 6) Existe apoio financeiro do Governo (municipal, Estadual, Federal) aos produtores? Como?
- 7) A BR-060 é importante para a pequena produção municipal? Por quê?
- 8) Há conflitos pelo desenvolvimento da moderna agricultura? Quais?
- 9) O *Outlet*, a cervejaria e o lago da UHE Corumbá IV são importantes para a agropecuária família?

Apêndice 8 – Mapa do município de Alexânia - 2017.



Fonte: IBGE, 2017.

Apêndice 9 – BIP total do município de Alexânia no período de 1999 a 2014.

ANO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Setor de Origem	Mil Reais															
Valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes	7.321	9.372	11.210	12.819	16.690	18.428	15.928	14.567	19.524	20.509	22.393	26.228	23.257	40.319	52.263	57.222
Valor adicionado bruto da indústria a preços correntes	4.200	6.685	6.937	4.370	31.999	52.877	78.992	93.810	90.087	71.661	90.934	95.038	96.906	100.843	125.275	107.169
Valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes	28.668	31.119	34.065	28.295	42.450	54.933	71.011	83.820	83.789	81.178	101.719	119.918	129.933	201.631	282.905	318.727
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes	2.626	3.007	3.596	6.046	24.157	45.168	52.939	57.510	57.986	51.947	48.396	46.245	52.870	61.978	89.948	90.904
Valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, a preços correntes	-	-	-	19.982	24.006	27.001	30.102	29.765	29.923	42.555	43.850	57.232	63.087	69.957	80.761	88.180
PIB a preços correntes TOTAL	7.321	9.372	11.210	12.819	16.690	198.407	248.972	279.472	281.309	267.850	307.292	344.661	366.053	474.728	631.152	662.202

Fonte: IBGE, 2017. **Elaboração:** A autora, 2017.